

MAIO DE 2013

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

Dw CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	8
1.1 Análise do economista	8
1.2 SMN: Aumento a vista	8
1.3 Sindicatos exigem aprovação do salário mínimo nacional	9
1.4 Viver de esmolas para matar a fome em luanda	10
1.5 UNITA abandona seus ex-militares	11
1.6 Quanto custam os engarrafamentos	13
1.7 Trânsito com custos bilionários	14
1.8 A cesso de pagamento das petrolíferas em kwanzas tem balanço positivo	16
1.9 Camponeses do Balombo reembolsam crédito agrícola	17
1.10 Microcrédito ajuda alunos a comprar computador o objetivo é incentivar as crianças a utilizarem as tecnologias de informação	17
1.11 BUE embaraça Ministério da Justiça	18
1.12 67% Dos depósitos na banca transformados em crédito em 2012	18
1.13 A criação do BUE	20
1.14 Intervalo no BUE para pensar	21
1.15 Notas de maior valor facial entram hoje em circulação	22
2. MICROFINANÇAS	23
2.1 Governo constituiu 100 micro-cooperativas em dois anos	23
2.2 Processo de pagamento das petrolíferas em kwanzas tem balanço positivo	23
2.3 Camponeses do Balombo reembolsam crédito agrícola	24
2.4 Microcrédito ajuda alunos a comprar computador o objetivo é incentivar as crianças a utilizarem as tecnologias de informação	24
2.5 BUE embaraça Ministério da Justiça	25
2.6 67% Dos depósitos na banca transformados em crédito em 2012	26
2.7 BNA contra a rejeição de moedas	28
2.8 BNA critica bancos que negam depósitos em moedas metálicas	28
2.9 A criação do BUE	29
2.10 Intervalo no BUE para pensar	29
2.11 Notas de maior valor facial entram hoje em circulação	30
3. MERCADO INFORMAL	31
3.1 Vendedeiras de peixe garantem mais de 35 mil Kwanzas para Belas	31
3.2 Uma profissão que já teve dias melhores em angola	32
3.3 Taxistas condenados por especulação de preços	33
3.4 Profissão: Engraxador	34
3.5 Reportagem	34
3.6 Vendedoras ilegais pagam 550 usd para reaver mercadoria relida	35
3.7 Cidadãos exortados a abdicarem-se da criação de estabelecimento ilegais	36
3.8 Dificuldade de familiarização com uso de moedas metálicas-clarificação de opinião	37
3.9 Quando a necessidade é maior...Em Criança	38
3.10 Zungueiras acusam fiscais de exigir sexo em troca das mercadorias retidas	40
3.11 Ministério do comércio	40
3.12 Morte anunciada dos Kupapatas	40
3.13 Duas razões reentrada das moedas	41
3.14 Emissão de moedas dá prestígio à economia	42

3.15	Mercados favorável às moedas	43
3.16	Os emergentes da nossa economia	44
3.17	Comércio na rua: um problema social	44
3.18	Concorrência desleal	45
3.19	De pictoresco a praga	45
3.20	Feiras: a solução	46
3.21	Flagelo que devasta Luanda	46
3.22	Perigo anda pelas ruas	47
3.23	Transgressões sem resposta	48

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA 49

4.1	Reforma Tributária garante maior eficácia do mercado nacional	49
4.2	Benefícios fiscais em debate na conferência sobre tributação	50
4.3	Finanças preparam nova metodologia para OGE/2014	50
4.4	Novas regras na execução do orçamento em avaliação	51
4.5	Dívidas por pagar, programas por financiar	51
4.6	Ajustamento salarial domina sessão	52
4.7	Conselho de Ministros aprova instruções do OGE	53
4.8	Lei do Orçamento Geral do Estado 2013 é ineficaz	54

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 56

5.1	Samakuva acusa Jes de obstaculizar autarquias	56
5.2	Técnicos trabalham nos municípios Instituto entregou ontem diplomas ao primeiro grupo de alunos formados	56
5.3	Águas agitadas no comité do MPLA no Kilamba Kiaxi	57
5.4	Censo populacional caminha a bom ritmo	58
5.5	Censo da população	59
5.6	Censo favorece planificação	60
5.7	Censo da população já em marcha	61
5.8	Autarquias locais em conferência	61
5.9	Curso sobre administração dirigido aos governadores	61
5.10	Milhares de residências por recensar	62
5.11	Debate estruturado sobre autarquias	63
5.12	Descentralização exige capacidades locais Especialistas estrangeiros transmitem experiências aos gestores públicos	63
5.13	PRS com os olhos postos nas autarquias	64
5.14	Autarquias exigem preparação	65
5.15	Oposição força autarquias	65
5.16	Desafio de governar Luanda	66

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 67

6.1	Não se esqueçam das balizas do Kilamba Artigo	67
6.2	Nova centralidade concluída este ano	68
6.3	Construção de habitações começa no Cubal	68
6.4	Governo exige o dinheiro	68
6.5	Mudar a imagem dos musseques para conferir dignidade aos moradores	69
6.6	Encarregado das obras garante a entrega das casas nos prazos previstos	71
6.7	Centenas de casas sociais são construídas no Nzeto	72
6.8	Angola e a requalificação dos bairros	72
6.9	Casas para jovens concluídas em Agosto	73
6.10	Casas serão entregues em Agosto	74
6.11	Condições de acesso ao Kilamba	74

6.12	Peritos partilham experiência sobre mercado de urbanismo e habitação	75
6.13	Moradores do Kilamba vão contribuir na manutenção	76
6.14	Nova Cimangola entrega casas não acabadas Artigo	76
6.15	Projectos urbanísticos mobilizam investimentos	77
6.16	Quanto custam os engarrafamentos	77
6.17	Sonangol suspende venda de apartamentos no Kilamba	79
6.18	Trânsito com custos bilionários	79
6.19	ONG facilitado crédito para habitação famílias pobres	80
6.20	Governo está empenhado em criar habitação digna	81
6.21	Governador visita novas urbanizações	81
6.22	Mais de 2,8 milhões de habitantes terão habitação até 2017	82
6.23	Rangel Aguarda por requalificação	83
6.24	Para o Zango com força	83
6.25	Ministro entrega casas aos funcionários	84
6.26	Casas para trabalhadores ficam concluídas em breve	85
6.27	Obras das casas evolutivas quase prontas	85
6.28	Nova centralidade para 60 mil habitantes nasce no Dande	85

7. TERRA

87

7.1	Minas do Catoca devem aumentar nível de produção	87
7.2	Centenas de famílias esperam por realojamento há mais de três anos	87
7.3	Populações da Boa Esperança em zonas críticas aguardam por melhores dias	88
7.4	Exploração ilegal de inertes com dias contados	88
7.5	Construção anárquica	90
7.6	Angola e a requalificação dos bairros	90
7.7	Ilegalidade reconhecida	91
7.8	Ocupantes retirados de Capari recebem terras no Imbondeiro	92
7.9	Cidadã sobrevive em condições horríveis	93
7.10	Executivo resolve problema dos desalojados das reservas fundiárias	93
7.11	Nasce a esperança nos antigos campos de guerra	94
7.12	Famílias em zonas de risco são realojadas	95
7.13	População de Caluquembe recebeu parcelas de terra	95
7.14	Terrenos urbanizados garantem crescimento	95
7.15	Os das tendas da maná	96
7.16	Para o Zango com força	97
7.17	Sonangol e GPL dividem responsabilidades	98
7.18	Lunda-Norte combate construções anárquicas	98

8. SERVIÇOS BÁSICOS

100

8.1	Água e luz falham na cidade do Huambo	100
8.2	Garimpo de água lesa EPAL em 9 milhões de kwanzas diários	100
8.3	Moradores da Chicala consomem água subterrânea	101
8.4	Serviços básicos	102
8.5	Secretário de Estado avalia os projectos	102
8.6	Governo reforça abastecimento de água	103
8.7	Água canalizada jorrana torneiras das zonas periféricas	104
8.8	Autoridades sanitárias continuam a trabalhar para resolver a situação	104
8.9	Ministério da Energia a águas prevê investir 2,7 biliões kz	105
8.10	Água potável começa a jorrar em Setembro	106
8.11	Uma família inseparável...	106
8.12	Só em 2017 ou em 2025	107
8.13	Governo constrói dezenas de pontos de água	107
8.14	Mais água na Maianga	108
8.15	Saneamento básico de Luanda vale 44.3 milhões de dólares	109

8.16	Angola quer uso da água contra a pobreza	110
------	--	-----

9. GÉNERO E VIOLENCIA

111

9.1	A paz em Cabinda	111
9.2	Tortura psicológica em escola missionária	112
9.3	FLEC anuncia fim da luta armada em troca de autonomia	113
9.4	FLEC anuncia fim da luta armada	113
9.5	Jurista propõe tipificação legal de três regimes económicos do casamento	114
9.6	Guardas de fronteira violam mulheres	114
9.7	Huambo uma província onde a polícia mata com a maior impunidade	115
9.8	Duas centenas de detidos	116
9.9	Polícia desarma às “escuras”	118
9.10	Falta controlo das armas que entram no País	119
9.11	Um Rocha Pinto de mil crimes	120
9.12	Violência contra a mulher: Programa de aconselhamento jurídico evaporou	121

10. AMBIENTE

123

10.1	Fome aperta no interior do Namibe	123
10.2	Populações da Boa Esperança em zonas críticas aguardam por melhores dias	123
10.3	Obras de Santa Engrácia em Luanda	124
10.4	Governador do Cunene lança um apelo urgente	125
10.5	Exploração ilegal de inertes com dias contados	125
10.6	Executivo esboça estratégia de emergência para o Cunene	127
10.7	Exploração da madeira e negocio prospero	127
10.8	Garimpo de inertes toma proporção alarmante	129
10.9	Ombadja é o município mais afectado pela falta de chuvas que dura há dois anos	130
10.10	Seca provoca antecipação da transumância	131
10.11	Seca ameaça criação de gado em várias localidades do Cunene	132
10.12	UNITA liga seca à situação de «crise» CUNENE: A culpa é toda nossa	133
10.13	Técnicos pedem estudo sobre clima	134
10.14	Famílias em zonas de risco são realojadas	134
10.15	Controlo ambiental no Cuvelai	135
10.16	Vítimas da seca recebem alimento	135
10.17	Ministério a Energia e água anuncia medidas para conter a crise	136
10.18	Alterações climáticas põem em causa o bem-estar das populações de várias regiões	137
10.19	Governador quer diálogo com os sobas	138
10.20	Recomendada a drenagem de águas paradas	138
10.21	Acabar com a fome e impedir que ela regresse	138
10.22	Medidas para combater a seca	140
10.23	Quando o céu lhes cai em cima	140

11. MIGRAÇÃO

142

11.1	Imigrantes	142
11.2	Operações policiais detectam imigrantes sem documentos	142
11.3	Autoridades migratórias com movimento intenso	143
11.4	Exército atento às ilegalidades	143
11.5	Denunciada existência de facilitadores	144
11.6	Inteligência militar das FAA reconhece invasão a Angola por imigrantes ilegais	144
11.7	Novo comandante promete combate cerrado	145
11.8	Cidadãos exortados a abdicarem-se da criação de estabelecimento ilegais	146
11.9	A questão da fé e a segurança das fronteiras: Da mortalidade cristã ao contributo pela integridade e defesa da soberania	146

11.10	Imigrantes ilegais expulsos do Zaire	149
11.11	Mais de 50 mil congolezes-democráticos abandonam livremente a Lunda-norte	149
11.12	50% ANGOLANOS Factores Historicos	150
11.13	Cidadãos chineses fazem "trinta por uma linha"	151
11.14	Mais de 50 mil estrangeiros ilegais foram expulsos do país	151
11.15	Repatriamento de estrangeiros custa mais de 1 milhão de dólares/mê	152
11.16	Segundo Belarmino Van-Dúnem é um problema global	152
11.17	Bairro dos Kwanzas acolhe diariamente estrangeiros ilegais	153
11.18	Angolanos na RDCongo receiam um novo repatriamento forçado	153
11.19	Angolanos VS Expatriados	154
11.20	Expulsão no Zaire dos estrangeiros em situação ilegal	156
11.21	Político no Zaire pede denúncias	157
11.22	Travar os estrangeiros ilegais	157
11.23	Estrangeiros ilegais optam pelo regresso	157
11.24	Imigração também é "negócio"	158

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Análise do economista

A Capital

04 De Maio de 2013

O salário Mínimo Nacional é o mais baixo salário que os empregadores podem, legalmente pagar aos trabalhadores pelo tempo gasto na produção de bens e serviços. Em Angola o Salário Mínimo Nacional ainda não reflecte a real necessidade dos trabalhadores nem cobre o aumento da inflação. Em Angola o Salário Mínimo Nacional está dividido em categorias: Agrupamento Salário-base (em Kwanzas, Kz) O Salário Mínimo nacional (SM) fixado nos três agrupamentos económicos, agricultura com 11 mil 854,30 kwanzas, transportes, serviços e indústria transformadora com 14 mil 817,90, o comércio e indústria extractiva avaliado em 17 mil 781,50 continua a se desvalorizar face ao custo de vida, com o passar dos anos. Olhando para a tabela dos Salários Mínimos conseguimos ver que há necessidade de melhoramento do salário mínimo nacional pelo custo de vida actual. Mais é necessário lembrar que a base tem que ser nacional e não olhar simplesmente para o nível de Luanda, que é sem sombras de dúvidas dos mais altos do país. O Salário Mínimo Nacional ideal para todos os trabalhadores deve ser aquele que cobre as necessidades básicas mensais dos mesmos. Os ajustes de salários que ocorreram na função pública, foram necessários mas não podemos olhar para a taxa de câmbio, pois o mais importante para os consumidores é a taxa de inflação. Independentemente da taxa de câmbio há necessidades que o Salário Mínimo Nacional seja capaz de cobrir a inflação anual para não perder o poder de compra.

I.2 SMN: Aumento a vista

A Capital

04 De Maio de 2013

Boa nova o Governo pode, a qualquer momento, proceder a um aumento de 3 por cento sobre o salário mínimo nacional, sem prejuízo dos ajustamentos que o Governo tem vindo a efectuar numa periodicidade anual a pensar na reposição do poder de compra perdido por força da inflação.

Actualmente, o SMN está fixado em 11 mil 854,30kwanzas para o sector da agricultura, 14 mil 817,90 kwanzas para o dos transportes, serviços e indústria transformadora, enquanto o comércio e indústria extractiva praticam como ordenado mínimo algo como 17 mil 781,50, que à luz do actual custo de vida já se revela completamente desajustado à realidade angolana. É que de acordo com cálculos dos economistas ligados à UNTA, neste momento, o SMN só já cobre 45 por cento da cesta básica alimentar.

Nem sempre foi assim

Quando há coisa de dez anos se estabeleceu o Salário Mínimo Nacional a sua taxa de cobertura face a cesta básica que definiu tal indicador sempre foi superior a 75 por cento. Mas com o passar dos anos, o poder de compra desse salário decaiu em função do aumento da taxa de inflação. Segundo Manuel Vage, tal significa que as pessoas estão a comprar menos com o SMN que têm hoje, em

comparação com o que compravam há dois anos atrás. "Não é um bom sintoma", disse, ao acrescentar que, "precisamos recuperar isso rapidamente". Por outra, o sindicalista considerou que o ideal seria crescermos com uma taxa de cobertura acima da taxa de inflação. "Se calhar de 5 por cento", sugeriu. Ocorre, entretanto, que o Salário Mínimo Nacional é algo a fixar por consenso entre trabalhadores, empregadores e governo, por se tratar de um indicador que não pode ser um factor de estrangulamento da empregabilidade das pessoas, razão pela qual, esse só pode ser definido pela taxa de inflação. Isso para que os empregadores não aleguem, por exemplo, despedimentos arbitrários por incapacidade de pagamento. O Salário Mínimo Nacional tem uma característica. "É um valor que abaixo do qual ninguém pode pagar, mas, acima pode pagar", segundo o líder da maior central sindical do país. A UNTA tem vindo a defender, que é preciso que o valor nominal do SMN se aproxime do valor real da cesta básica alimentar.

Novo ano, velhos problemas

Ao comemorar-se mais um dia internacionalmente consagrado aos trabalhadores, este aproveita para uma introspecção em torno daquilo que é a sua condição sócio económica. Depois que a economia nacional voltou a dar sinais de retoma, Tomás Narciso alimentou esperança de que o ordenado que auferia enquanto funcionário público registaria igual tendência. Mas nem mesmo a sonhar. "Não sinto qualquer aumento no meu salário", disse. O que apenas tem vindo a assistir é um ou outro ajustamento que, na prática, ainda é insuficiente para

colmatar as dificuldades financeiras que enfrenta. Ou seja, tais actualizações, segundo Tomás Narciso, estão muito aquém de fazer face ao actual custo de vida em Angola. "Não cobrem 50 por cento das nossas dificuldades", explicou o funcionário, numa referência aos aludidos ajustes, enquanto todos os dias os preços sobem no mercado, sem que o mesmo suceda com o que se paga aos trabalhadores ao cabo de cada 30 dias. Resultado: "continuamos a gastar o que não ganhamos", deplorou. O que mais "engole" o já de si mísero salário são os gastos com os táxis, esses que volta e meia não se coíbem de aumentar o preço da corrida, facto que, segundo Narciso, obriga a "termos que andar longas distâncias a pé".

Para minimizar os gastos mensais pessoas como o professor Tomás Narciso são obrigadas a se submeterem a sacrifícios acrescidos. "Tenho que dar aulas em mais dois colégios", disse, justificando a opção com a necessidade de ganhar mais algum, em função do facto de que o que afixa não ser suficiente para as necessidades familiares. Todavia, reconhece que o ideal seria que o salário em Angola tivesse provido de poder aquisitivo adequado. "E não falo de dez mil dólares, mas um valor que cobrisse um pouco mais as necessidades quotidianas", salientou. A Clamar por melhorias salariais está um sem número de trabalhadores, entre eles a empregada doméstica Engrácia Esteves, que olha para os 26 mil kwanzas que afixa como um ordenado que, na sua óptica, serve para quase nada. Reconhece que os seus patrões têm vindo, em duas ocasiões anuais, a fazer pequenos incrementos, mas, como disse, "quando o salário aumenta, os preços também pioram", com o poder de compra a degradar-se cada vez mais. Assim, segundo Engrácia Esteves, é impossível manter o salário até ao final do mês, uma vez que) regra geral, ela reparte o dinheiro entre despesas escolares dos filhos e aprovisionamento de bens de primeira necessidade, como alimentação e vestuário. "São cálculos e mais cálculos", explicou. Em situação de maior aperto está Teresa Gusmão, auxiliar de limpeza numa empresa que cuida do saneamento básico na cidade de Luanda. Enquanto tal, ganha mensalmente 18 mil kwanzas, rendimento com o qual se vira perante todos os encargos diários. "A tarefa não é fácil", reconheceu, numa constatação também partilhada por Marta Feliciano, uma secretária de profissão há mais de 10 anos, que em função do aumento do custo de vida diz fazer "muita ginástica para aguentar-se até ao fim de cada mês". Para minimizar os constrangimentos a isso inerente, a opção tem sido o recurso ao negócio da quixiquila com o qual, como disse, "consigo manter o fogão aceso". Tal mecanismo tem sido a tábua de salvação para muitos trabalhadores, por via do qual conseguem contornar algumas dificuldades, assim

como evitar a contracção de muitas dívidas. "A quixiquila tem me ajudado muito", disse, ao acrescentar que "o que devia nos manter é apenas o nosso salário, e não termos de nos endividar para comer".

I.3 Sindicatos exigem aprovação do salário mínimo nacional

Agora

04 De Maio De 2013

O secretário-geral da UNTA-CS, Manuel Viagem, revelou que o maior desafio dos sindicatos é garantir que a actividade profissional seja desenvolvida nas melhores condições para que os trabalhadores se sintam valorizados e capazes de revelar todo o seu potencial. O responsável sindical referiu-se ao ajustamento que devem ser feitos ao salário mínimo nacional, sublinhando que este deve situar-se dentro da riqueza que se cria nas empresas, exemplificando que "haverá, proximamente, um ajustamento do salário mínimo em obediência a dois princípios: ajustamento do salário mínimo nacional de acordo com a taxa de inflação esperada e incremento em função dos ganhos da produtividade". Já o secretário-geral da Central dos Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA), David Miqueno, apresentou uma declaração pública sobre o Dia do Trabalhador comemorado quarta-feira, salientando que a sua organização sindical reafirma a sua prioridade na luta pela melhoria da qualidade de vida e dos trabalhadores, tendo em conta a "uma razoável repartição da riqueza entre capital e o trabalho". Tanto a UNTA-CS, como a CGSILA e a FSA-CS insistiram na questão do salário mínimo nacional, sem entrar em detalhes. Mas este é, porém, um assunto que dominou uma das mais recentes sessões da Comissão Económica do Conselho de Ministros. De acordo com o Secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social, Sebastião Lukinda, o Executivo quer estabelecer um valor razoável, de equilíbrio, e a ideia é atender as actuais necessidades da população, e reduzir os índices de desemprego no país. Lukinda, que falava à RNA, indicou que "a determinação do salário mínimo não deve promover o desemprego, porque a tendência, principalmente dos trabalhadores, é puxar para cima e os empregadores puxar para baixo e, o Governo vai buscando um equilíbrio, em termos de comportamento da economia para que de facto, não se determine um salário que promova desemprego".

Posição do MPLA

O partido no poder instou o Executivo a tomar "as medidas necessárias" para melhorar as condições

salariais dos trabalhadores e as condições básicas para a melhoria de vida das suas famílias. O comunicado do Bureau Político por ocasião do Dia Mundial do Trabalhador, afirma que o MPLA considera os trabalhadores angolanos "obreiros da nova Angola, que devem ser constantemente valorizados". O Bureau Político dos "camaradas" reconhece que, em resultado da globalização, "assiste-se hoje no país a uma grande mobilidade internacional da força de trabalho, provocando um aumento da concorrência no mercado de emprego", defendendo que sejam "aperfeiçoadas as medidas de política para que, a curto e médio prazo, os trabalhadores angolanos possam ocupar a maior parte dos postos de trabalho que exijam altas qualificações". O "maioritário" manifestou-se seguro de que, "através da aplicação da Estratégia e do plano Nacional de Formação de Quadros, o país terá cada vez mais homens e mulheres, tecnológica e cientificamente capazes para decisivamente contribuírem para o seu desenvolvimento, fazendo Angola crescer mais e distribuir melhor".

E da UNITA

O grupo parlamentar da UNITA (maior partido da oposição), salienta, por sua vez a importância da igualdade de oportunidades entre os angolanos, de salários justos e de segurança social garantida. Os deputados do Galo Negro pedem ao Estado, ao patronato e à sociedade civil para que reflectam em busca de melhores soluções para os problemas dos trabalhadores angolanos.

1.4 Viver de esmolas para matar a fome em luanda

Jornal de Angola
06 Maio De 2013

Um acidente mudou a vida de Paula da Silva no dia em que preparava a festa de noivado de uma das filhas. Tudo corria às mil maravilhas. A noiva e duas irmãs saíram de casa para ir colocar o lixo no contentor do 13do oposto da rua. Domingas, de 22 anos, Doroteia, de 16, e Vanilza, de 11 foram atropeladas por um condutor que seguia em alta velocidade e se pôs em fuga.

Como tudo estava calmo quase ninguém se apercebeu do acidente, apenas uma vizinha, achou estranho um barulho que ouviu na rua. Domingas estava grávida e abortou, Doroteia ficou paraplégica e Vanilza com uma perna inutilizada. "Aquele condutor acabou com a minha vida. Era um moço jovem e usava uma camisola interior branca. Ele matou o meu futuro. Nem sequer teve piedade de parar e levar-nos

ao hospital. Se assim fosse, talvez as coisas tivessem sido diferentes para nós", diz Doroteia à nossa reportagem.

Doroteia vive há dois anos num colchão no chão de sua casa. Está paraplégica. Ela esteve internada sete meses no Hospital Josina Machel e depois deram-lhe alta. O seu corpo não difere muito de um esqueleto. A diferença é que ela ainda fala e consegue, com muito esforço, mover os membros superiores.

Doroteia chora e pede apoios, porque seu pai morreu e a mãe teve de deixar de trabalhar para cuidar dela. "Não consigo acreditar que estou há dois anos neste colchão. Quero ser como era antes. Poder andar, correr. Quero estudar e ser alguém para ajudar a minha mãe".

A família vive em extrema pobreza e sobrevive do apoio dos vizinhos. "Ontem dormimos sem comer. Nem sempre o irmão da igreja tem para nos dar. Tenho medo de não poder dar continuidade aos meus estudos porque a nossa mãe não pode. A minha irmã precisa de tratamento e boa alimentação, não quero que ela morra", diz Vanilza, a irmã mais nova.

A mãe pouco tem a dizer. "As minhas filhas já disseram tudo. Só apelo à sensibilidade das pessoas para que nos possam ajudar. Minha filha precisa de um bom tratamento. Muitas vezes é obrigada a ficar sem fazer os curativos durante dias, por falta de condições". Em Luanda são muitas as famílias que vivem em condições vulneráveis, e que todos os dias batem portas para ter o que comer, mas esperam de quem de direito um apoio.

Sem abrigo

Marisa João de Almeida tem 26 anos e é mãe de três filhos. Vive há mais de um ano por trás de um prédio, na zona do Alvalade. Faça sol ou chuva, Marisa e os seus três filhos, de 12 anos, 11 e um ano, não têm onde viver. "Muitas vezes apanhamos chuva. Não temos para onde ir. Tentamos entrar nos prédios, mas somos expulsos porque pensam que vamos roubar", diz Marisa João.

O perigo também está à espreita. Madalena, a filha mais velha de Marisa, já é adolescente e o seu corpo ganha forma de mulher. Já foi alvo de uma tentativa de violação, por falta de protecção. "Eu preciso de ajuda. A minha mãe já nos meteu na explicação porque é preciso estudar. Só queremos um tecto para morar. Aqui na rua já me tentaram violar uma vez. Tenho muito medo", lamenta a adolescente, que diz sentir a dor da mãe que todos os dias é humilhada para conseguir um pão.

Ao ouvir o lamento da filha, Marisa confessou à nossa reportagem que já teve apoios do Instituto Nacional da Criança e do Ministério da Assistência e Reinserção Social, mas que nem tudo correu como pensava. "Durante um tempo fui colocada no Beiral. Depois o MINARS deu-me cinco mil kwanzas para voltar para a minha província, Malange. Mas não fui porque lá não tenho onde ficar nem tinha como me virar depois".

Marisa tentou alojamento no Beiral mas as portas fecharam-se. Vive na rua, onde, para dar alimento aos filhos, tem de pedir esmola: "só quero um tecto para cuidar dos meus filhos. São crianças e dormem ao relento e à fome. Estou cansada de promessas e de ser espezinhada pelas pessoas que passam por nós". Belmiro, o segundo filho, já cresce com raiva da sociedade e diz que quando for grande também não vai ajudar ninguém. "A minha mãe meteu-me na explicação, mas também quero ir à escola como as outras crianças. Quero que Deus me abençoe para ser alguém e quando for grande não vou ajudar ninguém".

Futuro ameaçado

Benilson e Bemardo têm dez anos, Jovito tem seis e Hélder sete. Vivem com a avó no Kilamba Kiaxi. As mães abandonaram as crianças. Rosa Francisca, a avó dos meninos, foi bater à porta do Instituto Nacional da Criança para obter ajuda que lhe permita custear as despesas das crianças.

"Eu não sei ler nem escrever, mas quero que os meus netos pelo menos estudem. Não tinham documentos mas agora já resolvi esse problema. Com a documentação matriculei-os na escola. As mães abandonaram-nos e foram fazer as suas vidas na rua e com o que ganham nem sequer conseguem comprar alimento para os filhos".

A avó e os meninos vivem numa casa de renda que é paga com o dinheiro dos bolinhos que vende à porta de casa. Mas, se num mês paga a renda, no outro o dinheiro que junta não chega para a alimentação. Rosa Francisca lança um grito de socorro à sociedade: "por favor, ajudem-me a cuidar destas crianças. Ainda podem vir a tornar-se meliantes por não receberem uma boa educação, ter um lar condigno. Quero que pelo menos tenham uma boa alimentação".

Papel do Minars

A Direcção Provincial do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) é um órgão do Governo de Luanda que tem a responsabilidade de assistir as famílias em situação de vulnerabilidade.

Essa assistência passa por múltiplas acções assumidas pela instituição. As famílias vulneráveis são apoiadas com a cesta básica, afirma a directora provincial de Luanda para a Assistência e Acção Social, Augusta dos Santos Dias. A instituição tem feito o seu papel no apoio às populações necessitadas.

"Temos tido vários casos. Principalmente de famílias que, vindas das províncias, procuram uma vida melhor em Luanda. Temos apoiado principalmente as mulheres que são abandonada pelos maridos, para as quais temos encontrado soluções de emergência. Apoiamos 150 mulheres com Sida", explica. Os idosos e crianças em estado de abandono também são apoiados pelo MINARS, disse Augusta dos Santos Dias.

Há pessoas das províncias que tentam a sua sorte em Luanda: "fazem negócios e quando o dinheiro acaba o MINARS apoia. Meses depois voltam a Luanda na condição de sem abrigo. Assim não dá. As pessoas têm de ter consciência de que muita gente precisa de ajuda e não podem ser sempre os mesmos a receber apoios".

No que diz respeito ao caso de Marisa João, ele é do conhecimento do MINARS. "A Marisa já recebeu apoio da instituição por três vezes. Ela prefere ficar na rua e usar as crianças como mão-de-obra barata. Estamos à espera que a polícia tome uma posição em relação às crianças e depois vamos ver como podemos ajudar esta mulher", disse Augusto Santos Dias.

1.5 UNITA abandona seus ex-militares

Semanário Factual

De 11 a 18 de Maio 2013

A UNITA abandonou os seus ex-militares deficientes de guerra, denunciou em Luanda, o Presidente da Associação Nacional dos Deficientes de Angola (ANDA), Silva Lopes Etiambulo Agostinho. "Nas suas deslocações ao interior do País a ANDA constatou que os deficientes de guerra integrantes da ex-FALA, forças militares da UNITA, encontram-se abandonados, maioritariamente espalhados pelos vários municípios do Kuando-Kubango, do Moxico, do Bié e do Huambo", lamentou a fonte em declarações exclusivas ao Em Foco do Semanário Factual.

Segunda Silva Lopes, desde há anos que a UNITA indicou um capitão para trabalhar com a ANDA, mas que este desapareceu, sem dar sinal algum. Nunca quiseram saber de nada, mesmo depois da ANDA e o

Executivo terem atribuído a alguns dos seus deficientes que moravam na Magestic, no São Paulo (Luanda), as residências do Panguila, no município de Cacuaco. A UNITA nem sequer esteve interessada em como estas casas foram conseguidas", criticou o activista social. De acordo com a fonte, muitos destes deficientes foram recenseados pelo Ministério dos Antigos Combatentes graças aos esforços da ANDA, onde recebem todo o apoio a semelhança dos demais. "Nem o próprio Presidente do partido, Isaiás Samakuva, ou qualquer outro responsável de Direcção dignou-se em se sentar com a ANDA para saber como vão as coisas. Se calhar, nem sequer sabem quantos deficientes têm e onde estão", desabafou Etiambulo. Como exemplo, informou que esteve recentemente na região do Mussende, na província do Kwanza Sul, onde constatou a dura realidade de alguns dos deficientes ex-militares das FALA.

" Há poucos quilómetros deste município existe uma aldeia de deficientes das ex-forças militares da UNITA que estão abandonados, necessitando de próteses, muletas, cadeiras de rodas e outros meios, mas a Direcção deste partido simplesmente esquece-os", lamentou. De acordo com a fonte, situações semelhantes se vivem nos municípios da Mavinga, do Diricu e no Kuito-kwanavale, onde a UNITA abandonou os seus ex-militares deficientes e que graças a associação foram localizados. o presidente da ANDA assinalou que, felizmente, o Executivo não faz distinções e tem procurado, com os outros parceiros sociais, atender sempre que possível, as necessidades dos deficientes seja de que natureza ou proveniência. "Muitos dos deficientes da UNITA têm procurado a ANDA e são inseridos nos vários programas existentes. Mas isso requer mudança de atitude perante a sociedade. O deficiente não deve ser um arruaceiro, apesar de reconhecermos os traumas do seu estado. O deficiente não deve trocar a sua consciência pela deficiência", fez saber. Na opinião do activista social, era importante que a UNITA indicasse um oficial que andou sobretudo nas matas da região leste para mostrar onde estão os seus deficientes, pois, afinal de contas, somos todos angolanos.

A ANDA e os seus desafios

Numa explicação sucinta sobre a ANDA Silva Lopes salientou que se trata de uma organização não-governamental sem fins lucrativos, congregando os deficientes de todo o território nacional, sendo maioritariamente os ex-militares da luta de libertação e do conflito armado que se seguiu. "A ANDA surgiu em 1992, na altura com o apoio do Departamento de Defesa e Segurança do Comité Central do MPLA em parceria com a ex-Secretaria do Estado dos Antigos

Combatentes. Pouco tempo depois da proclamação, passamos a membros do Conselho Mundial de Deficientes, com sede no Carrada, e da Federação do sul de Africa dos Deficientes, sediada no Zimbabwe", recordou, atendo-se ao passado da instituição. De acordo com a fonte, na mesma altura a ANDA passou a integrar também o Instituto de Reabilitação Internacional, com sede nos Estados Unidos da América. Segundo afirmou, o I congresso da ANDA foi realizado em 1996 graças ao apoio do MPLA, do Ministério da Defesa e da então - Secretaria de Estado dos Antigos Combatentes, altura em que começou o seu primeiro projecto designado "Informar".

"Financiado pela UNESCO, o projecto visou a alfabetização e o ensino a nível dos municípios de Luanda. Resultou na abertura de escolas de ensino de base para os filhos e familiares dos deficientes", recordou. Silva Lopes Etiambulo explicou que se seguiu o projecto "Recolher", com o fim de retirar os deficientes das ruas, entre 1997 a 1999. "As tarefas eram essencialmente de sensibilização e consciencialização dos deficientes. Foi, realmente, um verdadeiro êxito o trabalho realizado pela ANDA", realçou. De acordo com as explicações, na continuidade, a instituição implementou o projecto "Reabilitar" que consistiu na localização e na busca dos deficientes das províncias onde não existiam centros de reabilitação física. "Os deficientes eram transportados a custo zero para as províncias onde existiam os referidos centros para receberem o tratamento, próteses e outros meios, sendo posteriormente encaminhados para programas de formação técnico-profissional", esclareceu. No seguimento das acções, o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social elaborou o projecto "Vem Comigo", tendo convidado a ANDA para parceiro de implementação. "Esta parceria, com o apoio que já recebíamos do Fundo Lwini permitiu tirar vários deficientes do desemprego, inserindo-os em projectos da agricultura e pecuária, que compreendeu até agora quatro fases, cuja última terminou em Fevereiro deste ano", informou. Acrescentou que o projecto "Vem Comigo" resultou em mais de dez mil beneficiários directos, considerando-se o mais importante. Tirou deficientes das ruas para as suas áreas de origem, em todas as províncias. Assegurou que este projecto permitiu a construção de mais de uma centena de residências para os deficientes e também de cooperativas agrícolas com capacidades de produção respeitáveis de batata, milho, feijão, soja, banana e outros, no Bengo, no Bié, no Huambo, em Benguela, na Huíla, no Moxico, em Malange, no Kwanza Sul e no Namibe (esta de pesca artesanal, com uma embarcação e uma traineira). "Trata-se de um

projecto que nos anima muito e requeremos todo o apoio para continuar, pois se trata de um trabalho bastante valoroso e reconhecido", solicitou. O presidente da ANDA informou que presentemente esta em carteira o projecto "Pesquisa", com a finalidade de se saber a quantidade e a situação do deficiente a nível do País, aguardando pelo financiamento dos parçetros. Outrossim é o projecto "Habitar" já em curso, com o fim de continuar a beneficiar de residências os deficientes e suas famílias na modalidade de renda resolúvel. Acrescentou estarem em curso negociações com várias construtoras para se erguerem residências em troca das parcelas de terreno que a ANDA possui em todo o território nacional. "Este projecto também dará possibilidade dos deficientes já devidamente enquadrados no processo produtivo, adquirirem viaturas zero quilómetros a credito, para pagamento num prazo de cinco anos", anunciou Silva Lapes.

Deficientes defendem a manutenção da paz

Silva Lopes Etiambulo acrescentou que ANDA tem também o "Programa dos Ex-combatentes para a manutenção da paz", coordenado pela associação, em cooperação com as suas congéneres de Moçambique, do Zimbabwe, da Zâmbia, da Namíbia e da RDC. "A visão do programa é que pessoas normais numa situação de conflito armado conseguem fugir, mas o deficiente pode não ter essa possibilidade. Por essa razão, é um imperativo defender a paz", aclarou. Para a fonte, mas que ninguém, o deficiente está preocupado em manter a paz a nível de Angola e da região. "Vamos fazer dos portadores de deficiência acérrimos activistas da paz. Devem ser estes a denunciar os eventuais paíóis abandonados, as áreas minadas ou aqueles que ainda possuem armas de guerra nas suas residências", enfatizou. Para Etiambulo, a chave para a manutenção da paz reside nos ex-combatentes já que, uma vez bem informados e sensibilizados, serão estes os melhores interlocutores sobre os malefícios da guerra.

ANDA já é uma instituição de utilidade pública

Ao terminar a longa e interessante conversa o responsável pela associação fez saber que o Executivo reconheceu em Maio do ano transacto a ANDA como instituição de utilidade pública, beneficiando doravante do OGE. "Agradecemos a posição do Executivo e, nessa altura, estamos a preparar os projectos que serão submetidos, cuja finalidade será, essencialmente, virados a políticas de sensibilização e consciencialização para mudança de atitudes e comportamentos, assim como a cura dos traumas no seio dos deficientes, particularmente os ex-combatentes", assegurou. Silva Lopes reconheceu a importância que o Presidente de Republica, José

Eduardo dos Santos, e o Executivo tem dado a problemática do deficiente, particularmente os ex-militares. "O PR só no ano transacto exarou três decretos relacionados com os deficientes. Tratou-se do 237, que cria as políticas de atendimento aos portadores de deficiência, o 238, da estratégia do referido, e o 151, que atribui os meios para sua materialização", asseverou. Segundo a fonte, na mesma altura o PR orientou a alocação de verbas aos Ministérios dos Antigos Combatentes, da Reinserção Social e da Saúde para a aquisição de meios para formação e reintegração dos deficientes. Alertou que a lei 21 I 82,e 22 de Abril, determina que cada empresa deve reservar dois por cento da sua força de trabalho para deficientes. A ANDA controla presentemente cerca de 53 mil associados beneficiários, dos quais mais e 27 mil ao membros efectivos.

1.6 Quanto custam os engarrafamentos

A Capital

18 De Maio de 2013

Economia Os engarrafamentos que " marcam o trânsito nas estradas de Luanda começam a ser factor sério de estrangulamento da economia, gerando prejuízos na ordem dos 3 biliões e meio de dólares anuais, de acordo com estimativas da Associação Industrial de Angola (AIA)

Em período de maior produtividade, um sem número de trabalhadores fica horas a fio nas estradas, por conta dos congestionamentos, que nos últimos dias caracterizam o trânsito na capital do país. Aos olhos de leigos, o fenómeno pode não significar absolutamente nada. Mas instituições como a Associação Industrial de Angola (AIA) olham para os constantes engarrafamentos nas estradas estruturantes de Luanda com particular preocupação. E não sem razão. É que, segundo aquela organização de carácter económico, os engarrafamentos que marcam o trânsito na capital, de tão infernal que são, já se apresentam como um factor de estrangulamento da economia nacional, gerando prejuízos calculados em cerca dos 3 mil milhões e meio de dólares anuais. Os dados resultam de estudo realizado a propósito, em que a AIA também teve as suas impressões digitais, concluindo que o trânsito em Luanda "é inimigo da produtividade". Tal cálculo, segundo José Severino, resulta da análise de que, um carro é ocupado por três forças produtivas, que ficam imobilizadas, para além do consumo do combustível usado pelo universo de carros que circulam por Luanda. O somatório de tudo isso, adicionados a outros factores complementares acaba nos prejuízos

económicos avançados pela AIA, na pessoa do seu presidente.

O tempo que se perde no trânsito tem sido, também, uma preocupação constante do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, que na voz de um dos responsáveis daquele sector, terá já reconhecido tal fenómeno como algo com reflexões negativos para a economia do país. "Se se tiver em conta que em uma hora fabricamos uma mesa, duas horas de atraso significam um prejuízo de duas mesas não produzidas", exemplificou Venceslau de Matos. E é exactamente o que tem estado a acontecer na maioria das áreas do sector produtivo de Luanda, que vê os seus funcionários horas a fio presos nos engarrafamentos. Uma das várias vítimas do trânsito infernal em Luanda é Herculano Santos, que já não acredita na possibilidade de solução para o problema. "Este mal parece não ter fim", disse. O drama que este automobilista diz nunca vir a esquecer prende-se com o trânsito que recentemente o deixou cerca de 4 horas imobilizado na estrada a caminho do serviço. O presidente da AIA, José Severino, associa isso a um outro factor que tem a ver com o excesso de viaturas e insuficiência de vias de circulação, levando o país a consentir tais prejuízos. Estatísticas do primeiro trimestre, por exemplo, revelam que 95% das importações de viaturas entram pelo Porto de Luanda, o que, de acordo com a AIA faz sugerir que, pelo menos, 80% delas ficam na capital. "Fiz 4 horas e 45 minutos do supermercado da Shoprite ao largo da Independência", contou Herculano, antes de lamentar que o facto do atraso ter resultado em falta no registo da pontualidade. "Fui vítima de problemas dos quais não tenho culpa, mas tive que pagar por isso", tal como deplorou Herculano dos Santos.

Pela mesma odisseia passa a generalidade das pessoas que, diariamente, são obrigadas a sair em busca de pão, como é o caso do funcionário público Cristóvão José. Ele contou que cada vez que sai à rua é um pesadelo, já que o mínimo atraso é quase que fatal, como ele mesmo qualifica, dada a falta que é sujeito a sofrer. "Se a pessoa atrasar dois minutos da hora em que sai habitualmente, pode complicar todo quadro", explicou. Tanto Cristóvão José, como Herculano dos Santos não conseguem perceber as razões de tanto trânsito, uma vez que nos últimos tempos as condições das estradas melhoraram consideravelmente em relação há alguns anos atrás. O mesmo pensa Evaristo André, outro automobilista que até já se diz traumatizado de tanto aturar os engarrafamentos. "A pessoa só aguenta porque sabe que vai atrás do ganha-pão, de contrário, ninguém sairia de casa", rematou

Combustível na reserva

Para quem detém viatura, a perda de combustível e o desgaste do motor em função do excesso de tempo que ele se mantém em funcionamento nos congestionamentos constituem outra dor de cabeça, que se acresce aos descontos por atraso no trabalho. Os mais prudentes, como Herculano dos Santos, fazem questão de sempre que a marcha registar uma paragem prolongada, desligar o motor. "Para economizar", disse. Outros optam por seguir do ar condicionado, mesmo que o calor os convida a accioná-lo, já que este é um dispositivo que concorre para maior consumo de combustível. "Já me aconteceu ficar sem combustível na rua", disse Herculano, que após essa lição aprendeu que em horas de trânsito apertado dispensa a utilização do ar condicionado. "É melhor assim, é menos uma despesa", considerou Herculano.

Almoçar em Casa nem pensar

Por força do trânsito que caracteriza a cidade de Luanda, são raros os casos de trabalhadores que, nos dias de hoje, que se servem dos intervalos do meio-dia para tomar o almoço nas respectivas residências. "O ideal é comer próximo ou mesmo no serviço", aconselhou Herculano, que faz disso a sua rotina diária com temor de perder o tempo de regresso ao trabalho parado no trânsito. Em função disso, a alternativa é mesmo almoçar nas redondezas do local do trabalho. Só que isso sai mais caro ao bolso do funcionário, pelo preço da refeição fora de casa. O prato de uma refeição no espaço onde toma o almoço custa entre 800 a mil kwanzas. Feitas as contas, em um mês ele diz desembolsar cerca de 39 mil e 600 kwanzas, de um salário que como disse, "já é muito magro". Não isento desses custos, estão pessoas como o funcionário Evaristo André que também decidiu almoçar nas proximidades do trabalho, por economia de tempo. Algo, entretanto que não fica nada barato. A sua despesa com almoços pesa qualquer coisa como 28 mil kwanzas mensais, nada distante do que gasta Cristóvão José, que gasta mil a 2 mil kwanzas diários por uma refeição. "Ficamos quase sem opção. Entre comer aqui e ir para casa e regressar tarde, decido comer aqui", justificou.

I.7 Trânsito com custos bilionários

A Capital

18 De Maio de 2013

JOSÉ SEVERINO Num dedo de conversa com este jornal, o presidente da Associação Industrial de

Angola (AIA) ajuda a ter uma ideia dos prejuízos económicos decorrentes do trânsito em Luanda

Num dedo de conversa com este jornal, o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, ajuda a ter uma ideia dos prejuízos económicos decorrentes do trânsito em Luanda. O industrial apontou por isso a descentralização dos serviços como um dos caminhos a seguir para amenizar os congestionamentos, sobretudo no centro da capital. Qual é o impacto dos engarrafamentos na economia nacional? Tem muitas vertentes, tanto económica que está ligada à baixa de produtividade, como questões ligadas à saúde, tanto mental como física. Porque o tempo que se perde no trânsito, as pessoas ali paradas no carro não estão a produzir, limitam-se a arrancar e parar. Com isso, a permanência da situação leva-as ao stress e não acontece só com os adultos, mas até com as crianças, que passadas quatro horas no carro, não estão em condições de assimilar quando chegarem à escola. Na economia, isto custa cerca de três biliões aos cofres do Estado. Sim, este cálculo resulta da análise de que, um carro é ocupado por três forças produtivas, que ficam imobilizadas, assim como o consumo do combustível. Estatísticas do primeiro trimestre revelam que 95% das importações de viaturas são feitas pelo Porto de Luanda, o que quer dizer que a nossa praça fica com, pelo menos, 80 por cento destas viaturas. Neste momento, são cerca de dois milhões de viaturas que perdem duas horas por dia, que diminui 20 por cento da produtividade e do salário do trabalhador. Digo que os carros em Luanda já não deviam ser vendidos pelos quilómetros feitos, mas sim como o tractor, seria por horas do motor. Porque faz mais horas de motor e faz poucos quilómetros. O carro pode ser novo, mas o motor está cansado. O trânsito em Luanda é um inimigo da produtividade. E não venham com argumentos que acontece noutras paragens. Não. Quem disser isto ou está a especular, a comparar com as más cidades, e não com as cidades que funcionam. O custo de vida em Luanda está aliado aos engarrafamentos, já viu um médico que leva 4 horas para chegar ao consultório, vai encarecer a consulta para conseguir o que perdeu no congestionamento.

E os horários dos serviços, em que medida estes podem implicar no congestionamento?

Implicam e muito, porque existe uma disfuncionalidade do comércio, por exemplo. Se for agora à baixa, os estabelecimentos estão fechados, quando deviam operar até, pelo menos, as 20 horas da noite, sobretudo nesta zona de grande concentração. Depois é aliviar o peso de estruturas no município das Ingombotas. A nossa proposta sempre foi, para se começar, com a saída dos serviços

do Governo Provincial, porque o que mais se procuram não são os serviços ministeriais, são os locais. Todos os dias há problemas para se tratar com os serviços locais. Foi sempre nossa proposta que os serviços fossem deslocados para Luanda Sul, onde há edifícios novos. O nosso "belo-palácio" seria apenas para questões políticas ou então, ligadas à figura do senhor governador, reuniões de certo nível. Mas, tudo mais que sejam questões técnicas, nem os vice-governadores deviam cá estar. Agente vai a Maputo evê isso. À volta do governo provincial não se vê o mesmo afã que vemos aqui, porque deslocaram os serviços para fora do núcleo central e Maputo. Portanto, estes são aspectos que podem ser articulados e também, na altura certa vamos sugerir que Viana se transforme numa plataforma de descentralização do governo. Que o cidadão de Viana não precisa de vir a Luanda resolver os seus problemas.

Em que medida isto pode vira resultal?

Se isto for melhorado é evidente que as pessoas de Catete, inclusive as pessoas de Cazenga Norte, Luanda Sul e de Cacucaco não precisarão de vir a Luanda, vão fluir para Viana, Este programa que a gente recoloca, Viana plataforma de descente: realização, é uma segunda edição do que fizemos em dois anos passados. Vamos recolocar porque é preciso que Viana tenha todos os serviços, desde as direcções provinciais, institutos, toda panóplia de serviços, inclusive uma gestão de transportes públicos autónoma. Sobre o trânsito há um gabinete de viação, mas não tem autonomia paratomar decisões. Por exemplo, de Segurança Social, o que é que se tem em Viana? Nada então, onde vamos fazer todo tratamento das pensões dos antigos combatentes. A banca deve olhar melhor para o mercado de Viana. Mas, particularmente o Estado que é o maior interessado em harmonizar Luanda, em benefício da eficácia económica e da saúde do cidadão, não falo só da saúde física, mas como a mental, porque há interesse que o homem que vem para Luanda seja mais produtivo. Existem casos em que as pessoas acabam de chegar ao serviço e já estão a pensar no drama que será o regresso.

Qual foi o objectivo para a realização deste estudo?

Portanto, quando lançamos estes números, foi exactamente para sensibilizar quem de direito para que, de uma forma mais agressiva, sabemos que esta preocupação existe porque foram criadas comissões rodoviárias, entre outras. Mas, parece-nos que se espera muito dos grandes projectos. Começa-se a falar do metro de superfície, do transporte marítimo, mas temos condições, em muitos casos de usar o sistema convencional de táxi. Em qualquer parte do

mundo, a pessoa vai à rua e pode apanhar um táxi. Aqui não há táxi a passar, a pessoa tem que chamar e se ainda assim, pode demorar 15 minutos a chegar. Mas como a pessoa não pode ficar sem produzir nestes 15 minutos, pega na sua viatura pessoal, e encontra outros milhares de condutores na via.

1.8 A cesso de pagamento das petrolíferas em kwanzas tem balanço positivo

Jornal de Angola
10 De Maio de 2013

O executivo fixou ontem a quantia de 2,5 mil milhões de kwanzas, equivalente a 25 milhões de dólares, como valor mínimo de capital social para a criação de um banco comercial ou de Investimentos em Angola. A decisão foi anunciada pelo governador do Banco Nacional de Angola (BNA), em conferência de Imprensa após a reunião da Comissão Económica do Conselho de Ministros.

José de Lima Massano disse que a proposta de ajustamento do capital social mínimo para as novas sociedades financeiras bancárias, aprovada ontem durante a sessão da equipa económica orientada pelo Presidente José Eduardo dos Santos, enquadra-se no processo de reformas em curso no sistema financeiro, sobretudo nas sociedades sujeitas a supervisão do Banco Central.

O governador do BNA frisou que a medida, inseri da no Programa Nacional de Desenvolvimento, visa essencialmente conferir aos bancos comerciais uma dinâmica de modernização e uma contínua adequação às normas internacionais, tanto de boa governação como de gestão de risco.

O governador do Banco Central salientou que esse ajustamento pouco ou nada vai afectar o dia-a-dia dos bancos que já operam, pois, como disse, a maioria tem capital social bem acima dessa referência. "Há uns que têm que fazer um esforço de ajustamento. Para isso, foi estipulado o período que vai até Junho de 20 14", sublinhou José Massano.

O governador do BNA considerou prematuro falar-se de extinções ou fusões de bancos, como resultado natural desse ajustamento no capital mínimo das sociedades bancárias. "O que estamos a fazer são ajustamentos ao nível do risco a que as instituições estão sujeitas em Angola", disse José Massano, frisando que fusões ou extinções de bancos apenas teriam lugar por vontade dos accionistas e não por iniciativa do Banco Central. Outro aspecto discutido ontem na sessão da Comissão Económica do

Conselho de Ministros tem a ver com as regras de licenciamento de novos bancos. José Massano anunciou que passam a vigorar novas regras para novos bancos obterem licenças.

"O BNA, até aqui, tinha um período de reflexão, em alguns casos, excessivamente longo. As novas regras impõem que o banco central deve pronunciar-se num período máximo de seis meses, para aqueles processos que, do seu ponto de vista, estejam em condições para serem aprovados", declarou. Na eventualidade de ser necessário algum documento complementar, acrescentou, o período de seis meses pode ser estendido para 12 meses em relação à data de recepção dos pedidos pelo BNA. "No caso de não termos uma resposta nesse período, o processo é considerado tacitamente declinado", concluiu.

Pagamentos em kwanzas

Pouco mais de mês e meio depois da entrada em vigor da medida que obriga a que todos os pagamentos a residentes cambiais sejam feitos unicamente em moeda nacional, à luz do novo regime fiscal do sector petrolífero, o governador BNA fez urna avaliação positiva do processo que mobilizou as companhias petrolíferas, as empresas prestadoras de serviço, os trabalhadores e as entidades reguladoras o BNA e a Sonangol.

José Massano manteve contactos com os operadores do sector para avaliar os preparativos para a "realidade diferente" que o sector passa a ter a partir de 1 de Julho. "Tem havido um esforço de adaptação das empresas petrolíferas, dos prestadores de serviço, dos trabalhadores do sector, bem como dos reguladores", mas a aplicação da medida "tem estado a correr sem sobressaltos".

O governador do BNA garantiu que há uma "percepção bastante positiva" da alteração introduzi da. "Os pagamentos a residentes cambiais já são todos feitos para contas emitidas no nosso território" e os operadores e as instituições financeiras "continuam a fazer ajustamentos nos seus processos de trabalho", observou.

Dos contactos que manteve na quarta-feira com as companhias, empresas prestadoras de serviços e trabalhadores, separadamente, José Massano disse que lhe foram colocadas várias preocupações. A preocupação maior, disse, "tem a ver com a facilidade nos pagamentos a empresas prestadoras de serviços, que, habituadas a receber em moeda estrangeira", passam a receber com recurso aos bancos.

José de Lima Massano referiu-se aos contactos que o banco central tem com os bancos comerciais e disse

que está a aumentar a oferta de cambiais. "No mês de Abril a oferta de moeda estrangeira economia foi de perto de dois mil milhões de dólares. Entendemos que há condições para continuarmos nesta senda", disse. De acordo com o governador do BNA, há necessidade de eficiência na melhoria dos processos de trabalho. No caso concreto do Banco Central, referiu, é necessário simplificar os processos e garantir que as operações de pagamentos ao exterior ocorram com celeridade e sem constrangimento para o normal funcionamento do sector petrolífero.

I.9 Camponeses do Balombo reembolsam crédito agrícola

O Independente

11 De Maio de 2013

Dois milhões e 573 mil kwanzas é o valor reembolsado de Janeiro a Abril deste ano, pelos camponeses do município do Balombo, província de Benguela, que beneficiaram, em 2011, do crédito agrícola de campanha. De acordo com o director em exercício da Estação de Desenvolvimento Agrário no Balombo, Celestino Wambo, os beneficiários garantiram reembolsar até finais de Julho deste ano os restantes valores, com vista a complementar os 17 milhões e 220 mil kwanzas recebidos. Celestino Wambo referiu que o processo de reembolso está a ser facilitado pelos técnicos da Estação do Desenvolvimento Agrário que recebem os valores dos camponeses e posteriormente depositam no banco credor Banco de Comércio e Indústria (BCI). Beneficiaram do crédito agrícola de campanha 364 camponeses de 17 associações e cooperativas agropecuárias. Celestino Wambo assegurou que a Estação de Desenvolvimento Agrário está a trabalhar na organização para a recolha, em breve, do reembolso cerca de 50 toneladas de milho distribuídos as famílias camponesas no início da campanha agrícola.

I.10 Microcrédito ajuda alunos a comprar computador o objetivo é incentivar as crianças a utilizarem as tecnologias de informação

Jornal de Angola

11 De Maio de 2013

O secretário de Estado para as Tecnologias de Informação, Pedro Teta, anunciou na quarta-feira, na cidade do Uíge, a criação de um programa conjunto com alguns bancos comerciais para a concessão de

microcréditos a alunos, para poderem adquirir equipamentos que facilitam o uso das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC'S), sobretudo computadores portáteis.

Pedro Teta falava durante a visita de cerca de quatro horas que efectuou à província, para avaliar o funcionamento do sector e a inclusão de vários projectos do Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação naquela região.

O Ministério está a negociar com as direcções dos bancos comerciais a criação de uma linha de microcrédito que permita financiar a compra de computadores aos alunos no valor de 45 mil kwanzas, que devem ser reembolsado às instituições financiadoras no prazo de 12 meses.

Depois de proceder à entrega de computadores portáteis do projecto "Meu Kamba" e outros de mesa às escolas 11 de Novembro e Divino Pastor, nesta cidade, Pedro Teta esclareceu que o Executivo, no âmbito das parcerias público privadas, vai construir uma fábrica de computadores na Zona Económica Especial Viana-Bengo, para munir as escolas do país de equipamentos informáticos e permitir que cada aluno tenha pelo menos um computador. "Os alunos solicitam o microcrédito e, mensalmente, os encarregados de educação devem depositar três mil kwanzas no banco. Queremos, desta forma, promover a familiarização dos alunos com as novas tecnologias de informação e comunicação, para facilitar os seus mecanismos, métodos de estudo e de investigação enquanto crianças", referiu.

O secretário de Estado acrescentou que o projecto pretende combater, principalmente, o isolamento digital que ainda se verifica em quase todo o país, e promover o uso quotidiano dos equipamentos informáticos e das TICs, tendo em conta a vastidão de conteúdos proporcionada pelos computadores e pela Internet. "Em pleno século XXI, as crianças têm de ser mais competitivas para saberem investigar sobre as matérias académicas e outras que fazem a actualidade do dia-a-dia em todo mundo", disse.

Mediateca

Acompanhado de uma equipa técnica do seu gabinete e membros do Governo Provincial, Pedro Teta visitou o local onde vai ser construída a Mediateca do Uíge, o mesmo recinto onde se encontra o Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) local. O futuro edifício vai ocupar uma área com cerca de oito mil metros quadrados. O projecto da construção de Mediatecas em todo o país é uma iniciativa do

Presidente da República, José Eduardo dos Santos e visa criar um espaço onde as pessoas necessitadas e as que não têm possibilidades possam aceder aos serviços de Internet ou de um computador, gratuitamente.

A Mediateca vai contar com uma biblioteca, sistemas multimédia, zonas destinadas a crianças, jovens e adultos, espaços para as pessoas com mobilidade reduzidas, salas de leitura, sala de conferências e locais para exposição de trabalhos diversos. "Viemos efectuar a micro localização do terreno. Vamos prosseguir com a elaboração do projecto arquitectónico, estudos topográficos e geotérmicos para que em Agosto as obras tenham início e, em 2014, a população estudantil e outras pessoas tenham um espaço bom para a leitura, investigação e lazer", sublinhou.

Melhorar a comunicação

O secretário de Estado Pedro Teta reconheceu que a comunicação na província do Uíge ainda é deficiente, por isso defendeu a necessidade de serem reforçadas e aceleradas pelas operadoras destes serviços no país e pelo Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, para que conduzam ao seu melhoramento imediato.

Referiu, a título de exemplo, a existência de "zonas sombra" na estrada que liga a cidade do Uíge ao Caxito, onde em caso de necessidade de intervenção imediata devido a acidentes ou outras circunstâncias, as pessoas não conseguem comunicar a ocorrência, facto que tem provocado a morte a muitas pessoas por falta de socorro em tempo oportuno.

"Os serviços de telecomunicações ainda são deficientes. Já está instalada a fibra óptica na província do Uíge, mas é preciso que sejam alargadas as bandas através do projecto do Executivo destinado a aumentar o acesso internacional através do cabo de fibra óptica marinho e do satélite angolano ANGOSAT", concluiu.

I.11 BUE embaraça Ministério da Justiça

Semanário Factual

De 18 a 25 de Maio de 2013

Os trabalhadores dos Balcões Único de Empreendedor (BUE), em todo o país, estão desmotivados devido a atrasos salariais. Segundo os trabalhadores "até à data presente, apenas alguns funcionários afectos aos BUE receberam algum incentivo monetário, isso em Dezembro do ano

passado". "Desde Dezembro de 2012 até ao mês presente (Maio) não recebemos nem um Kwanza. Será que o senhor ministro e os seus colaboradores também estão esse tempo todo sem receberem nenhum Kwanza", questionam os trabalhadores. Para os trabalhadores "Isso tudo vem demonstrar que há uma certa desordem por parte dos responsáveis máximos do BUE". Por isso, pedem aos responsáveis máximos do BUE para prestarem mais atenção aos que os, porque são eles que fazem as instituições funcionar. "Exigimos que o órgão competente nos apresente a tabela salarial para todos os funcionários do BUE, porque não é justo trabalharmos sem sequer saber quanto é que receberemos no final do mês" exigem. De acordo com os funcionários " não se admite em parte alguma um licenciado ganhar o mesmo salário que a empregada de limpeza, só mesmo em Angola". Existem mais de 90 Balcões BUE espalhados por todo o território nacional e, infelizmente, muitos dessas estruturas estão paralisadas por falta de materiais para o seu normal funcionamento, tais como tinteiros para as impressoras, material de escritório, acesso à Internet, manutenção dos equipamentos, entre outras dificuldades. "Se alguém tiver dúvida quanto à paralisação de alguns balcões em Angola é só viajar pelo interior das províncias, de preferência municípios distantes das capitais de províncias", argumentam os trabalhadores. Referem que "estes problemas básicos e graves têm efeitos negativos e directos na vida do cidadão, que pretende recorrer aos nossos serviços a fim de ver diminuída a sua condição de pobreza, baseando-se no que o Executivo prometeu e porque criou os BUE". Defendem ainda que "os coordenadores dos Balcões deveriam ser oficiais, mas verifica-se, em vários balcões que os coordenadores são apenas técnicos básicos". Uma fonte do Ministério da Justiça garantiu ao Factual que a situação está a ser resolvida, sobretudo a questão salarial. "O atraso deveu-se a questões organizativas, mas tudo está resolvido", acrescentou a fonte do Ministério da Justiça e Direitos Humanos.

I.12 67% Dos depósitos na banca transformados em crédito em 2012

Expansão

24 De Maio de 2013

Em 2011 o rácio de transformação dos depósitos captados pelo sistema bancário situou-se nos 60%. O aumento verificado no ano passado explica-se pelo facto de o crescimento do crédito ter sido superior ao

crescimento dos depósitos em 24% e 11% respectivamente.

O rácio de transformação de depósitos em crédito atingiu os 67%, no ano passado, mais 7 pontos percentuais (Pp) que o registado em 2011, altura em que se cifrou nos 60%. Por sectores de actividade, contribuíram para o aumento do crédito em 2012 os da construção (313,5 mil milhões Kz), outras actividades de serviços colectivos (486,2 mil milhões Kz) e comércio por grosso e a retalho (448,0 mil milhões Kz). Só o crédito concedido pelo conjunto dos cinco maiores bancos do País registou um acréscimo de 388,3 mil milhões Kz, para 1,9 biliões Kz em 2012, representando um aumento de 19,6%. OBESA, com um total de 495,9 mil milhões Kz emprestados à economia liderou o ranking do crédito, o BPC aparece na segunda posição, com 401,9 mil milhões Kz, sendo que o BFA, com apenas 125,8 mil milhões Kz, foi o que menos dinheiro emprestou. Entretanto, o crescimento do rácio de transformação se explica pelo facto de o crescimento do crédito (24%) ter sido superior ao crescimento dos depósitos (11%), de 2,1 biliões de Kwanzas em 2011 para 2,6 biliões no ano passado, sendo que os depósitos estiveram muito abaixo do verificado no ano anterior (35%). Para o crescimento registado em 2012, contribuiu apenas o aumento dos depósitos em moeda nacional em 22%, uma vez que os depósitos em moeda estrangeira mantiveram-se no final do ano ao mesmo nível de 2011. Desta forma, os depósitos em moeda nacional passaram a representar 55% do total de depósitos, tendo havido um aumento de 5 pp no ano. A estabilidade dos depósitos em moeda estrangeira é em parte derivada dos esforços de desdolarização da economia, encabeçados pelo banco central. Devido à estabilidade da moeda nacional e ao aumento da confiança dos usuários do sistema bancário, pela primeira vez, a carteira de Depósitos evidenciou a predominância de moeda nacional e de depósitos a prazo. À semelhança dos Depósitos, os Créditos em moeda nacional aumentaram consideravelmente. Todavia, registou-se uma ligeira contracção nos níveis de rentabilidade e de liquidez imediata, assim como um ligeiro agravamento do risco de crédito. este último decorrente do aumento do crédito vencido e da insuficiência de provisões para o crédito em atraso. Em 2012, entre os bancos do "top five", o BAI liderou o ranking dos depósitos com perto de 817 milhões Kz na sua carteira. O BESA foi o que menos recursos de clientes captou. No conjunto, os depósitos nos cinco maiores bancos, em 2012, ascenderam 4,2%, passando de 2,8 biliões Kz, em 2011, para pouco mais de 3 biliões Kz registados no ano passado. Para o administrador do Banco Angolano de Investimentos (BAI), João Fonseca, o facto de actuar com mais força no

segmento das empresas, algumas das quais em sectores estruturantes da economia, contribui para esta maior relação entre depósitos e número de clientes, quando comparada com o sector, que a sua instituição vem apresentando sucessivamente.

Governo aumenta depósitos

O ano passado ficou marcado com uma subida dos depósitos do Governo no banco central. Segundo o BNA, terá contribuído para tal, o volume de receitas fiscais arrecadado no período em análise, o que, vinculado à tendência decrescente da inflação, contribuiu também para o financiamento de curto prazo do Governo a taxas relativamente baixas. Concomitantemente, esta redução das necessidades de financiamento do Governo libertou recursos do sector bancário que poderão ser direccionados para o crédito à economia:

Dados estatísticos avançados ao Expansão pelo administrador do BAI revelam que o crédito e os depósitos ao sector privado, na banca nacional, tiveram sensivelmente o mesmo crescimento no ano (respectivamente 24% e -26%). Desta forma, o menor crescimento dos depósitos no sector foi influenciado pela redução dos depósitos das empresas públicas do sector não-financeiro (-56% no ano), representando perda de liquidez para o exterior, uma vez que não contribuiu para variação do crédito. Movidos pelo importante papel que os depósitos bancários jogam para o investimento, na medida em que, quando bem aplicados, sobre forma de crédito, podem impulsionar o crescimento real da economia de um país, ouvimos o macroeconomista Cristóvão Neto, que reconhece estar a haver nós últimos anos, em Angola, um aumento significativo dos depósitos no sistema bancário, fruto do desenvolvimento do mercado financeiro.

A título ilustrativo, os depósitos à ordem passaram de 1,1 mil milhões de Kwanzas em Dezembro de 2008, para 1,9 mil milhões de Kwanzas no último mês de 2012. Enquanto isso, os depósitos à prazo saíram dos 170 milhões de Kwanzas, em 2008, para os 1,3 mil milhões de Kwanzas no ano passado. "Com o ritmo de crescimento que se vem evidenciado na banca local, espera-se também uma grande margem de crescimento dos depósitos, quer sejam à ordem, como à prazo, que se poderão reverter em mais crédito a economia", projectou Cristóvão Neto. Para o quadro do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, existe ainda no mercado informal uma liquidez relativamente elevada que se precisa canalizar para o circuito formal por vias dos depósitos bancários para ser transformada em investimentos a economia. Porém, defende que tal exercício não passa apenas pelos

incentivos como as taxas de juros aos depósitos à prazo e da criação de novos instrumentos financeiros, mas também pela qualidade dos serviços disponibilizados pelos bancos comerciais, opinião partilhada igualmente por João Fonseca que sugere ainda a o aumento da oferta de produtos e serviços aos clientes.

Primazia para qualidade dos projectos a financiar

Questionado sobre os níveis de transformação de depósitos, Cristóvão Neto referiu que o importante não é termos um rácio "elevadíssimo" de conversão de depósitos em crédito, mais sim a qualidade da sua aplicação. "Amáqualidade dos projectos financiados com recurso a banca tem-se assumido como um factor destrutivo para o crescimento económico do País, pois, muitas vezes, o mesmo não tem sido canalizado de forma racional e apropriada nos projectos de impacto económico", apontou. Para obtermos um rácio significativo de transformação de depósitos em crédito, opinou, teremos que ter em consideração o aumento positivo de depósitos, a qualidade e sustentabilidade dos projectos apresentados pelos empresários. Um outro factor, acrescentou, está ligado ao rendimento nacional, pois é importante atestar se são devidamente suficientes para se transformar em poupança que posteriormente se traduzirão em possíveis investimentos a economia. O macroeconomista disse acreditar que a nova lei cambial aplicável ao sector dos petróleos, que obriga as empresas petrolíferas que operam no País a efectuar inicialmente os depósitos nos bancos comerciais em moeda nacional venha, de algum modo, a aumentar o rácio de transformação de depósitos em crédito, na medida em que com ela haverá aumento de liquidez no sistema bancário. Contudo, alerta que o aumento do rácio de transformação de depósitos em crédito só será possível, por um lado, caso haja atractividade nas taxas de juros para assegurar especialmente os depósitos à prazo. Por outro lado, se quisermos que se verifique um aumento no rácio de transformação de depósitos em crédito, indicou, deve-se aumentar significativamente os depósitos a ordem, facto que está associado a qualidade dos serviços prestados pelos bancos.

"Os serviços inadequados prestados pelos bancos e o limitado desenvolvimento financeiro é suficiente para promover uma redução dos depósitos e como consequência afastam todas as possibilidades da transformação dos depósitos em crédito", considerou. Concluindo, Cristóvão Neto sugere que a melhor estratégia que os bancos devem adoptar para aumentar o volume dos depósitos tem que ver, primariamente, com a qualidade dos serviços prestados, flexibilização dos procedimentos de

abertura de contas, principalmente dos valores mínimos exigidos. Sobre as taxas de juro aplicadas aos depósitos à prazo pelos bancos, João Fonseca, avança que, em Kwanza, as mesmas encontram-se fortemente correlacionadas com as taxas de juro do mercado de títulos até um ano, uma vez que aqueles depósitos dificilmente ultrapassam tal maturidade. "Estando as taxas de juro destes títulos negativas em termos reais, quando comparadas com a inflação, não são atractivas para aforrador", afirmou Fonseca. Para ser mais concreto, o administrador do BAI explicou que o efeito das reservas obrigatórias, actualmente correspondente a 20% dos depósitos, também contribui para uma margem menor, repercutindo-se numa oferta menor em taxa de juro passiva, seguindo a fórmula $TJP = TjA * (1 - R)$, em que TJP = Taxa de juro passiva; TjA = Taxa de juro activa e R = Reservas obrigatórias. Além do mais, prosseguiu, o cliente tem que considerar a retenção pelo banco do imposto sobre a aplicação de capitais, correspondente a 10% dos juros dos depósitos, elucidando que as melhores taxas de juros são oferecidas para prazos de um ano e superiores, situando-se em cerca de 7% em termos nominais. Quem também emitiu a sua visão sobre o assunto foi o empresário Rui Santos da Sistec. Reconhecendo não possuir conhecimentos suficientes para dar uma opinião sólida, mas comentando na óptica de um utilizador dos serviços bancários, disse crer que as taxas de juro passivas têm em linha de conta as normas do BNA e que os bancos comerciais agem em conformidade com elas. No entanto, advoga que a taxa de juro deveria ter como base o valor da inflação, acrescido de 4%. A seu ver, uma das estratégias que os bancos devem adoptar para que captem mais depósitos passa pela criação de um sistema em que os depósitos à ordem fossem remunerados ao dia a uma taxa, por exemplo, que correspondesse a metade da taxa de um depósito a prazo.

1.13 A criação do BUE

Nova Gazeta

30 De Maio de 2013

Tutelado pelo Ministério da Justiça e coordenado pelo Ministério da Economia, o programa visa facilitar o processo de licenciamento e regulamentação de empresas e empreendedores que se encontram no mercado informal.

Ou seja, se uns vão à busca de financiamentos, alguns que já têm pequenos negócios procuram apenas a legalização dos mesmos, com a obtenção de alvará comercial e o número de identificação fiscal. Cerca de sete mil dólares é o valor estipulado para cada credor que se dirige aos balcões únicos do empreendedor. O

financiamento é concedido pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC) e pelo Banco de Comércio e Indústria (BCI).

I.14 Intervalo no BUE para pensar

Nova Gazeta

30 De Maio de 2013

O Balcão Único do Empreendedor (BUE), um projecto criado pelo Governo no ano passado para incentivar micros, pequenos e médios negócios, suspendeu o financiamento. Os seus responsáveis garantem que foi apenas para fazer um balanço do que já foi gasto, mas não têm previsões de quando será retomado. Desde que foi criado, o BUE já financiou projectos que totalizaram 144 milhões de dólares.

O financiamento de projectos integrados no programa Balcão Único do Empreendedor (BUE) está suspenso, sem que haja uma data prevista para ser retomado. A informação sobre a medida já circulava há alguns meses de forma não oficial e foi confirmada tanto pelo coordenador do Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN), Pedro Yala, na qual se insere o BUE, quer pela própria coordenadora do BUE de Viana, Antónia Costa. Ambos prometem retomar o financiamento sem, no entanto, arriscarem uma data. Até à suspensão, o BUE tinha disponibilizado 144 milhões de dólares. Os gestores consideram que estes valores "são muito altos", por isso, "impunha-se a suspensão que irá permitir fazer um balanço". A medida, segundo os dois, visa avaliar "onde se pode melhorar para se poder dar uma resposta mais eficaz". Com esta medida, o BUE deixou de registar as habituais enchentes, havendo uma ou outra pessoa que vai apenas legalizar a sua empresa. Por falta de informação, Nelito Manuel é uma das pessoas que aguarda pelo financiamento desde Outubro. Todas as semanas dirige-se ao balcão do Cazenga, em Luanda, onde deu entrada do processo. O jovem pretende abrir um salão de beleza e, desesperado, considera que "o processo é demasiado burocrático". Maria de Fátima Ferreira, portadora de deficiência, pretende abrir uma cantina. Deu entrada da sua documentação, na semana passada, e aguarda também que o seu projecto seja financiado. No município do Cazenga, até a data da suspensão, foram financiados mil projectos e constituídas duas mil empresas que receberam alvarás provisórios, de acordo com dados fornecidos pela Unidade Técnica Municipal (UTM). O chefe deste departamento, Leonildo Bernardo Costa, assegura que, apesar da suspensão, a UTM continua a receber projectos que deverão apenas aguardar por "ordens superiores".

26 MIL JÁ BENEFICIARAM O primeiro balcão BUE arrancou no Huambo, em Abril do ano passado. Um ano depois, dados oficiais indicavam que mais de 80 balcões tinham sido abertos em todo o país, 32 mil empresas constituídas, 144 milhões de dólares concedidos em microcrédito a 26 mil pessoas. Luanda. Lunda-Norte, Huambo, Huíla e Benguela tiveram a concentração de 60 por cento de crédito concedido. Os sectores de serviços e comércio foram as que receberam as maiores fatias.

SONHOS REAIS

Dionisio Fernando Neves, de 20 anos, estudante universitário, era um jovem desempregado, com os seus dias preenchidos entre a casa e a escola. Mas já carregava consigo o sonho de abrir o seu próprio negócio. Por isso, conta que, mesmo sem grandes recursos financeiros, acreditou. Com cada 100 dólares que conseguisse nos seus "biscates" ia mantendo aos poucos a estrutura do que pretendia fazer na vida. Quando abriu o BUE do Kilamba-Kixi enfrentou as filas e conseguiu um financiamento de cerca de sete mil dólares que terá de reembolsar em cinco anos. "O BUE veio dar um empurrão no meu sonho". Com o financiamento, conseguiu montar a sua pequena empresa de prestação de serviços: aqui, num único espaço, funcionam um cyber-café, uma reprografia e uma oficina de reparação de computadores e já contratou uma pessoa. Acredita que o negócio "vai permitir reembolsar o crédito antes do prazo previsto e até ter lucros". A sua ambição é um dia ter uma indústria gráfica, mas até lá quer ganhar o seu espaço. Por isso, o seu lema é "satisfazer as necessidades dos clientes e fazer lucros". António Ângelo, 39 anos, portador de deficiência, é proprietário dum conhecido estabelecimento comercial no Cazenga, a 'Cantina do Bango'. Com o dinheiro do BUE, comprou uma motorizada de três rodas que agora o apoia na compra de mercadoria. "Quando acordo e vejo a motorizada no quintal, digo que a minha vida deu um passo em frente, porque, na minha condição, tinha muita dificuldade com o transporte para colocar os produtos na cantina, praticamente dividia os lucros com o transporte", conta. Tem agora dois empregados. Um deles anda com a motorizada para fazer as compras da cantina. Para a motorizada o prazo de reembolso é de três anos e ele acredita que antes do prazo vai pagar tudo.

1.15 Notas de maior valor facial entram hoje em circulação

Economia

31 De Maio de 2013

Conforme um documento publicado na página de internet do Banco Nacional de Angola (BNA) as moedas em papel de 1000,2000 e 5000 kwanzas vêm reforçar as outras já operacionalizadas Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do No seguimento da sua estratégia de introdução faseada das novas notas da família do kwanza, o Banco Nacional de Angola (BNA) anunciou através de um comunicado de imprensa que entra hoje (31) em circulação no mercado as notas com valores faciais de 1,000, 2.000 e 5.000 kwanzas, respectivamente. O documento publicado na página de internet do Banco Nacional de Angola (BNA) recorda que após ter sido feita a inclusão no mercado das notas de 50,100,200 e 500 kwanzas, a 22 de Março, e, no âmbito da sua função de Banco Central e emissor, coloca agora em circulação as notas de maior valor facial da família do kwanza. Para o BNA, em matéria de segurança, as novas notas destacam a textura em alto-relevo, a marca de água, o filete metálico, um componente de deslocação de cor e a considerável melhoria da qualidade do papel. O acesso às novas notas por parte dos cidadãos continua a ser facilitada por via dos bancos comerciais, sendo que o BNA conta com o sentido de colaboração de toda a sociedade na preservação, em bom estado, das cédulas do kwanza, um activo que é símbolo de soberania nacional e que a todos compete conservar.

Comité de Política Monetária

Por seu lado, o Comité de Política Monetária do Banco Nacional de Angola sua reunião de terça-feira (28), no caso a vigésima sessão ordinária, com vista à tomada de medidas de política monetária que concorram para a manutenção da estabilidade de preços na economia nacional. Nesta reunião do CPM também foi analisada a evolução da inflação, da economia real, das contas fiscais e monetárias, bem como a informação recente sobre a conjuntura económica regional e internacional. A análise do comité foi feita com base nas informações referentes ao mês de Abril de 2013.

Moedas e finanças

No mês de Abril, a taxa de inflação mensal foi de 0,60 por cento (pc), inferior à registada em Março, que foi de 0,66 por cento (pc), sendo que contra as dos últimos 12 meses registou uma diminuição, passando de 9,11 para 9,00 pc: A luibor "overnight" situou-se em 6,2 pc ao ano, enquanto nas

maturidades de 3 e 12 meses, a luibor se situou em 8,89 e 10,23 pc ao ano, respectivamente; No mês de Abril, o crédito à economia registou um aumento de 0,18 pc, tendo atingido o stock de mais de 2,6 milhões de kwanzas, enquanto que a taxa de juro média do crédito de 181 dias a i ano em moeda nacional aumentou para 12,53 pc para o segmento de particulares e diminuiu para 13,70 para o segmento empresarial. Entre as decisões do encontro do CPM, há a destacar a manutenção das Taxa Básica de Juro - Taxa BNA em 10,00 pc ao ano; a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez em 11,25 pc ao ano; e a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez em 1,00 pc ao ano.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Governo constitui 100 micro-cooperativas em dois anos

Semanário Continente
03 De Maio de 2013

O Governo Provincial de Luanda (GPL), constituiu desde o ano de 2011 até a presente data, 176 micro-cooperativas, em todos os municípios, com finalidade de promover o auto sustento dos jovens, informou recentemente o director provincial da Juventude e Desportos, António Rosa, em representação da vice-governadora para a esfera política e social, Jovelina Imperial.

António Rosa prestou estas declarações aos jovens polícias, no Comando Provincial de Luanda, (CPL) quando fazia o balanço das actividades desenvolvidas pelo governo, em prol da população em geral e em particular da juventude angolana. De acordo com o director, durante o referido período foram distribuídos 1.058 kits profissionais em todos os municípios, bem como foi construído um centro comunitário para a juventude, que já formou 1.985 jovens em vários cursos como, contabilidade, gestão dos recursos humanos, cabeleireiro e culinária. António Rosa fez saber ainda que existe, a nível da província, 30 estabelecimentos que formam anualmente cerca de 12 mil jovens, entre os quais, centros de formação profissional fixos, pequenos centros móveis e pavilhões de artes e ofícios, onde são ministrados gratuitamente os cursos num período aproximado de oito meses. No âmbito do programa de combate à pobreza, o governo construiu 19 escolas primárias, 16 postos de saúde, 12 balcões únicos de empreendedor, tendo beneficiado 2.896 cidadãos, bem como 200 fogos habitacionais, nos municípios de Icolo e Bengo e Quiçama. O encontro inserido nas jornadas do 14 de Abril, dedicado à Juventude, sob o lema "Juventude, com patriotismo e civismo, participemos no desenvolvimento do país", juntou na mesma sala, responsáveis do Ministério da Juventude e Desportos e efectivos do Comando Provincial da Polícia Nacional.

2.2 Processo de pagamento das petrolíferas em kwanzas tem balanço positivo

Jornal de Angola
10 De Maio de 2013

O executivo fixou ontem a quantia de 2,5 mil milhões de kwanzas, equivalente a 25 milhões de dólares, como valor mínimo de capital social para a criação de um banco comercial ou de Investimentos em Angola. A decisão foi anunciada pelo governador do Banco Nacional de Angola (BNA), em conferência de Imprensa após a reunião da Comissão Económica do Conselho de Ministros.

José de Lima Massano disse que a proposta de ajustamento do capital social mínimo para as novas sociedades financeiras bancárias, aprovada ontem durante a sessão da equipa económica orientada pelo Presidente José Eduardo dos Santos, enquadra-se no processo de reformas em curso no sistema financeiro, sobretudo nas sociedades sujeitas a supervisão do Banco Central.

O governador do BNA frisou que a medida, inseri da no Programa Nacional de Desenvolvimento, visa essencialmente conferir aos bancos comerciais uma dinâmica de modernização e uma contínua adequação às normas internacionais, tanto de boa governação como de gestão de risco.

O governador do Banco Central salientou que esse ajustamento pouco ou nada vai afectar o dia-a-dia dos bancos que já operam, pois, como disse, a maioria tem capital social bem acima dessa referência. "Há uns que têm que fazer um esforço de ajustamento. Para isso, foi estipulado o período que vai até Junho de 20 14", sublinhou José Massano.

O governador do BNA considerou prematuro falar-se de extinções ou fusões de bancos, como resultado natural desse ajustamento no capital mínimo das sociedades bancárias. "O que estamos a fazer são ajustamentos ao nível do risco a que as instituições estão sujeitas em Angola", disse José Massano, frisando que fusões ou extinções de bancos apenas teriam lugar por vontade dos accionistas e não por iniciativa do Banco Central. Outro aspecto discutido ontem na sessão da Comissão Económica do Conselho de Ministros tem a ver com as regras de licenciamento de novos bancos. José Massano anunciou que passam a vigorar novas regras para novos bancos obterem licenças.

"O BNA, até aqui, tinha um período de reflexão, em alguns casos, excessivamente longo. As novas regras impõem que o banco central deve pronunciar-se num

período máximo de seis meses, para aqueles processos que, do seu ponto de vista, estejam em condições para serem aprovados", declarou. Na eventualidade de ser necessário algum documento complementar, acrescentou, o período de seis meses pode ser estendido para 12 meses em relação à data de recepção dos pedidos pelo BNA. "No caso de não termos uma resposta nesse período, o processo é considerado tacitamente declinado", concluiu.

Pagamentos em kwanzas

Pouco mais de mês e meio depois da entrada em vigor da medida que obriga a que todos os pagamentos a residentes cambiais sejam feitos unicamente em moeda nacional, à luz do novo regime fiscal do sector petrolífero, o governador BNA fez uma avaliação positiva do processo que mobilizou as companhias petrolíferas, as empresas prestadoras de serviço, os trabalhadores e as entidades reguladoras o BNA e a Sonangol.

José Massano manteve contactos com os operadores do sector para avaliar os preparativos para a "realidade diferente" que o sector passa a ter a partir de 1 de Julho. "Tem havido um esforço de adaptação das empresas petrolíferas, dos prestadores de serviço, dos trabalhadores do sector, bem como dos reguladores", mas a aplicação da medida "tem estado a correr sem sobressaltos".

O governador do BNA garantiu que há uma "percepção bastante positiva" da alteração introduzida. "Os pagamentos a residentes cambiais já são todos feitos para contas emitidas no nosso território" e os operadores e as instituições financeiras "continuam a fazer ajustamentos nos seus processos de trabalho", observou.

Dos contactos que manteve na quarta-feira com as companhias, empresas prestadoras de serviços e trabalhadores, separadamente, José Massano disse que lhe foram colocadas várias preocupações. A preocupação maior, disse, "tem a ver com a facilidade nos pagamentos a empresas prestadoras de serviços, que, habituadas a receber em moeda estrangeira", passam a receber com recurso aos bancos.

José de Lima Massano referiu-se aos contactos que o banco central tem com os bancos comerciais e disse que está a aumentar a oferta de cambiais. "No mês de Abril a oferta de moeda estrangeira economia foi de perto de dois mil milhões de dólares. Entendemos que há condições para continuarmos nesta senda", disse. De acordo com o governador do BNA, há necessidade de eficiência na melhoria dos processos de trabalho. No caso concreto do Banco Central, referiu, é necessário simplificar os processos e

garantir que as operações de pagamentos ao exterior ocorram com celeridade e sem constrangimento para o normal funcionamento do sector petrolífero.

2.3 Camponeses do Balombo reembolsam crédito agrícola

O Independente

11 De Maio de 2013

Dois milhões e 573 mil kwanzas é o valor reembolsado de Janeiro a Abril deste ano, pelos camponeses do município do Balombo, província de Benguela, que beneficiaram, em 211, do crédito agrícola de campanha. De acordo com o director em exercício da Estação de Desenvolvimento Agrário no Balombo, Celestino Wambo, os beneficiários garantiram reembolsar até finais de Julho deste ano os restantes valores, com vista a complementar os 17 milhões e 220 mil kwanzas recebidos. Celestino Wambo referiu que o processo de reembolso está a ser facilitado pelos técnicos da Estação do Desenvolvimento Agrário que recebem os valores dos camponeses e posteriormente depositam no banco credor Banco de Comércio e Indústria (BCI). Beneficiaram do crédito agrícola de campanha 364 camponeses de 17 associações e cooperativas agropecuárias. Celestino Wambo assegurou que a Estação de Desenvolvimento Agrário está a trabalhar na organização para a recolha, em breve, do reembolso cerca de 50 toneladas de milho distribuídos as famílias camponesas no início da campanha agrícola.

2.4 Microcrédito ajuda alunos a comprar computador o objetivo é incentivar as crianças a utilizarem as tecnologias de informação

Jornal de Angola

11 De Maio de 2013

O secretário de Estado para as Tecnologias de Informação, Pedro Teta, anunciou na quarta-feira, na cidade do Uíge, a criação de um programa conjunto com alguns bancos comerciais para a concessão de microcréditos a alunos, para poderem adquirir equipamentos que facilitam o uso das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC'S), sobretudo computadores portáteis.

Pedro Teta falava durante a visita de cerca de quatro horas que efectuou à província, para avaliar o funcionamento do sector e a inclusão de vários

projectos do Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação naquela região.

O Ministério está a negociar com as direcções dos bancos comerciais a criação de uma linha de microcrédito que permita financiar a compra de computadores aos alunos no valor de 45 mil kwanzas, que devem ser reembolsado às instituições financiadoras no prazo de 12 meses.

Depois de proceder à entrega de computadores portáteis do projecto "Meu Kamba" e outros de mesa às escolas 11 de Novembro e Divino Pastor, nesta cidade, Pedro Teta esclareceu que o Executivo, no âmbito das parcerias público privadas, vai construir uma fábrica de computadores na Zona Económica Especial Viana- Bengo, para munir as escolas do país de equipamentos informáticos e permitir que cada aluno tenha pelo menos um computador. "Os alunos solicitam o microcrédito e, mensalmente, os encarregados de educação devem depositar três mil kwanzas no banco. Queremos, desta forma, promover a familiarização dos alunos com as novas tecnologias de informação e comunicação, para facilitar os seus mecanismos, métodos de estudo e de investigação enquanto crianças", referiu.

O secretário de Estado acrescentou que o projecto pretende combater, principalmente, o isolamento digital que ainda se verifica em quase todo o país, e promover o uso quotidiano dos equipamentos informáticos e das TICs, tendo em conta a vastidão de conteúdos proporcionada pelos computadores e pela Internet. "Em pleno século XXI, as crianças têm de ser mais competitivas para saberem investigar sobre as matérias académicas e outras que fazem a actualidade do dia-a-dia em todo mundo", disse.

Mediateca

Acompanhado de uma equipa técnica do seu gabinete e membros do Governo Provincial, Pedro Teta visitou o local onde vai ser construída a Mediateca do Uíge, o mesmo recinto onde se encontra o Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) local. O futuro edifício vai ocupar uma área com cerca de oito mil metros quadrados. O projecto da construção de Mediatecas em todo o país é uma iniciativa do Presidente da República, José Eduardo dos Santos e visa criar um espaço onde as pessoas necessitadas e as que não têm possibilidades possam aceder aos serviços de Internet ou de um computador, gratuitamente.

A Mediateca vai contar com uma biblioteca, sistemas multimédia, zonas destinadas a crianças, jovens e

adultos, espaços para as pessoas com mobilidade reduzidas, salas de leitura, sala de conferências e locais para exposição de trabalhos diversos. "Vimos efectuar a micro localização do terreno. Vamos prosseguir com a elaboração do projecto arquitectónico, estudos topográficos e geotérmicos para que em Agosto as obras tenham início e, em 2014, a população estudantil e outras pessoas tenham um espaço bom para a leitura, investigação e lazer", sublinhou.

Melhorar a comunicação

O secretário de Estado Pedro Teta reconheceu que a comunicação na província do Uíge ainda é deficiente, por isso defendeu a necessidade de serem reforçadas e aceleradas pelas operadoras destes serviços no país e pelo Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, para que conduzam ao seu melhoramento imediato.

Referiu, a título de exemplo, a existência de "zonas sombra" na estrada que liga a cidade do Uíge ao Caxito, onde em caso de necessidade de intervenção imediata devido a acidentes ou outras circunstâncias, as pessoas não conseguem comunicar a ocorrência, facto que tem provocado a morte a muitas pessoas por falta de socorro em tempo oportuno.

"Os serviços de telecomunicações ainda são deficientes. Já está instalada a fibra óptica na província do Uíge, mas é preciso que sejam alargadas as bandas através do projecto do Executivo destinado a aumentar o acesso internacional através do cabo de fibra óptica marinho e do satélite angolano ANGOSAT", concluiu.

2.5 BUE embaraça Ministério da Justiça

Semanário Factual

De 18 a 25 de Maio de 2013

Os trabalhadores dos Balcões Único de Empreendedor (BUE), em todo o país, estão desmotivados devido a atrasos salariais. Segundo os trabalhadores "até à data presente, apenas alguns funcionários afectos aos BUE receberam algum incentivo monetário, isso em Dezembro do ano passado". "Desde Dezembro de 2012 até ao mês presente (Maio) não recebemos nem um Kwanza. Será que o senhor ministro e os seus colaboradores também estão esse tempo todo sem receberem nenhum Kwanza", questionam os trabalhadores. Para os trabalhadores "Isso tudo vem demonstrar que há uma certa desordem por parte dos responsáveis máximos do BUE". Por isso, pedem aos responsáveis

máximos do BUE para prestarem mais atenção aos qua os, porque são eles que fazem as instituições funcionar. "Exigimos que o órgão competente nos apresente a tabela salarial para todos os funcionários do BUE, porque não é justo trabalharmos sem sequer saber quanto é que receberemos no final do mês" exigem. De acordo com os funcionários " não se admite em parte alguma um licenciado ganhar o mesmo salário que a empregada de limpeza, só mesmo em Angola". Existem mais de 90 Balcões BUE espalhados por todo o território nacional e, infelizmente, muitos dessas estruturas estão paralisadas por falta de materiais para o seu normal funcionamento, tais como tinteiros para as impressoras, material de escritório, acesso à Internet, manutenção dos equipamentos, entre outras dificuldades. "Se alguém tiver dúvida quanto à paralisação de alguns balcões em Angola é só viajar pelo interior das províncias, de preferência municípios distantes das capitais de províncias", argumentam os trabalhadores. Referem que "estes problemas básicos e graves têm efeitos negativos e directos na vida do cidadão, que pretende recorrer aos nossos serviços a fim de ver diminuída a sua condição de pobreza, baseando-se no que o Executivo prometeu e porque criou os BUE". Defendem ainda que "os coordenadores dos Balcões deveriam ser oficiais, mas verifica-se, em vários balcões que os coordenadores são apenas técnicos básicos". Uma fonte do Ministério da Justiça garantiu ao Factual que a situação está a ser resolvida, sobretudo a questão salarial. "O atraso deveu-se a questões organizativas, mas tudo está resolvido", acrescentou a fonte do Ministério da Justiça e Direitos Humanos.

2.6 67% Dos depósitos na banca transformados em crédito em 2012

Expansão

24 De Maio de 2013

Em 2011 o rácio de transformação dos depósitos captados pelo sistema bancário situou-se nos 60%. O aumento verificado no ano passado explica-se pelo facto de o crescimento do crédito ter sido superior ao crescimento dos depósitos em 24% e 11% respectivamente.

O rácio de transformação de depósitos em crédito atingiu os 67%, no ano passado, mais 7 pontos percentuais (Pp) que o registado em 2011, altura em que se cifrou nos 60%. Por sectores de actividade, contribuíram para o aumento do crédito em 2012 os da construção (313,5 mil milhões Kz), outras

actividades de serviços colectivos (486,2 mil milhões Kz) e comércio por grosso e a retalho (448,0 mil milhões Kz). Só o crédito concedido pelo conjunto dos cinco maiores bancos do País registou um acréscimo de 388,3 mil milhões kz, para 1,9 biliões Kz em 2012, representando um aumento de 19,6%. OBESA, com um total de 495,9 mil milhões kz emprestados à economia liderou o ranking do crédito, o BPC aparece na segunda posição, com 401,9 mil milhões Kz, sendo que o BFA, com apenas 125,8 mil milhões Kz, foi o que menos dinheiro emprestou. Entretanto, o crescimento do rácio de transformação se explica pelo facto de o crescimento do crédito (24%) ter sido superior ao crescimento dos depósitos (11%), de 2,1 biliões de Kwanzas em 2011 para 2,6 biliões no ano passado, sendo que os depósitos estiveram muito abaixo do verificado no ano anterior (35%). Para o crescimento registado em 2012, contribuiu apenas o aumento dos depósitos em moeda nacional em 22%, uma vez que os depósitos em moeda estrangeira mantiveram-se no final do ano ao mesmo nível de 2011. Desta forma, os depósitos em moeda nacional' passaram a representar 55% do total de depósitos, tendo havido um aumento de 5 pp no ano. A estabilidade dos depósitos em moeda estrangeira é em parte derivada dos esforços de desdolarização da economia, encabeçados pelo banco central. Devido à estabilidade da moeda nacional e ao aumento da confiança dos usuários do sistema bancário, pela primeira vez, a carteira de Depósitos evidenciou a predominância de moeda nacional e de depósitos a prazo. À semelhança dos Depósitos, os Créditos em moeda nacional aumentaram consideravelmente. Todavia, registou-se uma ligeira contracção nos níveis de rentabilidade e de liquidez imediata, assim como um ligeiro agravamento do risco de crédito. este último decorrente do aumento do crédito vencido e da insuficiência de provisões para o crédito em atraso. Em 2012, entre os bancos do "top five", o BAI liderou o ranking dos depósitos com perto de 817 milhões Kz na sua carteira. O BESA foi o que menos recursos de clientes captou. No conjunto, os depósitos nos cinco maiores bancos, em 2012, ascenderam 4,2%, passando de 2,8 biliões Kz, em 2011, para pouco mais de 3 biliões Kz registados no ano passado. Para o administrador do Banco Angolano de Investimentos (BAI), João Fonseca, o facto de actuar com mais força no segmento das empresas, algumas das quais em sectores estruturantes da economia, contribui para esta maior relação entre depósitos e número de clientes, quando comparada com o sector, que a sua instituição vem apresentando sucessivamente.

Governo aumenta depósitos

O ano passado ficou marcado com uma subida dos depósitos do Governo no banco central. Segundo o BNA, terá contribuído para tal, o volume de receitas fiscais arrecadado no período em análise, o que, vinculado à tendência decrescente da inflação, contribuiu também para o financiamento de curto prazo do Governo a taxas relativamente baixas. Concomitantemente, esta redução das necessidades de financiamento do Governo libertou recursos do sector bancário que poderão ser direccionados para o crédito à economia:

Dados estatísticos avançados ao Expansão pelo administrador do BAI revelam que o crédito e os depósitos ao sector privado, na banca nacional, tiveram sensivelmente o mesmo crescimento no ano (respectivamente 24% e -26%). Desta forma, o menor crescimento dos depósitos no sector foi influenciado pela redução dos depósitos das empresas públicas do sector não-financeiro (-56% no ano), representando perda de liquidez para o exterior, uma vez que não contribuiu para variação do crédito. Movidos pelo importante papel que os depósitos bancários jogam para o investimento, na medida em que, quando bem aplicados, sobre forma de crédito, podem impulsionar o crescimento real da economia de um país, ouvimos o macroeconomista Cristóvão Neto, que reconhece estar a haver nós últimos anos, em Angola, um aumento significativo dos depósitos no sistema bancário, fruto do desenvolvimento do mercado financeiro.

A título ilustrativo, os depósitos à ordem passaram de 1,1 mil milhões de Kwanzas em Dezembro de 2008, para 1,9 mil milhões de Kwanzas no último mês de 2012. Enquanto isso, os depósitos à prazo saíram dos 170 milhões de Kwanzas, em 2008, para os 1,3 mil milhões de Kwanzas no ano passado. "Com o ritmo de crescimento que se vem evidenciado na banca local, espera-se também uma grande margem de crescimento dos depósitos, quer sejam à ordem, como à prazo, que se poderão reverter em mais crédito a economia", projectou Cristóvão Neto. Para o quadro do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, existe ainda no mercado informal uma liquidez relativamente elevada que se precisa canalizar para o circuito formal por vias dos depósitos bancários para ser transformada em investimentos a economia. Porém, defende que tal exercício não passa apenas pelos incentivos como as taxas de juros aos depósitos à prazo e da criação de novos instrumentos financeiros, mas também pela qualidade dos serviços disponibilizados pelos bancos comerciais, opinião partilhada igualmente por João Fonseca que sugere

ainda a o aumento da oferta de produtos e serviços aos clientes.

Primazia para qualidade dos projectos a financiar

Questionado sobre os níveis de transformação de depósitos, Cristóvão Neto referiu que o importante não é termos um rácio "elevadíssimo" de conversão de depósitos em crédito, mais sim a qualidade da sua aplicação. "Amáqualidade dos projectos financiados com recurso a banca tem-se assumido como um factor destrutivo para o crescimento económico do País, pois, muitas vezes, o mesmo não tem sido canalizado de forma racional e apropriada nos projectos de impacto económico", apontou. Para obtermos um rácio significativo de transformação de depósitos em crédito, opinou, teremos que ter em consideração o aumento positivo de depósitos, a qualidade e sustentabilidade dos projectos apresentados pelos empresários. Um outro factor, acrescentou, está ligado ao rendimento nacional, pois é importante atestar se são devidamente suficientes para se transformar em poupança que posteriormente se traduzirão em possíveis investimentos a economia. O macroeconomista disse acreditar que a nova lei cambial aplicável ao sector dos petróleos, que obriga as empresas petrolíferas que operam no País a efectuar inicialmente os depósitos nos bancos comerciais em moeda nacional venha, de algum modo, a aumentar o rácio de transformação de depósitos em crédito, na medida em que com ela haverá aumento de liquidez no sistema bancário. Contudo, alerta que o aumento do rácio de transformação de depósitos em crédito só será possível, por um lado, caso haja atractividade nas taxas de juros para assegurar especialmente os depósitos à prazo. Por outro lado, se quisermos que se verifique um aumento no rácio de transformação de depósitos em crédito, indicou, deve-se aumentar significativamente os depósitos a ordem, facto que está associado a qualidade dos serviços prestados pelos bancos.

"Os serviços inadequados prestados pelos bancos e o limitado desenvolvimento financeiro é suficiente para promover uma redução dos depósitos e como consequência afastam todas as possibilidades da transformação dos depósitos em crédito", considerou. Concluindo, Cristóvão Neto sugere que a melhor estratégia que os bancos devem adoptar para aumentar o volume dos depósitos tem que ver, primariamente, com a qualidade dos serviços prestados, flexibilização dos procedimentos de abertura de contas, principalmente dos valores mínimos exigidos. Sobre as taxas de juro aplicadas aos depósitos à prazo pelos bancos, João Fonseca, avança que, em Kwanza, as mesmas encontram-se fortemente correlacionadas com as taxas de juro do

mercado de títulos até um ano, uma vez que aqueles depósitos dificilmente ultra- passam tal maturidade. "Estando as taxas de juro destes títulos negativas em termos reais, quando comparadas com a inflação, não são atractivas para aforrador", afirmou Fonseca. Para ser mais concreto, o administrador do BAI explicou que o efeito das reservas obrigatórias, actualmente correspondente a 20% dos depósitos, também contribui para uma margem menor, repercutindo-se numa oferta menor em taxa de juro passiva, seguindo a fórmula $TJP = TJA * (1 - R)$, em que TJP = Taxa de juro passiva; TJA = Taxa de juro activa e R = Reservas obrigatórias. Além do mais, prosseguiu, o cliente tem que considerar a retenção pelo banco do imposto sobre a aplicação de capitais, correspondente a 10% dos juros dos depósitos, elucidando que as melhores taxas de juros são oferecidas para prazos de um ano e superiores, situando-se em cerca de 7% em termos nominais. Quem também emitiu a sua visão sobre o assunto foi o empresário Rui Santos da Sistec. Reconhecendo não possuir conhecimentos suficientes para dar uma opinião sólida, mas comentando na óptica de um utilizador dos serviços bancários, disse crer que as taxas de juro passivas têm em linha de conta as normas do BNA e que os bancos comerciais agem em conformidade com elas. No entanto, advoga que a taxa de juro deveria ter como base o valor da inflação, acrescido de 4%. A seu ver, uma das estratégias que os bancos devem adoptar para que captem mais depósitos passa pela criação de um sistema em que os depósitos à ordem fossem remunerados ao dia a uma taxa, por exemplo, que correspondesse a metade da taxa de um depósito a prazo.

2.7 BNA contra a rejeição de moedas

Agora

25 De Maio De 2013

O Banco Nacional de Angola (BNA) considerou, esta quinta-feira, repudiável a atitude dos bancos comerciais que rejeitam depósitos de moedas metálicas da nova família do kwanza. Segundo o director do Departamento de Estatísticas, Manuel Tiago, são várias as denúncias de gestores de bombas de combustíveis, que reclamam da postura dos bancos comerciais, com realce para o BAI, que insiste em recusar depósitos de moedas metálicas. "A rejeição de moedas metálica é uma atitude negativa e merece repúdio do BNA, por ser uma atitude grave", disse o director, argumentando que os bancos são parceiros do Banco Central e só operam no mercado mediante licença concedida por este. Na sua opinião, não faz sentido rejeitar moeda nacional, ainda que

seja difícil de ser contada, porque as instituições devem encontrar meios para facilitar a contagem. O responsável aconselhou esses gestores a denunciarem qualquer situação do género por via do site do BNA ou a dirigirem-se à sede. Entretanto, ficou também aberta a possibilidade de as denúncias serem feitas através de uma linha telefónica, a ser disponibilizada pelo BNA. Informou também os gestores de bombas de que o BNA não dispõe de meios que facilitem a contagem, mas as empresas podem adquiri-los no mercado. "Não é papel do BNA fornecer meios para contagem de dinheiro", disse. Durante a reunião - que visou entre outros objectivos esclarecer sobre os diversos elementos de segurança e a forma de manuseio das moedas e notas da nova família do kwanza -, os administradores de bombas sugeriram o fornecimento de máquinas para detectar notas falsas do novo kwanza. As novas moedas metálicas do kwanza entraram em circulação a 18 de Fevereiro e as notas começaram a ser introduzidas no mercado de forma progressiva, desde Março último.

2.8 BNA critica bancos que negam depósitos em moedas metálicas

O Independente

25 De Maio De 2013

O Banco Nacional de Angola (BNA) considerou repudiável a atitude de bancos comerciais que rejeitam depósitos de moedas metálicas da nova família do Kwanza. Essa posição do BNA foi manifestada pelo director do Departamento de Estatísticas, Manuel Tiago, num encontro promovido pelo Banco Central com responsáveis de estabelecimentos comerciais ligados à distribuição de combustíveis. Manuel Tiago fez tais considerações em função das várias denúncias de gestores de bombas de combustíveis, segundo as quais os bancos comerciais têm rejeitado depósitos de moedas metálicas. "A rejeição de moedas metálicas é uma atitude negativa e merece repúdio do BNA, por ser uma atitude grave", disse o director, argumentando que os bancos são parceiros do BNA e só operam no mercado mediante licença por este. Na sua opinião, não faz sentido rejeitar moeda nacional ainda que for difícil de ser contada porque as instituições devem encontrar meios para facilitar a contagem, sustentou. Aconselhou-os a denunciar qualquer situação do género por via do site do BNA ou dirigirem-se à sede. Entretanto ficou também aberta a possibilidade das denúncias serem feitas através de urna linha telefónica caso o BNA disponha. Informou também aos gestores de bombas que o BNA não dispõe de meios que facilitem a contagem, mas as empresas podem adquirir porque existem no mercado. "Não é

um papel do BNA fornecer meios para contagem de dinheiro, mas empresas podem adquirir porque existe", disse. Durante a reunião que visou, entre outros objectivos, esclarecer sobre os diversos elementos de segurança e a forma de manuseio das moedas e notas da nova família do Kwanza, os administradores de bombas sugeriram o fornecimento de máquinas para detecção de notas falsas do novo Kwanza. Um outro interveniente sugeriu mais publicidade e sensibilização sobre as novas moedas e notas do Kwanza por existir também alguma resistência da parte dos clientes em recebê-las. Agostinho Mendes, responsável de um posto de abastecimento de combustíveis, disse que os bancos deviam estar mais organizados, visando a contagem de dinheiro, e, por outro lado, aconselhou o BNA a prosseguir sua actividade de divulgação da nova família em mercados e escolas. As novas moedas metálicas do Kwanza entraram em circulação a 18 de Fevereiro e as notas começaram a ser introduzidas no mercado de forma progressiva, desde Março último.

2.9 A criação do BUE

Nova Gazeta

30 De Maio de 2013

Tutelado pelo Ministério da Justiça e coordenado pelo Ministério da Economia, o programa visa facilitar o processo de licenciamento e regulamentação de empresas e empreendedores que se encontram no mercado informal.

Ou seja, se uns vão à busca de financiamentos, alguns que já têm pequenos negócios procuram apenas a legalização dos mesmos, com a obtenção de alvará comercial e o número de identificação fiscal. Cerca de sete mil dólares é o valor estipulado para cada credor que se dirige aos balcões únicos do empreendedor. O financiamento é concedido pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC) e pelo Banco de Comércio e Indústria (BCI).

2.10 Intervalo no BUE para pensar

Nova Gazeta

30 De Maio de 2013

O Balcão Único do Empreendedor (BUE), um projecto criado pelo Governo no ano passado para incentivar micros, pequenos e médios negócios, suspendeu o financiamento. Os seus responsáveis garantem que foi apenas para fazer um balanço do que já foi gasto, mas não têm previsões de quando será retomado. Desde que foi criado, o BUE já financiou projectos que totalizaram 144 milhões de dólares.

O financiamento de projectos integrados no programa Balcão Único do Empreendedor (BUE) está suspenso, sem que haja uma data prevista para ser retomado. A informação sobre a medida já circulava há alguns meses de forma não oficial e foi confirmada tanto pelo coordenador do Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN), Pedro Yala, na qual se insere o BUE, quer pela própria coordenadora do BUE de Viana, Antónia Costa. Ambos prometem retomar o financiamento sem, no entanto, arriscarem uma data. Até à suspensão, o BUE tinha disponibilizado 144 milhões de dólares. Os gestores consideram que estes valores "são muito altos", por isso, "impunha-se a suspensão que irá permitir fazer um balanço". A medida, segundo os dois, visa avaliar "onde se pode melhorar para se poder dar uma resposta mais eficaz". Com esta medida, o BUE deixou de registar as habituais enchentes, havendo uma ou outra pessoa que vai apenas legalizar a sua empresa. Por falta de informação, Nelito Manuel é uma das pessoas que aguarda pelo financiamento desde Outubro. Todas as semanas dirige-se ao balcão do Cazenga, em Luanda, onde deu entrada do processo. O jovem pretende abrir um salão de beleza e, desesperado, considera que "o processo é demasiado burocrático". Maria de Fátima Ferreira, portadora de deficiência, pretende abrir uma cantina. Deu entrada da sua documentação, na semana passada, e aguarda também que o seu projecto seja financiado. No município do Cazenga, até a data da suspensão, foram financiados mil projectos e constituídas duas mil empresas que receberam alvarás provisórios, de acordo com dados fornecidos pela Unidade Técnica Municipal (UTM). O chefe deste departamento, Leonildo Bernardo Costa, assegura que, apesar da suspensão, a UTM continua a receber projectos que deverão apenas aguardar por "ordens superiores".

26 MIL JÁ BENEFICIARAM O primeiro balcão BUE arrancou no Huambo, em Abril do ano passado. Um ano depois, dados oficiais indicavam que mais de 80 balcões tinham sido abertos em todo o país, 32 mil empresas constituídas, 144 milhões de dólares concedidos em microcrédito a 26 mil pessoas. Luanda, Lunda-Norte, Huambo, Huíla e Benguela tiveram a concentração de 60 por cento de crédito concedido. Os sectores de serviços e comércio foram as que receberam as maiores fatias.

SONHOS REAIS

Dionísio Fernando Neves, de 20 anos, estudante universitário, era um jovem desempregado, com os seus dias preenchidos entre a casa e a escola. Mas já carregava consigo o sonho de abrir o seu próprio negócio. Por isso, conta que, mesmo sem grandes recursos financeiros, acreditou. Com cada 100 dólares

que conseguisse nos seus "biscates" ia mantendo aos poucos a estrutura do que pretendia fazer na vida. Quando abriu o BUE do Kilamba-Kiixi enfrentou as filas e conseguiu um financiamento de cerca de sete mil dólares que terá de reembolsar em cinco anos. "O BUE veio dar um empurrão no meu sonho". Com o financiamento, conseguiu montar a sua pequena empresa de prestação de serviços: aqui, num único espaço, funcionam um cyber-café, uma reprografia e uma oficina de reparação de computadores e já contratou uma pessoa. Acredita que o negócio "vai permitir reembolsar o crédito antes do prazo previsto e até ter lucros". A sua ambição é um dia ter uma indústria gráfica, mas até lá quer ganhar o seu espaço. Por isso, o seu lema é "satisfazer as necessidades dos clientes e fazer lucros". António Ângelo, 39 anos, portador de deficiência, é proprietário dum conhecido estabelecimento comercial no Cazenga, a 'Cantina do Bango'. Com o dinheiro do BUE, comprou uma motorizada de três rodas que agora o apoia na compra de mercadoria. "Quando acordo e vejo a motorizada no quintal, digo que a minha vida deu um passo em frente, porque, na minha condição, tinha muita dificuldade com o transporte para colocar os produtos na cantina, praticamente dividia os lucros com o transporte", conta. Tem agora dois empregados. Um deles anda com a motorizada para fazer as compras da cantina. Para a motorizada o prazo de reembolso é de três anos e ele acredita que antes do prazo vai pagar tudo.

2.11 Notas de maior valor facial entram hoje em circulação

Economia

31 De Maio de 2013

Conforme um documento publicado na página de internet do Banco Nacional de Angola (BNA) as moedas em papel de 1000,2000 e 5000 kwanzas vêm reforçar as outras já operacionalizadas

No seguimento da sua estratégia de introdução faseada das novas notas da família do kwanza, o Banco Nacional de Angola (BNA) anunciou através de um comunicado de imprensa que entra hoje (31) em circulação no mercado as notas com valores faciais de 1.000, 2.000 e 5.000 kwanzas, respectivamente. O documento publicado na página de internet do Banco Nacional de Angola (BNA) recorda que após ter sido feita a inclusão no mercado das notas de 50,100,200 e 500 kwanzas, a 22 de Março, e, no âmbito da sua função de Banco Central e emissor, coloca agora em circulação as notas de maior valor facial da família do kwanza. Para o BNA, em matéria de segurança, as novas notas destacam a textura em alto-relevo, a marca de água, o filete

metálico, um componente de deslocação de cor e a considerável melhoria da qualidade do papel. O acesso às novas notas por parte dos cidadãos continua a ser facilitada por via dos bancos comerciais, sendo que o BNA conta com o sentido de colaboração de toda a sociedade na preservação, em bom estado, das cédulas do kwanza, um activo que é símbolo de soberania nacional e que a todos compete conservar.

Comité de Política Monetária

Por seu lado, o Comité de Política Monetária do Banco Nacional de Angola sua reunião de terça-feira (28), no caso a vigésima sessão ordinária, com vista à tomada de medidas de política monetária que concorram para a manutenção da estabilidade de preços na economia nacional. Nesta reunião do CPM também foi analisada a evolução da inflação, da economia real, das contas fiscais e monetárias, bem como a informação recente sobre a conjuntura económica regional e internacional. A análise do comité foi feita com base nas informações referentes ao mês de Abril de 2013.

Moedas e finanças

No mês de Abril, a taxa de inflação mensal foi de 0,60 por cento (pc), inferior à registada em Março, que foi de 0,66 por cento (pc), sendo que contra as dos últimos 12 meses registou uma diminuição, passando de 9,11 para 9,00 pc: A luibor "overnight" situou-se em 6,2 pc ao ano, enquanto nas maturidades de 3 e 12 meses, a luibor se situou em 8,89 e 10,23 pc ao ano, respectivamente; No mês de Abril, o crédito à economia registou um aumento de 0,18 pc, tendo atingido o stock de mais de 2,6 milhões de kwanzas, enquanto que a taxa de juro média do crédito de 181 dias a 1 ano em moeda nacional aumentou para 12,53 pc para o segmento de particulares e diminuiu para 13,70 para o segmento empresarial. Entre as decisões do encontro do CPM, há a destacar a manutenção das Taxa Básica de Juro - Taxa BNA - em 10,00 pc ao ano; a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez em 11,25 pc ao ano; e a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez em 1,00 pc ao ano.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Vendedeiras de peixe garantem mais de 35 mil Kwanzas para Belas

O País

03 De Maio de 2013

De acordo com elas, a contribuição diária e forçada a que' supostos fiscais da Administração Municipal de Belas as submetem, pode garantir para os cofres da repartição local 36mil kwanzas mensalmente.

Embora a preocupação de reclamar sobre as taxas que lhes são cobradas tenha sido a tônica da insatisfação por parte de mais de 20 vendedeiras de alimentos e bebidas das conhecidas barracas das Antenas, nas imediações do Museu da Escravatura, comuna do Benfica, município de Belas, província de Luanda, que pediram o anonimato, O PAÍS registou, na Segunda-feira, 29 de Abril, uma correria de algumas, que procuravam um pedaço de papel limpo entre o lixo de restos de alimentos, garrafas e latas. O objectivo das protagonistas da agitação era demonstrar, "preto no branco" como os 300 Kwanzas pagos por cada uma delas, multiplicados pelas 40 proprietárias de barracas, podia resultar em 36 mil, embora o conjunto dessas comerciantes informais seja maior se considerada toda a população da área do "Museu", que se ocupa em oferecer diariamente refeições ao preço médio de dois mil e quinhentos Kwanzas.

A actividade de venda neste apeadeiro de táxis e camiões é única e simplesmente desenvolvida por mulheres, contudo algumas barracas são propriedade de cidadãos que as arrendam às "profissionais" do negócio das refeições. "Mãe-grande" era o único nome que ecoava entre o grupo de mulheres que murmuravam sobre qualquer obrigação por si considerada ilegal, segundo apurámos e ficámos também a saber que tal denominação não se justificava pela corpulência, nem pela idade avançada da referida pessoa, mas sim justificar o respeito e a consideração que lhe dedicam as colegas. "Ela é a mana que estudou mais e sabe fazer rápido as contas no papel", alegaram as companheiras da contabilista de situação. Empregando os seus conhecimentos de aritmética, Mãe-grande, multiplicou 40 (número inteiro que preferiu, para não cair em incertezas) por 300, da taxa diária, cujo resultado voltou a multiplicar por 30 dias úteis de trabalho, do que obteve total de 36 mil Kwanzas. Quanto aos supostos fiscais, as vendedeiras contaram que os mesmos visitam o local de venda em nome da Administração Municipal de

Belas, todos os dias úteis da semana, inclusive aos Sábados, Domingos e feriados.

"Eles estão sempre aqui a cobrar 300 Kwanzas, até na Segunda-feira o dia da nossa limpeza aparecem", desabafaram, tendo adiantado que, nas horas da cobrança, às vezes pedem que lhes seja servida uma refeição completa, gratuitamente. Antes da nova divisão administrativa da província de Luanda, os fiscais vinham em nome da então Administração Municipal da Samba. Actualmente vêm da de Belas, soube este jornal das "mulheres do peixe", como são tratadas pelos habituais clientes. João Adão, taxista que opera no troço Luanda-Benguela, há mais de 10 anos, garantiu que as barracas das antenas constituem o seu lugar de paragem obrigatória quando está em viagem. "Eu prefiro almoçar aqui, porque as senhoras grelham o peixe ou o choco na hora e, para nós que fazemos um trabalho muito esforçado, é sempre bom consumir alimentos com garantia de saúde", declarou, anunciando que fazia parte de um grupo de seis amigos com a mesma ocupação, cuja preferência não passa da barraca do peixe grelhado do Museu. Em relação à polémica que envolve as vendedeiras e os fiscais da administração, João Adão considerou existir um certo exagero da parte destes. "Esses fiscais se borram muito, eles já vêm cobrar dinheiro todos os dias, ainda obrigam mais as senhoras a lhes darem comida", reclamou, tendo acrescentado que o valor da cobrança era muito alto, a julgar pelos gastos que as comerciantes fazem para venderem os alimentos. Para mostrar a sua regularidade no local, o motorista referiu que repetidas vezes agentes da fiscalização vieram sentar-se à mesma mesa consigo, tendo João Adão aproveitado algumas dessas ocasiões para pedir aos fiscais que lhe pagassem cerveja. "Mas deixei de o fazer, porque vi que a maneira como eles ordenavam as vendedeiras para lhes trazer a bebida, não era a mais conveniente. Questionada sobre a situação, uma das comerciantes assegurou que a sua barraca ainda não foi alvo de exigência do género, ao mesmo tempo que se recusou a falar de tal protagonismo em bancadas de suas amigas e colegas de ofício. "Também se me acontecesse, eu daria o peixe menos valoroso, para não prejudicar o meu negócio e, como seria de favor, eles não teriam o direito de negar", calculou a vendedeira, tendo lamentado o facto de actualmente não conseguirem levar mais de 10 mil Kwanzas por dia para casa.

Lucro comprometido

Apesar de terem de dar refeições a supostos agentes da administração e outros que, em viagem para Kwanza sul, Benguela ou Lubango, passam por ali exibindo a sua identificação, normalmente com indicação de pertença a áreas de fiscalização do

Governo da Província de Luanda (GPL), para além de perderem 300 Kwanzas em cada dia de venda, conforme contaram algumas interlocutoras de O País, as mulheres que operam nas barracas das Antenas, em momento algum puseram isso como factor de peso na redução das suas receitas. Adiantaram, no entanto, que a fase de rendimento baixo a que estão sujeitas de algum tempo a esta parte se deve ao surgimento de muitas hospedarias com serviços de restaurante no corredor litoral que liga o Museu da Escravatura ao bairro dos Ramiros. Segundo elas, muitos destes empreendimentos hoteleiros adoptaram a "dieta do pescado", que era sua exclusividade. "Éramos só nós a vender peixe e choco grelhado, mas com o aparecimento de muitas casas de passagem com bar, agora só nos resta esperar pelo pessoal que tem receio de entrar aí, por falta de capacidade financeira", reclamou.

Os banhistas e os taxistas interprovinciais constituem, actualmente, o único grupo de clientes habituais para "Mãe-grande" e suas companheiras. Três pratos preenchem tradicionalmente o menu das barracas das antenas, nomeadamente choco com batata frita e salada, por sinal o mais caro, a dois mil e 500 Kwanzas, enquanto que frango e o peixe grosso com batata frita e fervida, respectivamente, custem mil e 500. "O frango vendemos com batata frita e a garoupa ou corvina grossas saem para o cliente com batata fervida", detalharam as trabalhadoras, mostrando-se dispostas a seguirem os gostos dos clientes, no caso de que- rerem variações na ementa. Há mais de cinco anos no negócio, duas entrevistadas, cujas barracas se encontram junto à Estrada Nacional número 100 (EN 100), apresentaram a estimativa de rendimento diário para os dias de hoje. "Nos tempos, conseguíamos levar para casa 30 mil por dia, hoje, se chegar 10, é com muita sorte", avaliou, recordando que no último feriado do trabalhador, Quarta-feira, 1 de Maio, as vendas renderam apenas 17 mil, contra os mais de 50 anteriores. Aliás, sublinharam as entrevistadas, o normal nas "Antenas" era fazer de 25 a 30 mil, de Segunda a Sexta-feira e mais de 50 mil ao Sábado, Domingo e feriados.

3.2 Uma profissão que já teve dias melhores em angola

Jornal de Angola
04 De Abril de 2013

A arte de fazer ou arranjar calçado está em vias de extinção. Mas os sapateiros remendões eram profissionais muito procurados no tempo dos nossos avós e pais.

Hoje só resta na profissão quem tem amor à arte ou não consegue uma alternativa.

Anastácia Joaquim andava numa das ruas do Rangel, escorregou, caiu ao chão e partiu o salto do sapato. "Meu Deus, agora o que faço?". A resposta encontrou-a na Rua do Fundão. Um sapateiro, homem com mais de 50 anos repara todo o tipo de "avarias" em sapatos. E se algum cliente quiser um par de sapatos novo, à medida, ele também faz. Chama-se Agostinho Freitas e é um dos poucos sapateiros que sobreviveu à inundaçãõ de calçado a preços baixos, praticamente ao alcance de todas as bolsas.

Agostinho Freitas começou sua carreira na década de 80. Trabalhava na Mutamba e aprendeu a profissão com o dono de uma sapataria. Hoje, a arte que abraçou serve de meio de subsistência à sua família. Mas com muitas dificuldades! Agostinho Freitas faz tudo o que for preciso em sapato usados e também faz novos. Ele sabe como o couro se comporta, os pontos que é preciso dar nas solas, aplica saltos transforma sapatos velhos em novos.

Com toda a sabedoria, consegue reduzir ou aumentar um sapato até três números. Para isso, disse, não se usa magia, mas sim arte de mãos. Ele desmonta os sapatos, descose a sola, trata o couro e depois monta tudo manualmente.

Não é possível aumentar ou diminuir mais do que três números do sapato. O couro não aguenta. Mas, o serviço de Agostinho Freitas custa os "olhos da cara", como se diz na linguagem popular. "Quando o couro é de boa qualidade e existe profissionalismo, não há defeito que não possa ser consertado. O couro é como uma matéria viva que pode sofrer e depois recuperar", realçou o sapateiro.

Quando pedimos dicas sobre a conservação de sapatos, Agostinho Freitas foi taxativo: "ignorem aqueles limpadores de couro vendidos nos mercados e nas-lojas de sapatos. Cada tipo de couro exige um produto específico. Não existe um limpador de couro uni versal. Couro é como a pele. Algum dermatologista pode dizer para todas as pessoas do mundo usarem o mesmo creme?" pergunta o mestre. Agostinho Freitas arranja saltos partidos ou gastos, poe capas novas nos saltos altos, abre ou aperta os canos das botas altas danificado, limpa o mofo e a humidade nos sapatos e bolsas de couro, põe os sapatos mais folgados ou apertados, o couro velho sem brilho e com desgaste de uso fica novo.

Profissão em extinção

Um bom exemplo da paixão pela arte do calçado vem do sapateiro Victor Gajes. Ele está satisfeito com o que conquistou em 20 anos de exercício contínuo da profissão.

E fica incomodado pelo facto de não surgirem jovens interessados em aprender as técnicas e "manhas" do ofício que ele iniciou aos 14 anos, num curso profissional.

Calçado para arranjar há sempre, por mais moderna que seja hoje a indústria dos sapatos. Há sempre um cliente que precisa de aplicar meias solas, um taco para trocar, uma pintura: "o que falta é gente

nova para aprender, a profissão e renová-la", disse Victor Gajes.

O sapateiro já trabalhou em vários pontos da cidade. Hoje, tal como Agostinho Freitas, também trabalha nas proximidades dos Congolezes, num lugar estratégico, onde á muita gente diariamente. O sue espaço é conhecido como "Sombrinha do Tankista", Trabalha lá há 20 anos. Ele arranja sapatos, bolsas, mochilas e bolas de futebol!

E o exemplo de renovação da profissão pode ser observado na sua oficina. O "Tankista" tem um jovem aprendiz. "Quando eu aprendi a profissão de sapateiro, há quase 30 anos tinha na oficina mais 15 aprendizes, mas somos poucos os que ficamos na profissão. Mas eu estou feliz aqui e não troco de emprego. Só não abro a minha própria sapataria porque não tenho condições.

O meu negócio é ficar na tranquilidade da minha sombrinha, trabalhando como empregado do povo e recebendo o meu dinheiro sem prestar contas a ninguém"; disse Victor Gajes.

Apesar de reconhecer que financeiramente a profissão já foi melhor, Victor Gajes não reclama do que ganha nem das horas que trabalha: "eu e a minha esposa, que também trabalha por conta própria, temo-nos contentado com o que ganhamos e damos o nosso melhor para que os nossos cinco filhos tenham tudo o que precisam. Não tenho do que reclamar. Ser sapateiro é bem melhor do que ser cunanga ou delinquente", diz.

Peripécias profissionais

O profissional mete as mãos onde os outros' põem os pés. Com a boca cheia de preguinhos, aos quais chama "tachas", batia o martelo com a cabeça redonda no sapato colocado 'na forma de ferro. O cheiro do couro é agradável.

Na oficina de Sampaio da Costa, 63 anos, a maior parte dos quais vividos na profissão de sapateiro, o mestre estava concentrado no que fazia na sua improvisada sapataria, nos Congolenses. Apaixonado pelo que faz, não se considera um sapateiro, mas um artesão do calçado. Quando jovem aprendeu o ofício com um sapateiro experimentado. Sampaio da Costa é conhecido como o "Careiro" porque os seus preços são acima da média. Ele ama o que faz e não se vê a fazer outra coisa. A sua condição física também não o permite. A idade está avançada.

"Sempre adorei confeccionar sapatos, mexer no couro, não quero deixar esta profissão, mesmo que haja cada vez menos clientes" afirma. A sua primeira profissão foi de mecânico, mas não gostava.

A vontade de mudar veio quando tinha 15 anos quando passou em frente a uma oficina de sapateiro: "senti aquele cheiro do couro e de repente veio a motivação", explica.

Sampaio da Costa trabalha na sua oficina improvisada de manhã à noite: "chego a fazer 15 pares de sapatos por semana. Também faço' botas por encomendas.

As pessoas que recorrem aos meus serviços são clientes há muitos anos e apreciam o trabalho que faço". Sampaio da Costa diz que na profissão de sapateiro os acidentes de trabalho são muitos: "estamos sempre a picar-nos com a agulha, o martelo às vezes acerta nos dedos, o alicate provoca-nos feridas, que muitas vezes deixam as mãos com defeitos.

Mas acidentes acontecem em todas as profissões, o único problema é que aqui não temos seguro de saúde". Apesar de sua idade, ele diz que a dedicação ao trabalho é grande. Chega a ficar até altas horas da noite para acabar encomendas. "Estar aqui é um grande prazer, pois além de fazer o que mais gosto, ainda posso receber os meus amigos", disse o mestre sapateiro.

3.3 Taxistas condenados por especulação de preços

Angolense

10 De Maio De 2013

À margem da regulamentação da Associação dos Taxistas de Luanda, a juíza do tribunal de Via na, Celeste Lemos, disse que os taxistas têm encurtado as vias e cobram o dobro do preço e, na sua maioria dos casos, cobram duzentos Kwanzas, do mercado dos Congolezes à vila de Viana. Dos cinco réus constam dois que faziam a rota Santana/Calumbo e cobravam

por passageiro o valor de quatrocentos Kwanzas, numa viatura com lugares para mais de trinta passageiros. Os réus Afonso António, Edilson Casimiro, foram condenados a pagar uma multa de um ano no valor de cem kwanzas diário e trinta mil de emolumento, num valor total de 66 mil e quinhentos kwanzas. Já os réus Fernandes, Manuel e Agostinho foram condenados a pagar diariamente duzentos kwanzas durante dois anos. Para os mesmos, o arrependimento é total, e prometem inscrever-se à associação dos Taxistas de Luanda e não mais encurtarem as rotas e cobrem os preços devidos, evitando multas pesadas.

Ocupantes ilegais de terreno com o mesmo destino

Na sequência das punições aos prevaricadores, o tribunal de Viana condenou ainda vinte e um cidadãos por ocupação ilegal de terrenos, no bairro de Mucula Ngola-Bita, em Viana. De igual modo, estão detidos quarenta e quatro outros cidadãos estão detidos pelas mesmas razões. Os vinte e um cidadãos foram julgados e condenados pelo tribunal municipal de Viana a dois meses de prisão e a uma multa remível nos termos da lei do artigo 86º do Código Penal a uma caução de duzentos kwanzas diários pelo crime de desobediência. Vai ainda igualmente pagar uma taxa de cinco mil kwanzas de emolumentos ao defensor officioso. De referir que os condenados foram também julgados de uma forma única depois do efeito o acúmulo jurídico de uma pena de cinco meses de prisão efectiva e uma taxa de justiça de trinta e cinco mil kwanzas de emolumentos ao seu defensor officioso. Outros seis cidadãos foram julgados e condenados a pena de dois meses de prisão efectiva pelo crime de desobediência e pagaram uma taxa de justiça de trinta e cinco mil kwanzas de emolumentos ao seu defensor officioso. Quatro réus foram absolvidos por não se ter provado o crime em que são acusados.

3.4 Profissão: Engraxador

Revista Vida/ O País em revista
10 De Maio de 2013

Com o objectivo de ajudarem as suas famílias; para comprar uma bicicleta; com a necessidade de sustentar alguns vícios; para ganhar algum dinheiro, eles entram em actividade todas as manhãs nas suas "paradas", termo que usam para designar o local do "brilho". Usualmente são os pontos de paragens de táxis, esquinas de instituições, no lado de fora dos supermercados, etc. Uma actividade em que a idade e a segurança não são questionadas, é só saber engraxar.

Engraxador é uma pequena lucrativa praticada desde há muito tempo nas ruas de Luanda, não encontramos informações sobre a sua origem mas, o termo engraxador, também é usado para as pessoas que dão informações aos chefes sem serem contactadas para tal. Esta actividade é habitualmente praticada por pessoas com dificuldades financeiras e alguns portadores de deficiências, como uma forma humilde de buscarem daí o seu sustento, sem prejudicar ninguém. Mas há quem o faça por conta de um vício, engraxa para ter dinheiro para comprar bebidas alcoólicas, gasolina ou cola patex, usados para "se estimularem e desligarem-se da vida", alguns destes ainda são menores de idade. Sentados nas suas latas, outros em bancos mais confortáveis, com os seus materiais, esperam pela sorte do dia. Tudo começa às 6h00 da manhã, período de maior movimentação. 100 Kwanzas é o valor do "brilho", no geral, e 50 para tirar o pó. O ex-agricultor, Sebastião Mazoto, conhecido como "Ti Seba" completou 60 anos no mês de Março, diz ser "abençoado". "Sou do mês das pessoas que nos geram, a mulher a mãe a tia a avô" disse sorrindo, mostrando os dentes acastanhados e aglomerados que combinavam com a cor da sua barba empoeirada. É engraxador e vive com sua mulher e dois enteados.

3.5 Reportagem

Revista Vida/ O País em revista
10 De Maio de 2013

"Compro os frutos em grande quantidade, particularmente os que só faltam uma semana ou três dias para o seu amadurecimento como a banana que sai das lavras de Cacucaco e Caxito e a laranja que vem do km 30, outras de Catete, que eu trato do seu amadurecimento, em casa com um produto recomendado chamado carbureto."

o verde e o amarelo dos frutos combinam com o colorido das bacias, que quando iluminadas pelos raios solares compõem uma imagem cheia de harmonia. Esperando que quem passe compre também alguma fruta, as "mulheres da fruta" povoam algumas ruas de Luanda. A VIDA notou, contudo, que nas bacias não estão só frutos, vendem também legumes. Mas o que nos interessa são mesmo as bananas; maçãs, laranjas, pêras, ananases, uvas, mamões, abacates, tangerinas, as mangas, os maracujás, as mais comuns de encontrar à venda pelas ruas. Mas elas vendem tudo o que conseguem encontrar de frutas, incluindo o sape-sape, a gajaja, a anona, o loengo, a jinguenga. No centro da cidade de Luanda os preços são mais altos, em relação, por exemplo, ao bairro Cassenda (na paragem do aeroporto) onde uma laranja custa 50 kwanzas ou três

maças 100 kwanzas. Ainda assim notam-se diferenças em pormenores de qualidade como a conservação e a higiene que parecem melhor cuidados no centro, por causa das exigências do próprio cliente. Segundo as vendedeiras, só vende quem tem o seu espaço limpo e os frutos que aparentem bom aspecto.

Os frutos são vendidos na sua maioria por mulheres. De acordo José Cabinda, estudante do Instituto Superior de Enfermagem da UAN, abordado pela nossa reportagem. Ele diz que os frutos contêm importantes nutrientes para a nossa saúde, como as vitaminas. A VIDA foi ao encontro

da realidade percorrendo várias artérias, tendo como preferência os locais de maior concentração das quitandeiras da fruta. No Maculusso, nas redondezas do PUNIV Muto Yakevela (antigo liceu Salvador Correia), no fim da rua Luther king, que se liga com a rua Dr. Luís Carriço, estão cerca de 10 vendedeiras com diversas bacias. De acordo com elas, vêm de vários pontos de Luanda, como o Cazenga, Marçal, Benfica, e Cacucaco. Marta Gonçalves, 29 anos, sai de Cacucaco todas as manhãs para vender fruta. Compra o seu negócio na região da Funda onde, conta, procura frutos para amadurecer em casa. "Compro os frutos em grande quantidade, particularmente os que só faltam uma semana ou três dias para o seu amadurecimento, como a banana que sai das lavras de Cacucaco e Caxito e a laranja que vem do km 30, outras de Catete, que eu trato do seu amadurecimento em casa com um produto recomendado chamado carbureto" frisou.

Questionada sobre o benefício dos frutos que vende para a saúde humana, Marta diz: "eu não sei, mais as pessoas daqui procuram muito, sobretudo os estrangeiros". Mas, sabe que a soma da venda da fruta dá um lucro que sustenta a sua família. "E daqui que sai o dinheiro que a minha filha paga os táxis de Segunda a Sexta-feira para estudar no Primeiro de Maio, e do curso que o meu sobrinho está a tirar. Marta diz, no entanto, que enfrenta uma tarefa difícil, para sair da rua com o rendimento desejado. O local é impróprio para as vendas e a fiscalização da Imgombota passa todos os dias para fazer seu trabalho.

Esperança, colega de Marta, diz que "os fiscais, quando aparecem recebem todo o negócio". Elas estão cientes de que o local é impróprio para lá venderem, mesmo assim arriscam-se porque não conseguem ganhar o mesmo num

outro sítio. E quando os fiscais entram em acção é "accionado" um grito que comunica o alerta e todas correm para qualquer lado com o risco até de serem atropeladas. A fiscalização, em alguns casos, corre

atrás das vendedeiras. "Eles nos dão corrida com porretes" disse outra vendedeira ao lado, justificando a venda naquele local porque "nos mercados há pouco rendimento". No bairro Morro Bento, propriamente na zona da Clínica Multiperfil, encontramos Josina Dande, do Kuanza Sul. Vende frutas há já cerca de seis anos, num local onde estão mais quatro senhoras, aqui elas mostram ter conhecimentos razoáveis dos seus benefícios das

suas mercadorias. "Aqui os clientes não gostam de frutos importados". José Cabinda, de quem falamos no início, que tem aulas no Centro de Formação da Multiperfil, e que abordamos quando comprava a sua sobremesa, depois do almoço, disse que "estes produtos são muito sensíveis e os conservantes e alguns supletivos que se introduzem para os proteger dos incertos e

lhes dar uma longevidade para a viagem podem causar reacções nefastas no organismo humano. Tudo por causa do modo como são transportados e conservados". Josina, uma vendedora, borrifava a fruta e quando perguntamos porque o fazia respondeu que o faz sempre de trinta em trinta minutos, para tirar o pó. "Aqui passam muito carros e deitam muita poeira e isso prejudica a saúde" disse. Acrescentou ainda que prefere vender fruta nacional. "Os únicos frutos que vendo importados são a maçã, a pera e a uva, porque são procurados todo o ano, ou seja, mesmo não estando no seu tempo pode-se comer, por causa dos benefícios imediatos para o corpo, mas só quando não temos os de origem nacional que os clientes preferem", finalizou.

3.6 Vendedoras ilegais pagam 550 usd para reaver mercadoria relida

Semanário Factual

De 11 a 18 de Maio 2013

Cerca de 550 Dólares é o montante que as vendedoras ambulantes, vulgo Zungueiras têm de pagar à Direcção Provincial dos mercados e feiras de Luanda, caso forem apanhadas a vender em locais proibidos pela Fiscalização, facto que deixa preocupado os mais de 11 mil vendedores ambulantes existentes em toda a provincial de Luanda. Os vendedores ambulantes ouvidos pelo Factual dizem não possuir recursos financeiros para pagar 550 dólares caso suas mercadorias sejam apreendidas, pelo facto de nunca terem trabalhado com um capital inicial na ordem dos 50 Mil Kwanzas, e consideram a multa como um factor que poderá acelerar a pobreza entre as famílias que sobrevivem da vida ambulante.

Eles justificam que a nenhum vendedor ambulante estaria na rua, caso tivesse nos seus bolsos cerca de 550 dólares, que é um valor passível de mudar de negócio, programar viagens provinciais e dar início a uma vida de pequenas empresas, principalmente aos vendedores de água, gelado, bolos e ardinas. Albertina Guilherme é vendedora ambulante a mais de sete anos e confessa nunca ter conseguido 550 mil Kwanzas, como lucro tão-pouco como capital inicial de investimento facto, que se antevê a princípio, impossível por parte dos vendedores ambulantes pagarem a multa para reaver seus produtos comerciais, "São medidas aprovadas para reprimir os mais necessitados de sobreviverem com o pouco que conseguem, não é justo que alguém que constrói os mercados para pobres é o mesmo que dita multa pesada a quem ele quer que pague por um espaço de venda nos mercados a serem construídos por ele", disse.

"O problema acresce ainda, quando aos ambulantes são exigidos a ocupar os espaços nos mercados construídos recentemente a troco de 60 a 70 mil Kwanzas, e quando não temos somos assediados pelos fiscais, situação muito grave para acreditar que o país está a mudar, mesmo com os filhos que temos de sustentar", concluiu. Lídia Miguel de 24 anos de idade é mãe de três filhos, deixou de estudar na 1ª classe, vive distante dos pais, que abandonou na cidade de Benguela para conseguir o sustento dos seus filhos, depois de ser abandonada pelo marido. Ela pede em nome de suas colegas a criação de uma zona económica mista e aberta, onde as zungueiras possam estar comodamente, e "este espaço considera ser o Município do Sambizanga visto ser a entrada e saída do centro da cidade, lugar de maior atracção comercial para as mais de 10 mil vendedoras ambulantes em toda a provincial de Luanda. O Factual ouviu o corpo fiscal exposto no São Paulo, que tem a tarefa de banir a venda ambulante em todos os recintos do bairro São Paulo e arredores, estes afirmaram ser uma tarefa árdua e muito complexa porque muitas vezes têm de confrontar as suas próprias famílias, irmãs, mulheres e vizinhos, mas nem com isto têm esmorecido as forças. Não temos dado tréguas porque trata-se de um trabalho de ordem pública, e fomos recomendados a cumpri-lo. O nosso trabalho consiste no confisco de mercadorias e não das vendedoras ou vendedores, e quando elas não têm a quantia exigida a mercadoria é retida permanentemente.", disse uma fonte no local. Recordemos que no princípio do ano o executivo de Luanda tinha prometido a construção de mais de 50 mercados em todos os municípios da província, para enquadrar os vendedores ambulantes que diariamente circulam pelas ruas desta cidade, informação avançada pelo governador de Luanda, Bento Bento,

quando respondia as questões levantadas pelos deputados da 5ª Comissão da Assembleia Nacional, durante a discussão sobre a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) em Janeiro do corrente ano. Haver vamos, porque as Zungueiras apelidadas também de heroínas aguardam sem complexidade na aquisição destes espaços para a boa imagem dos mercados e vias públicas de Luanda.

3.7 Cidadãos exortados a abdicarem-se da criação de estabelecimento ilegais

Semanário Factual

De 11 a 18 de Maio 2013

Cidadãos exortados a abdicarem-se da criação de estabelecimento ilegais

O chefe do Departamento Central da Polícia Económica, Francisco António, aconselhou a todos os cidadãos que tem quaisquer estabelecimento ou praticam comércio ilegal a abdicarem-se destes actos e a isentarem-se do auxílio à migração ilegal.

O responsável disse que quem comete este tipo de prática incorre a uma pena de 2 a 8 anos de prisão. Fez saber que cerca de 30 cidadãos estrangeiros, que estão em permanência irregular, são recolhidos por ano a nível dos estabelecimentos comerciais da cidade Luanda. Segundo o responsável, a Polícia Económica, na sua actividade diária, realiza acções de fiscalizações e enfrentamento operativo no sentido de procurar estancar a venda de medicamentos na rua. Acrescentou que estas acções são inseridas no campo da fiscalização e inspecções junto das farmácias e quando se trata de trabalhos operativos de enfrentamento a nível das vias públicas e outras áreas comerciais como os mercados e outros sectores comerciais, Disse que a sua área tem procurado fiscalizar e inspecionar e daí regularizar aquilo que é o exercício de venda de medicamentos e procurar inclusive revelar para que os farmacêuticos possam, de facto, vender produtos com qualidade aceitável a nível do país de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde. "Hoje verificamos que existe muita entrada de medicamentos e contrafeito a nível do país principalmente no corredor norte a partir da fronteira com a República Democrática do Congo", frisou. Admitiu serem medicamentos que são fabricados a nível de alguns laboratórios na própria RD Congo, assim como de proveniência de alguns países asiáticos como a China. Para si, é necessário que este não seja apenas uma actividade de Polícia, mas de todo o cidadão com o combate à venda de medicamentos nas ruas. Salientou ainda que a Polícia efectua a sua actividade de acordo com esforço dos

outros órgãos, por formas a realizar um trabalho exitoso.

3.8 Dificuldade de familiarização com uso de moedas metálicas-clarificação de opinião

Expansão

17 De Maio De 2013

Após o anúncio do BNA de que as moedas metálicas haviam de ser novamente introduzidas no mercado, surgiram imediatamente três grupos: Os optimistas, os cépticos e os indiferentes. Todos os jornais económicos publicados no País tornaram públicas as diversas opiniões de populares, comerciantes, empresários, políticos, académicos e economistas sobre a praticabilidade da decisão da autoridade monetária. Passados cerca de 76 dias, o jornal *Expansão* publicou um artigo com o título "Persistem dificuldades de familiarização com uso de moedas metálicas", que foi o resultado da interpretação feita pelo articulista Nelson Rodrigues das declarações de vários entrevistados. Dentre muitas questões levantadas figurou a questão das denominações de menor valor representadas por moedas metálicas como sendo uma das causas da rejeição das moedas metálicas por parte de algumas pessoas. Aproveito este espaço para aclarar este assunto, pedindo desculpas aos estimados leitores por eventuais confusões depois de terem considerado o contexto e outros artigos de opinião já publicados. Na minha opinião, o BNA tomou a decisão correcta de fazer com que as denominações de 50 centavos, 1 Kz, 5 Kz e 10 Kz fossem representadas por moedas metálicas. Foi também uma decisão correcta não ter introduzido notas de 5 Kz e 10 Kz, perspectivando a retirada das notas de 5 Kz e 10 Kz da velha família de notas ainda em circulação com a nova família. Esta medida estabelece uma fronteira clara entre as denominações representadas por moedas e as representadas por notas. Além disso, e a médio e longo prazos, incentivará a população a aceitar as moedas metálicas de 5 Kz e 10 Kz, já que as notas de 5 Kz e 10 Kz são aceites. Em relação a estas duas denominações, a objecção do poder aquisitivo delas não é aplicável e deve ser imediatamente abandonada pelos cépticos. Pessoalmente, tenho observado mais pessoas a aceitar as moedas metálicas de 5 Kz e 10 Kz nos estabelecimentos comerciais formais e já presenciei clientes a exigirem os seus trocos em moedas metálicas.

No mercado informal, já me foram relatados casos de "saqueiros", "kitandeiras" e vendedoras de gelados a aceitarem moedas metálicas commulta satisfação

como meio de troca e não apenas como trocos! Num ensaio feito, as moedas metálicas de 5 Kz e 10 Kz foram rejeitadas numa cantina geri da por um cidadão estrangeiro. Até ao momento, as menores denominações monetárias são 50 centavos e 1 Kz, porém', elas são difíceis de ser encontradas nos estabelecimentos comerciais. Algo que só o BNA pode explicar com exactidão. Logo, não é possível dizer-se taxativamente que elas são rejeitadas na sua generalidade. Pois há ainda insignificante proliferação delas no mercado e se lida muito pouco com elas. Seja como for, os clientes atentos, que efectuem compras em grandes supermercados, notarão que já há produtos que custam 550,25 Kz, 101,10 Kz ou 43,05 Kz. Ao pagarem, já têm notado totais como 25 122,15 Kz, 14 001,50 ou totais de trocos na ordem de 72,85 Kz, 33,10 Kz ou 45,55 Kz. Portanto, todos eles com valores em cêntimos. É aqui que as moedas de 50 cêntimos são importantes! Mesmo assim, ainda uma das partes nas transacções perde alguns centavos porque a estrutura de denominações do kwanza não tem 20 cêntimos, 10 cêntimos e 5 cêntimos! Os clientes podem ter certeza de que os caixas dos estabelecimentos efectuem arredondamentos inflacionários, saindo os clientes a perder vários centavos em cada transacção feita. Aqui, a minha sugestão é o BNA introduzir mais moedas metálicas de 1 Kz e 5 Kz e solicitar a aprovação da Assembléia Nacional para alargar a estrutura das denominações, especialmente as de menor valor facial! O outro assunto a ponderar é a emissão da moeda metálica de 2 Kz! No artigo, fala-se da criação da obrigatoriedade de aceitação devido à estrutura da denominação monetária representada por moedas metálicas e notas. Trata-se de uma medida que o BNA poderia adoptar para fazer com que os actores económicos usassem as moedas metálicas por não haver outro meio circulante alternativo em depreciação das moedas metálicas. Ela resultaria em maior senhoriagem para o BNA e inculcaria de forma rápida e natural a cultura de se usar as moedas metálicas nas transaccões. E o estado actual da fronteira das denominações representada por notas e moedas metálicas abre uma oportunidade para esta medida! Existe uma lacuna considerável entre os 10 Kz (moeda metálica) e os 50 Kz (nota). Já houve em Angola, mesmo no tempo colonial, a denominação de 20 escudos e 20 Kz. Esta denominação já foi representada por nota e por moeda metálica. A maior parte dos países da SADC tem uma denominação de 20 unidades. O BNA pode começar a praticar a "obrigatoriedade estrutural das denominações" por obter a aprovação de introduzir a denominação de 20 Kz mas apenas representada por moeda metálica, estreitando a lacuna, e mais tarde retirar as notas de 50 Kz, substituindo-as pelas moedas metálicas com o mesmo valor facial. Ao se adquirir um refrigerante no

valor de 65 Kz, o consumidor não teria como não usar moedas metálicas, sendo a mais óptima combinação uma moeda de 50 Kz, uma de 10 Kz e outra de 5 Kz. Se este consumidor optasse por pagar com uma nota de 100-Kz, tudo para evitar as moedas metálicas, ficaria desencorajado a rejeitar os 35 Kz, em moedas metálicas dadas em troco, que, na melhor das hipóteses, teriam composição de uma moeda de 20 Kz, uma de 10 Kz e outra de 5 Kz. Será muito interessante ler sobre os resultados de quaisquer estudos de sondagem em relação ao uso de moedas metálicas depois de um ano de sua introdução. Baseados nos indicadores de sucessos específicos pela autoridade monetária, diversos estudos, para medir a efectividade da introdução das moedas metálicas e tomar medidas correctivas, poderiam ser conduzidos. A iniciativa do jornal *Expansão* deve ser felicitada! No que se refere à intensificação da educação financeira da população quanto ao uso das moedas metálicas, deve haver melhoramento e bastante criatividade no conteúdo da mensagem, a utilização de todos os órgãos de comunicação social, o envolvimento dos formadores de opinião e aumento da frequência de transmissão das mensagens. O BNA tem de sentir prazer em incentivar as pessoas a abordarem as questões relacionadas com as moedas metálicas e estar acessível a todos para esclarecer aspectos ligados a elas, para que se evitem especulações e desinformação.

3.9 Quando a necessidade é maior...Em Criança

A Capital

18 De Maio de 2013

ESFARRAPADAS E SUJAS, pés descalços, mas com semblante inocente, é assim que se apresentam as crianças que trocam a escola pelas ruas e praças. Algumas delas são provenientes de outras províncias e deambulam pela cidade capital em busca de qualquer coisa para sustentar as famílias

Em surdina o trabalho infantil vai-se tomando uma realidade tangível entre nós, sob o olhar fingido da sociedade. Os mercados são os lugares de referência onde se pode confirmar que as crianças tomaram-se em mão-de-obra fácil. Os trabalhos diferem. Uns são mais leves do que os outros, mas outros chegam a ser mais perigosos e pesados. O *A Capital*, deixou de simplesmente apreciar o cenário e foi espreitar o submundo de um trabalho infantil que está distante dos olhares de quem tem a responsabilidade de olhar por ele. Embora escondida, esta é uma realidade que pode ter o mesmo efeito que uma perigosa avalanche. O primeiro indício está à entrada das praças e

mercados. À chegada, dá para divisar um amontoado de crianças que correrem atrás de quem chega às crianças, com ou sem carro. Contrariamente aos outros tempos, esta já não se colocam a pedir esmolas. Vão, isto sim, em busca de alguma coisa para fazer, algo que eles entendem chamar de 'trabalho'. Trata-se de um expediente que se resume, na maioria das vezes, em ajudar a carregar os saquinhos de compras dos compradores. E como às vezes se trata de um grande número paro tão pouca clientela, a luta é cerrada.

Tudo em troca de parcos 100 ou 200 kwanzas. Tão parco para quem tem, mas que, paro eles, significa o culminar de uma árdua batalha. É que no meio de muito nada, este é um nada que vale cada cêntimo. Uma visita à praça do Quilómetro 30, à Viana, Luanda, serviu de barómetro inicial de uma dantesco quadro. A olho nu demos com crianças com idades de tenra idade (cinco, seis anos). Enquanto umas eram vistas em plena actividade de venda, outras, num grupo não menos significativo, empenhavam-se na transportação de produtos pesados em jeito de biscate. Havia outras ainda: aquelas cujas tarefas lhes são atribuídas pelos seus pais ou então decididas por si mesmas, em nome do auto-sustento. Foi assim que encontramos Higino Kassoleka, de 11 anos. Corria atrás da viatura de reportagem deste jornal, clamando que o levássemos. Por um simples motivo: queria fazer qualquer trabalho que fosse, desde que no final de tudo recebesse 100 kwanzas. Mas, contrariamente, decidimos conversar com o rapaz. Segundo contou, veio da província do Huambo, em busca de melhores condições de vida. "Estou há dois meses em Luanda. Vivo num quarto com mais seis amigos no bairro das Casas Azuis (algures em Viana)", começou por dizer, acrescentando que, sozinhos, pagam mensalmente uma renda de mil e 500 kwanzas. Kassoleka nunca frequentou a escola, por isso não sabe nem se quer escrever o seu próprio nome. Mas quem pensa que por via disso o engana na hora das contas, está redondamente enganado. É que o menor exibe uma excelente habilidade para conferir o dinheiro que ganha no transporte das cargas que leva para diversos pontos daquele município. "Gosto de trabalhar, porque é a única forma que temos de conseguir algo para comer", justificou. Com um carrinho de mão que apelidou de "ganha-pão", acorda todos os dias às quatro horas da manhã para o início da jornada laboral que só termina por volta das 17h30, altura que se recolhe para a casa. Como o Higino Kassoleka, estão mais crianças que deixaram o seio familiar em busca de auto-sustento. À primeira impressão, custa a acreditar que aqueles garotos com rostos franzinos, transportam consigo uma tão grande carga de responsabilidade. "O que ganhamos dividimos em duas partes. Uma é para comprar roupa e comida. A

outra parte mandamos para a família", informou. Mas, há um senão no meio de tudo isso. Um possível regresso em breve à escola, afiguro-se um sonho adiado. E motivos são vários, mas apontou apenas um que é para si muito significativo: "o pouco que ganhamos não dá para pagar propinas", respondeu. Geraldo Kangombe, 12 anos, nasceu na Huíla. Elegeu Luanda como refúgio para atenuar as dificuldades que viveu no seio familiar. Como Kassoleka, também nunca frequentou uma escola. Pior do que isso, nunca sequer chegou a ser registado. E mais: nem se quer tem documento. Resultado: nem sequer tem a nacionalidade angolana. Sabe apenas que, por tais dificuldades, os pais enviaram-no para Luanda, em companhia do irmão mais novo, com um claro objectivo: amealhar algum dinheiro, por mais pouco que seja, para ajudar a família, poder registar-se e, talvez um dia, estudar. "Ganho por média mil kwanzas diários, cinco mil por semana. Chega para o meu sustento e o da minha família que ficou na província", declarou o petiz que alega ter deixado os familiares, porque "na província não tínhamos comida". "O meu pai é desempregado, então, como os meus amigos viajaram para cá e mandavam dinheiro para os seus parentes, fizemos uma contribuição e me mandaram também", acrescentou, ele que tem também, apesar da pouca idade, de cuidar do irmão mais novo.

"Já estamos habituados a viver sozinhos. Se tivermos problema de saúde, fazemos uma contribuição e mandamos o doente de volta para a província ao encontro dos pais", contou. No princípio, quando chegaram, foi mais difícil. Chegaram às cegas. Nem sabia para onde ir. Numa só palavra, não tinham absolutamente nada. Mas, no entanto, a solidariedade falou mais alto. "Os nossos conterrâneos ajudaram-nos a começar a trabalhar e hoje já conseguimos ajudar os nossos pais", explicou. A Vida é dura, dizem os petizes, contudo, consciencializaram-se de que o trabalho que fazem não é escravidão. "A minha mãe trabalha na lavra. Ela disse que a única forma de termos mais dinheiro para ajudar a casa é trabalhar e estudar em Luanda. Por isso vim. Não me sinto escravizado, porque já fazia o mesmo na Huíla", desdramatizou. Kangombe queixa-se apenas dos jovens "kaluandas". "Nos esperam no final do dia para nos receberem o dinheiro e ainda nos batem", lamentou. Para além do trabalho de transporte de carga, estas crianças dedicam-se a outros tipos de 'serviços', tal é o caso da «zunga» no interior do próprio mercado, como lavar loiça nas barracas confeccionadoras de comida, recebendo, por isso, 300 kwanzas no final do dia. São ainda empregues para acarretar água, montar barracas, carregar e descarregar as mercadorias que chegam nos camiões

e tantos outros afazeres, que se fossem em situações normais, pela idade, nunca seriam permitidos.

A esmola como saída

Às 11h00 da manhã, quando passávamos a paragem dos Congolenses, sentido, Viana/centro da cidade, o tráfego estava infernal. Apesar disso, o pequeno Francisco, de cinco anos, ria-se de alegria por entre os carros no engarrafamento. "Dá só 10 para comprar pão"; "tio ajuda só"; "amiga dá só 10"; "ajudam só". Eram estas frases que se ouviam pelas janelas dos carros. Entre os automobilistas, há quem se sensibiliza com o pedido e abre os cordões à bolsa. Tal como Francisco, muitas crianças ficam nas ruas, muitas vezes obrigadas pelos pais, para pedirem esmola ou venderem algo que resulte em alguns trocados. Ana Diogo, 13 anos, é uma dessas crianças. A venda de água fresca e de sumos em pacote, bem como, bebidas alcoólicas, é a sua "ocupação" diária. Ao fazê-lo, ajuda a mãe, camponesa, que vive no bairro Rocha Pinto com o resto da família. Ana deixou de estudar na 5ª classe. Apesar de não gostar de estar a vender na rua, diz que não tem outra saída. "Se não vendo, não comemos. Vendo na berma da estrada e a minha mãe fica sentada ao lado da caixa térmica", ilustrou. No Largo 1º de Maio encontramos pequeno Serafim, abraçado ao pai, deficiente visual. O garoto que aparenta ter seis ou sete anos, não conhece a idade que tem. O que tem, isso sim, é a habilidade para conferir dinheiro. Afinal ele é o guia do pai durante os seis dias da semana. Vive no Beiral com os pais, ambos deficientes visuais, e, é o sexto filho do casal. "Ganhamos em média mil e 500 kwanzas ou, mesmo, dois mil kwanzas. Depende do dia", considerou Serafim, que começou a pedir esmola sob orientação dos pais, que se sustentam através das aventuras do menino. "Eles é que me mandam pedir esmola. O dinheiro que ganhamos serve para a nossa alimentação e para comprar roupas", reforçou. E rematou: "há vezes em que ficamos o dia todo e só conseguimos 100 ou 200 kwanzas". Os trajes que vestem, revelou, são escolhidos a dedo para criar mais comoção às pessoas. Na verdade, as crianças são escolhidas pelos adultos, para quem a inocência das mesmas acaba por comover mais. Procuramos falar com o pai de Serafim, Domingos Pedro, afinal, um antigo combatente, como nos adiantou. Perdeu a visão ao accionar uma mina. "Os meus filhos são a única forma que tenho para me sustentar. Se é crime ou não, isto não posso explicar, mas também não posso morrer a fome", defendeu. Igual a Serafim, outras crianças na sua faixa etária permanecem horas a fio no Largo 1º de Maio com um único propósito: angariar um pouco que seja para garantir a subsistência. É que se já não se consegue viver, há

que ao menos fazer das tripas coração para sobreviver, ainda que seja apenas para responder diariamente aos constantes apelos do estômago.

3.10 Zungueiras acusam fiscais de exigir sexo em troca das mercadorias retidas

Semanário Factual

De 18 a 25 de Maio de 2013

Zungueiras acusam agentes da Fiscalização de exigirem sexo, a troca da devolução de mercadorias apreendidas, considerando uma atitude desavergonhada e repugnante. Segundo vendedoras ilegais ouvidas pelo Factual, esta tendência dos fiscais de subornarem as Zungueiras é antiga, mas está a tornar-se intensa em função das novas regras fiscais, que obrigam o pagamento de uma multa de 550 dólares para reaverem mercadorias apreendidas pela Fiscalização. As vendedoras dizem que os fiscais do Sambizanga têm fugido das suas responsabilidades, por permitirem a venda a algumas mulheres nos arredores do São Paulo sem nenhum problema, tudo em troca de prazeres sexuais depois das 12 horas, e que essa realidade é possível confirmar através das vítimas. Elas acrescentam que, em algumas ocasiões, os fiscais levam as mercadorias e vendem-nas às outras senhoras ambulantes, por razões desconhecidas, e sempre que uma mulher reclama a sua mercadoria eles ameaçam bater e levar às esquadras da polícia. Elisa Correia, de 29 de idades, fez saber ao Factual que estão a viver os piores momentos da sua vida como vendedoras, porque devem estar mais cautelosas com o corpo da fiscalização, que exige 550 dólares caso detenham as mercadorias em locais proibidos para venda. "Hoje, estamos confrontadas com várias realidades no mercado informal. Somos obrigados a aceitar as ordens ditadas pelo executivo de Luanda sobre a venda ambulante e os espaços autorizados, e por outro lado, as necessidades desavergonhadas dos fiscais, que ao invés de se mostrarem cidadãos exemplares, acabam por assediarem algumas senhoras para se envolverem sexualmente a troca de reaver as suas mercadorias", explicou. Elisa Correia foi mais longe e revelou que as casas de comes e bebes localizadas nos arredores da Administração do Sambizanga, à entrada da Brigada e da rua Direita do ex-mercado Rock Santeiro e por detrás do cine São Paulo, são muitos dos locais onde os fiscais levam as suas vítimas para actos sexuais. Os agentes da Fiscalização dizem não corresponder à verdade as acusações que pesam sobre eles, pois tratam-se de casos cujos responsáveis nunca foram fiscais, mas jovens que ajudavam na organização da venda

ambulante ao longo dos espaços adjacentes ao São Paulo e arredores do Campo Mário Santiago, no Sambizanga, sem solicitações da Fiscalização.

3.11 Ministério do comércio

Agora

18 De Maio De 2013

A intenção manifestação há anos pelo Ministério do Comércio para acabar com os armazéns grossistas na cidade parece que não passou disso mesmo. Pelos menos, mantêm-se de 'pedra e cal' os malianos, libaneses, indianos e chineses, só para falar destas nacionalidades, que comercializam a grosso produtos diversos nas imediações do São Paulo, nas Gajajeiras e no Hoji-ya-Henda. Como é obvio, a actividade comercial exercida por estes indivíduos nestes moldes, atrapalha a circulação de viaturas e de peões, levando aos arreliantes engarrafamentos. É preciso disciplinar o comércio grossista, instalando-o em pontos mais arejados. Isso também seria benéfico para evitar amontoamentos de lixo resultantes destes armazenistas.

3.12 Morte anunciada dos Kupapatas

Angolense

24 De Maio De 2013

Os malanjinos estão de parabéns - numa iniciativa impar e digna de realce de um empresário local, que me reservo em não divulgar o seu nome para não cair na tentação da publicidade barata e sem benefícios para casa, colocou ao serviços das comunidades transporte barato, Land Cruiseres novinhos, mais de 100 viaturas e mais de 150 motas - um serviço de táxi personalizado até à porta de casa. A iniciativa, está a ser aplaudida por grande parte dos malanjinos - um verdadeiro alívio ao alcance de quase todos cidadãos, incluindo os mais carenciados pelo preço praticado. A corrida custa 50, vinte Kwanzas a mais em relação ao preço praticado pelas transportadoras de transportes públicos, por exemplo, na capital do país. Se para a maioria da população a iniciativa é de se tirar o chapéu, os kupapatas, os que fazem do serviço de moto-táxi o seu ganha-pão não têm outra explicação: o empresário quer os combater porque a diferença de preço entre um e outro serviço é de 50 Kz. Pouco importa a origem do investimento, do dinheiro, porque iniciativas do género devem ser encorajadas, porque para além do lucro, o fim de qualquer negócio, aqui, claramente, o empresário parece mais preocupado com a vida do cidadão do que propriamente fazer riqueza. Pelos vistos, segundo soube, este serviço está apenas confinado unicamente

para a sede da província, ao "coração de Malanje", sendo que para quem trabalha no interior, como no município de Cangandala ou Calandula, para citar alguns exemplos, a pretensão é que o empresário os contemple. A necessidade de transporte para o interior é manifestada por aqueles que residindo na sede da província, trabalham no interior - é o caso dos professores, etc. Será o anunciado do fim dos kupapatas, dos sucessivos acidentes, da inobservância das normas de condução, ou seja, na redução das mortes e, sobretudo, na preservação da vida humana? Na verdade, os kupapatas em Malanje, contribuem negativamente na anarquia do trânsito, embora seja uma fonte de sobrevivência para muitas famílias.

3.13 Duas razões reentrada das moedas

Economia

24 De Maio de 2013

A necessidade de normalizar as trocas e também devolver justiça às transacções que são efectuadas no circuito comercial sem recurso directo ao dinheiro-papel.

Banco Nacional de Angola pretende induzir ao circuito monetário neste ano um total de 100 a 150 milhões de moedas e suprir a procura por trocos nas operações de compra e venda de bens efectuados no mercado.

Que factores terão motivado o BNA a reintroduzir as moedas metálicas no circuito monetário?

A introdução das moedas metálicas foi motivada por duas grandes razões, sendo a primeira a necessidade de normalizar as transacções da economia e possibilitar que as pessoas recebessem os devidos trocos. Já a segunda foi no sentido de trazer-se alguma justiça nas respectivas trocas comerciais. Verificámos que as pessoas ficavam em posse dos trocos e com o argumento de que não haviam valores para esse fim. Além disso, também entendemos que com a reintrodução das moedas estaríamos a devolver um certo prestígio aos cidadãos, pois que se fica com a ideia de que o angolano não usa moedas, o que não é verdade.

Objectivamente, sentem existir condições para que as moedas tenham a importância que se lhes deve atribuir?

Claro que sim, pois que a sua reintrodução resulta da constatação do BNA de que o mercado tinha necessidade de moedas. Não nos esqueçamos que com o regresso das moedas muda-se também uma

aparente cultura de fixação de preços redondos. Conforme nossa avaliação, as moedas estão a ser bem recebidas e bastante procuradas o que nos faz entender ter sido uma medida bastante ajustada.

Há contudo a ideia de que o mercado resiste à utilização de moedas?

Esta situação não é de todo generalizada, pois que no mercado formal e até fruto de nossas constatações já verificámos que a fixação dos preços começa a obedecer outros critérios. Os cêntimos já aparecem na tabela dos produtos. Ainda assim, temos de concordar que se trata de um processo e que vai levar algum tempo para que as pessoas se familiarizem com as moedas, mas os esforços do banco central são no sentido de haver sucesso pleno nessa medida. Passamos por algumas províncias como Benguela, Huambo, Cabinda, Kwanza-Sul e outras mais, nas quais foi gratificante verificarmos que a demanda por moeda cresce e que as superfícies comerciais e até mesmo pequenos comerciantes têm moeda disponível para a entrega dos respectivos trocos.

A cidade de Luanda face as enormes complexidades que apresenta será o principal foco de resistência?

É importante não medirmos o país' por aquilo que ocorre em Luanda, mas sim pela dimensão do território nacional. Sabe-se que existem localidades onde as notas de maior valor facial são de difícil circulação e, nestas, as moedas são perfeitamente requisitadas para reforçarem as transacções comerciais. Claro que a cidade capital é a mola impulsadora da economia e nela mede-se o volume de transacções e da moeda em circulação, o que nem por isso nos faz acreditar em focos de resistência à moeda, mas sim na necessidade de as pessoas recuperarem o hábito de uso de moedas, como ocorre em outras partes do globo.

Como é que os operadores financeiros, sobretudo os bancos, estão mobilizados para tornar fácil esta circulação?

Os bancos comerciais são canais importantes para facilitação da circulação da moeda. Daí que

estas instituições, nas suas operações junto do BNA, são obrigadas a efectuar levantamentos também em moedas. Existem também os canais directos, que são aqueles que usamos para abastecer directamente os cidadãos e agentes comerciais, através das caixas de troco implantadas nas superfícies comerciais espalhadas pela cidade e um posto, isso em Luanda; nas delegações regionais de província do BNA e noutros pontos identificados que servem de abastecedor ao mercado.

O facto de não sermos a única economia no mundo a utilizar moedas metálicas não serve de boa referência?

Na verdade, Angola não é o único país a usar moedas, aliás, parece-nos que éramos dos poucos que não faziam uso desse meio de pagamento. Curioso é o facto de que muitos angolanos que viajam utilizam nos países de destino as moedas com muita facilidade, mas, quando entre nós, resistem às moedas. Vale desmistificar que o nível de inflação nesses países não serve de argumento de referência, pois que se Angola fixou no ano passado o seu índice em apenas nove por cento, a África do Sul apresentou-se com três por cento e a Namíbia deve ter rondado entre os cinco e sete por cento. Vê-se aqui que não estamos muito distante dos

outros, considerando-se até a nossa história recente.

Há quem defenda muito mais fundamental as moedas nos estabelecimentos do que no mercado informal, pois nestes os preços dão poucas margens à sua utilização. Qual a vossa apreciação?

Não podemos de maneira alguma julgar que o valor facial da moeda deve, obrigatoriamente, significar que existam produtos nesses valores, ou seja, o facto de existir moedas de um ou cinquenta cêntimos, um kwanza e assim por diante não pode implicar a existência de produtos nessa tabela. É de todo normal que ajuntemos algumas moedas para que no seu conjunto estas possam comprar algum bem. Assim é em qualquer parte onde as moedas existem e deve ser também em Angola.

A mensagem feita com as campanhas de sensibilização estão a surtir os efeitos necessários?

O BNA, através das campanhas de educação financeira, tem procurado motivar as populações sobre o uso das moedas, tomando também por referência as experiências dos países vizinhos e outros com quem frequentemente processamos trocas comerciais. Nesse quadro de campanha, temos também privilegiado o diálogo com os agentes, com as associações empresariais e outras forças vivas do mercado para uma maior mobilização no que diz respeito ao uso das moedas.

A história em si da nossa moeda pode servir também de mola impulsional?

Muito mais que isso. Lembre-se que até este momento o país já efectuou quatro reformas monetárias, onde todas responderam a momentos específicos da nossa história. O que temos feito desde 1991, altura em que o kwanza entrou em circulação e com ele os cêntimos, é procurar garantir que as transacções económicas possam ser efectuadas

com normalidade, rigor e bastante eficácia. Desde Outubro de 2010, momento em que as moedas voltaram a circular, nota-se um sucesso e bastante procura por parte do mercado. O que queremos é que a população conheça a moeda, use-a e encontre nela alguma familiaridade.

Como fazemos das moedas metálicas um meio de pagamento familiar a todos os agentes?

Do início da campanha em Fevereiro até este momento, o BNA introduziu no mercado 25 milhões de moedas, o que, claramente, serve de amostra da boa aceitação deste meio. Agora, é importante que as pessoas usem as moedas nas diferentes operações de compra. Sentimos haver ainda um grande entesouramento das moedas, pois que o aumento ou não da quantidade em circulação depende muito do nível de procura do mercado. Para este ano, o banco central pensa induzir ao sistema um total de 100 a 150 milhões de moedas, o que mesmo sem a avaliação prévia, de ser ou não a quantidade necessária, entendemos como sendo uma boa média para assegurarmos trocas justas no mercado.

3.14 Emissão de moedas dá prestígio à economia

Economia

24 De Maio de 2013

Banco Nacional de Angola espera garantir que nos próximos sete anos não se façam novas reservas uma vez que os cerca de mil milhões de kwanzas em moedas metálicas podem ser quadruplicados

Quando em Novembro de 1976, um ano após a proclamação da independência nacional, o Banco Nacional de Angola, ao abrigo da Lei Constitucional, nos seus artigos 8º e 30º, anunciava a criação da unidade monetária nacional a que se designou "kwanza", chegava um novo tempo e com ele uma moeda verdadeiramente angolana. Inspirada no maior rio de Angola, o kwanza, o maior rio com nascente no país, propriamente em Mumbué, município do Chitembo, província do Bié, e com um curso de 960 quilómetros, era tempo de deixar no esquecimento o escudo português, que desde 1953 centralizava em si as transacções monetárias.

O kwanza, agora moeda, assumia-se como um marco da soberania angolana, e além de dar nome a duas províncias ricas em todo o seu subsolo (Kwanza-Norte e Sul), era também um símbolo e orgulho para todos. Em notas de papel, o kwanza brilhava aos olhos dos angolanos e a caçula, apresentada em

moedas metálicas, não deixava nada a dever aos que procuravam identificar-se com esta família. De lá para cá muito mudou. Trocas sucessivas foram ocorrendo, sem contudo roubar-se o prestígio e a dignidade da moeda nacional.

Nova era nas trocas

"A emissão de moedas metálicas revela, também, a preocupação do BNA com a manutenção de relações comerciais mais justas. De facto, tendo as moedas um baixo valor monetário, os comerciantes retalhistas ficarão com maiores possibilidades e mais alternativas na definição do preço dos bens, evitando o seu arredondamento para valores sempre mais elevados por ausência de meios de pagamento de menor denominação. Cada um de nós contribuirá para esse efeito sempre que, ao fazer uma compra, exercer o direito de receber o troco certo", disse o governador José de Lima Massano, em discurso, por altura do lançamento da família do kwanza, em Fevereiro. A iniciativa do BNA permitiu a introdução no mercado de mil milhões de kwanzas em moedas metálicas, num conjunto de 25 milhões de moedas de 50 cêntimos, um, cinco e dez kwanzas respectivamente. Esta quantidade em referência poderá vir a ser quadruplicada 01 seja, caso o mercado mostre indo cações de que tem necessidade de mais, o Banco Central prevê disponibilizar cerca de 10001 mesmo 150 milhões de moedas, que, calculadamente, pode também significar a injeção de quatro a seis mil milhões de kwanza em moedas metálicas. Assim como recomendado. pelo BNA, há toda necessidade dos comerciantes, bancos comerciais e outros meios de comunicação contribuir no reforço de informação massiva sobre com usar a moeda nacional.

O Banco Central pretende assegurar com isso que o Estado evite gastar mais recursos financeiro com a produção de novas nota antes do seu tempo normal de use que neste caso está aprazado par um tempo útil de sete anos.

3.15 Mercados favorável às moedas

Economia

24 De Maio de 2013

Cidadãos e agentes económicos mostram-se bastante animados com estes meios de pagamento que vieram dar outra dinâmica nas relações de troca e melhorar também o ambiente económico

Nova família do kwanza está a tornar o mercado cada vez mais competitivo, na medida em que os agentes económicos têm capacidade de fixar os preços dos seus produtos, sem necessidade de se preocuparem

com a problemática dos trocos. De recordar que o BNA colocou em circulação as moedas metálicas no valor de 50 cêntimos, um, cinco e dez kwanzas e, de forma progressiva, está a introduzir notas de 50, 100, 200, 500, 1.000, 2.000 e 5.000 kwanzas, numa coabitação com as actuais notas, que só deixarão de circular dentro de cinco anos. Numa ronda efectuada pela reportagem do JE em algumas cadeias de supermercados, instituições bancárias e bombas de combustíveis, os agentes económicos foram unânimes em afirmar que, apesar de algumas dificuldades, ainda assim, a decisão do BNA de reemitir as moedas metálicas é bastante acertada. Por exemplo, no supermercado Pomarbelo, no distrito da Ingombota, em Luanda, o gerente Jaime Heitor disse que tem havido rejeição por parte de alguns clientes por falta de esclarecimento da utilidade das moedas, mas que outros melhor esclarecidos não aceitam sair da loja sem o respectivo troco, alegando que já circulam moedas metálicas no mercado e não têm por que ficarem sem os seus trocos. Jaime Heitor aconselha o BNA a dar maior esclarecimento aos cidadãos sobre as mesmas e pede ainda que aumente a quantidade de moedas em circulação. Situação idêntica ocorre no supermercado Jofrabo, também localizado no distrito da Ingombota, conforme confirmou Rosário de Oliveira, um dos responsáveis de atendimento. "Temos tido rejeição por parte de alguns clientes, principalmente nas moedas de um kwanza, mas foi uma boa medida por parte do Executivo a introdução das mesmas no mercado, porque apesar de tudo nos facilita imenso na hora dos trocos", disse. Já a senhora Ana Brandão, gerente de uma bomba de combustíveis nas imediações do 10 de Maio, disse que os seus clientes aceitam com maior naturalidade as moedas, deixando críticas aos bancos, que conforme argumenta, nem sempre as têm disponíveis. A gerente comercial considera oportuna a decisão do banco central, porquanto se trata de um meio de troca importante no funcionamento do sistema bancário. "A reintrodução das moedas no sistema financeiro é sempre muito vantajosa", disse. Por outro lado, o tesoureiro de uma das agências do Banco' de Comercio e Indústria (BCI), João Massango, disse que para os comerciantes foi uma mais-valia por causa dos trocos, mas mesmo assim há pessoas que rejeitam receber as mesmas por falta de conhecimento sobre a sua verdadeira utilidade. "É claro que isso vai levar algum tempo pelo facto de as pessoas se terem desabituaado da sua utilização no dia-a-dia", disse, acrescentando que, quando o seu curso for normal em todo a extensão do país, teremos um sinal de que a moeda se estabilizou. João Massango disse que todos saem a ganhar com o surgimento das moedas metálicas no sistema bancário, por se tratar de um importante meio circulante que deve exercer a função para a qual

foi criado. Nesta perspectiva, aconselha o banco central e os demais operadores comerciais a apostarem, fortemente, em campanhas de sensibilização aos cidadãos sobre a importância que estas têm na organização económica.

3.16 Os emergentes da nossa economia

Expansão

24 De Maio de 2013

" A história traça o caminho. A cultura modela a pessoa." Esta sábia frase de Dom André Muaca, na sua Breve História da Evangelização de Angola, não se afasta da teoria marxista segundo a qual "o homem pensa como vive". Filosofando: "É a consciência social que determina o ser social", diziam. De facto, a vida vai-se organizando em torno destas teorias. Hoje, na economia de mercado, o homem vive à mercê dos valores sociais que o rodeiam. Sempre foi assim. Na Europa da Antiguidade, e na Grécia em particular, os espaços públicos eram denominados de ágora, e todos os segmentos da população andavam à volta deles. Era a moda. O homem era modelado em função desses valores. O religioso procurava atrair fiéis, o político procurava rodear-se de simpatizantes, os camponeses traziam os seus produtos para trocar e vender. Era um espaço público, um espaço livre. No cultivo da terra com os métodos da época, o arado à tracção animal e o uso de utensílios rudimentares eram as novidades para a lavoura. Foi exactamente esse regime de coisas que deu lugar ao capitalismo no Ocidente. Ele foi o resultado natural da decadência da sociedade feudal, cujos sinais primários começaram nos mercados medievais. E essa foi a génese das classes sociais. Os mercados geraram mobilidade social. Surgiram assim os comerciantes e os artesãos e, com eles, os burgos, as primeiras cidades europeias. Esses pequenos centros populacionais eram a encarnação do mal: desorganização, proliferação e disseminação de doenças, promiscuidade e tantos outros males. Naquele amontoado de pessoas e casas mal arejadas, não havia sequer a preocupação com a comodidade e a saúde. Resultado: a peste negra dizimou metade da população da Europa e provocou desgraças de todo o tipo. Olhando à nossa volta, existem similitudes. A agricultura continua rudimentar, os mercados informais surgem como cogumelos ao longo das vias, e à volta deles surgem aglomerados populacionais. São exemplos disse todos os grandes mercados a céu aberto de Luanda. À volta destes crescem aglomerados populacionais cada vez mais densos, a maioria dos quais, com sérios problemas de serviços básicos, como acessos difíceis, insalubridade, ausência

de água e luz. De facto, este fenómeno semelhante ao que ocorreu na Europa, entre os séculos XIII e XVI, é curioso. Lá, os mercados produziram classes sociais. Aqui, o fenómeno não deixa de ter a mesma graça, com alguma diferença. Derivada das relações mercantis, aqui surge também uma classe social, que pode ser estratificada em escalões, com valores próprios. Ela procura adequar-se ao novo modelo de vida, exagerando de vez em quando.

Com os recursos de que dispõe, procura aceder a bens e serviços antes inacessíveis. Cultiva o individualismo, o egoísmo, a competição infinita e o acúmulo material. Um estilo de vida que está a transformar-se em obsessão e opção cultural. Uma classe emergente que valoriza de mais os bens materiais, o supérfluo, o extravagante, muitas vezes, a ponto do ridículo. Constroem casas grandes, em vez de grandes casas, mal arejadas e pouco afectivas. Não respeitam os quesitos técnicos nem os detalhes. Entregam o trabalho à sorte do primeiro sucateiro de esquina que encontram. É aquela camada social que trabalha, mas não vive do trabalho, saiu do fosso e dá graças a Deus. Idolatra o carro, valoriza a corrida disparada pelos melhores celulares, casas e as mais belas joias. São aqueles que modificam o carro, total ou parcialmente, embelezam-no com todo o requinte de acessórios, só para fazer a diferença. São viajados, só por viajar, amealham dinheiro para exibí-lo. É essa a nova face dos nossos emergentes. Aqueles que, como diz o povo, "estranham". Uma nova classe que vem ofuscando aquela outra mais serena e comedida. Enfim, esses são os emergentes da nossa economia formal e informal produzidos pela cultura mercantil. Aqueles que, ao se apegarem a esta corrente, se arriscam conscientes, ou não, de que o tempo e a energia investidos para a aquisição de coisas podem minuar as oportunidades de conviver com os outros e afastar-se do senso de comunidade.

3.17 Comércio na rua: um problema social

Correio Global

30 De Maio a 06 De Junho

O comércio nas ruas da cidade de Luanda que, por vários motivos alberga a maior parte da população angolana, devido ao êxodo registado durante o conflito armado e também pelo tímido desenvolvimento de outras províncias, é, nos dias de hoje um problema social bastante preocupante. Em busca de segurança e melhores condições de vida, milhares de angolanos abandonaram as suas zonas de origem para fixar residência em Luanda, tomando a cidade "exígua" e com dificuldades de vanas ordem para satisfazer à demanda populacional, incluindo a

circulação rodoviária, ou seja, a "dor de cabeça" diária dos automobilistas. Luanda tomou-se numa cidade com ruas apertadas, com obras permanentes e com um aumento assustador de venda ambulante, senhoras a criarem pequenos mercados em plena estradas principais, nas passagens de peões, enfim, em quase todos os espaços que acharem convenientes para vender alguma coisa. Este tipo de comportamento tem contribuindo, de certa forma, para os embaraços na circulação automóvel, submetendo os motoristas e passageiros a um "stress" infernal. Nestes locais, os vendedores colocam em perigo as suas vidas porque fica à merecer de qualquer acidente. As pessoas vendem quase tudo nas ruas da cidade capital. Em muitos passeios de Luanda estes cidadãos consomem de maneira descontrolada bebidas alcoólica, vivendo sem ética e civismo, num claro desafio as agentes da ordem pública, mesmo depois de terem sido tomadas medidas para persuadir este comportamento e estancar a venda ambulante. Muitos casos de atropelamento são resultantes da negligência desses indivíduos que atravessam as estradas sem responsabilidade e em estado de embriagues, desafiando a velocidades dos carros e exigindo que os motoristas são obrigados a porem, mesmo que estejam fora da passeadeira. Em função do trânsito caótico, aliado a venda ambulante, muitos desses jovens que consomem bebidas alcoólicas nas ruas, aproveitam-se do engarrafamento para cometerem assaltos, em busca de mais dinheiro para "matar a sede", usando, sem piedade, uma brutalidade extrema contra os automobilistas e transeuntes. Na fuga muitos, depois dos assaltos, acabam atropelados, a maior parte mortais. As autoridades têm que encontrar mecanismo para travar a venda ambulante. Sei que as pessoas necessitam exercer alguma actividade para garantir sustento e sobreviver, mas tudo tem que estar organizado e exercido dentro dos marcos da lei. As forças vivas são chamadas a contribuir para a diminuição da venda ambulante, auxiliando as autoridades na elaboração de projecto ou de um plano abrangente de modo a forma diminuir este flagelo que afecta a vida de todos os habitantes de Luanda. Enquanto isso, as autoridades deverão continuar as campanhas de sensibilização para desencorajar a venda ambulante e o consumo de bebidas alcoólicas em plena via pública, para que possamos ter uma cidade ordenada e organizada, permitido uma maior circulação automóvel e o aumento da qualidade de vida.

3.18 Concorrência desleal

Correio Global

30 De Maio a 06 De Junho

A actividade dos "zungueiros" configura também uma concorrência desleal aos comerciantes, com actividade regular e que pagam o devido imposto ao Estado. Os vendedores ambulantes fazem ainda "dumping", vendendo a baixo preço produtos cujo preço real é calculado com o montante do imposto pago pelo importador. Os vendedores, na sua acção, violam normas internacionais do comércio, que prevê também o direito ao consumidor de reclamar qualquer anomalia no produto. A exposição dos compradores ao risco de adquirir um produto contrafeito é enorme, mas muitas vezes ignorada. No engarrafamento, e na velocidade do trânsito automóvel, os automobilistas ou passageiros compram tudo a partir da janela dos carros ou do táxi. O resultado é, muitas das vezes, comprar "gato", quando o que pretendia era "lebre".

3.19 De pictoresco a praga

Correio Global

30 De Maio a 06 De Junho

Muito provavelmente não existirá cidade no mundo que não tenha o seu quinhão de venda ambulante. É um segmento útil que entra para a história de vida dos conglomerados humanos, com a força do lembrete sobre a evolução dos sítios. O pequeno negócio feito ao ar livre mostra, na verdade, o museu que toda a urbe monta pacientemente com o passar dos anos. Luanda, a cosmopolita cidade que nasceu sob as faldas do morro à entrada da sua península, a impropriamente chamada Ilha do Cabo, tem um passado com que orgulhar-se de mercados de rua e vendas precárias e expeditas fora dos estabelecimentos formais. A sua estampa mítica por excelência é o pregão da peixeira, mulheres negras do povo que faziam pela vida calcorreando ruas, avenidas e ruelas em busca do cliente branco com posses. Os poetas cantaram o pregão em versos sentidos e os músicos poetizaram belas canções para imortalizar a prática dos produtos da terra vendidos sobre a quinda das humildes e batalhadoras senhoras que se esgueiravam por aí. Luanda teve mais graça com o folclórico hábito e superiorizou-se nisso a muitas outras cidades, as do interior sobretudo, muito mais contidas nesse quesito. A explosão habitacional da grande capital, que foi quase simultânea ao processo de liquidação do colonialismo na década de setenta do século XX, alterou os dados e desvirtuou regras. O que antes despertava um sentimento de benquerença e um cromado visual procurado por

turistas, forasteiros e passantes de toda a estirpe, ganhou contornos de uma praga mal-amada. Porque Luanda abriu-se para uma fealdade que acelerou as suas rugas de terra velha e misturou o grotesco com a continuada falta de gosto e requinte com a qual chocámos, impotentes, num dia-a-dia tomado tormentoso. Não existem mais os túneis ligando edifícios em avenidas de traçado monumental como aquela que um dia homenageou os Combatentes da 11 Grande Guerra na actualidade Avenida Comandante Valódia -, caminhos românticos feitos para apreciar a beleza e o requinte das montras, da opulência cafeeícol a seu tempo, e, mais do que tudo, os festivos momentos do calendário consumista: a Páscoa, o dia da cidade, o estrondoso Natal com toda a sua luminosidade e magia. Esses túneis - já só do tempo, bem vistas as coisas - são hoje passagens a evitar, pela mistura insana de gente e traquitanas, 'ruídos sem ritmo e que nunca mais fizeram lembrar o belo pregão das quitandeiras. Estendidos no chão em ostensivo convite à proliferação de vírus, bactérias, fungos e outros poderosos inimigos da saúde humana, encontram-se apetecíveis frutos do campo, abacates, bananas, ananás, pitangas, gajajas, mangas ...

Luta ingIória?

Será essa mudança profunda da paisagem do agrado dos munícipes? A resposta será inequivocamente 'não', por todas as razões: o congestionamento dos peões nos espaços que ontem foram' de gloriosas seduções, de amores tentados, romances firmados, mas, acima de tudo, a degradante imagem de uma urbe ruralizada. Não há beleza associada à venda ambulante em Luanda, como facilmente se pode verificar na Avenida Cónego Manuel das Neves, um hino selvagem à imundice. Poeiras, plástico abandonado, papel atirado, sobras de todo o tipo - comida, roupas, calçado, dejectos humanos e de animais domésticos - encarregam-se de criar uma espécie de segundo tapete sobre o asfalto carcomido, numa repetição desgraçada de práticas que, sob pretexto algum, podem ser consensualmente aceites. As autoridades municipais dão-lhes, por isso mesmo, combate cerrado. Uma legião de agentes policiais - os celebrizados fiscais do G PL - faz da tentativa de ordenar Luanda uma batalha campal diária, com resultados que podem ser tudo menos fiáveis. Desenvolveu-se uma teia enorme de guerrilhas mal resolvidas que tanto nos trazem tragédias evitáveis de vendedoras de rua baleadas, como vitórias pírricas que deixam ruas transformadas em "territórios libertados" por uns dias para depois voltar tudo ao mesmo. Na verdade, o que todo luandense se questiona é se a luta por disciplinar uma cidade tomada pela bagunça terá sucesso alguma vez?

3.20 Feiras: a solução

Correio Global

30 De Maio a 06 De Junho

A solução que as grandes cidades encontraram para o fenómeno da é a instituição de feiras com periodicidade regular em vários pontos da cidade e na periferia, normalmente ao fim-de-semana, para permitir que vendedores, sem licença e lugar nos mercados tradicionais, possam vender os seus produtos, num espaço determinado pela administração. O governo faz um esforço titânico de construção de mercados, iniciados em meados da última década, nas zonas urbanas e periféricas da cidade de Luanda, mas a venda ambulante cresce. O desemprego e as condições de vida nem sempre são as principais causas. O êxodo da população do campo para a cidade, aqui provocada sobretudo pela guerra e pela busca de melhores condições de vida, fez crescer a periferia de Luanda. O que parece certo é que, volvida uma década depois da conquista da paz e relançamento da estabilidade, Luanda cresce mais nos seus arredores do que em plena época de guerra, perigosamente com uma população com apenas o mínimo para sobreviver. Se as medidas tomadas até aqui se revelaram pouco ineficazes para estimular estas famílias a regressarem ao "interior natal", é mister envolver outras instituições com responsabilidades nos movimentos migratórios dos povos. Países vizinhos, para resolver o problema da fuga da população para as grandes cidades, criaram ministérios para tratar dos assentamentos da população das terras, com políticas bem definidas e que são um êxito. Namíbia, Zâmbia, e Zimbábue pontificam estes exemplos. O Executivo deve apostar numa campanha de mobilização massiva da população que fugiu das suas zonas de origem para as grandes cidades, despovoando vilas e aldeias. Esta campanha, que deve ser antecedida de um estudo científico, iria centrar a sua acção em convencer as pessoas de que o interior já oferece melhores condições devida.

3.21 Flagelo que devasta Luanda

Correio Global

30 De Maio a 06 De Junho

No engarrafamento e na velocidade do trânsito automóvel, os cidadãos vendem e os automobilistas compram quase tudo a partir das janelas dos automóveis. A transacção é feita no minuto, sem factura nem garantia. A solução que as grandes cidades encontraram para o fenómeno da venda ambulante - entre nós zunga - é a instituição de feiras, com periodicidade regular em vários pontos da

cidade e na periferia, para permitir que vendedores de pequenos negócios, sem licença e lugar nos mercados tradicionais, possam vender num espaço determinado pela Administração do Estado. A venda ambulante está a descaracterizar a cidade de Luanda a cada dia que passa, com a proliferação de lugares transformados em autênticos mercados a céu aberto. Do centro da cidade a zona periurbana, sem poupar a emblemática e modernizada baixa da cidade, vende-se tudo: machados, catanas, filmes pornográficos, ratoeiras, cartões de recargas, panelas, vassouras e etc. São homens, mulheres e até crianças nas ruas a venderem o que querem. Dos bens de consumo básico, ignorando as normas mais elementares de sanidade do meio, aos bens supérfluos. É uma parafernália de artigos de todas as origens e de qualidade duvidosa. A venda ambulante, de transgressão administrativa, terá passado para a categoria de fenómeno, só admitida ainda pelas autoridades em relação aos casos de imigração ilegal. É que o estado da venda nas principais artérias em Luanda assemelha-se a um cancro, que consome a cidade na velocidade do minuto, não poupado a ordem pública estabelecida, a higiene, a saúde pública, a ornamentação e o embelezamento dos lugares públicos. A actividade administrativa do Estado e o desenvolvimento ordenado da vida na cidade de Luanda têm sido largamente prejudicados, intencionalmente ou por negligência, pela acção dos vendedores ambulantes. Se a imagem que Luanda vende, com esta prática, se assemelha ao caos de muitas cidades da África Central, muitas vezes dita como "um autêntico Congo", as consequências visíveis aos olhos dos cidadãos comuns são: um amontoado de lixo que se acumula nas vias públicas e uma bruta confusão no trânsito automóvel. O governo da província de Luanda já ensaiou várias medidas ao longo dos últimos anos e todas se revelaram pouco eficazes, confundindo o âmbito das decisões, que muitas vezes chegam a afectar vendas ambulantes tradicionais da cidade, como as "peixeiras", os ardinhas e os engraxadores. A fiscalização terá centrado preferencialmente a sua acção nas contravenções administrativas que envolvem veículos automóveis, desde a lavagem na via pública ao estacionamento irregular, punidos com multas avaliadas em milhares de kwanzas, mas ineficazes para banir estas práticas.

As multas da Lei

As transgressões administrativas são puníveis com uma multa a ser fixada entre um mínimo de 500 kwanzas e um máximo de 50 mil kwanzas, de acordo com o tipo de infracção. No caso da venda ambulante, onde o vendedor tem como resultado da sua actividade comercial irregular um benefício ou

vantagem pecuniária, a Lei prevê que a multa deve atingir o montante do lucro obtido da venda dos produtos. Ou seja, quem vende na rua um aparelho electrónico de som a 20 mil kwanzas, a multa deve ser correspondente a este valor. Quando o "zungueiro" é menor, por ser um incapaz, a responsabilidade penal é imputada aos pais ou seus tutores, que respondem pelo pagamento da multa.

Que transgressão é a "zunga"?

A venda ambulante, nos termos da Lei-Quadro das Transgressões Administrativas, é uma transgressão administrativa que atenta contra a segurança de pessoas e bens, por "obstruir os locais de passagem ou vias públicas e passeios com objectos que impedem ou dificultam o trânsito das pessoas e veículos". A actividade dos vendedores ambulantes é equiparada à das empresas que realizam trabalhos ou obras sem autorização necessária. Na sua actividade diária, os ambulantes danificam árvores, jardins, sujam estátuas, esculturas e muros, configurando a transgressão contra a

ornamentação e o embelezamento dos lugares públicos. A acção dos vendedores põe em perigo a higiene e saúde públicas, em função da colocação de lixo nas vias públicas, pátios, jardins e praias. Os ambulantes cometem uma transgressão administrativa contra a higiene e saúde pública ao vender bens alimentares sem as necessárias condições higiénicas.

3.22 Perigo anda pelas ruas

Correio Global

30 De Maio a 06 De Junho

O combate à venda ambulante, nos últimos tempos, virou uma das prioridades do Executivo. Apesar dos esforços do governo da província de Luanda, em acabar o comércio na rua, essas iniciativas têm sido ineficazes devido à teimosia dos ambulantes. Todos os dias assiste-se pessoas a comercializar no meio das estradas, nos passeios, nas passagens aéreas, perigando assim as suas vidas e as de quem ali transita. Com o encerramento do maior mercado informal de Luanda, o Roque Santeiro, os passeios da cidade capital foram transformados em lugares para o comércio. Muitos vendedores ambulantes alegam que só vendem nos lugares impróprios devido à falta de mercados próximos da cidade. "Existem vários mercados, mas esses encontram-se muito distante da cidade, e a população não chega a esses mercados", dizem os vendedores ambulantes do bairro de São Paulo. Hoje em dia, as pessoas já não têm receio de comprar seja o que for nas avenidas. O famoso

"motorola" - pão com perna de frango e repolho -, é o exemplo evidente de como não se dá importância à saúde, já que é vendido sem as mínimas condições de higiene, porque ficam expostos ao sol e à poeira. Não obstante a fiscalização estar sempre por cima desses vendedores, os mesmos não arredam os pés. Nesta "luta" entre fiscais e ambulantes há quem já perdeu familiar por comercializar na via pública, como é o caso de Ana dos Santos, que perdeu irmã atropelada por um taxista na zona da Frescangol, quando, por susto, fugia de um fiscal. Os casos como o da irmã de Ana dos Santos repetem-se, diariamente, nas ruas de Luanda e os vendedores ambulantes têm noção do que lhes pode acontecer ao comercializar em plena via pública. De acordo com alguns automobilistas, uma das causas dos engarrafamentos e atropelamentos nas estradas é a venda ambulante. Para o cidadão Carlos de Jesus não se deve culpabilizar apenas os vendedores ambulantes, mas também os automobilistas que compram produtos dentro das viaturas nas estradas. "Muitas vezes a culpa é do cliente. Nós queremos ter tudo ao nosso alcance sem o mínimo de esforço. Se passar um jovem a vender gasosa, os motoristas param os carros no meio do trânsito para comprar a gasosa. Desta forma estamos a contribuir para que a venda ambulante cresça dia após dia ", admitiu Carlos de Jesus.

3.23 Transgressões sem resposta

Correio Global

30 De Maio a 06 De Junho

Quem aportar, pela primeira vez na cidade grande e cosmopolita, não vai acreditar que está a viver na capital de um país. É que mal desperte do sono, tem à sua porta um mercado com tudo: fogareiro para confeccionar "magogá" e venda de todo tipo de produtos. Um verdadeiro susto! Luanda não pode continuar a ser vista com o espírito de deixar andar. É preciso que as autoridades competentes tomem as rédeas da situação. É uma desordem que em nada dignificação quem tem a missão de governar e dirigir a cidade capital. Reconhece-se que, recorrer ao mercado informal como forma de sobrevivência, mas daí vender em plena estrada ou nos passeios, já chega a ser uma afronta ao poder instituído. A regra é clara: o poder é para ser exercido! É isto que está a faltar à Luanda. É que deixar a cidade ser "invadida legalmente" pela venda e por transgressões administrativas constitui um perigo à integridade física, mental e intelectual de todos que escolheram Luanda como um bom lugar para viver. Os repórteres fotográficos do Correio Global, Mayamona Garcia, José Fernando e Francisco Afonso, percorreram algumas artérias da cidade capital e recolheram as imagens que aqui são reproduzidas. A máxima é antiga: "uma imagem vale mais que mil palavras!"

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Reforma Tributária garante maior eficácia do mercado nacional

O País

03 De Maio de 2013

Governantes reconhecem a necessidade de continuar-se a garantir mais isenções em alguns sectores da sociedade para incentivar a actividade empresarial e investidores

A elaboração de um estudo que sustente as opções legislativas no que toca aos benefícios fiscais e que permitam actualizar critérios e objectivos para a sua concessão, foi defendida como tarefa urgente pela secretária de Estado das Finanças, Valentina Filipe, na cerimónia de abertura da conferência internacional sobre tributação, tendo em conta o volume de investimento, as características do projecto, a localização e o seu impacto no mercado de emprego. Valentina Filipe que falava em representação do ministro das Finanças, Armando Manuel, assegurou que, no âmbito da Reforma Tributária, o país tem que garantir que as receitas não arrecadadas sejam compensadas pelo impacto económico e social dos projectos realizados pelas entidades que gozam de tais privilégios fiscais. "Por isso, podemos assegurar que o regime legal se restringe a um conjunto de estímulo para desenvolver o sector económico de interesse para o país, tendo ...como objectivo a redução contínua de assimetrias económicas regionais, a promoção do empreendedorismo e do emprego e o aumento das receitas do Estado a médio e longo prazo". Para a responsável, isto significa que o Estado deve acautelar os aspectos inerentes a uma concessão de benefícios fiscais desprovidas de critérios sustentados e caso tal ocorra, o país corre sérios riscos de assistir a um aumento progressivo de despesa fiscal. Segundo a oradora que proferiu a sessão da abertura, o Governo pretende que a discussão em torno desse processo, não se limite apenas aos benefícios fiscais, mas que se estenda a outros critérios decisivos para o crescimento e desenvolvimento económico. "Refiro-me aos custos de constituição de uma empresa e de emissão de licenças e alvarás. Por isso, acreditamos que o sucesso das acções descritas, deverá assentar num sistema fiscal justo e eficaz com regras claras e estáveis, que transmitam aos investidores uma perspectiva de estabilidade a longo prazo".

A governante fez saber ainda que, no âmbito da Lei do Investimento Privado em vigor, aprovada a 20 de Maio de 2011, foi revogada a Lei sobre os Incentivos Fiscais e estabelecido um regime que pode ser passível de aperfeiçoamento mediante a redução dos custos administrativos na gestão dos incentivos. "Daí que se tenha estabelecido a obrigatoriedade de o Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT) ser engajado previamente na elaboração de propostas de diferentes departamentos ministeriais do Executivo que contemplam benefícios fiscais", disse.

Modelo de isenções

Por seu turno, o deputado e professor universitário Manuel Nuno Júnior, admitiu que as empresas dos países em desenvolvimento como Angola, que entram nas novas indústrias, precisam de um período de relativa protecção de competição internacional. Por isso afirmou que quando os novos produtores crescerem e estiverem aptos para competir com os produtores mais avançados, então, a protecção pode ser levantada de modo gradual.

"Mas se os novos produtores estiverem expostos a uma competição internacional muito alta, logo no início da sua actividade, certamente que desaparecerão do mercado e a acontecer isso, nunca o verdadeiro desenvolvimento de Angola terá lugar", sustentou o economista. Por isso, argumenta que todos os países tiveram sucesso no seu processo de industrialização e em maior ou menor grau protegeram as suas indústrias. "No entanto, as lições de histórias e a experiência internacional mais recentes da Coreia do Sul e da China, mostram que a concessão de benefícios fiscais continuam a ser uma das formas mais seguras para cada país garantir a sua industrialização". Acrescentando que Angola não seguiu no passado e não tem seguido no presente as políticas neoliberais inseridas no chamado consenso de Washington, ou seja, em políticas baseadas no fundamentalismo do mercado. Estas políticas, segundo argumenta, que em África começaram a ser aplicadas na década de 80 através dos programas de ajustamento estrutural, não levaram a estabilidade nem o desenvolvimento económico desses países".

Por isso, o governante sustenta que "o estabelecimento de benefícios fiscais em Angola é imprescindível para não desperdiçar recursos fiscais escassos em experiências importadas que não se aplicam à nossa realidade". Segundo afirma, inúmeros benefícios fiscais foram concedidos e continuam a ser concedidos, tendo como base o quadro tributário existente, como é o caso das empresas que actuam na ZEE Luanda-Bengo e dos investimentos aprovados pela Anip", reforçou.

4.2 Benefícios fiscais em debate na conferência sobre tributação

Semanário Factual

De 18 a 25 de Maio de 2013

A secretária de Estado das Finanças, Valentina Filipe, defendeu na terça-feira passada, 14, em Luanda, durante a Conferência Internacional sobre Tributação do ciclo Anual de 2013, sob o lema a "Eficácia dos estímulos ao desenvolvimento económico, a problemática das isenções fiscais", a elaboração, com urgência, de estudos que sustentem as opções legislativas no que se refere aos benefícios fiscais e que permitam actualizar critérios objectivos para a sua concessão. Frisou que, no âmbito da reforma tributária, "temos que garantir que as receitas não arrecadadas sejam efectivamente compensadas pelo impacto económico e social dos projectos realizados pelas entidades que gozam de tais privilégios fiscais. De acordo com a ministra, citada pela ANGOP' pretende-se, com a realização do evento, incentivar o debate aberto e sustentável sobre o resultado e o papel dos benefícios fiscais na economia angolana, cujo fim primário é o desenvolvimento da actividade empresarial, o alargamento do mercado de trabalho e, consequentemente, a melhoria das condições de vida da população. "Pretendemos, pois, assegurar que o regime legal se restrinja a um conjunto de estímulos para desenvolver sectores económicos de interesse para o país, tendo como objectivo a redução contínua de as simetrias económicas regionais, a promoção do empreendedorismo e do emprego, e um aumento das receitas do Estado a médio e longo prazo", afirmou. Porém, destacou esperar que as discussões não se limitem aos benefícios fiscais, mas que se estendam a outros critérios decisivos para o crescimento e desenvolvimento económico, nomeadamente a revisão das taxas e outros encargos parafiscais, um aspecto fundamental com vista à redução da prática do comércio informal. Fez saber que o sucesso das acções descritas deverá assentar num sistema fiscal justo e eficaz, com regras claras e estáveis, que transmitam ao investidor uma perspectiva de estabilidade, a longo prazo. Por outro lado, sublinhou que mais do que incentivos fiscais, os operadores económicos clamam fundamentalmente pela simplificação e agilização dos mecanismos de emissão de licenças e alvarás, bem como de informação atempada e adequada sobre as suas responsabilidades fiscais. Por seu turno, o economista Manuel Nunes Júnior, que dissertou sobre o tema "Benefícios Fiscais, uma abordagem teórica", realçou que o Estado deve tratar de conceder isenções ou redução de impostos, com carácter temporário, a actividades económicas estratégicas, a actividades que contribuam para corrigir falhas de mercados, para

reduzir as simetrias regionais, promover a criação de oportunidades de emprego, obter avanços científicos e tecnológicos e para acelerar a inserção competitiva do país nos fluxos mundiais de bens e serviços. Salienta-se que a Conferência decorreu na terça, 14 e quarta-feira, 15, em Luanda, e contou com a presença de especialistas dos Estados Unidos, do Brasil, da oruega e da China e enquadrou-se num Ciclo de Conferências sobre Tributação que vem sendo realizada, sob a égide do Ministério das Finanças, no âmbito Projecto Executivo da Reforma Tributária (PER1).

4.3 Finanças preparam nova metodologia para OGE/2014

Semanário Factual

De 18 a 25 de Maio de 2013

O Ministério das Finanças realizou, recentemente, um seminário metodológico, com vista à elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2014. No decurso da abertura do seminário, o ministro das Finanças, Armando Manuel, garantiu maior eficácia na despesa pública e uma afectação de recursos públicos assente em prioridades e objectivos específicos, à luz da nova metodologia de elaboração do OGE/2014. Armando Manuel realçou que o ciclo de orçamentação por unidade é incompatível com a metodologia por programa, método a ser adoptado a partir do próximo ano. O ministro adiantou que a adopção da metodologia da orientação por programa Visa a melhoria dos padrões da eficácia e eficiência da despesa pública e incentiva uma afectação de recursos públicos assente em prioridades e objectivos específicos. Sublinhou que os objectivos específicos estão «entrados na redução da pobreza e numa gestão física e financeira baseada em resultados. Além da melhoria nos procedimentos utilizados, a metodologia do orçamento por programa introduz novos processos, entre os quais o orçamento preliminar e a necessidade do limite da despesa. Destaca-se que outro aspecto novo é a obrigatoriedade de informação, por parte das unidades orçamentais, ao Ministério das Finanças, dos utilizadores do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), habilitados a proceder à validação das propostas orçamentais. O ministro das Finanças afirmou esperar, com a nova metodologia, obter um orçamento que reflecta a política pública prevista no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017 e uma melhor eficácia. "É exigido de todos um grande esforço para que, na elaboração do OGE, se tenha como princípio basilar o ajustamento da despesa pública, visando diminuir o défice orçamental", frisou o ministro das Finanças.

Armando Manuel sublinhou a necessidade dos gestores, quadros e técnicos ligados ao processo orçamental terem um perfeito domínio da legislação e, sobretudo, nas temáticas relacionadas com as finanças públicas este aspecto específico, afirmou que particular realce vai para as normas legais sobre os procedimentos de elaboração do Orçamento Geral do Estado, de modo a superar algumas deficiências na elaboração e execução do OGE.

4.4 Novas regras na execução do orçamento em avaliação

Economia

24 De Maio de 2013

Os processos de elaboração do OGE visam melhorar padrões de eficiência no que diz respeito a despesa pública e incentivar a afectação de recursos

As novas regras da orçamentação por programa visam a melhoria dos padrões de eficiência da despesa pública e incentiva uma afectação de recursos públicos assente em prioridades e objectivos específicos. O ministro das Finanças, Armando Manuel, assegurou ser necessária uma maior eficácia no manuseio das despesas públicas e uma melhor afectação dos recursos públicos assente em prioridades e objectivos específicos a luz da nova metodologia de elaboração do Orçamento Geral de Estado (OGE). Armando Manuel que falava na cerimónia de abertura do seminário metodológico sobre a elaboração do OGE para 2014, realçou que o ciclo de orçamentação por unidade é incompatível com a metodologia por programa, e é o método a ser adoptado a partir do próximo ano. Por isso, a adopção da metodologia da orçamentação por programa visa a melhoria dos padrões de eficiência da despesa pública e incentiva uma afectação de recursos públicos assente em prioridades e objectivos específicos", afirmou, sublinhando que os objectivos específicos estão centrados na redução da pobreza e numa gestão física e financeira baseada em resultados. Além da melhoria nos procedimentos utilizados, a metodologia do orçamento por programa introduz novos processos, entre os quais o orçamento preliminar e a necessidade do limite da despesa. Outro aspecto novo é a obrigatoriedade de informação por parte das unidades orçamentais ao Ministério das Finanças, dos utilizadores do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), habilitados a proceder à validação das propostas orçamentais. O ministro das Finanças espera, com a nova metodologia, obter um orçamento que reflecta a política pública prevista no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017, e uma melhor eficácia.

"É exigido a todos um grande esforço para que na elaboração do OGE se tenha como princípio basilar o ajustamento da despesa pública, visando diminuir o défice orçamental", frisou o ministro das Finanças. Armando Manuel sublinhou a necessidade dos gestores, quadros e técnicos ligados ao processo orçamental terem um perfeito domínio da legislação e, sobretudo, nas temáticas relacionadas com as finanças públicas.

4.5 Dívidas por pagar, programas por financiar

A Capital

25 De Maio de 2013

FUNDOS As autoridades angolanas mantêm suspensos os pagamentos de despesas ligadas ao programa de investimentos públicos assim como a empresas fornecedoras de bens ou prestadoras de serviço ao Estado, tal como confirmaram, para este semanário, fontes conhecedoras do assunto.

Podemos dizer que fecharam as torneiras", comentou uma fonte deste jornal ao salientar que essa falta de pagamentos levou à paralisação da implementação de vários programas importantes, a exemplos daqueles destinados a apoiar o fomento da actividade empresarial. Iniciativas como o Angola Invest, o Balcão Único do Empreendedor (BUE) e outras de igual ou superior nível de importância, foram interrompidas como consequência desta falta de pagamentos, comprovativa de que, com efeito, o Estado angolano está a encontrar dificuldades para identificar e pagar os seus credores. As implicações destas dificuldades reflectem-se, desde já, no andamento de muitas obras que estavam a ser implementadas um pouco pelo país. Projectos de construção de infra-estruturas e demais benfeitorias sociais estão simplesmente interrompidos, com os seus executores a aguardar pela disponibilização das verbas. "As empresas, sobretudo aquelas que deveriam receber os pagamentos globais, paralisaram as obras, não as entregam porque, também, o Estado não paga as prestações", explicou um especialista sobre o impasse que vigora neste momento. Como consequências, prevê-se um atraso substancial no prazo de conclusão de várias empreitadas sociais. Escolas, estradas, centros de acolhimento e tribunais e outros projectos estão, assim, com o prazo ameaçado. Salvaguardado, no entanto, está o pagamento de salários da função pública, assim como determinados serviços do ramo da saúde e do sector social, a exemplo das empresas de limpeza e saneamento e fornecedores de água e electricidade. "São essas as únicas despesas que estão a ser pagas" por via de planos de caixa semanais, numa lista em

que se incluem, ainda, as obras ligadas ao mundial de hóquei em patins a construção dos estádios foi cabimentado "numa conta especial". A verdade, conforme constatam os especialistas com os quais contactamos, é que o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013 ainda não está a ser executado na generalidade e muitos acreditam que as verbas começarão a estar realmente disponíveis por volta de Setembro. De momento, reforça um técnico, com a excepção dos estádios para o mundial de hóquei, "o financiamento de todas as demais obras está, de momento, parado".

"É um processo que pode durar mais um trimestre", estimou a fonte, baseando-se nas mudanças ocorridas no Ministério que requerem um período mínimo de três meses para a adequação de todas as estruturas ao normal funcionamento. Até ao momento, por outro lado, o Orçamento Geral de Estado (OGE) para 2013 não foi publicado em Diário da República, tal como a Lei de suporte orçamental. As fontes do semanário A Capital sustentam que tal deve-se a criação de uma comissão, da qual faz parte o actual ministro das Finanças, encarregue de fazer a revisão do OGE para 2013 depois de detectados vários erros na inscrição, reprogramação bem como uma data de despesas inscritas indevidamente sem o conhecimento do Ministério do Planeamento. Apesar de ter sido aprovado tarde, até hoje, sustentam as fontes, "o OGE ainda não foi homologado" pelo titular do Executivo.

Limpeza de balneário

As recentes nomeações efectuadas pelo ministro das Finanças, Armando Manuel, ao nível de quadros directivos para o seu pelouro visaram, segundo as mesmas fontes, não apenas colocar no xadrez as peças da sua conveniência, mas sobretudo corrigir uma série de práticas que maculavam a actuação do Ministério da Mutamba. Mesmo não tendo sido a mudança mais ruidosa, as fontes apontam como a mais importante a exoneração de Carlos Fonseca Panzo de director da Unidade de Gestão da Dívida Pública do Estado, tendo sido substituído por Angélica Eugénia Paquete. Neste sector particular, já de si polémico pelas irregularidades detectadas no passado, foram identificados novos sinais de fraude, consubstanciados na introdução de documentos falsos de serviços que nunca foram prestados ao Estado. Fala-se, inclusive, da existência de dívidas datadas de 1980 que continuavam a ser processadas, mesmo sem qualquer correspondente existiam de facto.

Entre as falhas detectadas no funcionamento do Ministério das Finanças e que, de certo modo, ditaram essa limpeza de balneário, que não poupou,

inclusive, o titular da pasta, estiveram os erros na inscrição e reprogramação de despesas no Orçamento Geral do Estado (OGE), razão pela qual Carlos Alberto Lopes, o antigo ministro, teve em certa dificuldade para fazer aprovar tão importante documento. Havia falta de domínio das técnicas de gestão orçamental, o que, por outro lado, levava a dificuldades na interpretação e autorização de verbas para programas inscritos.

Sabe-se, também, que a Direcção Nacional do Tesouro é um dos sectores mais críticos do Ministério das Finanças, de onde provêm notícias de sobre-facturação, favores e corrupção. É justamente aqui onde vários pedidos de cabimentação de verbas para pagamento de bens e serviços para as províncias não estavam a ser autorizados.

4.6 Ajustamento salarial domina sessão

Jornal de Angola
30 De Maio de 2013

O Conselho de Ministros voltou a discutir ontem o ajustamento do salário da função pública. Durante a sessão orientada pelo Presidente José Eduardo dos Santos, o Conselho de Ministros analisou ainda a questão das prestações diferidas da Segurança Social, do Salário Mínimo Nacional e das pensões atribuídas aos antigos combatentes, deficientes de guerra e familiares de combatentes tombados ou pericidos.

Na sua quarta sessão ordinária, o Conselho de Ministros aprovou as instruções e o manual para a elaboração do Orçamento Geral do Estado para o exercício fiscal de 2014. Segundo o comunicado do órgão de consulta do Presidente da República, os documentos estabelecem as regras e procedimentos a observar por cada uma das unidades orçamentais no processo de preparação do respectivo orçamento.

As novas regras, sublinha o comunicado, vão permitir a realização de uma avaliação permanente das acções do Governo e o redireccionamento em tempo útil da alocação dos recursos para as áreas consideradas prioritárias, tendo em conta as necessidades das populações e o Programa Nacional de Desenvolvimento.

O Conselho de Ministros aprovou um contrato para a reabilitação e expansão das redes de distribuição de energia de baixa e média tensão, da rede de iluminação pública e das ligações domiciliárias das zonas urbana e suburbana da cidade de Mbanza Congo. Este projecto, inserido no quadro das acções do Executivo para melhoria da oferta de energia

eléctrica às populações, vai beneficiar cerca de 170 mil habitantes da província do Zaire. Ainda em relação ao sector da Energia, foram aprovados ontem vários contratos que contemplam o fornecimento e montagem de sete grupos geradores na cidade de Malange, a construção de subestações de transformação e das linhas de transporte para a electrificação das sedes municipais de Lândana, do Dinge, de Buco Zau e do Belize, em Cabinda.

O Executivo deu ontem um passo importante no processo de reforço das medidas de controlo e de vigilância sanitária no país, dando "luz verde" à proposta de lei que aprova o Regulamento Sanitário Nacional. Trata-se de um documento auxiliar das autoridades sanitárias que define um conjunto de medidas para a defesa e a protecção da saúde pública, através da identificação e controlo permanente dos factores de risco para a saúde individual e colectiva e da adopção das normas a observar relativamente às condições, produtos, serviços, elementos, transportes, meios e origens que directa ou indirectamente são susceptíveis de produzir danos à saúde.

O Conselho de Ministros dois Decretos Presidenciais com os quais o Executivo pretende impulsionar o processo de modernização da Administração do Estado. O primeiro tem a ver com o perfil do gestor de recursos humanos na Função Pública, uma lei que visa assegurar um aperfeiçoamento constante dos quadros e dos servidores públicos e o aumento da eficiência e da eficácia na prestação dos serviços da Administração Pública.

O segundo vem regular a formação profissional dos titulares de cargos de direcção e chefia do Estado, nos níveis da Administração Central e Local do Estado, incluindo os institutos públicos. Teve igualmente "luz verde" o diploma sobre o procedimento de mobilidade na Administração Pública, que regula o procedimento administrativo a observar na mobilidade do pessoal vinculado ao sector público administrativo, nomeadamente, as situações de destacamento, transferência e permuta. A sessão de ontem serviu ainda para analisar alguns documentos no âmbito da nova orgânica do Executivo. Foi aprovada a revisão dos estatutos orgânicos do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e do Secretariado do Conselho de Ministros. Foi ainda objecto de revisão o estatuto orgânico do Guiché Unico de Empresas.

Em relação à política externa, o Conselho de Ministros apreciou o projecto de Resolução que aprova o Acordo Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação para a República Democrática do Congo e na Região dos Grandes Lagos e o projecto de Resolução sobre o Acordo Sede entre a República de

Angola e a Comissão do Golfo da Guiné. O órgão recomendou a remissão dos referidos diplomas legais à Assembleia Nacional.

Direitos de Autor

Outro documento que segue para a Assembleia Nacional é proposta de "Lei dos Direitos do Autor e Conexos". Diploma aprovado em Conselho de Ministros, ele consagra a faculdade de os criadores, artistas, intérpretes, executantes, produtores, organismos de rádio difusão e entidades de gestão colectiva de obras intelectuais de natureza literária e científica de arte, usufruírem de compensações monetárias pela utilização das suas obras por terceiros e reconhece a faculdade exclusiva de autorizar a fruição das mesmas, no todo ou em parte, nos limites e termos da lei. O Conselho de Ministros aprovou a realização do Festival Nacional de Cultura "FENACULT)em2014.0comunicadodo Conselho de Ministros indica que estão previstos alguns eventos relacionados ainda este ano.

4.7 Conselho de Ministros aprova instruções do OGE

Economia

31 De Maio de 2013

O manual de elaboração do Orçamento Geral do Estado para o exercício fiscal de 2014 que foi aprovado estabelece regras e procedimentos que devem ser observados por cada uma das unidades orçamentais .

O Conselho de Ministros aprovou na passada quarta-feira, em Luanda, as instruções e o manual para a elaboração do Orçamento Geral do Estado para o exercício fiscal de 2014, documentos que estabelecem as regras e procedimentos que devem ser observados por cada uma das unidades orçamentais no processo de preparação do respectivo orçamento. O comunicado distribuído à imprensa, no final da 4ª sessão ordinária, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, indica que aos referidos documentos foram introduzidas melhorias nas normas que permitem a realização de uma avaliação permanente das acções do Governo, bem como o redireccionamento em tempo útil da alocação dos recursos para as áreas consideradas prioritárias, tendo em conta as necessidades das populações e o Programa Nacional de Desenvolvimento. No quadro das acções do Executivo, no sentido da melhoria da oferta de energia eléctrica às populações, o Conselho de Ministros aprovou um contrato para a reabilitação e expansão das redes de distribuição de energia de baixa e média tensão, da rede de iluminação pública e

das ligações domiciliárias das zonas urbana e suburbana da cidade de Mbanza Congo. Este projecto vai beneficiar cerca de 17^o.000 habitantes da província do Zaire. Segundo o comunicado, foram ainda aprovados vários contratos que contemplam o fornecimento e montagem de sete grupos geradores na cidade de Malanje, a construção de subestações de transformação e das linhas de transporte para a electrificação das sedes municipais de Lândana, do Dinge, de Buco Zau e do Belize, em Cabinda. No âmbito do reforço das medidas de controlo e de vigilância sanitária em todo o país, o Conselho de Ministros aprovou e recomendou o envio à Assembleia Nacional de uma proposta de lei que aprova o regulamento sanitário nacional. Trata-se de um documento auxiliar das autoridades sanitárias que estabelece um conjunto de medidas e acções para a defesa e a protecção da saúde pública, através da identificação e controlo permanente dos factores de risco para a saúde individual e colectiva, e da adopção das normas a observar relativamente às condições, produtos, serviços, elementos, transportes, meios e origens que directa ou indirectamente são susceptíveis de produzir danos à saúde.

Perfil do gestor

Um decreto presidencial sobre o perfil do gestor de recursos humanos na função pública, diploma legal que visa assegurar um aperfeiçoamento constante dos quadros e dos servidores públicos, do qual resultará um aumento da eficiência e da eficácia na prestação dos serviços da administração pública, foi anuído na referida reunião do Conselho de Ministros. O documento decorre do programa de modernização da Administração do Estado, segundo indica o comunicado distribuído à imprensa. Acrescenta que, ainda neste domínio, o Conselho de Ministros aprovou um decreto presidencial que regula a formação profissional dos titulares de cargos de direcção e chefia nos níveis da Administração central e local do Estado, incluindo os institutos públicos. Foi igualmente anuído um outro diploma sobre o procedimento de mobilidade na administração pública, documento que regula o procedimento administrativo a observar na mutabilidade do pessoal vinculado ao sector público administrativo, nomeadamente as situações de destacamento, transferência e permuta. Nesta sessão, o Conselho de Ministros deu igualmente continuidade ao seu programa de ajustamento dos salários da função pública, das prestações diferidas da segurança social, do salário mínimo nacional, bem como das pensões atribuídas aos antigos combatentes, deficientes de guerra e familiares de combatentes tombados ou perecidos. No âmbito do processo de adequação da organização e funcionamento do Executivo à sua

nova orgânica, o Conselho de Ministros aprovou a revisão dos estatutos orgânicos do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, e do secretariado do Conselho de Ministros. Foi ainda objecto de revisão o estatuto orgânico do Guiché Único de Empresas. Relativamente à política externa, o Conselho de Ministros apreciou o projecto de resolução que aprova o acordo quadro para a paz, segurança e cooperação para a República Democrática do Congo e na região dos Grandes Lagos e o projecto de resolução sobre o acordo-sede entre a República de Angola e a Comissão do Golfo da Guiné, tendo recomendado a reemissão destes diplomas legais à Assembleia Nacional.

Electricidade

O Conselho de Ministros aprovou igualmente a construção de subestações de transformação e das linhas de transporte para a electrificação das sedes municipais de Lândana, Dinge, Buco Zau e Belize, na província de Cabinda. A informação foi prestada pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, no final da reunião orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos. Segundo o governante, com a construção de subestações de transformação e das linhas de transporte, estarão criadas condições para a extensão da electrificação nas sedes comunais e respectivas circunscrições administrativas dependentes, num processo que vai decorrer até ao ano de 2011.

4.8 Lei do Orçamento Geral do Estado 2013 é ineficaz

Expansão

31 De Maio de 2013

A publicação em Diário da República (DR) do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2013 sem os anexos relativos aos quadros de despesa e receita é ineficaz, consideram juristas contactados pelo *Expansão*. Contudo, ressaltam que eventuais irregularidades que possam resultar da sua execução serão sanadas logo que o documento seja publicado na íntegra no DR, graças à inclusão de uma cláusula de retroatividade do OGE, a 1 de Janeiro.

"A omissão da publicação dos mapas determina que, nessa parte, a Lei do OGE seja ineficaz, o que, conseqüentemente, torna a sua aplicação ou execução inviável, o que, em termos teóricos, impediria que fossem arrecadadas as receitas e realizadas as despesas neles previstas", explica a fonte. No entanto, admite, "em termos práticos, as autoridades com competência para cobrar e realizar as despesas, poderão fazê-lo". Com efeito, "as irregularidades que

possam resultar da prática desses actos sanar-se-ão a partir do momento em que sejam publicados os mapas ou republicada a Lei do Orçamento, uma vez que esta, nos termos do seu artigo 16º, estabelece que a sua entrada em vigor retroage a 1 de Janeiro de 2013". "Esta aplicação retroactiva dos efeitos da Lei do Orçamento visa essencialmente sanar, convalidar ou atribuir efeitos aos actos de realização de despesa e outros que tenham sido praticados antes da sua publicação, tudo se passando como se a Lei do Orçamento tivesse entrado em vigor a 1 de Janeiro de 2013", consideram os juristas contactados pelo Expansão. " Não obstante não ter ocorrido a publicação integral da Lei do OGE, o facto de tal omissão estar em vias de ser suprimida, determina que qualquer irregularidade que possa ser cometida neste hiato temporal seja sanada, suprida ou rectificadada, sem que, em termos gerais, ocorra qualquer impacto negativo de natureza substancial", conclui a fonte.

A Lei n.2/2013, que aprova o OGE 2013, foi publicada no Diário da República (DR) de 7 de Março, I Série, n.45, incompleta. Conforme o Expansão revelou em primeira mão na sua edição de 3 de Maio, no DR não constavam os resumos da receita e despesa por natureza económica, da receita por fonte de recursos, e da despesa por função, local e programa. Também não foram publicadas a distribuição do Programa de Investimentos Públicos Prioritários pelo território nacional nem as dotações orçamentais por órgãos. O 'erro' foi já assumido pela Assembleia Nacional. De acordo com uma nota enviada pelo organismo presidido por Fernando da Piedade Dias dos Santos, a gabinetes de advogados, a não publicação dos anexos deveu-se a "um lapso". "Uma vez alertada, a Imprensa Nacional está a envidar esforços para que tal [a publicação] aconteça tão logo quanto possível". Apesar do "lapso", o documento está em execução. O OGE 2013, recorde-se, fixa as receitas do Estado este ano em 6.635.567.190.477,00 AKZ e as despesas em igual montante. Em declarações ao Expansão na edição de 3 de Maio, o secretário de Estado do Orçamento, Alcides Safeca, disse que "de momento" não poderia "precisar em que Diário da República" havia sido publicada a Lei.

Gastos em 2013 vão Superar riqueza gerada
As contas públicas angolanas deverão registar, em 2013, um défice global de 405,4 mil milhões Kz, de acordo com a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) entregue pelo Governo à Assembleia Nacional (AN), no dia 14 de Dezembro do ano passado, e que foi aprovada a 14 de Fevereiro do ano em curso, praticamente sem grandes alterações. Será a primeira vez, desde 2009, que a diferença entre

aquilo que o Estado arrecada e aquilo que gasta num ano acaba no vermelho. As contas excluem as operações financeiras, como o pagamento de empréstimos, e são na óptica do compromisso, isto é, as despesas autorizadas no ano são contabilizadas nesse ano, mesmo que não sejam pagas nesse ano. O défice de 405,4 mil milhões Kz é o resultado da diferença entre receitas de 4.570,4 mil milhões Kz e despesas de 4.975,8 mil milhões Kz. Os 6,6 biliões Kz não triliões como, erradamente, tem sido referido - de que falam o Governo e a comunicação social como sendo o valor das despesas e receitas do OGE 2013 incluem operações financeiras, nomeadamente os empréstimos para financiar o défice. Daí que seja dito que o orçamento está equilibrado, ou seja, prevê o mesmo valor de receitas e despesas. Em dólares, sem operações financeiras, considerando uma taxa de câmbio de 100 Kz por USD, as receitas deverão ascender a 45.704 mil milhões USD e as despesas a 49.758 mil milhões USD, sendo o défice correspondente de 4,1 mil milhões USD. O resultado de menos entradas e maiores saídas nos cofres do Estado é a degradação das contas públicas em 1.245 mil milhões Kz. Passam de um excedente de 839,6 mil milhões Kz para o referido défice de 405,4 mil milhões Kz, indiciando uma política orçamental fortemente expansionista, isto é, de aposta deliberada no aumento da despesa para apoiar a economia. Contudo, o expansionismo da política orçamental pode não ser tão expressivo quanto os números sugerem, porque uma parte da despesa incluída no OGE 2013 já estava a ser realizada em anos anteriores, só que não era orçamentada.

A explicação é simples. Durante muitos anos a Sonangol suportou despesas por conta do Estado, as chamadas 'despesas quase fiscais, as quais não eram incluídos no orçamento. Entre as despesas realizadas pela Sonangol por conta do Estado sem passarem pelo orçamento estão, entre outras, a subsidiação dos combustíveis e o seu fornecimento gratuito a certos órgãos públicos os combustíveis, além de investimentos públicos. O OGE 2013 está disponível na sua versão integral na página do Ministério das Finanças na internet, em www.minfin.gov.ao, tendo sido aprovado pela Assembleia Nacional dia 14 de Fevereiro do corrente ano, com 155 votos a favor (todos do MPLA), 38 contra (da UNITA e da CASA-CE) e 5 abstenções (PRS e FNLA). O documento foi promulgado pelo Presidente da República 14 dias depois, para publicação em DR.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Samakuva acusa Jes de obstaculizar autarquias

Manchete

03 De Maio de 2013

O presidente da UNITA, Isaias Ngola Samakuva, acusou neste fim-de-semana em Londres, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos de obstaculizar a realização das eleições autárquicas

Num encontro com a juventude angolana residente no Reino Unido, Isaias Samakuva, disse que, "O Presidente José Eduardo dos Santos não quer as autarquias para não dividir o dinheiro com os representantes do povo. Nos termos da Constituição, as finanças públicas terão de ser divididas: uma parte fica com o Executivo e outra parte fica com as autarquias. Cada um vai gerir o seu orçamento com autonomia e vai prestar contas dessa gestão directamente aos representantes do povo. O Presidente da República vai deixar de mandar no dinheiro que a Assembleia Nacional aprovar para resolver os problemas dos Municípios". Aquele dirigente político acrescentou, ainda que "Assim, os membros do Executivo já não poderão fazer subfacturações nem contratar as suas empresas para fazer negócios consigo mesmos. Também já não poderão ganhar comissões em contratos que eles não controlam. É por isso que não querem as autarquias, para não dividirem o dinheiro. "Esta história de virem cá dizer que não há condições para realizar eleições autárquicas, mostra bem que o regime não quer resolver os problemas do povo. Querem continuar a desviar os dinheiros públicos para fins privados, porque se há condições para realizar eleições gerais a nível nacional, também há condições para realizar eleições autárquicas, a nível municipal.

Os eleitores são os mesmos, as urnas são as mesmas, os municípios são os mesmos. De facto, os resultados nacionais devem ser a soma dos resultados municipais. Ou estão a reconhecer que cozinham os resultados por cima?" Interrogou-se Samakuva. "Segundo uma nota de imprensa chegada a redacção do Manchete, o partido do Galo Negro, o presidente da UNITA, Isaias Samakuva, chegou no dia 1/05, a Bruxelas, capital da Europa e do Reino da Bélgica, para a segunda etapa da sua digressão ao velho continente, com o objectivo de manter

encontros a alto nível na Comissão Europeia, Parlamento europeu e com as autoridades do país, bem como com a comunidade angolana residente no Reino da Bélgica e da Holanda. Nesta senda diz o comunicado, o Presidente Samakuva, realizou um importante encontro com a Directora dos Assuntos Internacionais da Fundação Westminster, uma fundação inglesa criada para a promoção da democracia no mundo, afecta ao partido conservador inglês. Com a direcção desta fundação, o Presidente Samakuva analisou profundamente o estado da democracia em Angola, à luz da fragilidade das instituições angolanas. Durante as discussões, ventilou-se a possibilidade de se criar uma pareceria estratégica entre a UNITA, a Fundação e o Partido Conservador Inglês, em áreas de interesse comum, com vista ao melhoramento dos processos eleitorais em Angola. De realçar que Isaias samakuva, presidiu a uma conferência no Chatten House, um espaço internacional de análise, reflexão e debate das grandes questões internacionais, subordinada ao tema: Angola em mudança - o papel da UNITA. Participaram deste importante evento, personalidades ligadas ao governo britânico, ao sector privado, a sociedade civil, ao corpo diplomático, estudantes e a comunicação social.

5.2 Técnicos trabalham nos municípios Instituto entregou ontem diplomas ao primeiro grupo de alunos formados

Jornal de Angola

04 De Maio de 2013

O Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) entregou ontem os diplomas ao primeiro grupo de 35 alunos do curso médio de administração local, durante um acto que visou assinalar os 11 anos de existência desta instituição afecta ao Ministério da Administração do Território.

Os alunos tiveram uma formação de quatro anos, seguida de um período de estágio de seis meses em administrações municipais de sete províncias do país, nomeadamente Malange, Cunene, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Moxico, Namibe e Uíge. Depois do estágio, os mesmos foram enquadrados nos municípios destas províncias.

O secretário de Estado da Administração Local, Cremildo Paca, em representação do ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, defendeu a uniformização dos documentos administrativos a nível local, o que considerou como

um grande desafio do IF AL para os próximos cursos.

Cremildo Paca disse ser necessário que se dote os alunos de instrumentos importantes para a sua formação, tendo lembrado que a formação é o maior investimento que um cidadão pode ter.

O responsável revelou que 88 por cento dos funcionários da administração pública pertencem à administração local. "Se quisermos desenvolver o país contribuindo para a economia e as infra-estruturas e serviços, temos que olhar para os 88 por cento dos funcionários da administração local que integram os governos provinciais, municipais e comunais", defendeu.

O director do IFAL, Ismael Mateus, disse que a instituição que dirige continua a lutar para que o ensino à distância seja uma realidade. Ismael Mateus manifestou a sua satisfação com a participação das administrações no processo de formação.

O IFAL pretende doravante garantir que todos os formandos da instituição sejam enquadrados nas administrações, disse. Na mensagem de agradecimento, os formandos prometeram contribuir com o seu saber em questões que têm a ver com a administração local e as futuras autarquias locais.

Os administradores de municípios como Alto Zambeze (Moxico), Cambundi Catembo (Malange) e Namacunde (Cunene) consideraram o acto de entrega dos novos quadros às administrações um acto salutar que devia ser extensivo a todas as instituições similares. O administrador do Alto Zambeze, José Cassessa Luís, que falou em nome dos demais, considerou que os novos quadros vão contribuir na melhoria dos serviços administrativos dos municípios para os quais foram enquadrados.

Papel do Instituto

O Instituto de Formação da Administração Local foi criado com a missão de assegurar a execução da política de aperfeiçoamento e modernização da Administração Local do Estado e da Administração Autárquica, através da formação dos seus utentes, investigação e de assessoria técnica.

O IFAL tem como objectivo organizar e realizar cursos de formação, seminário de aperfeiçoamento técnicos e estágios destinados a dirigentes, responsáveis, técnicos e funcionários da Administração Local do Estado e Autárquica. Deve ainda realizar cursos de formação técnica e profissional em diferentes áreas, dirigida ao público, promover formação e capacitação para ingresso e

ascensão na carreira da Administração Local e de formação média da Administração Local e Autárquica.

5.3 Águas agitadas no comité do MPLA no Kilamba Kiaxi

Continente

10 De Maio 2013

O Comité Municipal do MPLA do Kilamba Kiaxi vai realizar no sábado, 25 de Maio, a conferência de renovação de mandatos com vista a preparar as acções de mobilização para as eleições autárquicas, previstas para 2015

A conferência de renovação de mandatos está bastante concorrida com quatro candidatos, nomeadamente, Luísa Fonseca, actual 2ª secretária do Comité Municipal, Pascoal Fortunato Paulo que já exerceu o cargo de 10º secretário municipal da JMPLA e actual administrador comunal do Havemos de Voltar, o mais querido entre os candidatos. Também fazem parte da lista de concorrentes o professor Manuel Félix "Fefé" e Manuel Feliciano, administrador comunal do Neves Bendinha.

O Continente soube de fonte do partido dos "camaradas" que Pascoal Fortunato foi recentemente notificado pelo primeiro secretário provincial do MPLA, Bento Francisco Bento, a apresentar e formalizar a sua candidatura ao cargo de 10º secretário do MPLA do Kilamba-Kiaxi visto que o mandato do actual 10º secretário termina com a realização da conferência Municipal.

"O candidato Pascoal Fortunato é o mais querido entre nós, garante mais segurança em termos de liderança, já mostrou capacidade, habilidades e agitação política. Ele é a nossa aposta para o cargo de 10º secretário municipal do MPLA, temos confiança nele para dirigir os destinos do Comité", disse um conferencista.

Em Outubro e Dezembro de 2012 aconteceram as Assembleias de renovação de mandatos nos CAPs (Comités de Acção do Partido).

Os primeiros encontros aprovaram os quatro documentos, nomeadamente o relatório da comissão executiva, o relatório da comissão de disciplina e auditoria, plano de actividades e o relatório de balanço da actividade do trimestre findo.

O 10º secretário do MPLA no município do Kilamba-Kiaxi, José Bandeira será um dos sacrificados no processo de ajustamento estrutural

do partido que começa nas próximas semanas com a realização da conferência de renovação de mandatos ao nível do município.

Estes órgãos partidários deverão eleger candidatos a membros do Comité Provincial de Luanda que, por

sua vez, serão submetidos ao crivo dos delegados à Conferência Provincial. Pela primeira vez, serão incorporados nesta estrutura do MPLA os membros eleitos nos municípios de Icolo e Bengo e Kissama, que no passado pertenciam à província do Bengo. O comité do Kilamba Kiaxi controla 71 mil 502 militantes, distribuídos em mais de 100 CAPs nas seis comunas que compõem o município.

5.4 Censo populacional caminha a bom ritmo

O Independente

11 De Maio de 2013

O recenseamento Geral da População e Habitação que o Executivo angolano vai realizar em 2014 é apartidário e deve engajar todos os angolanos, considerou o diretor-geral do Instituto Nacional de Estatística, Camilo Ceita. Numa entrevista que concedeu ao semanário *O Independente*, Camilo Ceita chamou à atenção para a participação de todos os sectores da sociedade, sem distinção de raça, credo religioso, partidos políticos ou de outras condições para que os objectivos da empreitada sejam alcançados. "Se nós não o fizermos (o censo), ninguém vai fazer por nós. É do tipo de coisas que não se importa", aludiu o responsável, numa clara alusão à necessidade do engajamento de toda a sociedade. A fonte referiu que de uma maneira geral, a população deve colaborar com os recenseadores e supervisores do censo, fornecendo todas as informações indispensáveis à recolha de dados de que um censo necessita. "Quando o recenseador estiver a chegar às nossas casas, devemos abrir as portas, recebê-los e fornecê-los toda a informação, para que o primeiro grande Recenseamento geral da População e Habitação seja, de facto, um êxito", apelou o também coordenador do Gabinete Central do Censo.

A antecipar o Recenseamento Geral da População e Habitação 2014, o Instituto Nacional de Estatísticas realiza entre 16 a 31 de Maio o censo piloto, um instrumento que servirá de ensaio ao censo populacional. Nesta fase, apenas sete províncias estão programadas para receber os brigadistas. Trata-se das províncias do Cunene, Luanda, Uíge, Kuando Kubango, Kwanza Norte, Namibe e Huambo, representando 12 municípios e 14 comunas. O Censo Piloto é a primeira etapa do processo, que se realiza

um ano antes do RGPH-2014, sigla Recenseamento Geral da População e Habitação. O objectivo é testar toda a estrutura organizativa proposta para o RGPH-2014, nomeadamente acções metodológico-administrativas, operativas, logísticas, formação, questionários e recrutamento. Em 2014, no mês de Maio, acontece no país o recenseamento geral da população e habitação, o primeiro em 40 anos. A operação de recolha, compilação, avaliação, análise e publicação de dados demo gráficos socioeconómicos para um retrato completo da situação do país. O Censo vai permitir avaliar as condições e necessidades do país por parte do Executivo angolano. O censo 2014 compreende a realização de dois recenseamentos em simultâneo, população e habitação, permitindo, de forma inegável, a obtenção de informação estatística viável e actualizada, necessária ao acompanhamento e avaliação dos programas do Executivo, bem como à produção de indicadores que permitem avaliar os progressos realizados no âmbito dos objectivos de desenvolvimento do Milénio (ODM). Disse ainda que o primeiro Recenseamento Geral da População e Habitação que o país reveste-se de uma importância crucial, pois, vai permitir ao Executivo gizar políticas conducentes ao bem-estar dos angolanos Camilo Ceita, que é igualmente o coordenador do Gabinete Central do Censo, órgão criado para gerir todo o processo, comentou que quem governa, precisa de ter uma informação sobre a composição da sua população, nomeadamente, a sua constituição etária, sexo, onde e como vive.

Debruçando-se sobre a realização, em simultâneo, de dois censos, o da população e habitação, esclareceu que as Nações Unidas obrigam, de certa maneira de que todos os países de dez em dez anos, façam-no, juntando dois em um porque chegou a conclusão que fazê-los separadamente acarreta custos bastante elevados para os Estados. "O Executivo angolano achou por bem, depois do conflito que teve, ter chegado o momento para fazer o recenseamento, o primeiro de grande dimensão após a independência, porque os anteriores não foram exaustivos", referiu o director geral do INE. Com efeito, Camilo Ceita apelou ao engajamento de todos os angolanos para que o censo seja verdadeiramente um êxito pois, como disse "será recolhida uma diversidade de informação de que o país precisa para que a todos os níveis se possa gerir, da melhor forma, as políticas público-privadas". Entretanto estudantes consideram que o censo permitirá que o Governo possa traçar políticas sociais direccionadas à melhoria das condições de vida da população, tendo em conta o desenvolvimento harmonioso do país. Segundo Sebastião António, estudante de Direito da Universidade Agostinho Neto, o censo é uma

actividade que vai contribuir para que os gestores públicos arquitectem programas públicos que correspondam as necessidades dos cidadãos. " A actividade deve contar com o contributo de todos os cidadãos, porque o resultado se reflectirá em benefícios dos cidadãos individualmente, não imediato, mas a curto, médio prazo será visível os resultados", esclareceu. Para Carla Araújo, também estudante de Direito da Universidade Agostinho Neto (UAN), a participação de toda a sociedade nesta importante actividade é fundamental para o seu sucesso. Considera ser imperioso que o Executivo convida as organizações não governamentais, os núcleos juvenis, grupos desportivos, para além dos órgãos de comunicação social, para que se faça uma divulgação da actividade nas localidades mais recônditas do país. "Existe no país zonas onde os meios de informação massiva não chegam, nestas localidades os activistas têm um papel de extrema importância para o sucesso do censo populacional", defendeu. António Nascimento, estudante da Faculdade de Letras da UAN, aplaudiu o esforço do Executivo em melhorar a nível de vida dos cidadãos, adiantando que, ao realizar um Recenseamento Geral, mostra querer que os seus programas tenham o impacto desejado, nomeadamente a melhoria educacional, de saúde, de habitação, emprego, entre outras.

5.5 Censo da população

Jornal de Angola
16 De Maio de 2013

Começa hoje em sete províncias o ensaio para a realização do Recenseamento Geral da População e Habitação que, entre outros fins, visa testar os procedimentos e métodos do Gabinete Central do Censo.

Não é ainda o censo propriamente dito, mas apenas um conjunto de procedimentos preparatórios, que envolve algumas localidades de sete das 18 províncias do país. Trata-se apenas de um ensaio para a realização do Censo da população que vai decorrer em todo o país em Maio do próximo ano.

As províncias escolhidas - Luanda, Namibe, Cunene, Huambo, Kwanza Norte, Kuando-Kubango e Uíge - familiarizam-se a partir de hoje com a realização do censo piloto. É fundamental efectuar a contagem da população porque apenas assim se pode saber, por exemplo, com que força de trabalho se pode contar. Isto, numa altura em que a dinâmica demográfica conhece mudanças significativas e em que Angola se encontra em reconstrução. O crescimento económico

de Angola exige que se domine os números relativos à componente demográfica.

O recenseamento da população é uma prática tão antiga quanto a própria humanidade. Desde os primórdios que as comunidades se interessaram, pelas mais diversas razões, pelo número da população nelas inseridas. As questões de planeamento, gestão e desenvolvimento dos Estados passam pelo conhecimento e domínio dos números, reais ou aproximados, sobre a população. Conhecer o número, composição e localização dos agregados familiares em Angola é uma tarefa que se impõe pelo ditames da governação, que se baseiam na previsão para melhor afectação de recursos.

Muitos foram os empecilhos que inviabilizaram a realização de um censo populacional em Angola. O conflito militar e todas as suas sequelas que tomaram irrealistas quaisquer passos no sentido da realização do Recenseamento Geral da População e Habitação.

Sabemos todos, por experiência própria, que a existência de campos minados, as deslocações massivas e fragmentação do agregados familiares 'tomava impossível a realização de censo populacional. Durante muito tempo, inúmeras localidades tiveram os acessos fechados à circulação automóvel. Os esforços de reconstrução das infra-estruturas, que tiveram um impacto positivo na reabilitação de milhares de quilómetros de estradas, permitem melhores acessos. Os tempos mudaram e o ambiente de Paz que o país vive permite, hoje, uma melhor concepção em termos demográficos para facilitar o planeamento e previsão a nível da governação.

Em Angola, com a Paz, o Executivo considerou que chegou o momento para a realização do primeiro recenseamento populacional desde a independência do país, em 1975. Desde então, os preparativos para a realização do Recenseamento Geral da População e Habitação passaram a ser um desafio para toda a Nação. Numa primeira fase, com a realização do censo piloto, pensamos que os procedimentos de ensaio permitirão realizar, com a eficiência que se espera, o Recenseamento Geral da População e Habitação em todo o país. Para o próximo anos, perspectiva-se uma recolha de informação sobre os agregados familiares, que permitam melhores opções aos decisores políticos. Assim, todos os angolanos são chamados a cooperar com os agentes e funcionários do Gabinete Central do Censo, a entidade responsável pela realização do recenseamento da população.

A participação dos meios de comunicação social é fundamental, na medida em que se constituem como principais vectores das campanhas de sensibilização

das populações. Os angolanos encontram-se preparados para participar activamente no recenseamento piloto que vai servir de ensaio para a realização do censo populacional de Maio de 2014.

Angola inteira sai a ganhar com a posse de informações pormenorizadas sobre a estrutura e localização dos seus cidadãos, numa altura em que os passos para o progresso e desenvolvimento assim os impõem. Temos de fazer o censo não apenas para actualizarmos dados e gráficos, mas também para sairmos da situação em que se encontram os Estados que ainda não efectuaram um recenseamento.

Como disse o coordenador do Gabinete Central do Censo, Camilo Ceita, "se não o fizermos ninguém vai fazer por nós. Não podemos importar consultores para vir fazer o recenseamento, não funciona. Temos de ser nós, os angolanos, com o apoio dos outros que já fizeram".

Congratulamo-nos com o facto de o país estar preparado para a realização do censo piloto nas sete províncias, de acordo com as palavras do ministro do Planeamento, Job Graça. Embora envolva uma grande complexidade, atendendo à extensão territorial, as garantias de logística e recursos humanos permitem a realização da contagem da população.

Auguramos que Angola passe a dotar-se de um instrumento relevante, traduzido no domínio dos números relativos ao censo, para facilitar a vida, o planeamento, a governação e sectores como os da justiça, educação saúde e cultura.

5.6 Censo favorece planificação

Economia

17 De Maio de 2013

Levantamento estatístico está com um orçamento estimado em cerca de sete mil milhões de kwanzas valores que deverão facilitar a realização do recenseamento geral da população efectuado pelo INE

A estratégia de adopção de políticas concretas pelo Executivo, ao longo destes anos tem sido dificultada em grande medida pela inexistência de um censo actualizado, que permitiria definir com clareza o número geral da população. O último levantamento data de 1970, o que por si só justifica a necessidade deste novo levantamento, iniciado nesta quinta-feira (16) em algumas províncias do país, que deverão servir de base para o recenseamento geral que tem início fixado para o ano de 2014. De acordo com

dados recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE), encarregue desta árdua tarefa, para a concretização deste desafio (recenseamento geral da população e habitação), será necessário um desembolso financeiro avaliado em cerca de sete mil milhões de kwanzas. Esta cifra fora avançada, em Luanda, pelo director nacional do INE e coordenador geral do Gabinete Central do Censo, Camilo A Ceita, que apontou a cifra entre os 600 e 700 milhões de kwanzas, como ideal para cobrir os custos da realização do recenseamento geral, conforme citado pela Angop. Camilo Ceita referiu ainda que o INE ainda não tem o orçamento para 2014, mas apontou a cifra entre os seis e sete mil milhões de kwanzas como a ideal para a realização do recenseamento geral, em Maio de 2014, devido ao custo da empreitada. Conforme defendeu, nesta altura, os valores de seis a sete mil milhões de kwanzas, para se realizar o censo geral não podem alarmar ninguém, tendo em conta a magnitude do processo.

"Vamos fazer um pequeno exercício, para se ter consciência, de facto, do que estamos a falar em termos de números. Se nós tivermos cerca de 60 mil pessoas, entre recenseadores, supervisores, formadores iniciais e grupos técnicos, cada um com ordenados diferenciados a partir dos 50 mil kwanzas, existindo 50 mil recenseadores com salários de 50 mil kwanzas e os outros mil técnicos a ganharem mais de 100 mil kwanzas, além dos custos com contratos, logística, publicidade e aquisição de bens, entre outros, podemos chegar na cifra de seis a sete biliões de kwanzas", justificou. "Em 2012, disse, o INE teve um orçamento, incluindo já as despesas com o pessoal, contratos, aquisições de bens e serviços, de cerca de 4,8 mil milhões de kwanzas. Este ano, o montante do instituto é de cerca de cinco mil milhões de kwanzas". Dada a importância do censo, o INE conta com a parceria dos institutos nacionais de estatística de Moçambique, Cabo Verde, Brasil e com o Fundo das Nações Unidas para a População (PNUD), mas estes participam apenas a nível da assistência técnica. Quanto às despesas para a realização do recenseamento geral, Camilo Ceitas fez vincar a posição de serem estas cobertas na totalidade pelo Governo angolano, constituindo-se num caso raro no continente. Defendeu, por outro lado, que este esforço do Executivo não pode ser encarado como uma despesa, mas um investimento que vai beneficiar o país com informações e dados úteis e credíveis.

5.7 Censo da população já em marcha

Agora

18 De Maio De 2013

O ministro do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial garantiu na véspera desta iniciativa do Executivo que estavam criadas todas as condições logísticas para o êxito da operação. Job Graça reuniu-se com responsáveis de vários sectores envolvidos no processo para avaliar o grau de produção e preparação do censo piloto. Segundo Job Graça, a cartografia censitária foi já concluída há algum tempo, bem como a formação dos agentes, supervisores e recenseadores. Os grupos técnicos provinciais, municipais, comunais e de bairros também já estão a trabalhar, de acordo com o governante. O censo piloto abrange apenas as províncias de Luanda, Namibe, Cunene, Huambo, Kwanza Norte, Kuando Kubango e Uíge. Angola não realiza Recenseamento Geral da População e Habitação desde 1970 (época colonial), mas as Nações Unidas recomendam que os países devem fazê-lo, pelo menos, de 10 em 10 anos.

Após 33 anos, o novo censo

A última vez que se soube oficialmente quantos habitantes havia em Angola foi em 1970, cinco anos antes da independência, e desde então nunca mais foi possível actualizar os dados, devido a guerra civil. Na contagem feita na época colonial, apurou-se que residiam na então província ultramarina de Angola cerca de 5,6 milhões de pessoa. Desta vez, o processo é organizado Executivo angolano, abrangendo 100 aldeias e bairros distribuídos por 14 comunas em 12 municípios de sete das 18 províncias seleccionadas na primeira fase. O processo de contagem oficial de habitantes de Angola tem sido marcado por grandes intervalos de tempo. Antes de 1970, a última contagem foi em 1940, e o resultado foi de pouco mais de 3,7 milhões de pessoas.

Após a independência, em 1975, a guerra civil impediu a realização de operações deste género. As tentativas realizadas entre 1983 e 1987 não foram consideradas, por não terem abrangido todo o território nacional nem obedecido aos princípios e recomendações internacionais estabelecidos pelas Nações Unidas. No Censo de 2013, as autoridades angolanas tem previsão de recensear cerca de 21 milhões de pessoas. Os resultados provisórios serão divulgados três meses depois do momento censitário e os definitivos somente em 2014.

5.8 Autarquias locais em conferência

Jornal de Angola

19 De Maio De 2013

A província do Kwanza-Sul acolhe amanhã a quinta conferência sobre autarquias, das 12 inscritas plano de promoção do Ministério Administração do Território (MAT). Este ciclo de conferências, monetizadas pelo Instituto de Forma, da Administração Local (IFAL), teve início em Março e termina em Agosto. As preleções abordam temas em torno do pacote legislativo autárquico, sistema fiscal e de financiamento das autarquias locais, desenvolvimento económico local, recursos humanos e formação, multiculturalismo e territorialidade. A iniciativa resulta de um programa transversal promovido pelo Executivo, com o objectivo de abrirem ampla discussão pública sobre as autarquias no país. A propósito, o Ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, comentou, recentemente, que a intenção é CI consensos sobre modalidades, calendário e procedimentos para a organização de eleições locais. Para enriquecer os debates, através da troca de experiências inerentes ao processo de descentralização e construção do poder local, for convidados oradores de Cabo Ver Brasil, África do Sul, Espanha, Moçambique e Uganda. A experiência cabo-verdiana abriu o programa, nos dias 18 e 21 de Março, em sessões dirigidas a quadros de Luanda e Huíla, seguindo-se a brasileira, cujos oradores se deslocaram a Benguela e ao Huambo, a 23 e 26 de Abril. Amanhã, é a vez dos sul-africanos transmitirem os seus conhecimentos aos responsáveis e técnicos Kwanza-Sul para, no dia 23, cumprirem a missão no Moxico.

5.9 Curso sobre administração dirigido aos governadores

Jornal de Angola

19 De Maio De 2013

Governadores e vice-governadores das províncias do Kwanza- Norte, Malange, Luanda, Kwanza-Sul, tem, na localidade de Camuaxe, nos arredores de N dalatando, uma formação no âmbito do projecto "Academia de Liderança", promovido pelo Instituto de Formação da Administração Local (IFAL). Durante a acção, iniciada na sexta-feira, os participantes receberam informações sobre a orgânica e funcionamento da Administração Local do Estado: desconcentração e descentralização, tendo como prelector o jurista e professor universitário Carlos Feijó. Durante dois dias, o docente explicou o processo de descentralização e desconcentração, conceitos base e princípios da organização e

funcionamento da Administração Local do Estado. Carlos Feijó não deixou de aprofundar questões relacionadas com a natureza, atribuições e composição dos órgãos colegiais da Administração Local, designadamente dos governos provinciais, administrações municipais e comunais, e como ultrapassar as comissões da legislação. Falou sobre os mecanismos de consulta e diálogo entre as administrações locais do Estado e as comunidades, no que concerne aos conselhos de auscultação e concertação social. A formação teve por objectivo munir os governadores provinciais de ferramentas que auxiliem a gestão eficaz dos planos de desenvolvimento integrado dos territórios sob sua jurisdição, através da transferência de técnicas de liderança (planeamento, comunicação, incremento, monitorização e avaliação), que permitam o envolvimento e a participação, e orientem os agentes e as instituições para o processo de desenvolvimento local. O vice-governador de Luanda, António Resende, considerou que o seminário proporcionou os subsídios previstos na Constituição relacionados com a descentralização e desconcentração do poder. A partir de agora, disse, os governadores têm todas as ferramentas para o exercício pleno da governação. Para o governador do Kwanza-Norte, Henrique Júnior, o curso foi importante, porque serviu para rever algumas matérias importantes para o desenvolvimento do seu trabalho diário.

5.10 Milhares de residências por recensear

Jornal de Angola

19 De Maio de 2013

O censo piloto, que na província do Kuando-Kubango decorre na comuna de Calúndo (município de Menongue) e na sede municipal do Cuchi, prevê recensear mais de quatro mil casas das zonas urbanas e rurais. De acordo com a coordenadora dos Serviços Provinciais do Instituto Nacional de Estatística, que falava na abertura do processo, 98 agentes de campo, entre recenseadores, supervisores, cartógrafos e motoristas, estão envolvidos no processo. Débora Ferro, que garantiu estarem criadas todas as condições humanas, técnicas e logísticas para a realização, sem sobressaltos, do censo piloto, acrescentou que o processo envolve também acções de sensibilização das autoridades tradicionais das duas localidades abrangidas, para permitir uma maior divulgação da importância do censo piloto, junto das populações. Na sede municipal do Cuchi, a 93 quilómetros de Menongue, estão envolvidos 36 agentes de campo, que têm previsto recensear mais de duas mil casas. Na comuna do Caiúndo estão

mobilizados 62 efectivos, com a missão de abranger mais de 2.300 casas. O governador do Kuando-Kubango, Higinio Carneiro, disse que é urgente proceder a um outro processo, para que o Executivo possa delinear melhor os projectos sociais em prol do bem-estar da população.

Previsões no Cunene

Cerca de 30.100 habitantes dos municípios de Namacunde e Cuanhama, na província do Cunene, vão ser recenseados no âmbito do censo piloto iniciado na quinta-feira em todo o país, anunciou o responsável local dos serviços provinciais do Instituto Nacional da Estatística, José Jacinto afirmou que, para o êxito dos trabalhos, com a duração de 15 dias, estão disponíveis 50 agentes recenseadores e 17 supervisores, que vão trabalhar nas comunas da Môngua, Ohacaonde, no Cuanhama, e Santa Clara, além dos bairros e localidades de Oneleu, Etiangula, Omutouamedi e Ombuelua, em Namacunde.

Kwanza-Norte

O governador do Kwanza-Norte, Henrique André Júnior, garantiu que os dados do censo piloto vão permitir melhorar a projecção das acções do Executivo em relação à qualidade de vida da população, pelo facto de garantir referências dos dados estatísticos e habitacionais. Ao falar durante a abertura oficial do censo piloto no Kwanza-Norte, que abrange as comunas de Cambondo e Quiangombe, em Lucala, o governador explicou que só o censo pode determinar com exactidão o número de cidadãos nacionais, a sua localização e modo de vida e pediu aos funcionários envolvidos para exercerem o seu trabalho com zelo e profissionalismo.

Cazenga e Maianga

Em Luanda, o censo piloto decorre no município do Cazenga e no distrito urbano da Maianga. Distribuídos em grupos de dez por cada bairro, os recenseadores começaram os trabalhos junto das unidades hoteleiras e hospitalares. No Cazenga, os agentes recenseadores estão a trabalhar no bairro da Matupá, e no distrito urbano da Maianga actuam nos bairros do Catambor e Alvalade. O grupo de recenseadores está subdividido em grupos de cinco, sendo quatro recenseadores e um supervisor. Os municípios foram inquiridos sobre questões relacionadas com a educação, características da habitação, rendimento mensal, agregado familiar, entre outras. O trabalho abrange apenas algumas localidades de sete províncias seleccionadas e serve de preparação para o recenseamento geral da população e habitação, a ter lugar no próximo ano. A

realização Censo Geral da População e Habitação permite a obtenção de informação estatística fiável e actualizada, necessária para o acompanhamento e avaliação da estratégia de combate à pobreza, além de produzir indicadores que permitam avaliar os progressos realizados no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. O censo tem por objectivo a recolha, validação, apuramento, análise e difusão de dados estatísticos oficiais, referentes às características demográficas e sócio económicas da população.

5.11 Debate estruturado sobre autarquias

Jornal de Angola

21 De Maio De 2013

Experiência sul-africana foi apresentada ontem durante um encontro na cidade do Sumbe o secretário de Estado para os Assuntos Institucionais do Ministério da Administração do Território reafirmou ontem, no Sumbe, que o Executivo está disposto a promover, "de modo estruturado e organizado", um debate sobre autarquias locais em Angola. Adão de Almeida, que falava na abertura do ciclo de conferências sobre a experiência autárquica, que teve como oradores especialistas sul-africanos, referiu que a criação do poder autárquico "é um processo e não um acto isolado e envolve, entre outros objectivos, a realização de um exaustivo diagnóstico da administração local do Estado". A definição do perfil dos recursos humanos da futura Administração Autárquica e das atribuições e competências a transferir para as autarquias locais, bem como um estudo rigoroso das potencialidades de cada município, afirmou, são questões que devem ser aprofundadas. Na conferência sobre a "Experiência Autárquica Sul-Africana", os participantes falaram sobre "a dinâmica descentralizadora, pacote legislativo, sistema fiscal e recursos humanos e formação". O ciclo de conferências sobre experiências autárquicas, promovido pelo Ministério da Administração do Território com o apoio do Instituto de Formação de Administração Local (IFAL), destinou-se a aprofundar conhecimentos autárquicos relevantes a nível internacional para se fazer uma análise comparativa que contribua para o processo de descentralização em Angola. Para estas conferências, foram seleccionadas seis experiências autárquicas com relevância internacional que podem oferecer elementos significativos ao processo de descentralização do país: Cabo Verde, Brasil, África do Sul, Espanha, Moçambique e Uganda. O secretário da Presidência da República para a

Administração Local, Adelino Peixoto, o governador do Kwanza-Sul, Eusébio de Brito Teixeira, e o director do IFAL, Ismael Mateus, assistiram à sessão de abertura. Na iniciativa, que terminou ontem, participaram deputados à Assembleia Nacional pelos círculos de Benguela e do Kwanza-Sul, membros do Governo Provincial, representantes dos partidos políticos com assento no Parlamento.

5.12 Descentralização exige capacidades locais Especialistas estrangeiros transmitem experiências aos gestores públicos

Jornal de Angola

23 De maio de 2013

o especialista sul-africano em processos de descentralização, Andrew Siddle, disse, no Sumbe (Kwanza-Sul), que o êxito do processo de descentralização passa pela existência de capacidades locais, sistema de prestação de contas e de responsabilização política eficaz e de vontade política.

Andrew Siddle fez este pronunciamento quando dissertava sobre o tema "Dinâmica descentralizadora", no quadro do ciclo de conferências sobre a experiência autárquica destinada à apresentação do modelo sul-africano sobre a matéria, realizado na segunda-feira.

De acordo com o perito, o processo de descentralização tem se tornado um dos mais predominantes temas da actualidade, visando conceder maior abertura na governação, melhorando o acesso aos serviços básicos, à democratização e à melhoria das oportunidades para os cidadãos.

O modelo sul-africano, frisou o especialista, pode ser viável para Angola desde que se tenham em conta aspectos como a formação e capacitação de quadros, a eficácia do sistema de prestação de contas e de responsabilização, bem como vontade política para que o processo seja bem sucedido.

Apontou ainda como objectivos primordiais desta prática democrática o fornecimento de serviços de qualidade às comunidades, a promoção do desenvolvimento económico e social, um ambiente seguro e saudável e o encorajamento ao envolvimento das comunidades e organizações locais em assuntos da governação local.

Sobre o pacote legislativo, referiu que a África do Sul possui bases constitucionais para a existência e

funcionamento dos governos locais. Andrew Siddle abordou ainda o sistema fiscal e de financiamento, tendo referido que o mesmo só pode ser eficaz caso promova a transparência e a prestação regular de contas às instituições afins.

Participam na conferência directores provinciais, administradores municipais representantes de partidos políticos de Benguela e do Kwanza-Sul.

Elogios do governador

O governador do Kwanza-Sul, Eusébio de Brito Teixeira, enalteceu a iniciativa do Ministério da Administração do Território em promover a conferência sobre as autarquias locais nesta província.

Eusébio de Brito Teixeira, que falava no acto de encerramento da conferência, disse que Angola está na rota do desenvolvimento e procura a melhor forma de gerir o território, estudando os modelos de outros Estados que se coadunam com a realidade sócio-política e económica do país.

No encontro, aberto pelo secretário de Estado para os Assuntos Institucionais e Eleitorais, foram abordadas questões ligadas à dinâmica descentralizadora da África do Sul, a descrição do sistema autárquico do país, o seu funcionamento administrativo, assim como a delimitação territorial, analisando as vantagens e desvantagens do modelo.

Foram ainda analisados o pacote legislativo que regula a implementação, funcionamento e as competências das autarquias locais, o sistema fiscal e de funcionamento aplicado e o desenvolvimento económico local, com destaque para as iniciativas público-privadas e inclusão de mulheres e jovens.

Os prelectores sul-africanos partilharam igualmente as suas experiências sobre os recursos humanos, formação e processo de recrutamento dos funcionários públicos das autarquias locais, bem como o multiculturalismo e territorialidade, na perspectiva da forma como a descentralização promove e respeita a identidade cultural local e outros aspectos.

Participaram na conferência, o secretário do Presidente da República para os Assuntos Regionais e Locais, Adelino Peixoto, deputados da Assembleia Nacional, vice-governadores, administradores municipais, membros das comissões provinciais eleitorais e autoridades tradicionais, entre outros.

5.13 PRS com os olhos postos nas autarquias

Manchete

24 De Maio De 2013

Segundo o líder do PRS, Eduardo Kwangana, que falava no acto de abertura desta acção formativa, as eleições autárquicas no país são tidas como um obstáculo diante do partido no poder que, de acordo com o político, pretende manter a sua máquina fraudulenta para contrapor as estratégias da oposição que coagem pela indicação da data. "Se não formos atentos, os amigos das fraudes vão manobrar e criar dificuldades a oposição, como aconteceu nas eleições gerais passadas", alertou. O Eduardo Kwangana frisou, igualmente, que o círculo de formação que o PRS está a levar a cabo em todas as províncias do país, significa cultivar ao próprio cidadão filiado na sua agremiação política e não só, uma cultura que permite conhecerem as verdadeiras causas que possam permitir o curso normal de governação em Angola. O político ressaltou, por outro lado, a necessidade dos angolanos colherem as experiências dos países aliados, como Moçambique, Cabo Verde e outros, que conseguiram apartir de um modelo democrático a convivência pacífica, dando o poder ao povo para decidir quanto aos seus representantes. "Não queremos que os governadores provinciais sejam sempre indicados pelo Chefe de Estado", disse Kwangana, acrescentando que, "muitos dirigentes entendem que os cargos no PRS são cativos, mas é importante existir a confiança dos próprios militantes, pois, fundamentalmente, são eles que determinam o futuro de qualquer responsável dentro do partido". No entanto, o presidente do PRS entende que as eleições autárquicas serão o princípio da queda do partido no poder. Em seu entender, a população pretende eleger um Governo totalmente democrático, para permitir o acesso as riquezas que o solo angolano se predispõe, sem exclusão de ninguém. Durante a sua intervenção, o líder do PRS salientou que as preocupações do seu partido têm a ver com a postura do partido no poder, tendo lembrado que a quanto da primeira crise da seca na província do Cunene, o seu partido havia questionado sobre o assunto, na Assembleia Nacional, mas o Governo tinha garantido que situação do género nunca mais iria se repetir no respectivo território, que hoje está a ameaçar novamente a vida de muitas famílias. "É inaceitável para a população do Cunene que vive com o problema da seca, quem conhece aquela terra vai dizer a verdade, os habitantes consomem água no mesmo local que os animais".

5.14 Autarquias exigem preparação

Jornal de Angola
25 De Maio de 2013

o secretário de Estado para a Administração Local defende uma análise objetiva do grau de urbanização, para se encontrar o tipo de autarquias que se pretende para o país e implementá-lo para melhor servir a população.

Cremildo Paca, que discursou quinta-feira, no Luena, no encerramento da conferência sobre experiências autárquicas, defendeu a preparação como necessária, tendo em conta a grande extensão territorial do país e a necessidade de avaliar o tipo de infra-estruturas técnicas e administrativas, além da criação de uma base económica, jurídica e administrativa para cada município.

Cremildo Paca disse que os temas abordados no seminário, com base na realidade sul-africana, foram estabelecidos tendo em conta o princípio da prudência, delimitação da jurisdição territorial autárquica e a categoria de autarquia metropolitana das grandes cidades.

O secretário de Estado para a Administração Local afirmou ainda que os temas têm aver como reconhecimento dos vários estágios de desenvolvimento territorial ao longo do processo de implementação das autarquias locais. "Estes elementos permitem-nos visualizar desafios e obstáculos que todo o processo desta natureza enfrenta", disse.

O secretário de Estado reconheceu que existem ainda municípios com dificuldades para desempenharem funções ordinárias. O governador do Moxico, João Enesto dos Santos "Liberdade", elogiou a iniciativa do MAT em promover uma conferência sobre as autárquias, principalmente pelos temas pertinentes sobre uma das formas de organização democrática do Estado a nível local.

Autarquias facilitam serviços

O vice-governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, afirmou ontem, no Luena, que as autarquias locais constituem a melhor forma de descentralizar os serviços e servir a população.

"Com as autarquias, vai haver maior descentralização de poder, os municípios vão ter a possibilidade de trabalhar melhor na recolha das receitas e ter maior controlo sobre elas", disse o vice-governador, que participou no fórum sobre a experiência autárquica sul-africana, promovida pelo Instituto de Formação da Administração Local.

Adriano Mendes de Carvalho defendeu a adopção de um modelo "realista", que vá ao encontro das necessidades do país e propicie o desenvolvimento nos vários domínios.

5.15 Oposição força autarquias

A Capital
25 De Maio de 2013

CARTADA DECISIVA Antevendo um pequeno descalabro dos "camaradas" partidos políticos olham para as autárquicas como um trampolim para as próximas eleições legislativas, Em resposta} o MAT diz que a instalação das autarquias é um processo e não um acto isolado.

Ainda agarrada ao artigo 107 da Constituição, quanto mais não seja pelo debate à volta das eleições autárquicas, mesmo que transformadas em incógnita, a oposição continua a acusar o Governo do MPLA de falta de vontade política para a realização do pleito, tendo esta posição chegado à Comunidade Internacional por intermédio de Isaiás Samakuva e Abel Chivukuvuku, no que é descrito em círculos nacionais como uma das várias formas de pressão adoptadas pelos líderes da UNITA e da CASA-CE. O aumento do tom da crítica, há duas semanas, com o périplo de Samakuva e Abel em curso, foi sentido na província de Benguela, quando o secretário-geral do «galo negro» afirmou que o Ministério da Administração do Território está a dar mostras de pretender desempenhar o papel de uma administração eleitoral independente. Victorino Nhany, que acabava de visitar o Cunene e a Huíla, definiu o quadro como uma reedição do que se observou antes e durante as últimas eleições legislativas. Confrontado com uma pretensa falta de condições infra-estruturais, conforme indica a justificação do pelouro de Bornito de Sousa, Nhany disse não ter dúvidas de que se trata de um pretexto próprio de quem não tem vontade política para avançar. «Aliás, acho que o MAT está a intrrometer-se onde não deve. Nós reiteramos que o-artigo 107 da Carta Magna tem de ser respeitado», frisou. Perante centenas de militantes, revelou que o seu partido está disposto a ir até às últimas consequências para que as eleições sejam democráticas e transparentes. Victorino Nhany admite, antes de tudo, ser necessário uma garantia a apontar para a realização das autarquias, que serviriam de trampolim para a «mudança» em 2017. Esta visão coincide com a de Abel Chivukuvuku, manifestada dias depois em Lisboa, numa entrevista exclusiva a SIC Notícias, no decurso da qual teceu duras críticas ao Executivo devido à «falta de estratégias para o fim da pobreza». Crente na mudança, o líder da CASA-CE adiantou

que o MPLA tem medo de perder o poder local ou o domínio total em várias localidades do país, daí o impasse à volta das autarquias. «Perdendo este domínio, não haverá fraude nas próximas legislativas», argumentou, convicto de que o fenómeno pobreza, que afecta mais de 60% da população, vai determinar a mudança que o seu partido tanto apregoa. De olhos postos no que chama de «aumento do nível de consciencialização», sobretudo entre os jovens, Abel lembrou que a qualidade dos processos eleitorais continua a ser péssima, embora tivesse admitido melhorias no capítulo da organização. «O problema é que a fraude acaba por estragar tudo», finalizou.

Visão extra-parlamentar

Quando o presidente do Bloco Democrático, Justino Pinto de Andrade, é confrontado com a «falta de quadros e de condições infra-estruturais», recua no tempo para lembrar que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, chegou a apontar o ano de 2015 como o da realização das autárquicas. «Acho que têm sido tomadas decisões em contramão», indica, referindo-se à justificação do secretário de Estado do MAT. Justino Pinto de Andrade, que gostava de saber qual das posições é a mais séria, ressaltou que as sucessivas protelações dão azo a desconfiças, surgindo a suposta falta de vontade política como um dado a ter em conta. Até porque, reforça o economista, estas condições podem ser criadas na base da vontade dos homens. Há quem pense, acrescenta JPA, que MPLA, partido «habitado a governar com hegemonia», receia a perda do poder local em certas localidades. «Claro que uma situação destas não seria boa para um partido que sempre governou como bem entendeu», sublinhou, para mais adiante defender um amplo debate, uma vez que esta falta de condições pode muito bem ser uma realidade em algumas zonas. Na sua óptica, é imperiosa uma discussão alargada, com a oposição nela incluída, ao contrário da posição de um secretário de Estado, membro do MPLA. «Portanto, todos os partidos devem ser ouvidos. Caso contrário, vemos que um partido continua a governar e a desgovernar como bem entende», concluiu. Apesar desta pressão, o secretário de Estado para os Assuntos institucionais do Ministério da Administração do Território limita-se a garantir que o Governo está disponível para promover um debate organizado sobre a instalação das autarquias em Angola. No Sumbe, a meio da semana que hoje finda, Adão de Almeida afirmou que «a criação do poder autárquico é um processo e não um acto isolado, envolvendo, entre outros objectivos, a realização de um exaustivo diagnóstico da administração local do Estado».

5.16 Desafio de governar Luanda

Correio Global

30 De Maio a 06 De Junho

Mas o espírito de missão, em nome da causa comum e do sentido de Estado, não deixam alternativas aos escolhidos pelo Chefe do poder Executivo, já que as províncias têm que ter alguém para cuidar dos assuntos para o seu desenvolvimento. Bento Francisco Bento, indicado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, para governar a capital do país, tem um desafio constante à sua capacidade de dirigir, inovar, pensar e solucionar os bicudos problemas em que Luanda hoje está mergulhado. Quando aceitou, diga-se, de bom agrado, esta missão. Na prática, ensaios para dar uma outra dinâmica foram executados. Ganhou-se uma divisão administrativa, de modo a "desanuiar" a carga de trabalho na sede da província, nascendo, com isso, a Comissão Administrativa de Luanda. José Tavares, general na reserva, foi o escolhido para liderar esse novo organismo que tem sob sua alçada os distritos urbanos do Sambizanga, Maianga, Ingombota, Rangel e Cazenga. Têm, como bem sabem, também a sua "massa cinzenta" sob avaliação dos munícipes destes bairros e, sobretudo, do Chefe do Executivo. São, de modo geral, os dois homens que têm a missão espinhosa de dar novo alento à capital de Angola, com ideias e inovações para inverter a anarquia que maltrata, desconfigura, desonra e mata uma cidade que já foi considerada a mais bela de África. Bento Bento e José Tavares têm de ter coragem de enfrentar o povo olho nos olho e transmiti-lhes a mensagem que o tempo da "libertinagem" acabou. Nem que isso constituirá a perda de votos em 2017. O povo não pode "cantar a sua música" e GPL "dançar". Tem de ser ao contrário. Nem que for a chicote! Luanda tem de ter organização e ordem! Mas, honestamente, Luanda precisa ser governada com mão de ferro. Todos, um dia, vão agradecer pelas duras medidas tomadas. Mas compartilhar com a anarquia é um pedaço de mau caminho para viver se em Luanda! impossível, sabia que não teria uma tarefa fácil pela frente. Os sinais eram visíveis ao dobrar de qualquer esquina da cidade: passeios e ruas "assaltadas" pela venda ambulante, estacionamento desordenado, ocupações de terrenos, cidade inundada, operadoras de lixos fantasmas ... um "saco preto" cheio de mistério! A realidade, por mais ideias que se trace ou vontade que se demonstre, tem sido avassaladora para o "reinado" de Bento Bento. Não por sua causa. É que Luanda não dá "vida folgada" à quem aceitar ocupar o cadeirão do antigo "Comissariado Província" na Mutamba. Destrói, silenciosamente, qualquer carreiral

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Não se esqueçam das balizas do Kilamba Artigo

O País

03 De Maio de 2013

O aproximar-se do posto de controlo na entrada do Kilamba, redobra a atenção. Suspira. Chega do sul e traz ainda na boca o paladar do morango da Huila. os olhos, guarda a beleza exuberante da paisagem em movimento e da cidade das Acácias Rubras. O trabalho desenvolvido em prol do melhoramento da circulação rodoviária. Obras que transformaram picadas antes cobertas de enormes crateras em estradas. Terrenos baldios em cidades hoje habitáveis. Aplausos! Bandeira Monumento! Abril da paz Angolana, em 11 anos consecutivos propiciou o reencontro dos irmãos desavindos. Fez florir no cano do fuzil pétalas de amor e reconciliação. O caminhar juntos e de mãos dadas na construção de um futuro de justiça e bem-estar social. Por outro lado, cogita. Como vendaval sobre a plantação de milho, Abril terminou, deixando nas vidas o rasto profundo da sua passagem. Cada um é lembrado pelo remoinho que deixa para trás. As águas das chuvas arrastaram o lixo e outras imundices da pobreza, inundando estradas, valas e praias. Destruíram casas, arrastaram e mataram gente. Construir em local de risco continua a ser uma dos principais motivos do infortúnio. Para o mundo, Abril fica na história como o mês em que morreu antiga primeira ministra britânica Margaret Hilda Thatcher, a Dama de Ferro. A baronesa Thatcher, morreu pouco tempo depois do argentino Jorge Mario Bergoglio, de 76 anos, ser eleito Papa. Coincidência ou não, a verdade é que a baronesa morre no mês em que se assinala os 31 anos da guerra das Malvinas. Uma guerra atroz que decorreu entre os dias 2 de Abril e 14 de Junho de 1982 e opôs a Argentina e o Reino Unido. A reconquista da Geórgia do Sul e Sandwich do Sul custaram a vida a 255 militares britânicos e 3 civis, enquanto as baixas do lado argentino chegaram a 649 militares. Reduz a velocidade aproximar-se do primeiro desvio do Kilamba. Ainda se lembra das colunas de camiões chineses que há cerca de quatro anos entravam e saíam do recinto. Tudo ficava além do horizonte alcançável, pois para se chegar à nova cidade do Kilamba, nem sempre estiveram abertos os dois acessos hoje existentes. As cancelas vigiadas por guardas angolanos armados e chineses impediam entradas do público e a vedação de chapas o olhar de estranhos. Cá fora, se desconhecias os pormenores do

novo projecto habitacional, facto que aguçava a curiosidade. Em Luanda, em particular, e no país, em geral, os murmúrios sobre a nova cidade borbulhavam em cada esquina, mercado ou salão de beleza. A bisbilhotice encheu a albufeira da barragem com milhões de devaneios. Indiferentes, como formigas, no seu interior, centenas de chineses trabalhavam sem se preocuparem com o passar das horas. Trabalhando freneticamente e, em poucos meses, as torres começavam a nascer do subsolo e a encher as vistas de quem circulava na via expressa Benfica Cabolombo.

Eram um sonho. A cidade prometida! Muitos, no auge da curiosidade, tentaram sem qualquer sucesso conhecer de perto o que estava sendo erguido por detrás de tanto ecretismo. A guarda era implacável. ínguem podia entrar! Assim, os meses de trabalho intenso foram se acumulando dando lugar a urna nova realidade. A notícia sobre a abertura ao público da ova Centralidade, naturalmente, atingiu os mais altos níveis de audiência, virando assunto para todos. Dia seguinte, centenas de luandenses acorreram ao local para satisfazer a gorda curiosidade graças aos vários meses de espera. Uns faziam no pela entrada principal e outro pela de serviço. A primeira via era larga, devidamente asfaltada e com sinais horizontais no pavimento. A outra, apesar de também asfaltada, possuía apenas duas faixas de rodagem. Uma em cada sentido. Era preciso circular com prudência redobrada, pois além de ser estreita, a empreiteira da centralidade ao longo da mesma colocou três balizas para impedir a circulação de veículos com grande tonelagem. As barras fixas são mais estreitas do que a largura da estrada. Só podiam passar um automóvel de cada vez. A medida que as autoridades foram disponibilizando os apartamentos, o número de habitantes da cidade do Kilamba foi aumentado e com ele o número de acidentes. Por essa altura, perdeu-se a estatística das colisões de veículos. Os números são frios nem sempre traduzem o sofrimento das vítimas. Diariamente, ocorrem acidentes sob o olhar silencioso dos agentes da polícia da unidade situada a poucos metros. São vidas de usuários que são postos em risco por estas balizas que por essa altura deviam ser removidas já. À noite, com os frequentes enca deamentos somada a imprudência e a imperícia de muitos condutores, acidente é coisa facilima para ocorrer.

Se o objectivo é impedir que camiões tenham acesso ao Kilamba por essa via, ao invés de estreitar as barreiras, bastaria reduzir a altura. Um turismo da altura de um camião, não existe. Das duas uma, ou se removem definitivamente essas balizas, ou então elas devem ser alargadas para cobrirem a extensão da rodovia. Porque como está não dá. Não dá, não dá!

Ademais, a empreiteira devia assumir os prejuízos causados pelas colisões. Deveria ser responsabilizada. Enquanto se aguarda por urna de cisão neste sentido, o risco de colidir contra as balizas, permanece. Falando em aguardar! Enquanto se aguarda por instalações condignas para os efectivos da Polícia acional, devia-se ceder um espaço num dos edifícios da cidade. Por exemplo, um apartamento ou um espaço antes reservado para actividade comercial. Há muito espaço vazio, pois não faz sentido que os Polícias que garantem a segurança dos moradores, estejam instalados em contentores sem o mínimo de condições de habitabilidade. Sem casernas, sem salas de trabalho, sem casas de banho, sem nada! Como é que se pode exigir uma prestação de serviço de qualidade ao cidadão nessas condições? Como é que vamos entender, urna cidade que se quer modelo para as demais, não tenha devidamente instalados serviços como os de Migração e Estrangeiro, Bombeiros, Hospital, farmácias etc? E até ninguém acredita que os contentores que estão a ser colocados no quarteirão E, venham a servir para a instalação dos Serviços de Migração e Estrangeiro! Ninguém acredita, nem eu! Senhores! Não se esqueçam das balizas!

6.2 Nova centralidade concluída este ano

Jornal de Angola
04 De Maio de 2013

A primeira fase da central idade de Quilomoço, Uíge, que começou a ser construída em 20 11, está pronta no segundo semestre deste ano, disse à Angop o coordenador de marketing da empresa responsável pela obra.

Crispim Costa lembrou que esta primeira fase é constituída por 640 moradias das 2.010 que a nova urbanização vai ter. Neste momento decorrem trabalhos de pintura, colocação de janelas e instalação de energia eléctrica.

Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto.
Corpo do texto. Corpo do texto.

6.3 Construção de habitações começa no Cubal

Jornal de Angola
06 De Maio de 2013

A Cooperativa Pérola Verde, pertencente ao Ministério da Defesa, inicia, nos próximos dias, no

município do Cubal, Benguela, a construção de mais de 300 moradias de tipologias T-3, T-4 e T-5.

O projecto, que é destinado a militares, ex-militares e a população local, vai ser desenvolvido no bairro do Chimbassi, devendo ocupar urna área de 72 hectares.

O empreiteiro da obra, Elsimar Gonzaga, referiu que a primeira fase do projecto, orçado em 31 mil milhões de kwanzas, prevê a construção, até Dezembro, de 60 moradias das mais de 400 previstas.

Sem mencionar as modalidades de acesso ao projecto, disse que são beneficiários os militares, ex-militares e até mesmo aqueles cidadãos que estiverem disponíveis a desembolsar os valores referentes ao preço estabelecido para a venda das moradias.

O empreiteiro Elsimar Gonzaga informou que as moradias de tipologia T-3 vão custar seis milhões de kwanzas, as T-4 15 milhões e as T-5 25 milhões, devendo ser amortizadas num intervalo de 20 anos.

6.4 Governo exige o dinheiro

Jornal de Angola
06 De Maio de 2013

O Governo Provincial de Malange vai romper o contrato com algumas empresas de construção civil que não cumpriram os acordos na execução de fogos habitacionais em vários municípios e ordenar a devolução do dinheiro recebido.

O governador Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", que anunciou a medida na quarta-feira durante um encontro com os empreiteiros e agentes de Construção Civil, justificou a medida com a necessidade de responsabilizar os que não honraram os compromissos depois de receberem metade dos valores, antes do início das obras. "O Governo tem responsabilidades acrescidas e as suas obrigações não podem ser escamoteadas por pessoas desonestas, que não honram os seus compromissos", disse Kwata Kanawa.

O governador afirmou existirem dificuldades sérias no alojamento de alguns quadros co-locados nos municípios. O facto, acrescentou, tem contribuído para que muitos deles não aceitam trabalhar nas localidades, alegando falta de condições habitacionais.

Outra medida anunciada pelo governador tem a ver com os pagamentos das empreitadas, que só podem ser feitas depois da entrega das obras e alertou os fiscais que devem fazer um trabalho mais credível,

para não comprometerem as obrigações do Executivo.

6.5 Mudar a imagem dos musseques para conferir dignidade aos moradores

O Independente

11 De Maio de 2013

Bento Soito, Director do Gabinete Técnico de Reconversão urbana do Cazenga e Sambizanga é o nosso convidado nesta edição, para esta rubrica de entrevista. Com ele abordamos diferentes questões relacionadas com as mudanças programadas para mudar dois dos mais populosos e emblemáticos municípios de Luanda

O que a população pergunta, particularmente do Sambizanga é o que, concretamente, está a ser feito?

Em termos de intervenção para reconversão os trabalhos estão repartidos por duas entidades. Nós, enquanto Gabinete Técnico de Reconversão do cazenga e Sambizanga, atendemos todo o território do sambizanga a excepção da área onde se insere o Roque Santeiro e o bairro Operário. Essas duas ainda não foram passadas para a responsabilidade do Gabinete. As obras que ocorrem nessas áreas são ainda da responsabilidade dos ministérios do urbanismo e da Construção e só mais tarde, eventualmente, é que repassarão para nossa responsabilidade. O que o Gabinete tem vindo a desenvolver no Sambizanga, por enquanto, restringe-se a área do Ngola Kiluange, S. Pedro, na primeira fase, num espaço onde estavam localizadas as antenas da Angola Telecom, área da Marconi, de trinta hectares. Ainda assim, o dono da obra nesta áreatambém é o Ministério da Construção, no que diz respeito às infra-estruturas, e o Ministério do Urbanismo, no que diz respeito a habitação social. O Gabinete exerce função coordenadora, fiscalizadora e viabilizadora de situações que podem emperrar o projecto, e promove o realojamento das populações que se encontram no alinhamento das frentes de obra. Nesta fase, a actividade do Gabinete restringe-se há estas acções e também ao processo de cadastramento da população e outras. Do ponto de vista geral, a intervenção no sambizanga também está contemplada na elaboração do Plano Director, uma empreitada que desenvolvemos desde Março do ano passado até Março deste ano.

Em termos de infra-estruturas, de concreto, no sambizanga ainda não há nada? se há pode especificar?

Já existem infra-estruturas nesta primeira fase nos trinta hectares. Temos cerca de noventa e oito por cento da área já infraestruturada: são infra-estruturas de abastecimento de água, fornecimento de energia, drenagem, esgotos, telecomunicações, ruas pavimentadas, passeios e lancis, iluminação pública, enfim ...

Mas a via principal que vai do S. Paulo a Petrangol continua num estado deplorável. Não faz parte do vosso programa?

Está dentro do escopo de trabalho do Ministério da Construção. As obras estiveram pendentes por falta de disponibilidade financeira, situação que foi equacionada muito recentemente, e segundo consta, as obras daquela via e da que sai da encosta da Boavista até a Ndunduma que liga a Luegi ya Konda, também vai iniciar. Mas tenho sobre isso apenas uma visão genérica sobre o que está previsto, porque o que é de pormenor para aquela zona do Roque Santeiro, encosta da Boavista e até mesmo para o bairro operário, é da responsabilidade dessa entidade.

O que é que o plano Director define de novo para o Sambizanga?

É um instrumento reitor que permitirá fazer a gestão e orientação de todo o processo de desenvolvimento e crescimento urbano daquela área. Para a sua elaboração, respeitamos uma série de fases que mereceram a consulta da comunidade, das autoridades administrativas distritais e municipais, da sociedade civil, das instituições públicas que deram o seu contributo e parecer. Fizemos cerca de três apresentações, designadamente, da proposta, do conceito e finalmente, da proposta base. Tem um conceito que contempla toda uma conjuntura ambiental, sócio cultural e geográfica do território para atender aquilo que são os anseios da nossa população, relativamente ao que pretende ser um espaço onde se promova a qualidade de vida. Começamos por definir um conceito, uma estratégia e depois o ataque aos problemas. Do ponto de vista conceitual e estratégico, definimos que era importante trabalhar principalmente sobre os problemas que hoje cada uma dessas áreas tem, e se repararmos, a sua base assenta nas infra-estruturas e sobretudo no aspecto da drenagem, com mais realce para o Cazenga. É só ver quando cai uma carga pluviométrica com algum peso, o que é que aquelas populações sofrem. Então entendemos que a questão damacro-drenagem era um delimitador, e que deveria ser um dos elementos base a atacar do ponto de vista estratégico. O outro é tirar proveito das infra-estruturas já existentes, saber otimizar custos e rentabilizar o que já foi investido pelo Estado. Esses

dois elementos serviram para estruturar a estratégia de intervenção.

E que passos seguirão depois dessa identificação dos principais constrangimentos?

Concebeu-se uma estratégia com um conceito de implantação de uma malha viária assente numa estrutura verde, que congrega todas as depressões e as lagoas que hoje se encontram no território, e depois tornar esses dois elementos preponderantes hierarquicamente, no contexto de todas as infraestruturas urbanas. De maneira que, essa estrutura verde a que nós atribuímos também um significado simbólico do nosso país, atribuindo o nome de *Welwitschia Mirabilis*, em função da forma como ela se comporta no território em toda a sua dimensão, acompanhando as linhas de água e interpenetrando em todas as áreas do território. A semelhança da *welwitschia* que no deserto combate a ausência de água e a desertificação impondo-se como planta, aqui essa estrutura verde também vem combater essa aridez que o território tem, por ausência de espaço verde que, no fundo, hoje caracteriza a cidade de Luanda, mas que desta vez, com esse plano Director e com a implantação dessa estrutura verde, pretendemos 'contaminar' o resto da cidade para promover maior oxigenação da própria cidade. Mas, nesse caso, do Cazenga, do Rangel e do Sambizanga em particular. Não acha que deve existir maior ligação de conhecimentos e responsabilidades, no sentido de haver maior impacto das acções preconizadas para resolução dos problemas da população, começando pelas questões pontuais? Essa interação existe e é o que se pretende como ideal para uma fase como essa, e num processo de reconversão tão longo quanto este que estamos a abordar. Os governos provinciais e as administrações municipais têm planos em execução, principalmente de curto e médio prazo. A sua missão é atacar as questões fundamentais e as necessidades básicas da população, de momento. Claro está que, sempre que essas acções poderem ser combinadas com as acções estruturantes de longo prazo, melhor. Então temos trabalhado em coordenação com o Governo da Província de Luanda e não só, com as demais estruturas que intervêm no território do Cazenga, do Sambizanga e do Rangel, designadamente a EPAL, a EDEL, a ENE, o Caminho de Ferro de Luanda e outras ... , de maneira a otimizarmos principalmente os recursos que são alocados as obras desta área. Enão só conseguimos uma optimização do ponto de vista financeiro, mas também do dispêndio do esforço humano, etc ... das várias instituições. É possível equacionar tudo isso, desde que as coisas estejam coordenadas. Internamente constituímos um grupo técnico integrado em que todas essas entidades

estão presentes, e vamos concertando as questões de maneira a que se possa evitar a sobreposição de tarefas, ou a má racionalização de recursos que são disponibilizados pelo Estado para resolver esses problemas. Nunca foi posta de parte a necessidade de se atender os problemas primários da população da parte do Governo da Província de Luanda e das administrações municipais.

O programa de intervenção no Cazenga iniciou há dois anos. Em termos de quantificação, qual é a taxa de cumprimento?

Temos um relativo atraso no que diz respeito a implementação do projecto na ordem dos quatro a seis meses. O único problema ligado à infraestruturas regista-se no Cazenga, e tem como base a presença do Centro Emissor da Rádio Nacional, que transmite para todo o país. Ocupa cerca de quarenta por cento do território que está destinado para a primeira fase do Cazenga. A sua remoção é uma operação que leva no mínimo um ano, e só pode acontecer quando estiver construído um novo. Não se trata de uma transladação do centro, mas sim uma substituição, porque não se pode desactivar em momento algum este centro, ainda que por uma semana, para montá-lo noutra local, porque o país ficaria sem comunicação. Inserimos essa acção no PIP, para que ainda este ano possa arrancar e depois transferirmos o que está aí para Cassulengue. Para superar esta questão, estamos a preparar uma área adjacente a este território para realojamento imediato de algumas famílias, equivalente aos quarenta por cento que hoje estão em falta, por forma a que o empreiteiro não pare e possa dar continuidade a construção das infra-estruturas previstas para essa área ocupada pelo centro emissor. Quantas famílias serão abrangidas nesse projecto de reconversão?

Estamos a falar em quase dois milhões de habitantes, e se considerarmos que cada família tem cinco a seis pessoas, são cerca de 400 mil famílias.

Uma das grandes polémicas em tomo desses projectos, tem sido o drama dos realojamentos. Todas essas questões não podem ser melhor acauteladas, por exemplo, construindo e transferindo os beneficiários para as novas casas?

É exactamente assim que está concebido, em sistema bola de neve: começar por uma zona livre para construir habitações sociais, retirar as famílias que estão na área adjacente e correspondente ao número das habitações construídas, colocá-las nessas novas habitações e infraestruturar as áreas que elas liberam. E depois assim sucessivamente. Esse é o conceito da reconversão do Cazenga, Rangel e sambizanga, de realojamento "in situ", Sobre o desalojamentos, o

nosso projecto prevê que caso as famílias sejam realojadas em áreas fora do seu ambiente actual, têm a possibilidade de retornar para o seu território de origem tão logo haja disponibilidade de habitações sociais construídas pelo Estado.

Os constrangimentos financeiros referidos aquando da visita do Presidente, também abrangem os projectos do Gabinete?

Não! As dificuldades financeiras apontadas dizem respeito as vias estruturantes e as valas de drenagem que atravessam o território do Cazenga, Sambizanga e do Rangel, cujas obras são da responsabilidade do Ministério da Construção (no que diz respeito às vias estruturantes) e Unidade Técnica de Saneamento (sobre as valas de drenagem). Do ponto de vista do Projecto de Reconversão urbana do Cazenga e Sambizanga, ele está enquadrado numa linha de financiamento da China, para as infra-estruturas, e de Israel, em termos de habitação social.

Foi há tempos apresentado um plano Director. Em que situação se encontra?

O plano Director que foi concluído está a passar agora por uma fase de equação financeira geral e dos modelos de financiamento que serão propostos superiormente, e uma vez aprovados aí é que vai começar a implementação do processo de reconversão já em respeito ao plano Director. Agora, mesmo do ponto de vista operacional, estamos a trabalhar num modelo de implementação do plano de Reconversão. Depois da elaboração do plano Director Geral estamos a trabalhar no plano Director das Infra-estruturas, e todos esses instrumentos acabados servirão de base para definição da equação financeira do Programa de Reconversão.

Gastam-se milhões para erguer infra-estruturas, e tostões para educar as pessoas a utilizá-las. Qual é a componente financeira que se vai gastar para educar essa população a viver e a respeitar essas áreas? Tocou num aspecto importante, porque a reconversão dessas áreas não se trata apenas de uma questão física. Trata-se também de um processo de reconversão mental da população que usufruirá esses espaços. Esforços financeiros estão a ser programados primeiro do ponto de vista da acção como tal, da educação da população, a preparação de formadores e de todo um sistema que obrigue a população a comportar-se no sentido de manter o estado reconvertido estável e progressivo. E depois, esforço financeiro que obriga a pagar o formador, a pessoa que acompanha, quem fiscaliza e a própria manutenção do espaço. Estamos a considerar no modelo de implementação que referencieï, também

esta equação, que é como abordar a mentalidade do cidadão; como fazer com que o cidadão também se reconverte; como fazer com que o seu nível aumente; como fazer com que ele tenha acesso mais fácil ao emprego e o usufrua das condições que se lhe apresentam como novas no seu território? Como definir prioridades para esta população no acesso as oportunidades de emprego que surgirão aí? Como encaminhá-las para que por sua vez, exerçam um papel formador e da própria reconversão do cidadão? Tudo isso estamos a equacionar agora.

Esse processo de reconversão inverte a prática das pessoas que vivem nessas áreas continuarem a vir para o centro para tratar de questões fundamentais como o B.I.?

O Projecto de Reconversão de Luanda como tal, não tem uma componente de resolução desses aspectos, porque ela é restrita sob esse ponto de vista e muito objectiva. Pretende reconverter uma determinada área, da forma de ser e de estar de uma determinada população. Isso vai provocar o interesse de outras populações? É claro que vai e outros que vivem noutras províncias também virão. E isso nunca há-de parar. Em qualquer parte do mundo, a tendência de migração do campo para a cidade é difícil de impedir. Mas é possível frear, diminuir desde que os polos de desenvolvimento regionais sejam devidamente implantados.

6.6 Encarregado das obras garante a entrega das casas nos prazos previstos

Jornal de Angola

11 De Maio de 2013

Os primeiros 700 apartamentos dos 11 mil fogos habitacionais previstos para a Centralidade da Quilemba, na província da Huíla, devem ficar concluídos em Dezembro deste ano, anunciou o encarregado da obra, Shao Ching.

A informação foi prestada aos membros do comité provincial do MPLA na Huíla, durante a visita às novas centralidades a ser edificadas na cidade do Lubango.

A empreiteira chinesa executa trabalhos numa área de dez mil metros quadrados, onde edifica residências e edifícios de três pisos com apartamentos do tipo T3. Mais de 2.500 trabalhadores, entre chineses e angolanos, trabalham dia e noite para que as habitações estejam habitadas até 2015.

O primeiro secretário do MPLA no Lubango, Alberto Pedro, fez uma avaliação positiva do ritmo das obras, que também incluem escolas, hospitais, infantários, unidades policiais, bombeiros e sistema de tratamento de águas residuais.

Alberto Pedro manifestou-se confiante de que os municípios do Lubango e da província em geral vão dispor de moradias com condições dignas. "O ritmo das obras é bom. Acredito que dentro de pouco tempo os municípios podem ser contemplados com algumas residências", afirmou.

"Há que fazer um grande trabalho de sensibilização junto das populações que ocupam as áreas destinadas à construção de residências", afirmou o político, para quem as populações precisam de ser esclarecidas sobre a necessidade da construção de novas cidades. Estas, acrescentou Alberto Pedro, vão permitir a expansão de serviços modernos nos sectores da saúde e educação.

6.7 Centenas de casas sociais são construídas no Nzeto

Jornal de Angola
11 De Maio de 2013

Cerca de 800 residências começam a ser construídas nos próximos dias, em quatro dos seis municípios da província do Zaire, no âmbito do programa de edificação de novas centralidades e casas sociais desenvolvido pelo Executivo.

O referido programa, destinado a garantir aos habitantes condições condignas de habitabilidade, está a ganhar corpo a nível do Zaire. Nesta altura, duas centralidades estão em construção nos municípios de Mbanza Congo e Soyo.

Os terrenos para a construção das centralidades e das casas sociais já existem e estão a ser preparadas, como constatou o Jornal de Angola durante a visita do secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Manuel Clemente Júnior, à província do Zaire.

Além destes projectos, as autoridades estão a desenvolver outras acções, com destaque para a edificação de 200 fogos habitacionais nos seis municípios da província. Boa parte destas obras vão ser entregues no próximo mês de Junho, dado o andamento dos trabalhos, como garantiram as empreiteiras

ao secretário de Estado. As obras da construção da ponte sobre o rio Mbridge, no traçado da futura auto-estrada Nzeto/Soyo, também decorrem a bom ritmo.

Aureliano Dias dos Santos, engenheiro de construção civil, considerou que as construções em curso têm qualidade e reconheceu a capacidade técnica das empresas nelas envolvidas.

6.8 Angola e a requalificação dos bairros

Semanário Continente
17 De Maio de 2013

Angola tem um território vasto que pelo número de habitantes existentes há muito espaço para morar e fazerem-se obras, que vão de encontro ao número de populares. Para tal é necessário fazer um censo populacional, controlar as fronteiras convenientemente e aí sim fazerem-se obras dentro das exigências, porque o estrangeiro residente também precisa de casa para habitar. Nesta vertente de requalificação, deve-se acabar com os musseques, as casas de areia, de pau-a-pique, de chapas, de madeira, e de abobe sem durabilidade nenhuma. Sou de opinião que se construam várias cidades com os padrões actualizados, exigidos internacionalmente, que demore o tempo necessário, mas o importante é que se faça, não vamos ter complexos dos cinco, dez, quinze ou vinte anos para substituir porque a vida é dinâmica. O Executivo teve a iniciativa da requalificação dos bairros, está certo, não estamos contra mas o problema é que se deve fazer o marketing, realizar palestras para dar a conhecer ao cidadão o que se pretende verdadeiramente e quais os benefícios, não interessa só os órgãos de imprensa mas sim o contacto físico com a população porque temos gente de todos estratos sociais. Por outro lado, tenho estado a observar que se começa uma obra e nunca mais termina pelo facto de não se convocarem empresas que têm vocação para construção de grandes cidades, porque senão vejamos: faz-se a estrada, esburacam para colocar o sinal luminoso, tempos depois cava-se para água, seguidamente a iluminação da Edel, depois o telefone, etc., etc. Estes serviços que são bens servir a população, causam grandes transtornos. Ao observarmos as estradas esburacadas bem como o referido passeio, impedindo os populares de circular livremente, que causam stress, isto pelo facto de não terem um projecto único, com diversas vertentes técnicas a cumprir onde são chamados todos os intervenientes que prestam serviços ao cidadão. Espero bem que não aconteça com as zonas em requalificação nos distritos urbanos do Rangel, Sambizanga e Cazenga. Em Luanda, destina-se a construção de casas sociais, sem pensar na rede técnica: esgoto, energia, electricidade, abastecimento de água, telecomunicações, drenagem de águas pluviais e

residuais, e vias asfaltadas e passeios. No projecto consta a construção de edifícios de quatro andares com apartamentos do tipo T-2, T-3 e T-4 com casas a oferecerem melhor qualidade de vida e acomodação aos moradores. A pensar nas pessoas a preocupação manifestada durante a construção do projecto obriga a gestão de recursos públicos que se estende à dimensão social. O Executivo pretende garantir que a população residente no local não tenha necessidade de se deslocar, na sua maioria, e que haja um processo integrado de realojamento da população, tendo em linha de conta que quando os musseques foram surgindo havia uma divisão em termos de cultura que gerou vários conflitos. Com este programa, pela maneira como vivemos, não teremos conflitos de espaços. O objectivo é passar pela constituição de um modelo de cidade funcional, economicamente sustentável, inclusivo e que proporcione aos seus habitantes e visitantes, dignidade, alegria, prazer e uma elevada qualidade de vida. Para chegarmos a tal desenvolvimento é preciso articular as tecnologias e trabalho de campo, designadamente o cadastramento da população existente a coabitar nas residências que estão construídas no local das zonas a serem requalificadas, para que não haja nenhuns embaraços das operações efectuando um levantamento sociológico da população, de modo a identificar as particularidades culturais, políticas e históricas neste mesmo território. Ainda dentro do projecto de requalificação dos bairros com projectos sociais, deve-se priorizar aqueles cidadãos que vivem em edifícios bastantes degradados sem nenhuma protecção e esperança de vida, porque pode desabar a qualquer momento, como o caso dos "Cinco blocos dos Sul-africanos" no distrito Urbano do Rangel, (Deus que seja surdo). Os populares que ali habitam a muito esperam pela requalificação, para beneficiarem de apartamentos condignos, mas o governo da Província retirou-os das suas prioridades, mas se acontecerem mortes e feridos, O Executivo vai agir, porque não o fazem antes por forma a prevenir tal calamidade. Porquê para uns sim e outros não, tivemos o problema do "Edifício da Cuca" resolveram, "Edifício da Telecom" resolveram, e estes (Edifícios dos Sul-africanos) que a muito reclamam no mesmo período, não resolvem? Até ao presente momento sentem-se abandonados, com todo respeito, o Executivo deve encontrar uma solução, pelo facto das reclamações terem sido feitas no mesmo período. Uma fiscalização de engenharia, das obras públicas, dos órgãos judiciais e do Governo da Província encerravam as portas com selos, por não terem o mínimo de condições para residir famílias. Estes populares vivem ali há mais de trinta anos e não têm o hábito de construir em vão em qualquer zona, são pessoas educadas tendo em vista o projecto de uma

cidade urbana, logo não vão construir em áreas desconhecidas, que por vezes são zonas de risco. O Governo deve apoiar cidadãos com tal iniciativa, e as administrações distritais não devem deixar que o cidadão construa a sua casa em áreas de alto risco, porque quando temos chuva as águas provocam mortes e danos materiais, e depois vem o governo e dá o apoio aos sinistrados. O problema é que se deve evitar que tal aconteça, a outra questão é que se deve procurar fazer uma reabilitação profunda das ruas intransitáveis. Há uma questão muito importante, as estradas devem ter uma inclinação para onde há valas, que tenham o percurso normal para um esgoto central que vá desaguar no mar. O que acontece é que os esgotos ficam entupidos, as casas ficam inundadas. Em Angola as obras não são fiscalizadas e a chuva que muita falta nos faz é o verdadeiro fiscalizador.

6.9 Casas para jovens concluídas em Agosto

Jornal de Angola

17 De Maio De 2013

A construção de 100 casas destinadas aos jovens na aldeia do Quilemos, sete quilómetros de Mbanza Congo, deve ficar concluída em Agosto próximo. O director provincial do Zaire da Juventude e Desportos, Costa Filho, disse quarta-feira que todas as casas do tipo T3 estão, neste momento, ergui das, restando apenas os acabamentos, trabalho que se pode prolongar até Agosto. O responsável asseverou que a construção das casas está inserida no programa "Angola Jovem", desenvolvido pelo Executivo, através do Ministério da Juventude e Desportos. O referido programa engloba vários projectos de impacto social, com destaque para a construção de bairros sociais da juventude, que visa dar aos jovens a oportunidade de realizarem o sonho da casa própria. Nesta altura, disse Costa Filho, decorre o processo das candidaturas para a aquisição dos imóveis. "Já fizemos um apelo à juventude no sentido de concorrerem às residências", disse. Para fiscalizar a empreitada, cujas obras estão a 80 por cento da sua execução, uma delegação do Ministério da Juventude e Desportos esteve em Mbanza Congo. O director salientou que existe já um número considerável de candidatas, esclarecendo que, logo que as casas estejam concluídas e mobiladas, vai se passar para o processo de sorteio e entrega oficial aos beneficiários. Costa Filho disse que a questão dos preços das casas está a ser discutida pelo Ministério da Juventude e Desportos. "A ideia é fazer uma avaliação profunda para encontrar um preço acessível ao bolso dos jovens", acentuou o responsável

provincial. Na província do Zaire foram contemplados com casas sociais para a juventude os municípios de Mbanza Congo, com 100 residências, Soyo (32) e Nzeto (16). No Soyo foi ainda construída uma casa comunitária, que está apetrechada, aguardando apenas a inauguração, além de decorrer a construção de um pavilhão gimnodesportivo.

6.10 Casas serão entregues em Agosto

Semanário Continente
17 De Maio de 2013

Construída na zona alta da cidade do Lobito, a centralidade conclui a primeira etapa do projecto de construção de três mil habitações sociais até finais de Agosto próximo. O administrador municipal do Lobito Amaro Ricardo, que falava no final da segunda reunião ordinária da instituição que dirige que decorreu no Clube Atlético do Lobito Velho disse que as casas só estarão disponíveis aos candidatos quando estiverem concluídas. O responsável garantiu que as modalidades de comercialização são idênticas aos da Centralidade do Kilamba (Luanda). Segundo o dirigente com base numa orientação deixada no Lobito pelo secretário de Estado da Juventude, Nbanda de Assunção, o governo provincial deve também sortear residências para os jovens locais. O homem forte da administração do Lobito fez saber que vários serviços sociais e administrativos devem mudar para a centralidade e desta forma vai descongestionar a zona alta da cidade onde actualmente estão instaladas o Porto Mineiro, a Refinaria do Lobito e a fábrica de cimento. A reunião da administração do Lobito analisou os projectos e programas económicos e sociais no município, nomeadamente, conclusão do Porto Minério, andamento das obras da Refinaria da urbe e programa nacional de habitação. A centralidade está a ser erguida a dez quilómetros, da cidade. As obras de construção do projecto da centralidade conheceram, em Janeiro último, a visita do secretário de Estado da Juventude, Nbanda de Assunção. Estão em curso ainda na localidade do Alto Akongo, na comuna do São João, as obras de 32 casas sociais, já em fase final. Amaro Ricardo esclareceu aos presentes que o projecto prevê a construção de 100 casas, mas as restantes 68 devem ser erguidas num outro espaço, localizado na nova centralidade do Lobito. Rui Silva, empreiteiro da empresa que está a construir as habitações, garantiu que as 32 casas serão entregues no prazo de um mês. O empreiteiro garantiu que as restantes 68 residências começam a ser erguidas nos próximos dias.

6.11 Condições de acesso ao Kilamba

Economia
17 De Maio de 2013

A problemática do acesso e funcionamento da centralidade do Kilamba foi tema de debate público, recentemente, em Luanda, na Rádio Mais, no programa "Mais Cidadania", conduzido por Alfredo Carima, que teve como convidados o presidente da nova centralidade do Kilamba, Joaquim Israel Marques e o director-geral do Delta Imobiliária, Paulo Cascão, que explicaram a actual situação do processo de acesso, a suspensão do processo, segurança, saneamento básico, as sanções aos moradores, energia e a taxa de condomínio e outros. O programa radiofónico, na sua primeira hora de emissão, recebeu mais de 256 mensagens dos ouvintes. Segundo Israel Marques, a cidade vai reger-se com os estatutos da cidade de Luanda, que obedece a critérios de uma gestão desconcentrada. "O respeito pelas normas deve ser importante para a manutenção da cidade. E nisso, as coordenações de prédios têm ajudado muito", disse.

Funcionamento interno

Para o presidente da cidade, até ao momento, a segurança é considerada eficaz, sendo feita por uma unidade policial, mas adianta que está em curso um estudo que prevê a criação de um comando de divisão de polícia. No que toca ao estacionamento, o responsável fez saber que este é da tutela da sua administração. As do tipo TS têm direito a dois carros e as outras tipologias com um carro cada. Já a convivência com animais não é permitida aos moradores. Segundo disse, o saneamento básico, também é da responsabilidade da administração local, que actualmente recolhe o lixo duas vezes ao dia. O novo modelo prevê um sistema de recolha selectiva. No que respeita aos espaços reservados na centralidade, serão destinados ao investimento privado e outros equipamentos sociais. "Não temos ainda uma sala de velórios, mas estamos a trabalhar nisso", disse. Para as alterações nos apartamentos, estão autorizadas, conforme disse, apenas para benfeitorias necessárias, não sendo permitidas obras estruturais ao imóvel. Já os gradeamentos só são admitidos no primeiro andar, lavandarias. Nas varandas de frente, só podem ser colocadas redes de nylon", alertou.

Interrupção do processo

Sobre Paulo Cascão, director-geral da Delta Imobiliária, recaíram questões ligadas à relação que a empresa que dirige tem com a Sonangol Imobiliária e Propriedade (SONIP), o que está na base da interrupção do processo de entrega e a possível data

de retoma do mesmo. Paulo Cascão esclareceu que a Delta celebrou somente um contrato de prestação de serviços com a Sonip. A Imobiliária é, no caso, a proprietária da centralidade. Os moradores terão acesso às chaves da entrada principal. "A duplicação já foi autorizada pela Sonip", garantiu. Segundo ainda o administrador da Delta, até ao momento, a sua empresa celebrou 10 mil contratos, sendo cinco mil do último processo. Em relação às razões da proibição, o gestor fez saber que foram detectadas algumas irregularidades no processo, como avandalização de alguns apartamentos, denúncias de fraudes e alguns edifícios danificados. "Este problema está a ser resolvido, tão logo seja ultrapassado, o processo será retomado. Agora, não tenho como adiantar uma data, isso só cabe à Sonip fazer", referiu.

Dados avançados

De acordo com dados avançados, a centralidade possui 710 edifícios, num total de 80 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados, que contempla ainda 24 creches, nove escolas primárias, oito escolas secundárias e 50 quilómetros de vias até à margem do rio Kwanza. Até ao momento, já foram comercializados mais de 10 mil apartamentos, dum total de 18 a 20 mil que estão disponíveis. A cidade está habitada em até 40 por cento, sendo 60 por cento aguardando preenchimento. A taxa de condomínio vai custar 15 por cento do valor da renda mensal, acrescida à taxa de serviços de municipalidade.

6.12 Peritos partilham experiência sobre mercado de urbanismo e habitação

Expansão

17 De Maio De 2013

A Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto (UAN), em parceria com a Nova Escola de Negócios e Economia (SBE), realizou recentemente, em Luanda, um workshop sobre o mercado de urbanismo e habitação. Para o ministro do Urbanismo e da Habitação, José António da Conceição e Silva, dada a realidade de África, e em particular do País, estão a ser implementados projectos de requalificação de zonas degradadas, bem como projectos habitacionais em zonas já consolidadas. "Falo particularmente das novas centralidades que estão a ser construídas fruto desse programa. Estão a ser igualmente construídos outros projectos ao longo do País, bem como estão a ser implementados programas de autoconstrução dirigida", indicou. No acto do discurso de abertura, o

ministro fez uma análise mais aprofundada sobre a questão de África alegando que o desenvolvimento urbano é fortemente caracterizado pela expansão de musseques. De acordo ainda com o discurso do ministro, estima-se que cerca de 62% da população africana viva em musseques. Esta realidade, segundo o governante, tem forte incidência, particularmente, na África subsariana, onde as instituições formais ainda enfermam de um conjunto de insuficiências na gestão do espaço urbano. Entretanto, o titular da pasta do Urbanismo e da Habitação acrescentou que esse programa faz parte de um conjunto de acções que visam exactamente, por um lado, estancar a proliferação dos musseques e, por outro, melhorar e requalificar o espaço que existem, rio País, sem infra-estruturas. José António da Conceição e Silva lembrou que as experiências adquiridas de outros países apresentadas num estudo feito pelo professor da Universidade de Londres, Alain Gilbert poderão vir a contribuir para o engrandecimento do País. "A experiência da América Latina, Colômbia, Chile, México os programas de financiamento e habitação tiveram grande impacto na inversão deste quadro, e Angola pode seguir esses passos", considerou. Desta feita, assegurou que o financiamento habitacional requer um engajamento intensivo que surge da diversificação bancária, quer do próprio Estado, que por sua vez tem trabalhado com o sector privado para resolver a questão do programa de habitação nacional. O decano da Faculdade de Economia da UAN, Fausto Simões, disse que a presença dos docentes Allan Gilbert e Alan Cain poderá dar um grande contributo em matéria de mercado de urbanismo e habitação. "Pretendemos depois compilar essa experiência e, de seguida, remetermos em alguns departamentos o Executivo de forma a darmos a nossa opinião, como técnicos, e homens de ciência. Este é o papel da universidade. Ou seja, ir ao encontro da população", salientou. Para o docente da Universidade de Londres, Allan Gilbert, existe um paralelismo entre Angola e a América Latina no que concerne à situação de urbanismo e habitação; no entanto, disse, muitos destes países ultrapassam essa questão com facilidade. Allan Gilbert lembrou que todos "os governos são ambiciosos e todos procuram resolver o problema da habitação, sendo que não existe nenhum país do mundo que não se depare com o problema da habitação", reconheceu. "O governo da América Latina, em termos de urbanização, apresenta défices. Angola, porém, tem igualmente esses problemas, e outros países da Europa também enfrentam esses problemas", ressaltou. O workshop decorreu fruto da cooperação entre a Faculdade de Economia da UAN e a Faculdade de Economia da Universidade de Nova Lisboa, que agora se designa Nova Escola de Negócios e Economia.

6.13 Moradores do Kilamba vão contribuir na manutenção

Semanário Continente
17 De Maio de 2013

Administração da nova Centralidade do Kilamba estabeleceu entre três e seis mil kwanzas os valores da taxa de urbanização por residência, em proposta remetida à Direcção Provincial das Finanças em Luanda.

Joaquim Israel, presidente da referida centralidade, afirmou que a administração do Kilamba, depois de calcular os custos dos serviços sob sua responsabilidade, estipulou uma quota mínima mensal. Os valores propostos pela sua administração podem ser alterados pelas Finanças, se o Estado entender subvencionar os serviços no seu pagamento. A taxa de urbanização difere da percentual de condomínio. A primeira tem a ver com os custos de serviços camarários e a segunda com a manutenção dos espaços comuns do edifício. As verbas depois da cobrança da taxa de urbanização vão servir para pagamento, entre outros serviços, a substituição de candeeiros públicos, reparação das vias, recolha de lixo e o tratamento dos espaços verdes da cidade, já os valores da taxa de condomínio são estabelecidos em consenso pelos moradores de cada edifício, tendo em conta o regulamento interno da cidade e os custos dos serviços de seu interesse, como a contratação de guardas. A cidade do Kilamba foi projectada, numa primeira fase, para 50 mil habitantes, e neste momento conta já com cerca de 20 mil moradores. Joaquim Israel lembrou que a compra de imóveis em regime de renda resolúvel só dá direito à titularidade depois do pagamento da última prestação. Enquanto decorre o processo de liquidação, o dirigente aconselha os clientes a não fazerem obras sem autorização do proprietário ou seu representante. O homem forte da direcção da centralidade do Kilamba fez saber que para se fazer qualquer obra no Kilamba, é necessária uma licença da administração, com orientações expressas sobre os procedimentos técnicos a observar.

Centro de saúde

O primeiro centro de saúde no Kilamba entra já em funcionamento neste semestre e neste momento está ser instalado e apetrechado num edifício adaptado, enquanto se espera pela construção de um hospital de referência na cidade. "Existe um projecto para a construção de um hospital de referência no Kilamba e já foram disponibilizadas verbas necessárias para a sua execução" disse Joaquim Israel. Sublinhando ainda que "existem espaços para investimentos privados no sector, porque a rede sanitária da cidade

foi concebida dentro dos padrões internacionais. Assegurou que, este mês, todas as estruturas do Ministério das Finanças começam a prestar serviços na cidade, onde deve ser aberta uma Repartição Fiscal. A empresa de comunicações Angola Telecom, provedora dos sinais de televisão e Internet na cidade, também inaugura, nos próximos dias, uma agência. A EDEL e a EPAL foram às primeiras empresas a instalar-se. O sector da Educação está presente com três escolas em funcionamento, conta com 8.500 alunos, número que se estima venha aumentar para mais de dez mil, com a entrada em funcionamento de duas novas escolas, no segundo trimestre do presente ano lectivo. Sobre a limpeza da cidade, disse que há uma empresa que recolhe o lixo dos contentores duas vezes ao dia, mas de forma convencional. O modelo de recolha de lixo concebido para a Cidade do Kilamba prevê a selecção de resíduos com responsabilidades repartidas entre a operadora e os moradores, que devem fazer a pré-selecção dos resíduos. O abastecimento de energia e água é feito a partir das subestações do Camama, sem quaisquer sobressaltos. Dentro em breve, a cidade vai contar com um sistema independente de captação de água, que deve estar concluído até final do ano. O presidente do Kilamba afirmou que até ao final deste ano, ficam concluídas mais dez mil residências, metade das quais vivendas.

6.14 Nova Cimangola entrega casas não acabadas Artigo

Semanário Continente
17 De Maio de 2013

A empresa angolana Nova Cimangola procedeu, recentemente, a entrega de residências não acabadas e sem as mínimas condições de habitabilidade às famílias desalojadas pelas últimas chuvas que se abateram sobre Luanda no bairro Boa Esperança, município de Cacucaco.

Segundo fez saber a fonte do CONTINENTE, "o bairro não tem condições, não há luz eléctrica, água potável, hospital, a única escola existente com 10 sala de aulas não tem carteiras, as crianças sentam-se no chão, a situação não está para menos". Adelino Garcia Andrade, disse à nossa reportagem que "a Cimangola que havia feito o despejo do bairro Boa Esperança 111, arredores da referida firma veio ao nosso encontro para negociar o espaço onde estavam as nossas casas, com uma equipa encabeçada pelo seu director geral, fez o registo das casas mas até hoje não foi resolvido o assunto". "As casas que nos foram entregues estão todas rebentadas, não têm casa de banho, fizemos as necessidades fisiológica nos papelões, as referidas residências não estão acabada

não possuem um sistema eléctrico próprio. Os moradores são obrigados a celebrar contratos com custe altos, equivalentes a quarenta mil Kwanzas. A comunidade tem uma escola sem condições que precisa SI melhorada com vista a dar uma melhor imagem e condições condignas às crianças. De acordo com a fonte "o campo multiuso não funciona, direcção da Cimangola havia prometido em menos de 15 dias resolver o problema e até à data presente não estão a fazer nada, e pedimos as ai autoridades competentes que resolvam o nosso problema", disse. O bairro Boa Esperança III foi demolido aos 23 de Fevereiro 2013, com promessas da Cimangola entregar casas completas aos moradores num bairro devidamente urbanizado em troca daquele recinto que a empresa necessita.

6.15 Projectos urbanísticos mobilizam investimentos

Economia

17 De Maio de 2013

Programa Nacional de Urbanismo e Habitação do Executivo já tem disponível cerca de 100 hectares para a construção numa altura em que os diversos planos em andamento quer alojar um universo acima de seis milhões de pessoas

Cerca de 100 mil hectares estão disponíveis em todo o território, para a implementação do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação (PNUH). A revelação foi feita pelo director nacional da Habitação, Adriano João da Silva, quando apresentava o tema "Programa nacional de urbanismo e habitação", no workshop sobre "Urbanismo e habitação nos países da África Subsahariana", promovido na passada segunda-feira (13), em Luanda, pela Faculdade de Economia, da Universidade Agostinho Neto. O responsável destacou que estas reservas fundiárias visam a criação de condições para a construção de novas centralidades urbanas, incluindo' urbanizações, melhoramento da rede de infra-estruturas urbanísticas e equipamentos sociais.

Investimentos públicos

Um total de 12 programas e 2.174 projectos serão implementados por órgãos afectos ao Executivo angolano e organismos públicos. O programa de investimentos públicos prevê planos directores e de infra-estruturas urbanísticas e equipamentos sociais em cidades. No quadro do PNUH, serão implementados projectos habitacionais de média e baixa renda, casas sociais, além de projectos de auto-construção dirigida e assistida, para a satisfação das

necessidades das famílias e das administrações locais em matéria de alojamento.

Investimentos privados

Quanto ao sector privado, Adriano João da Silva destacou que o PNUH contempla cerca de 20 subprogramas e 128 projectos, que serão implementados por empresas e entidades privadas, cooperativas de habitação, em regime independente, bem como através de parceria público-privada. Neste particular, o realce recai nos programas de urbanismo de mercado e habitação de mercado.

Mecanismos de financiamento

Os agentes públicos intervenientes na materialização do mecanismo de financiamento do sistema nacional de urbanismo e habitação são o Instituto Nacional da Habitação e o Fundo de Fomento Habitacional. Na ocasião, o director nacional da Habitação revelou que o modelo de acesso ao financiamento dos projectos urbanísticos e habitacionais têm como foco as classes de rendimento baixo, médio e alto. As modalidades de acesso compreendem o arrendamento, renda resolúvel e aquisição, numa altura em que os promotores serão públicos, privados e cooperativas. O director nacional da Habitação destacou que o PNUH preconiza modernizar o sistema urbano e o parque habitacional, assim como a criação de condições para a construção de um milhão de fogos habitacionais, pretende alojar cerca de seis milhões de pessoas (seis pessoas por agregado), dos quais 115 mil da responsabilidade do sector público, 120 mil de parceria público privada, 80 mil cooperativas habitacionais e 695 mil de auto-construção dirigida e assistida, no meio urbano e rural.

Consta igualmente das metas do programa do sector do urbanismo a condução de uma estratégia de requalificação e expansão urbana, principalmente na província de Luanda, onde estão em curso acções nas localidades do Sambizanga, Cazenga e Rangel. Adriano João da Silva frisou que o projecto prevê, igualmente, a prevenção de factores de risco, em especial a especulação fundiária e imobiliária, e da ocupação ilegal de terrenos, accionando os "mecanismos de mitigação dos respectivos efeitos".

6.16 Quanto custam os engarrafamentos

A Capital

18 De Maio de 2013

Economia Os engarrafamentos que " marcam o trânsito nas estradas de Luanda começam a ser factor

sério de estrangulamento da economia, gerando prejuízos na ordem dos 3 biliões e meio de dólares anuais, de acordo com estimativas da Associação Industrial de Angola (AIA)

Em período de maior produtividade, um sem número de trabalhadores fica horas a fio nas estradas, por conta dos congestionamentos, que nos últimos dias caracterizam o trânsito na capital do país. Aos olhos de leigos, o fenómeno pode não significar absolutamente nada. Mas instituições como a Associação Industrial de Angola (AIA) olham para os constantes engarrafamentos nas estradas estruturantes de Luanda com particular preocupação. E não sem razão. É que, segundo aquela organização de carácter económico, os engarrafamentos que marcam o trânsito na capital, de tão infernal que são, já se apresentam como um factor de estrangulamento da economia nacional, gerando prejuízos calculados em cerca dos 3 mil milhões e meio de dólares anuais. Os dados resultam de estudo realizado a propósito, em que a AIA também teve as suas impressões digitais, concluindo que o trânsito em Luanda "é inimigo da produtividade". Tal cálculo, segundo José Severino, resulta da análise de que, um carro é ocupado por três forças produtivas, que ficam imobilizadas, para além do consumo do combustível usado pelo universo de carros que circulam por Luanda. O somatório de tudo isso, adicionados a outros factores complementares acaba nos prejuízos económicos avançados pela AIA, na pessoa do seu presidente.

O tempo que se perde no trânsito tem sido, também, uma preocupação constante do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, que na voz de um dos responsáveis daquele sector, terá já reconhecido tal fenómeno como algo com reflexões negativos para a economia do país. "Se se tiver em conta que em uma hora fabricamos uma mesa, duas horas de atraso significam um prejuízo de duas mesas não produzidas", exemplificou Venceslau de Matos. E é exactamente o que tem estado a acontecer na maioria das áreas do sector produtivo de Luanda, que vê os seus funcionários horas a fio presos nos engarrafamentos. Uma das várias vítimas do trânsito infernal em Luanda é Herculano Santos, que já não acredita na possibilidade de solução para o problema. "Este mal parece não ter fim", disse. O drama que este automobilista diz nunca vir a esquecer prende-se com o trânsito que recentemente o deixou cerca de 4 horas imobilizado na estrada a caminho do serviço. O presidente da AIA, José Severino, associa isso a um outro factor que tem a ver com o excesso de viaturas e insuficiência de vias de circulação, levando o país a consentir tais prejuízos. Estatísticas do primeiro trimestre, por exemplo, revelam que 95%

das importações de viaturas entram pelo Porto de Luanda, o que, de acordo com a AIA faz sugerir que, pelo menos, 80% delas ficam na capital. "Fiz 4 horas e 45 minutos do supermercado da Shoprite ao largo da Independência", contou Herculano, antes de lamentar que o facto do atraso ter resultado em falta no registo da pontualidade. "Fui vítima de problemas dos quais não tenho culpa, mas tive que pagar por isso", tal como deplorou Herculano dos Santos.

Pela mesma odisseia passa a generalidade das pessoas que, diariamente, são obrigadas a sair em busca de pão, como é o caso do funcionário público Cristóvão José. Ele contou que cada vez que sai à rua é um pesadelo, já que o mínimo atraso é quase que fatal, como ele mesmo qualifica, dada a falta que é sujeito a sofrer. "Se a pessoa atrasar dois minutos da hora em que sai habitualmente, pode complicar todo quadro", explicou. Tanto Cristóvão José, como Herculano dos Santos não conseguem perceber as razões de tanto trânsito, uma vez que nos últimos tempos as condições das estradas melhoraram consideravelmente em relação há alguns anos atrás. O mesmo pensa Evaristo André, outro automobilista que até já se diz traumatizado de tanto aturar os engarrafamentos. "A pessoa só aguenta porque sabe que vai atrás do ganha-pão, de contrário, ninguém sairia de casa", rematou

Combustível na reserva

Para quem detém viatura, a perda de combustível e o desgaste do motor em função do excesso de tempo que ele se mantém em funcionamento nos congestionamentos constituem outra dor de cabeça, que se acresce aos descontos por atraso no trabalho. Os mais prudentes, como Herculano dos Santos, fazem questão de sempre que a marcha registar uma paragem prolongada, desligar o motor. "Para economizar", disse. Outros optam por seguir do ar condicionado, mesmo que o calor os convida a accioná-lo, já que este é um dispositivo que concorre para maior consumo de combustível. "Já me aconteceu ficar sem combustível na rua", disse Herculano, que após essa lição aprendeu que em horas de trânsito apertado dispensa a utilização do ar condicionado. "É melhor assim, é menos uma despesa", considerou Herculano.

Almoçar em Casa nem pensar

Por força do trânsito que caracteriza a cidade de Luanda, são raros os casos de trabalhadores que, nos dias de hoje, que se servem dos intervalos do meio-dia para tomar o almoço nas respectivas residências. "O ideal é comer próximo ou mesmo no serviço", aconselhou Herculano, que faz disso a sua rotina diária com temor de perder o tempo de regresso ao

trabalho parado no trânsito. Em função disso, a alternativa é mesmo almoçar nas redondezas do local do trabalho. Só que isso sai mais caro ao bolso do funcionário, pelo preço da refeição fora de casa. O prato de uma refeição no espaço onde toma o almoço custa entre 800 a mil kuanzas. Feitas as contas, em um mês ele diz desembolsar cerca de 39 mil e 600 kuanzas, de um salário que como disse, "já é muito magro". Não isento desses custos, estão pessoas como o funcionário Evaristo André que também decidiu almoçar nas proximidades do trabalho, por economia de tempo. Algo, entretanto que não fica nada barato. A sua despesa com almoços pesa qualquer coisa como 28 mil kuanzas mensais, nada distante do que gasta Cristóvão José, que gasta mil a 2 mil kuanzas diários por uma refeição. "Ficamos quase sem opção. Entre comer aqui e ir para casa e regressar tarde, decido comer aqui", justificou.

6.17 Sonangol suspende venda de apartamentos no Kilamba

Agora

18 De Maio De 2013

A Sonangol Imobiliária mandou encerrar as agências da SONiP e da DELTA Imobiliária que actuavam nas últimas semanas contratos, entregas de chaves e vendas, no processo de comercialização dos apartamentos nas cinco centralidades localizadas em Luanda. A medida atrapalha os candidatos à aquisição de casa própria, agora praticamente sem acesso a informação oficial sobre o que se passa. Na SONIP, a administradora Arnalda van-nútern mostrou-se indisponível para prestar qualquer explicação sobre as vendas dos apartamentos nas centralidades. De uma fonte próxima à DELTA, to que a Sonangol ordenou o encerramento do processo das vendas pelo facto de as duas empresas terem, em vários casos, vendido para dois proprietários um único apartamento, tal como relatou uma das candidatas. A situação provocou um aglomerado de cidadãos no pretérito sábado, que reclamavam pela cedência dos referidos apartamentos por já terem pago 5.400 dólares ou mais.

Frenesi na nova cidade

Na manhã de terça-feira, o corre-corre da população continuou, em direcção à nova centralidade. Temendo pela invasão dos apartamentos pelos clientes enfurecidos, as autoridades reforçaram o cordão policial. "Nunca se viu tanta Polícia no anonimato, lamentando o facto dia SONIP não prestar qualquer informação aos potenciais compradores dos

apartamentos. "Estamos aqui reunidos porque há mais de 700 pessoas que não receberam casas", sublinhou, manifestando-se agastada com o que considera ser "falta de seriedade da imobiliárias. "A SONIP diz que já entregou a casas e a DELTA, por sua vez, avança que a SONIP não entregou a chaves. É uma confusão de narizes. Não sabemos na verdade quem está a falar a verdade", lamentou clientes como Rosa Soares pedem maior consideração de direcção da Sonangol Imobiliária. "Nós pedimos mais respeito porque está em jogo o nosso dinheiro" concluiu.

6.18 Trânsito com custos bilionários

A Capital

18 De Maio de 2013

JOSÉ SEVERINO Num dedo de conversa com este jornal, o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA) ajuda a ter uma ideia dos prejuízos económicos decorrentes do trânsito em Luanda

Num dedo de conversa com este jornal, o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, ajuda a ter uma ideia dos prejuízos económicos decorrentes do trânsito em Luanda. O industrial apontou por isso a descentralização dos serviços como um dos caminhos a seguir para amenizar os congestionamentos, sobretudo no centro da capital. Qual é o impacto dos engarrafamentos na economia nacional? Tem muitas vertentes, tanto económica que está ligada à baixa de produtividade, como questões ligadas à saúde, tanto mental como física. Porque o tempo que se perde no trânsito, as pessoas ali paradas no carro não estão a produzir, limitam-se a arrancar e parar. Com isso, a permanência da situação leva-as ao stress e não acontece só com os adultos, mas até com as crianças, que passadas quatro horas no carro, não estão em condições de assimilar quando chegarem à escola. Na economia, isto custa cerca de três biliões aos cofres do Estado. Sim, este cálculo resulta da análise de que, um carro é ocupado por três forças produtivas, que ficam imobilizadas, assim como o consumo do combustível. Estatísticas do primeiro trimestre revelam que 95% das importações de viaturas são feitas pelo Porto de Luanda, o que quer dizer que a nossa praça fica com, pelo menos, 80 por cento destas viaturas. Neste momento, são cerca de dois milhões de viaturas que perdem duas horas por dia, que diminui 20 por cento da produtividade e do salário do trabalhador. Digo que os carros em Luanda já não deviam ser vendidos pelos quilómetros feitos, mas sim como o tractor, seria por horas do motor. Porque faz mais horas de motor e faz poucos quilómetros. O carro pode ser novo, mas o motor está cansado. O trânsito em Luanda é um inimigo da

produtividade. E não venham com argumentos que acontece noutras paragens. Não. Quem disser isto ou está a especular, a comparar com as más cidades, e não com as cidades que funcionam. O custo de vida em Luanda está aliado aos engarrafamentos, já viu um médico que leva 4 horas para chegar ao consultório, vai encarecer a consulta para conseguir o que perdeu no congestionamento.

E os horários dos serviços, em que medida estes podem implicar no congestionamento?

Implicam e muito, porque existe uma disfuncionalidade do comércio, por exemplo. Se for agora à baixa, os estabelecimentos estão fechados, quando deviam operar até, pelo menos, as 20 horas da noite, sobretudo nesta zona de grande concentração. Depois é aliviar o peso de estruturas no município das Ingombotas. A nossa proposta sempre foi, para se começar, com a saída dos serviços do Governo Provincial, porque o que mais se procuram não são os serviços ministeriais, são os locais. Todos os dias há problemas para se tratar com os serviços locais. Foi sempre nossa proposta que os serviços fossem deslocados para Luanda Sul, onde há edifícios novos. O nosso "belo-palácio" seria apenas para questões políticas ou então, ligadas à figura do senhor governador, reuniões de certo nível. Mas, tudo mais que sejam questões técnicas, nem os vice-governadores deviam cá estar. Agente vai a Maputo evê isso. À volta do governo provincial não se vê o mesmo afã que vemos aqui, porque deslocaram os serviços para fora do núcleo central e Maputo. Portanto, estes são aspectos que podem ser articulados e também, na altura certa vamos sugerir que Viana se transforme numa plataforma de descentralização do governo. Que o cidadão de Viana não precisa de vir a Luanda resolver os seus problemas.

Em que medida isto pode vira resultal?

Se isto for melhorado é evidente que as pessoas de Catete, inclusive as pessoas de Cazenga Norte, Luanda Sul e de Cacuaco não precisarão de vir a Luanda, vão fluir para Viana, Este programa que a gente recoloca, Viana plataforma de descente: realização, é uma segunda edição do que fizemos em dois anos passados. Vamos recolocar porque é preciso que Viana tenha todos os serviços, desde as direcções provinciais, institutos, toda panóplia de serviços, inclusive uma gestão de transportes públicosautónoma. Sobre o trânsito há um gabinete de viação, mas não tem autonomia paratomar decisões. Por exemplo, de Segurança Social, oque é que se tem em Viana? Nada então, onde vamos fazer todo tratamento das pensões dos antigos combatentes. A banca deve olhar melhor para o

mercado de Viana. Mas, particularmente o Estado que é o maior interessado em harmonizar Luanda, em benefício da eficácia económica e da saúde do cidadão, não falo só da saúde física, mas como a mental, porque há interesse que o homem que vem para Luanda seja mais produtivo. Existem casos em que as pessoas acabam de chegar ao serviço e já estão a pensar no drama que será o regresso.

Qual foi o objectivo para a realização deste estudo?

Portanto, quando lançamos estes números, foi exactamente para sensibilizar quem de direito para que, de uma forma mais agressiva, sabemos que esta preocupação existe porque foram criadas comissões rodoviárias, entre outras. Mas, parece-nos que se espera muito dos grandes projectos. Começa-se a falar do metro de superfície, do transporte marítimo, mas temos condições, em muitos casos de usar o sistema convencional de táxi. Em qualquer parte do mundo, a pessoa vai à rua e pode apanhar um táxi. Aqui não há táxi a passar, a pessoa tem que chamar e se ainda assim, pode demorar 15 minutos a chegar. Mas como a pessoa não pode ficar sem produzir nestes 15 minutos, pega na sua viatura pessoal, e encontra outros milhares de condutores na via.

6.19 ONG facilitado crédito para habitação famílias pobres

Jornal de Angola

19 De Maio de 2013

Cerca de 23 famílias de baixo rendimento beneficiaram, desde o início do ano, de crédito à habitação facilitado pela ONG Development Workshop (DW), no âmbito de um programa de fomento à habitação evolutiva. O crédito, denominado Kixi-Casa, está a ser aplicado nas províncias do Bié, Cabinda, Kwanza-Sul, Benguela, Uíge e Zaire.

O beneficiário do crédito, numa primeira fase, recebe 1,5 milhões de kwanzas.

O representante da ONG Development Workshop, Allan Cain, disse à Angop que o programa de crédito de habitação facilitado tem como finalidade apoiar pessoas interessadas em desenvolver projectos de auto-construção de forma faseada. "O Kixi-Casa permite ao cliente edificar ou construir a sua casa através de micro empréstimos", explicou Allan Cain. Desde o início deste ano, pelo menos 11 mil famílias nas províncias de Luanda e Huambo já receberam o crédito, num investimento avaliado em 400 milhões de kwanzas. O crédito à habitação facilitado pela ONG Development Worksh (DW) desenvolvido no

âmbito do programa de fomento à habitação evolutiva, tem projectos principais, nomeadamente Kixi-Solidário, Kixi-Salário, Kixi-Reforçado e Kixi-Casa - o programa existe há oito anos.

6.20 Governo está empenhado em criar habitação digna

Jornal de Angola
20 De Maio de 2013

o Governo Provincial do Cunene está apostado na melhoria das condições habitacionais da população, através da construção de moradias dignas com os padrões exigidos universalmente, assegurou ontem, em Ondjiva, o vice-governador do Cunene para Infra-estrutura e Serviço Técnico.

Cristino Ndeitunga disse à Angop ser preocupação do Governo propiciar habitação digna à população, daí o lançamento, em 2012, do Programa de Fomento Habitacional consubstanciado na construção de cem casas sociais para cada município, a nível do Cunene.

Neste momento, o trabalho de edificação das casas encontra-se numa fase avançada, com uma execução financeira e física na ordem dos 80 por cento, o que dá outra imagem as sedes municipais, onde as casas estão a ser construídas.

Cristino Ndeitunga informou que as habitações são do tipo T3, sendo que o município do Cuanhama já conta com 40 moradias erguidas, 28 em Ombadja, 59 na Cahama, 33 em Namacunde, 31 em Cuvelai e 44 no Curoca.

A par destes projectos, na localidade de Cashila III, arredores de Ondjiva, já foram construídas 400 casas sociais das 2.500 previstas.

A divisão política administrativa do Cunene compreende seis municípios, 20 comunas, 273 aldeias e uma população calculada em 762.949 habitantes.

6.21 Governador visita novas urbanizações

Jornal de Angola
21 De Maio De 2013

O governador do Namibe, Rui Falcão, visitou ontem as áreas onde estão a ser erguidos quatro mil novos fogos habitacionais pela Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP). As obras estão a cargo da empresa chinesa CITIC nas zonas da Praia Amélia e do Bairro 5 de Abril, cada uma com um loteamento

de duas mil casas de tipologias diferentes. O arquitecto João Caiaia, representante da SONIP, deu a conhecer que os trabalhos estão mais avançados na Praia Amélia, onde mil casas foram concluídas em Abril deste ano e outras mil devem estar prontas até Abril de 2014, num terreno de 295 hectares. Na zona do Bairro 5 de Abril, onde o projecto está a ser implementado numa área de 216 hectares, as primeiras mil residências devem estar concluídas em Agosto de 2014, mas a conclusão do projecto está igualmente prevista para o mesmo ano. As casas têm quatro tipologias diferentes, sendo H1 as mais simples, H2 geminadas, H3 em edifícios de dois andares e H4 em edifícios de três andares. O projecto compreende igualmente a construção de infra-estruturas sociais como escolas, igrejas, serviços administrativos e espaços verdes. As novas urbanizações terão uma necessidade de consumo de energia eléctrica na ordem de oito mega Watts, assegurado pela nova central construída na zona do aeroporto e que recebeu igualmente a visita do governador. Um total de 1.009 trabalhadores angolanos e 887 chineses trabalham nas obras da Praia Afuélia. No Bairro 5 de Abril trabalham 478 angolanos e 256 chineses, mas está previsto o seu aumento. Rui Falcão deslocou-se ainda à zona de expansão urbana do Bairro Valódia, onde a administração municipal distribuiu lotes de terreno a cidadãos que querem construir as suas casas, bem como às reservas fundiárias do Bairro 5 de Abril, e outros para a auto-construção. A visita do governador Rui Falcão teve início no local em que está a ser erguida a Academia de Pescas e Ciências do Mar do Namibe, tendo recebido explicações sobre os aspectos técnicos da obra. Em seguida, Rui Falcão deslocou-se às obras de construção de um hotel do Infotur (Instituto de Fomento do Turismo), órgão afecto ao Ministério da Hotelaria e Turismo. O referido empreendimento, que terá 126 quartos, está a ser construído pela empresa chinesa Sinomach, que dá garantias de que fica concluído até 15 de Agosto deste ano para acolher as equipas que jogam uma das fases do "mundial" de hóquei em patins que o país organiza em Setembro próximo. O governador visitou igualmente o pavilhão multidisciplinar que está a ser construído para a mesma competição, bem como as vias de acesso, tendo recebido garantias da parte da empreiteira Omatapalo de que fica concluído em Agosto. "Contacto que estamos no rumo certo. Há muita coisa que já foi feita e bem-feita, mas é preciso a jusante criar as condições de infra-estruturas para continuar a melhorar estes projectos", disse.

6.22 Mais de 2,8 milhões de habitantes terão habitação até 2017

Expansão

24 De Maio de 2013

Segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, o governo desenhou para 2012 um total de 6670 fogos habitacionais, enquanto para o presente ano estima-se construir 164.841 casas.

Tendo em conta as previsões de construção de fogos habitacionais em todo o País, o Governo conseguiria dar habitação a mais de 2,8 milhões da população nacional até 2017, numa estimativa de 11 milhões de pessoas que, segundo o próprio governo, vivem em musseques. Este número (11 milhões de habitantes), segundo afirmou recentemente à imprensa o ministro do Urbanismo e Habitação, José António da Conceição e Silva, representa mais de 50% da população nacional que é estimada 19 milhões de habitantes, segundo o Instituto Nacional de Estatística. Assim sendo, de acordo com o plano de construção de fogos habitacionais sob alçada do governo, sem incluir projectos meramente privados, mais de 2,8 milhões de pessoas terão acesso à habitação até 2017. É importante realçar, que a relação habitação demografia foi calculada com base no indicador da Cidade do Kilamba, definido pelo governo, de 3.180 apartamentos (casas) para 19.800 habitantes. Segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento, em 2012 foram concebidos um total de 6670 fogos habitacionais, enquanto para o presente ano estima-se construir 164.841 casas. Para 2014 e 2015 a previsão é de se erguer 103.023 casas. Em relação a 2016, o plano prevê construir 41.218 habitações e, em 2017, já na conclusão do plano, a estimativa é de edificar-se 41.212 fogos. No entanto; os números de fogos habitacionais avançados não incluem os projectos imobiliários da SONIp, como o Kilamba, Zango, Cacucaco, Kapari e Km 44 na província de Luanda José António da Conceição e Silva salientou por outro lado que o conflito registado no País criou, um desequilíbrio considerável, tendo obrigado a população a concentrar-se no litoral. A implementação desses fogos, acrescentou, é um passo importante para se reverter a situação.

Crescimento das cidades africanas

Em relação às cidades africanas, o governante adiantou que a taxa de crescimento dessas cidades são tidas como as maiores do mundo, pese embora o nível de urbanização esteja situado abaixo dos 50%. Com efeito, José António da Conceição e Silva afirmou que perspectiva-se, face ao incremento da urbanização a nível do continente e o crescimento

demográfico que se assiste nos últimos tempos, que em 2050 haja mais de 1.3 bilhões de cidadãos vivendo em cidades africanas. Estes factores, segundo disse; resulta da necessidade urgente de se construir 800 novas cidades no continente a curto e médio prazo. "A população africana está a crescer e os governos devem investir cada vez mais na questão da habitação por forma a garantir melhores condições de vida à sua população", explicou. Por outro lado, de acordo ainda com o titular da pasta do Urbanismo e Habitação, o financiamento à habitação constitui igualmente um desafio para a generalidade dos países do continente africano, com particular realce para os países desta sub-região, que devem aplicar avultadas somas nesses projectos habitacionais. O governante, citando os números do Banco Mundial, avançou que apenas 3% da classe média africana possui rendimentos viáveis ao financiamento à habitação.

Este pressuposto, sublinhou, quando conjugado com outros factores, nomeadamente as baixas taxas de crescimento económico, desigual distribuição dos rendimentos nacionais, que resulta no empobrecimento crescente das populações, alta taxas de desemprego e elevados níveis de inflação, torna a vida do cidadão cada vez mais difícil.

Mais de 100 mil hectares disponíveis

Por seu turno, o director nacional da Habitação, Adriano João da Silva anunciou que mais de 100 mil hectares estão disponíveis em todo território nacional para a construção de fogos habitacionais, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Construção(PNUC).

"O programa de urbanismo aponta como objectivos fundamentais a construção de um milhão de fogos habitacionais para acolher seis milhões de pessoas. Deste número, 115.000 são da responsabilidade do sector público, 120 mil de parceria público-privada, 80.000 cooperativas de habitação e 695.000 para auto construção dirigida. "O programa a ambições do Executivo em implementar um processo sustentado de requalificação e expansão ordenada do sistema urbano e do parque habitacional em todo espaço nacional", disse Em relação às reservas fundiárias, a nível nacional, Adriano João da Silva assinalou que está prevista a construção de 2.174 projectos habitacionais nos próximos anos. Entretanto, relativamente aos investimentos privados, perspectiva-se a aplicação de cerca 128 projectos de empresas públicas e privadas, para além da condução de uma estratégia habitacional de promoção contínua e desenvolvimento do parque habitacional do País, com o envolvimento do Estado, sector privado, cooperativa de habitação e famílias.

6.23 Rangel Aguarda por requalificação

Manchete

24 De Maio De 2013

Este dado foi avançado ao Manchete pela administradora do Rangel, Maria Clementina da Silva. Segundo a responsável, muitas zonas que apresentavam bastantes riscos, sobretudo as águas salobras, têm sido melhoradas com os trabalhos de terraplanagens. Por um lado, reconheceu que o trabalho tem sido difícil, naquelas áreas do bairro Terra Nova, nomeadamente nas ruas de Alentejo e Olivença, que apresenta muitas dificuldades devido o nível de águas e lama que o local apresenta. A administradora lamentou o facto de não existirem meios adequados, que possam auxiliar no exercício das actividades de recuperação das vias secundárias no distrito que dirige. "Não temos carros para resolvermos os problemas de saneamento básico, a Elisal, também, tem encontrado muitas dificuldades", disse, acrescentando que esta tem sido a primeira causa do embaraço que encontra na minimização do estado das distintas vias. A interlocutora frisou ainda que o objectivo principal da sua administração, visa oferecer uma vida melhor às populações da área distrital do Rangel. Adiante, manifestou a vontade de ver o distrito que dirige, nos próximos tempos, a apresentar uma face diferente daquela que é vista, sobretudo, durante o período chuvoso. "É importante que as comunidades compreendem as principais acções que o executivo pretende implementar nos próximos dias, para o bem-estar da sua população". Sobre a estrada da Brigada, Maria Clementina, fez saber que, a referida via não se encontra sob a alçada da sua área de jurisdição, mas sim está na responsabilidade do Executivo Central, facto pelo qual, não consegue dar a devida resposta. A administradora disse, também, estar preocupada com as oficinas, por estarem a aglomerar muitas sucatas de viaturas nas vias. As roulettes são, igualmente, outra preocupação para si. No entanto, referiu que as ruas da zona do bairro Augusto, são as que têm dado mais dores de cabeça, devidos às águas paradas e o amontoado de lixo. Na ocasião a dirigente manifestou a vontade de neste tempo seco, resolver as questões que enfermam as comunidades do distrito do Rangel. Para minimizar a situação e melhorar a dieta de muitas famílias, Maria Clementina Gomes, informou ao Manchete, que foram erguidas na área da Precol e Ngola Mbandi, duas cozinhas comunitárias, com o objectivo de dar refeição dos jovens e outras pessoas desfavorecidas, que não têm possibilidades de uma refeição condigna nas suas casas. Encorajou a todos, que têm visto os seus direitos usurpados, a fazerem participação perante o

seu pelouro, com o intuito de encontrar soluções dos respectivos casos, e não partindo por actos desacato a lei. A governante informou ainda que a delinquência juvenil está a ganhar corpo nos últimos tempos, sobretudo, no que concerne a criminalidade no seio da juventude com idades menores de 18 anos.

6.24 Para o Zango com força

A Capital

25 De Maio de 2013

CERCA DE 400 Famílias das três mil e 700, que viviam nas tendas no Zango 1 desalojadas da Ilha de Luanda, já lá vão quatro anos começaram a ser alojadas em casas evolutivas no Zango 3 e 4.

A operação teve início no sábado, 18 de Maio, quando as máquinas pesadas da Administração local e de algumas empresas de construção começaram a derrubar as 400 tendas que compunham o acampamento. E para não variar, a azáfama era grande, pois, todos pretendiam constar da lista de transferência, situação que deu azo a oportunistas que tentavam, a todo o custo, infiltrar-se no processo. João Severino morador das tendas há cerca de quatro anos, contou ao A Capital que no dia da transferência viu muita agitação e caras desconhecidas. Contudo, foi possível desmascarar alguns deles, graças a boa organização dos moradores. "Está a aparecer muita gente que nunca vimos durante os quatro anos que sofremos aqui", denunciou, acrescentado que a criação de coordenadores pelos moradores em conjunto com o Programa de Habitação Social, está a possibilitar denunciar os oportunistas. Bom, mas se alguns esfregam as mãos de contente, outros, ainda precisam de rezar para que o Governo Provincial de Luanda se lembre deles, no mais curto espaço de tempo, possível. "Esperamos que venhamos a merecer o mesmo tratamento que os nossos vizinhos estão a ter, embora não saibamos se é que vão voltar", lamentaram 05 que ficaram. Sob clima tenso, dezenas de famílias perfilavam-se para embarcar nos caminhões que as transportaria para as novas residências. Outras, andavam atrás dos responsáveis da Fiscalização a reclamar pela ausência dos seus nomes na lista. Tal era a tristeza dos que ficavam que, se iam consolando uns aos outros. Depois de testemunhado momento do fim do calvário de várias pessoas que ao longo de anos ficaram em tendas e concomitantemente embarque das mesmas em carros que os levariam para novas moradas, fomos, também, até à zona do Zango 3, onde estão alojadas algumas famílias beneficiadas.

Chegamos ao primeiro fogo habitacional. Aqui estão cerca de 100 famílias. As casas são de dois quartos e

uma casa de banho. E como são evolutivas, no quintal vêem-se divisões que dão ao morador a possibilidade de construir mais uma sala, um quarto e uma cozinha. Joaquina Damião é uma contemplada. Disse à nossa reportagem que está feliz por receber a casa, embora não tenha espaço bastante para albergar a família toda. "As casas são uma realidade, mas, estamos tristes, porque ainda ficaram muitas pessoas nas tendas", solidarizou-se, por isso, pedem às autoridades que continuem com o processo de formas a que os que ficaram, também mereçam casas. Juliana Sebastião foi a próxima interlocutora, para quem, apesar do alívio que sente ao beneficiar de uma residência, o Governo devia ter em conta o tamanho das casas. Uma das coisas que ela notou é que na sua nova casa, não só os cadeirões não cabem, como muitas coisas terão que ficar fora de casa "Temos casas, mas, são muito pequenas. Temos instalação eléctrica, mas, não temos energia nem água, para não falar da falta de transporte para as crianças irem à escola", lamentou. Escalamos o segundo bloco, onde estão alojadas mais famílias. A realidade é diferente. As casas têm os mesmos compartimentos em relação às outras, mas, permitem uma maior mobilidade dos moradores. "Estamos felizes, falta apenas água e energia o resto faremos nós", regozijou-se um morador.

Haverá mais casas

O arquitecto Luís Manuel, responsável pela transferência dos sinistrados, confirmou, ao A Capital que até perto das 14h00 tinham sido entregues perto de 400 termos de casa à igual número de famílias. "De uma previsão de 400, que a princípio é o limite que definimos para cada quarteirão, no caso, 100 para cada, o número ultrapassou as expectativas", frisou, ao notar que dada a existência de aparente excesso dos números previstos, teve-se que pedir maior seriedade da parte da Comissão de moradores. "Apresentaram excesso de 20 à 15 famílias. Porém, para não haver problemas, acabamos por contemplar, também, esta gente", explicou o técnico, que não põe de parte qualquer hipótese de aparecimento de aproveitadores.

De acordo com o arquitecto, existem muitas individualidades a reclamar por casas, mas nem sequer vivem nas tendas. "Eles pagam a determinadas pessoas e, na hora da entrega, estas pessoas não as recebem. São estes indivíduos promotores desta acção maléfica que depois tomam as casas para fazerem as vendas", entretanto, "como estamos a trabalhar com a Polícia Nacional, uma vez identificados, serão levados às barras do tribunal", asseverou. "Seja como for, o que destinamos para o Zango é um número ao qual não podemos acrescentar mais, até à próxima oferta", reforçou. "Temos

programada a construção de muito mais casas para acabarmos com o sofrimento das pessoas que aqui se encontram. É um programa que está a desenvolver-se", tranquilizou, quando informava que do ponto de vista do alojamento, há duas semanas fez-se a entrega de vários lotes à comunidade do Bagdá. "Isso requer vários custos, pois, somos obrigados a negociar com vários camponeses de diferentes locais para cederem as parcelas, em função da dimensão das suas lavras", adiantou o responsável.

6.25 Ministro entrega casas aos funcionários

Jornal de Angola
27 De Maio De 2013

O ministro dos Transportes, Augusto Tomás, garantiu sábado, em Luanda, que o Executivo vai continuar a redobrar esforços na implementação de acções socioeconómicas que contribuam para a melhoria de vida dos funcionários da instituição. Augusto Tomás falava durante a cerimónia de entrega de 122 residências sociais, do tipo T3 A e B e T 4 no complexo habitacional "Felitrans", no município de Belas, aos funcionários do Ministério dos Transportes e respectivos institutos. O governante avançou que as autoridades programaram, para os próximos tempos, uma série de actividades que visam mudanças graduais nas condições sociais dos trabalhadores, muitas das quais estão já a ser materializadas. O ministro salientou que as autoridades estão preocupadas com a resolução das necessidades básicas dos trabalhadores e, em função disso, levar a cabo programas para a melhoria das condições dos quadros, no campo da habitação social, saúde, transporte, entre outras. Commo acções que contribuem para a melhor ia do desempenho e autoestima dos empregados, Augusto Tomás apontou a formação académica e profissional como outras das grandes apostas, dentro do programa de acção do Executivo. O governante anunciou que o Ministério dos Transportes vai estender a todas as províncias o projecto de construção de residências, apoiando as iniciativas de empresas e institutos do sector. Reconheceu que há alguns embaraços para que o programa atinja já todos os trabalhadores do sector, "por existirem empresas e institutos 'não muito rentáveis, que mostram dificuldades para cobrir os custos dos projectos habitacionais".

Projectos em curso

O director-geral do Conselho Nacional de Carregadores (CNC), Agostinho Itembo, revelou que, no âmbito do referido programa de melhoria das

condições de habitabilidade, mais de 40 por cento dos trabalhadores do sector dos Transportes já beneficiaram de casas. A nível do CNC, Agostinho Itembo avançou que os projectos de habitação, desenvolvidos pelo Executivo, como as cidades do Kilamba, Nova Vida e o novo complexo residencial "Felitrans", abrangeram a totalidade dos quadros desse instituto do Ministério dos Transportes. As obras de construção, que iniciaram em Março de 2011, foram desenvolvidas numa área de 102 mil metros quadrados. O complexo tem três tipos de moradia, sendo 42 lotes do tipo A, que são as casas mais económicas, 66 outras residências do tipo B, correspondente à média renda, e 14 da tipologia A, de maior padrão. O projecto tem contemplado outras infraestruturas, desde abastecimento de água, energia eléctrica, iluminação pública, arruamentos, passeios e lançagem. Para garantir um abastecimento de energia eléctrica com qualidade, o complexo habitacional dispõe de dois postos de transformação de energia de 750 KVA.

6.26 Casas para trabalhadores ficam concluídas em breve

Jornal de Angola
28 De Maio De 2013

Pelo menos 250 casas sociais, das 720 em construção em Saurimo, na cooperativa Mono-Waha, afecta à Sociedade Mineira de Catoca (SMC), devem estar concluídas em finais de Junho. António Marcelo, porta-voz da SMC, explicou que as obras, a cargo de uma empresa chinesa, decorrem a um ritmo normal. Acrescentou que o projecto Mono-Waha implementado pela Catoca visa suprir as carências de habitação por parte de trabalhadores. O projecto, acrescentou, inclui a construção de escolas, hospitais, campo universitário e rede sanitária.

As 12 participantes ao concurso Miss Lunda-Sul, que se realiza a 26 de Junho próximo, visitaram as obras das casas sociais e a mina de exploração de diamantes de Catoca.

Visitaram ainda a aldeia piloto de Muandodji-Caxita, onde a SMC construiu uma biblioteca infanto-juvenil, com cerca de 500 livros.

6.27 Obras das casas evolutivas quase prontas

Jornal de Angola
30 de Março de 2013

As 40 casas evolutivas construídas no quadro do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à pobreza, na sede municipal dos Gambos, a Sul do Lubango, são entregues em Setembro aos beneficiários.

O administrador municipal, Elias Sova, disse ao *Jornal de Angola* que, para o sucesso da construção das casas, a sua administração empregou 36 milhões de kwanzas. As obras, que duraram 90 dias úteis, foram executadas por uma empresa de construção civil local.

Além destas casas, a Administração Municipal vai ter uma nova sede, a ser entregue nos próximos meses. Apesar das dificuldades registadas, as obras estão quase concluídas. Estão ainda em curso, na sede municipal dos Gambos, Chiange, as obras de construção do mercado municipal. Com capacidade para cem bancas de venda, também está a ser construído no quadro do programa de combate à fome e à pobreza.

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyippinge, e a vice-governadora para o sector Político e Social, Maria Tchikalavela, visitaram há dias as obras em curso no município dos Gambos.

6.28 Nova centralidade para 60 mil habitantes nasce no Dande

Expansão
31 De Maio de 2013

A província do Bengo contará com uma nova centralidade a ser erguida nos próximos meses na comuna das Mabubas, município do Dande com capacidade para albergar 60 mil habitantes. Com o fim previsto para 2015, o projecto visa colmatar o défice habitacional que vive a província, fundamentalmente aquela localidade. A informação foi avançada à imprensa pelo governador da província, João Bernardo de Mirarrda, aquando da reunião ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros realizada recentemente em Caxito, capital da província. Presidida pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, João Miranda afirmou que o município do Dande é a única sede provincial que não beneficia de um projecto habitacional, sendo a única empreitada de grande impacto social, a nível de toda a circunscrição

administrativa da província, a construção de 200 moradias por cada município. O projecto tem a ver com o plano director da nova sede provincial do Bengo, projectada para a com una das Mabubas, no município do Dande. O governo provincial, com financiamento interno, iniciou com a construção de algumas habitações para pessoal sénior do Governo e Estado a nível da província.

Entretanto, espera-se, da parte do governo central, apoio para a continuidade e extensão do projecto, algo que foi manifestada no encontro com a Comissão Económica do Conselho de Ministros. No entanto, o ministro da Construção, Waldemar Pires Alexandre anunciou igualmente, na ocasião, que 1350 habitações estão projectadas para serem edificadas, a partir deste ano, na Localidade do Panguila, município do Dande. O governante acrescentou 'que para a primeira fase está prevista a construção de 350 moradias e o projecto será implementado com recursos disponibilizados pelo Programa de Investimentos Públicos (PIP) do ano de 2013.

Agricultura e pecuária Entretanto, João Miranda apelou ao Executivo no sentido de conceber um Plano Especial de Desenvolvimento para a província com vista ao seu crescimento, partindo do facto de a agricultura e a pecuária serem a base económica do desenvolvimento da região. Falando à imprensa, o governante notou que a província do Bengo possui inúmeras potencialidades agrícolas que devem ser exploradas visando ultrapassar a fase da agricultura tradicional de subsistência e de carácter familiar praticada ainda nos dias de hoje.

João Miranda indicou que mesmo no tempo colonial nunca existiu agricultura de extensão na província, na medida em que a prioridade era o cultivo do café, o que provocava algumas dificuldades do ponto de vista da segurança alimentar das populações locais. Segundo João Miranda, a população local habituou-se a cultivar apenas a mandioca, jinguba, banana e dendém e nunca se preocupou com a diversificação agrícola, com vista ao reforço da dieta alimentar. Com efeito, João Miranda defendeu que o Estado deve trabalhar no sentido de criar, nas novas gerações, a prática de uma agricultura diversificada, assim como a criação de animais. O governador do Bengo reconheceu também que a sua circunscrição conta como principal suporte económico a agricultura de subsistência. Apelou ao investimento interno e externo para a dinamização dos outros sectores. Entre as prioridades, de acordo com João Miranda, estão os sectores agroalimentares e da pequena indústria, que se tem destacado nos últimos anos.

Comissão de trabalho

No mesmo encontro, o Presidente José Eduardo dos Santos considerou ter observado poucas mudanças na província. Criou na ocasião um grupo de trabalho visando superar as dificuldades de ordem financeira verificadas na execução dos projectos na província do Bengo. O grupo de trabalho ora criado tem por finalidade tratar dos constrangimentos financeiros dos projectos que constam do Orçamento Geral do Estado 2013, assim como recomendar soluções para os projectos que não constam do referido orçamento. De acordo com o comunicado da Comissão Económica do Conselho de Ministros divulgado à imprensa, o grupo de trabalho será coordenado pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, Edeltrudes Maurício Fernandes Gaspar da Costa, e integra os ministros das Finanças, da Energia e Águas e da Construção. Durante a reunião, a Comissão Económica do Conselho de Ministros procedeu ao balanço do nível de execução física e financeira dos projectos aprovados em reuniões anteriores referentes à província do Bengo.

Execução na ordem dos 77%

Segundo ainda o comunicado final da reunião orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, constatou-se que os projectos dos Ministérios da Energia e Águas, da Construção e do Ensino Superior, inscritos no domínio do investimento público, tiveram uma execução financeira na ordem de 77% e uma taxa de execução física de 66% no primeiro trimestre do ano corrente. Dentre os projectos que estão a ser implementados na província destaca-se a construção da rede de captação e tratamento de água potável para Caxito e Porto Quipiri. Destaca-se também a reabilitação da estrada Caxito- Muxaluando, a construção da auto-estrada Caxito-Nzeto, a reabilitação das estradas Quibaxi-Coxi-Quiage e desvio Ambriz- Bela Vista e Bela Vista Muxaluanda. Complementa a lista de projectos em execução, na província do Bengo, a reabilitação das estradas Úcua-Pango Aluquérn, ramal do Ambriz e da estrada Quiquenda- Quiage-Aldeia Nova.

7. TERRA

7.1 Minas do Catoca devem aumentar nível de produção

Jornal de Angola
02 De Maio 2013

O director-geral da Sociedade Mineira de Catoca destacou a necessidade de a empresa melhorar a operacionalidade a fim de permitir a extracção continua e regular de diamantes e alcançar as metas traçadas para os próximos dez anos.

José Ganga Júnior, que falava para centenas de trabalhadores durante um acto alusivo ao Dia do Trabalhador Mineiro, reconheceu a existência de "muitas deficiências na organização e funcionamento interno da empresa", que para serem superado requerem uma aposta na formação.

O futuro da empresa passa pela acumulação de fundos para investir na exploração de diamantes em novos projectos como do Lwaxi e Tchiuzo, no interior da província, Luangue, na Lunda-Norte, e Gando, no Kwanza-Sul, para, até 2020 elevar a Sociedade Mineira de Catoca para uma das poições cimeiras entre as empresas mundiais de produção de diamantes.

Ganga Júnior afirmou que a Sociedade Mineira de Catoca desenvolve um programa de responsabilidade social na Lunda-Sul, onde se conta o realojamento de 30 famílias que viviam em zonas de risco, a ajuda à construção de um bairro social que em Maio próximo recebe o primeiros moradores e uma parceria com o Governo Provincial para a execução de um projecto agro-pecuário.

7.2 Centenas de famílias esperam por realojamento há mais de três anos

Semanário Continente
03 De Maio de 2013

Os dias 20 de Julho de 2009 ficarão para sempre na memória das famílias do extinto bairro Iraque-Bagdad, algures ao distrito do Kilamba-Kixi, no município de Belas, pois, foi neste período que viram as suas residências deitadas abaixo pelo martelo demolidor do Governo Provincial de Luanda, na altura sob gestão da governadora Francisca do Espírito Santo. Volvidos mais de três anos a reportagem do Jornal CONTINENTE procurou

ouvir algumas das famílias vítimas das demolições e saber o seu dia-a-dia, as histórias são "arrepiantes". Os sinistrados dizem que passam por momentos difíceis, por quanto cada família está "abandonada", sem ser colocada num espaço onde de lá pudessem esperar pela solução do problema. Agora, tendo à testa do Executivo de Luanda, Bento Sebastião Francisco Bento, os populares da "comunidade do Iraque-Bagdad", esperam que o Governo Provincial de Luanda, olhe com simpatia as necessidade daquela população que em Julho de 2009, foram "forçosamente" desalojadas das suas casas, que de acordo com relato dos sinistrados não houve negociação e que a destruição foi feita durante a madrugada. Entre as vítimas do "martelo demolidor" do GPL, encontramos o cidadão Sentido José, de 55 anos de idade, pai de nove filhos, a residir algures no Golfe-2, em casa de um dos familiares. Desempregado, o antigo combatente começou por descrever como tem sido a vida após o desalojamento de que foi vítima. "A nossa vida nos últimos dias está cada vez mais precária. Estou desempregado, sem casa própria, a minha foi partida e há momentos que não consigo um pão para dar de comer aos filhos", revelou o cidadão sob ânimos exaltados e recorda com nostalgia as noites tranquilas que passava na sua antiga residência. "Quando penso na minha casa altera o meu sistema nervoso e não consigo apanhar sono, pois, a casa onde estou é provisória porque não é minha", desabafou, acrescentando que "já morreram mais de 80 pessoas em consequência das péssimas condições de vida que estas famílias enfrentam". Quem também viu em 2009 a sua residência ser destruída por máquinas e elementos afectos ao Governo Provincial de Luanda, é dona Nguokuaku Muntu, viúva com cinco calvário"

e aguarda por uma solução breve do Executivo da capital. "A minha vida está mal, os filhos não os consigo matricular por dificuldades financeiras", disse, referindo-se que no "Iraque-Bagdad fazias negócios e com a destruição da casa, os malfeitores não só partiram as paredes, mas também levaram consigo o meu dinheiro que me ajudava a sustentar os filhos", acusou, alegando que aquelas famílias estão "entregues à sua sorte". Por altura das demolições, sublinha a cidadã, encontrava-se no hospital "Américo Boavida" numa consulta com um dos filhos. Ao receber a notícia de que a sua residência foi deitada à baixo, foi como que um "balde de água fria" deitada sobre si e não conteve o choque, quase que desmaiou. "Não estava em casa, levei na altura um dos filhos à consulta no Américo Boavida, e quando telefonaram para mim, perdi a força toda e só não morri porque graças a Deus", disse Nguokuaku Muntu, com olhos carregados de lágrimas e, após as demolições o Governo Provincial

em parceria com a Administração do Kilamba-Kiayi e os responsáveis da "Comunidade Iraque- Bagdad", procedeu ao cadastramento de todas as famílias visadas, para posterior atribuição de terrenos, facto que segundo relatam as vítimas até ao momento não aconteceu. O presidente da "Comunidade Iraque-Bagdad", Dialundama Michel revelou ao CONTINENTE a existência de manobras no processo já entregue ao GPL, alegadamente com a criação de uma nova comissão supostam ente liderada por Guilherme Cabinda, que de acordo com os sinistrados o objectivo é a "introdução de nomes fantasmas para na altura da distribuição dos terrenos aparecerem pessoas que nem sequer viveram, e nem conheceram o bairro", disse.

7.3 Populações da Boa Esperança em zonas críticas aguardam por melhores dias

Manchete

03 De Maio De 2013

Das 413 familiares que vivem em condições de risco, 200 já tiveram os seus espaços garantidos, faltando apenas as 213

A administradora municipal do Cacucaco garantiu, recentemente, que o seu pelouro está empenhado no processo que visa reassentar as populações do bairro Boa Esperança, nomeadamente, da zona do Balumuca 3, que viram as suas casas engoli das pelas ravinas. Rosa Janota, que falou em exclusivo para o Manchete, salientou que os habitantes deste bairro enfrentam, nos últimos tempos, imensas dificuldades, no que tange à insegurança, devido ao estado em que ficaram as suas residências. De acordo com a interlocutora, o primeiro passo feito pela sua administração, consistiu na identificação de um lugar seguro para a acomodação dos sinistrados, assim como o cadastramento das famílias afectadas, para de seguida dar-lhes terrenos que não irão apresentar, futuramente, os mesmos problemas que se verificam nas zonas anteriores. Acrescentou que o processo de entrega dos terrenos ainda está em curso, de forma a proporcionar o equilíbrio de vida dos cidadãos que irão se instalar aí. Frisou, igualmente, que o processo de loteamento dos terrenos possui duas grandes fases fundamentais, passando depois pela distribuição aos futuros beneficiários. Rosa Janota apelou aos populares no sentido de ajudarem as autoridades para a resolução dos problemas que os afligem. "É necessário que os cidadãos façam chegar as autoridades aquelas questões do seu domínio para que se encontre solução", disse. Afirmou ainda que, das 413 familiares que vivem em condições de risco

na localidade da Boa Esperança, 200 já tiveram os seus espaços garantidos, faltando apenas as 213 famílias, para a conclusão do respectivo processo de reassentamento das populações vítimas de ravinas. Salientou que a situação das ravinas naquela localidade já dura muitos anos, sem no entanto, haver possibilidades de se ultrapassar este problema, mas, que agora foi encontrada uma saída. Rosa Janota ressaltou que, com a conclusão do processo que visa reassentar estas mais de 400 famílias em locais seguros, abre-se uma perspectiva diante das mesmas, no sentido de terem casa própria.

7.4 Exploração ilegal de inertes com dias contados

Jornal de Angola

10 De Maio de 2013

Os operadores dos minerais utilizados na construção civil que não cumprem as normas estabelecidas no Código Mineiro, que vigora desde 2011, têm os dias contados. O Ministério da Geologia e Minas anunciou, recentemente, que vai passar a exigir aos operadores desse subsector a obrigatoriedade de uma licença e o pagamento de taxas para a exploração dos mesmos.

Todos os dias, nas zonas suburbanas de Luanda e das restantes províncias é possível avistarem-se homens, e muitas vezes crianças, a retirar do subsolo pedras, rochas, burgau, areia branca e vermelha. Na zona de Viana e Cacucaco, o Jornal de Angola constatou que alguns desses inertes são retirados com a ajuda de máquinas escavadoras e dinamite.

Estes materiais, depois de "garimpados", são colocados numa outra área, onde são triturados e peneirados, para serem posteriormente separados. Depois de postos na carroçaria do camião, são transportados para os estaleiros de algumas empresas de construção civil, onde são aguardados pelos clientes que estão a construir ou remodelar as suas casas. O preço do material, dependendo do tipo, varia entre os seis e os 18 mil kwanzas.

As normas para o exercício desta actividade, que é fiscalizada por uma Comissão multisectorial, integrada pela Polícia Nacional, Forças Armadas Angolanas e Ministério do Ambiente, e coordenada pelo Ministério da Geologia e Minas, têm sido constantemente violadas por muitas empresas. "A violação da norma começa pelo incumprimento da segurança no transporte de inertes, ausência de equipamentos de protecção individual e colectiva, o que expõe os trabalhadores a enormes riscos. Existem empresas que não têm licenças de

exploração", disse o inspector-chefe da Polícia Económica, Carlos Matano.

Das irregularidades registadas, "as que mais preocupam o Executivo é a falta de condições de segurança, higiene e saúde no trabalho, de estudo de impacto ambiental, áreas já exploradas sem restauro paisagístico e sem reflorescimento. Além disso, a maior parte das empresas, depois de cedido o espaço, realizam a introspecção e exploração, comercialização, obtêm lucros e não pagam quaisquer taxas nem impostos ao estado; referiu.

A Constituição da República de Angola e o Código Mineiro determinam que os recursos minerais são propriedade do Estado, que define as regras da exploração dos mesmos. "Se são do Estado, existindo um privado a explorar, ele tem de pagar os impostos e as taxas ao Estado, e desenvolver a atividade com base na Lei. Não pode agir como se de uma propriedade privada se tratasse", alertou Carlos Matano.

A directora-geral do Instituto Nacional de Gestão Ambiental, Julieta Condez, reconheceu que a exploração de recursos minerais é importante para o crescimento de qualquer país, mas, "como se viu, é necessário que haja trabalhos de recuperação paisagística seguidos de uma monitorização após a exploração, para que o mesmo local seja aproveitado como um ponto turístico ou para a agricultura".

A legislação ambiental obriga que todos os autores de projectos, antes de estes serem desenvolvidos, apresentem a documentação referente ao estudo de impacto ambiental. No entanto de maneira geral jisso se verifica nas áreas de exploração de inertes. Muitos deles, na realidade, têm a licença de exploração mineira, mas não a licença ambiental, portanto, as consequências são graves, porque podemos encontrar o surgimento de ravinas, degradação do solo, devastação da vegetação e palmeiras", realçou Julieta Condez.

Construções anárquicas

A construção anárquica, sem o cumprimento das normas, resulta da grande procura de inertes por várias pessoas e empresas de construção civil. "O país está em reconstrução. Existe um processo de reconstrução muito profundo e as empresas de construção civil necessitam de grandes quantidades de inertes para serem utilizadas nas obras. Daí as empresas de exploração de inertes procurarem fazer tudo para atender as necessidades de todos os clientes, só que o fazem de forma desordenada", explicou o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz.

Devido à situação que vive o subsector, o Ministério da Geologia e Minas está a trabalhar para que, o mais breve possível, se consiga alterar esta situação, para um trabalho mais organizado, respeitando as normas e pagando as taxas. "Mas, por ser muito importante o processo de reconstrução do país, e para não impedir o avanço das obras em curso, o Ministério da Geologia e Minas traçou uma estratégia que visa salvaguardar as obras que estão em reconstrução e construção, mas ao mesmo tempo corrigir os erros, obrigando os mesmos a respeitar as normas. Para isso, temos uma estratégia de acção", explicou o ministro. O Ministério vai, numa primeira fase, fazer um trabalho de sensibilização, destinado a esclarecer que existe Lei para o exercício de exploração de inertes, a obrigação do pagamento de impostos e taxas, assim como o enquadramento daqueles que trabalham ilegalmente nessa actividade.

Para que todas as fases estratégicas a serem desenvolvidas terminem com êxito, o Ministério da Geologia e Minas realizou o primeiro encontro nacional de operadores do subsector de minerais para a construção civil, em Luanda, onde foram dados esclarecimentos a 250 empresários, oriundos de todo o país, sobre os novos desafios e a estratégia a ser desenvolvida, ao mesmo tempo que foi incentivada a criação de uma associação dos operadores do subsector.

Tande, Funda, Calumbo, Bom Jesus, Cabala, Úcua, Cabire, Dande, Quicabo, Porto Quipiri, Maria Teresa e Cabo Ledo são zonas onde se exploram anarquicamente os inertes, assim como a via que liga Luanda ao Dondo, passando por Catete. Em Viana, mais exactamente na zona Tande, há várias empresas a laborar na exploração de inertes. O empresário Domingos Júnior referiu o seu descontentamento com a situação que se está a viver no sector e condenou a atitude dos empresários, que trabalham sem respeitar o que está determinado no Código Mineiro. "Embora alguns de nós ainda tenham algumas pequenas lacunas, temos sabido cumprir as recomendações dos fiscais quando nos visitam para inspeção", salientou.

Quanto às iniciativas tomadas pelo ministro da Geologia e Minas, em relação à obrigatoriedade de licenças e pagamento de taxas por parte dos operadores, Domingos Júnior disse que, "se assim for, o sector de Geologia e Minas pode ser um dos contribuintes mais valiosos para os cofres do Estado".

O Código Mineiro exige que apenas empresas nacionais, de direito angolano, realizem trabalho de exploração de inertes no país, mas "muitas dessas empresas de direito angolano, dominadas por

cidadãos nacionais, não possuem capital financeiro suficiente para arcar com todas as despesas das empresas. Normalmente, recorrem ao investimento estrangeiro, como é o caso da Odebrecht e outras", concluiu o ministro.

7.5 Construção anárquica

Jornal de Angola

16 De Maio de 2013

A construção anárquica em muitas áreas passou a ser uma questão de reduzida importância. Muitas famílias deixaram de olhar a meios para erguer casas. E muitas empresas deixaram igualmente de zelar pela segurança das suas instalações. Deve servir de ponderação o que se passou há dias, algures na Molembe, nas instalações da Sonangol, em que por razões de fuga de combustível, várias crianças terminaram carbonizadas. Não se trata apenas de um caso em que as famílias foram construir em lugares inapropriados, mas igualmente as brechas por parte da nossa multinacional.

Não pretendo atribuir culpas nenhuma das partes, mas acho que toda a sociedade tem de ponderar as questões de segurança para as empresas e para as famílias.

Venda de Terrenos

Escrevo para saber em que pé está a questão da venda de terrenos, que tinha começado a partir das administrações. Fiz a minha inscrição em Viana e, como eu, milhares de angolanos fizeram as suas inscrições. A dada altura falava -se que o processo ia ter continuidade. Hoje, não sei o que é feito dos dinheiros que as pessoas fizeram chegar na expectativa de obterem um terreno. E bom que haja esclarecimentos sobre o assunto.

7.6 Angola e a requalificação dos bairros

Semanário Continente

17 De Maio de 201

Angola tem um território vasto que pelo número de habitantes existentes há muito espaço para morar e fazerem-se obras, que vão de encontro ao número de populares. Para tal é necessário fazer um censo populacional, controlar as fronteiras convenientemente e aí sim fazerem-se obras dentro das exigências, porque o estrangeiro residente também precisa de casa para habitar. Nesta vertente de requalificação, deve-se acabar com os musseques, as casas de areia, de pau-a-pique, de chapas, de

madeira, e de abobe sem durabilidade nenhuma. Sou de opinião que se construam várias cidades com os padrões actualizados, exigidos internacionalmente, que demore o tempo necessário, mas o importante é que se faça, não vamos ter complexos dos cinco, dez, quinze ou vinte anos para substituir porque a vida é dinâmica. O Executivo teve a iniciativa da requalificação dos bairros, está certo, não estamos contra mas o problema é que se deve fazer o marketing, realizar palestras para dar a conhecer ao cidadão o que se pretende verdadeiramente e quais os benefícios, não interessa só os órgãos de imprensa mas sim o contacto físico com a população porque temos gente de todos estratos sociais. Por outro lado, tenho estado a observar que se começa uma obra e nunca mais termina pelo facto de não se convocarem empresas que têm vocação para construção de grandes cidades, porque senão vejamos: faz-se a estrada, esburacam para colocar o sinal luminoso, tempos depois cava-se para água, seguidamente a iluminação da Edel, depois o telefone, etc., etc. Estes serviços que são bens servir a população, causam grandes transtornos. Ao observarmos as estradas esburacadas bem como o referido passeio, impedindo os populares de circular livremente, que causam stress, isto pelo facto de não terem um projecto único, com diversas vertentes técnicas a cumprir onde são chamados todos os intervenientes que prestam serviços ao cidadão. Espero bem que não aconteça com a as zonas em requalificação nos distritos urbanos do Rangel, Sambizanga e Cazenga. Em Luanda, destina-se a construção de casas sociais, sem pensar na rede técnica: esgoto, energia, electricidade, abastecimento de água, telecomunicações, drenagem de águas pluviais e residuais, e vias asfaltadas e passeios. No projecto consta a construção de edifícios de quatro andares com apartamentos do tipo T-2, T-3 e T-4 com casas a oferecerem melhor qualidade de vida e acomodação aos moradores. A pensar nas pessoas a preocupação manifestada durante a construção do projecto obriga a gestão de recursos públicos que se estende à dimensão social. O Executivo pretende garantir que a população residente no local não tenha necessidade de se deslocar, na sua maioria, e que haja um processo integrado de realojamento da população, tendo em linha de conta que quando os musseques foram surgindo havia uma divisão em termos de cultura que gerou vários conflitos. Com este programa, pela maneira como vivemos, não teremos conflitos de espaços. O objectivo é passar pela constituição de um modelo de cidade funcional, economicamente sustentável, inclusivo e que proporcione aos seus habitantes e visitantes, dignidade, alegria, prazer e uma elevada qualidade de vida. Para chegarmos a tal desenvolvimento é preciso articular as tecnologias e trabalho de campo,

designadamente o cadastramento da população existente a coabitar nas residências que estão construídas no local das zonas a serem requalificadas, para que não haja nenhuns embaraços das operações efectuando um levantamento sociológico da população, de modo a identificar as particularidades culturais, políticas e históricas neste mesmo território. Ainda dentro do projecto de requalificação dos bairros com projectos sociais, deve-se priorizar aqueles cidadãos que vivem em edifícios bastantes degradados sem nenhuma protecção e esperança de vida, porque pode desabar a qualquer momento, como o caso dos "Cinco blocos dos Sul-africanos" no distrito Urbano do Rangel, (Deus que seja surdo). Os populares que ali habitam a muito esperam pela requalificação, para beneficiarem de apartamentos com dignos, mas o governo da Província retirou-os das suas prioridades, mas se acontecerem mortes e feridos, O Executivo vai agir, porque não o fazem antes por forma a prevenir tal calamidade. Porquê para uns sim e outros não, tivemos o problema do "Edifício da Cuca" resolveram, "Edifício da Telecom" resolveram, e estes (Edifícios dos Sul-africanos) que a muito reclamam no mesmo período, não resolvem? Até ao presente momento sentem-se abandonados, com todo respeito, o Executivo deve encontrar uma solução, pelo facto das reclamações terem sido feitas no mesmo período. Uma fiscalização de engenharia, das obras públicas, dos órgãos judiciais e do Governo da Província encerravam as portas com selos, por não terem o mínimo de condições para residir famílias. Estes populares vivem ali há mais de trinta anos e não têm o hábito de construir em vão em qualquer zona, são pessoas educadas tendo em vista o projecto de uma cidade urbana, logo não vão construir em áreas desconhecidas, que por vezes são zonas de risco. O Governo deve apoiar cidadãos com tal iniciativa, e as administrações distritais não devem deixar que o cidadão construa a sua casa em áreas de alto risco, porque quando temos chuva as águas provocam mortes e danos materiais, e depois vem o governo e dá o apoio aos sinistrados. O problema é que se deve evitar que tal aconteça, a outra questão é que se deve procurar fazer uma reabilitação profunda das ruas intransitáveis. Há uma questão muito importante, as estradas devem ter uma inclinação para onde há valas, que tenham o percurso normal para um esgoto central que vá desaguar no mar. O que acontece é que os esgotos ficam entupidos, as casas ficam inundadas. Em Angola as obras não são fiscalizadas e a chuva que muita falta nos faz é o verdadeiro fiscalizador.

7.7 Ilegalidade reconhecida

O País

17 De Maio de 2013

Contrariamente à maior parte das situações do género que ocorrem um pouco por todo país, principalmente em Luanda, os ocupantes do Mus- seque Capari, no Bengo, reconheceram, unanimemente, que invadiram um terreno sem orientação de ninguém' mas, logo a seguir, justificam a sua atitude, pondo ao de cima a necessidade de possuir uma casa. " Os sabemos mesmo que não temos autorização para viver aí, mas não dá para ver todo terreno como reserva do Estado e nele serem construídas empresas dos chefes, é demais", desabafou um cidadão, que alegou ser um militar do exército sem casa nem causa. Valendo-se do facto de pertencer às fileiras das FAA' s deu a conhecer que tomou conhecimento, a partir de pessoas que considera fidedignas, que o terreno pertence apenas a um senhor cujo nome achou por bem não divulgar, tendo prometido fazê-lo caso ele e os seus companheiros fossem despejados. O alegado tropa contou ainda que, na operação destinada a retirar o povo do Capari, os seus colegas terão protagonizado acções inaconselháveis, uma vez que estavam a lidar com pessoas indefesas ou desarmadas. "Não é justo pontapear, esbofetear ou mesmo bater à coronhada alguém que nem sequer está a resistir à saída", reclamou, dizendo que os ocupantes, mal se aperceberam do avanço dos militares, resistiram às suas ordens para se retirarem do local. O facto de o terem feito resmungando e lançando pragas aos agentes, de acordo com o insatisfeito, não justificaria qualquer acção desumana. A par disso, um jovem identificado com o nome de Man Cali denunciou acções de espancamento e violação de uma senhora que tentava recuperar os seus haveres. "Depois de terem destruído as casas de chapa algumas mães foram ao sítio onde viviam para reaver as suas coisas e uma delas foi violada", relatou, acrescentando que continuavam a ocorrer outros factos muito graves e desumanos.

Militares negam acusações Destacados na tarde de Quarta-feira, 15, na zona oposta à da Pumangol, no Panguila, três militares que inicialmente alegaram não terem sido autorizados para falar de fosse o que fosse deixaram escapar que só cumpriam ordens superiores."Epá, se o chefe mandou, o que devíamos fazer mais, é cumprir, mas nó não batemos em ninguém e o povo sabe que este lugar tem dono", atirou um deles, confirmando, de seguida, que os ocupantes tinham sido retirado exactamente na Sexta-feira da semana que antecedeu à do dia desta reportagem. Sobre a possibilidade de os ex-habitantes ilegais poderem reaver algumas coisas suas, o guarda disse que lhes tinham ordenado para não deixar

entrar ninguém no local. "É por isso mesmo que se reforçou esse cerco com arame farpado", afirmou, apontando com o dedo em riste para a cercadura num vasto terreno com mais de 700 mil metros quadrados. Finalmente e para sacudir a pressão, o militar desfogou dizendo que os O Cupantes Capari saíram dali, mas garantia de terem as suas casas Imbondeiros, onde, segundo ele, encontravam mais seguros.

7.8 Ocupantes retirados de Capari recebem terras no Imbondeiro

O País

17 De Maio de 2013

'Os militares vieram-nos ameaçar, tiraram nos daqui violentamente e até destruíram as nossas casas de chapa", disse um dos mais de cem ocupantes, alegando que estavam residiam na área há mais de cinco meses.

Um membro da equipa responsável pelo realojamento temporário dos populares que foram retirados do Musseque Capari, em Caxito, Província do Bengo, garantiu a O País, na tarde de Quarta-feira, 15, que todos irão receber parcelas de terra. "Eles foram mesmo colocados aqui para serem controlados e registados, a fim de, depois, serem orientados a dar entrada de seus documentos e cada um receber um terreno de 30 por 20, neste espaço que o Governo Provincial do Bengo já está a urbanizar", disse, apontando para o sítio onde os populares erguiam as suas casas provisórias com chapa e madeira. Os terrenos a serem entregues aos ex-moradores do Musseque Capari, área situada defronte ao posto de abastecimento de combustível da Pumangol, na via que liga as sedes do Panguila e a daquela que é conhecida como terra do Jacaré Bangão, já estão a beneficiar de reparos de máquinas pesadas, como pás niveladoras e outras, de modo a garantir o arruamento, que já se torna visível. O responsável da coordenação lembrou que parte de pessoas que integram o grupo de supostos invasores ou ocupantes ilegais vêm de Cacucaco, das zonas cuja jurisdição pertence ao Governo da Província de Luanda (GPL), isso para além de haver cidadãos que já habitam nas casas sociais do Panguila, de acordo com a mesma fonte, que revelou estar a receber estas informações de outros invasores. "E estes estão a queixar os outros, porque não conseguiram entrar aqui", reparou, tendo-se gabado dos métodos de trabalho implementados pelos seus companheiros de equipa, para quem toda e qualquer pessoa que pretenda entrar no sector dos Imbondeiros tem de passar pelo posto de prestação de identidade, montado imediatamente à entrada, em jeito de um posto

controlo. Vale lembrar que o referido processo de verificação está sob a responsabilidade de militares solicitados pelo governo local, conforme esclareceu o interlocutor deste jornal, que não hesitou em garantir que o espaço onde se encontravam provisoriamente os ocupantes estava destinado para um futuro mercado do novo bairro. "Aos cidadãos de quem se provar que residem nas casas sociais do Panguila, vulgarmente conhecidas como a zona dos sectores, poderão ser indiciados judicialmente para responderem ao tribunal por crimes do tipo". O entrevistado reconheceu que a tarefa não é fácil, mas garantiu que a ele e a sua equipa tudo fazem para que estranhos não entrem no perímetro. "Só para termos uma ideia da gravidade da situação, gostaria de anunciar que já apanhámos pessoas vindas do Zango, Camarna e Benflca", citou.

Água em negócio

Embora a população vai saindo e entrando para colocar ao dispor de si e das suas condições vitais, de modo a não faltar nada para a sobrevivência, a água impõe-se como o recurso mais difícil e caro do bairro dos Imbondeiros, que tinha sido apelidado de Canãmbwa, por ter sido um local usado por marginais para se desfazerem de suas vítimas, ao ponto de as matarem e enterrarem ali. "Os delinquentes traziam aqui as suas presas, executavam-nas e as enterravam já, para não dar a conhecer a outros que foram raptados e sofreram assaltos", assegurou o responsável do controlo, que também é militar das Forças Armadas de Angola (FAA). Quanto ao precioso líquido, cada bidão de 20 litros estava a ser vendido a SO Kwanzas, um preço que, no entender de muitos moradores provisórios do local, ainda constitui dificuldade, já que a maior parte deles se vê distantes dos seus afazeres anteriores. Outro problema citado por alguns ocupantes tem a ver com a falta de casas de banho. "Para urinar ou defecar, temos de recorrer às proximidades do capim, imbondeiros ou outros arbustos", reforçou um cidadão, que pediu para o seu nome não ser registado nesta reportagem. Aliás, como todos os indivíduos que aceitaram falar sobre os conflitos com origem na invasão das terras do Musseque Capari, resultando na expulsão compulsiva e consequente realojamento temporário, na zona dos Imbondeiros. Existe apenas um tanque no bairro.

7.9 Cidadã sobrevive em condições horríveis

Semanário Factual

De 18 a 25 de Maio de 2013

Rosa Campos, de 50 anos de idade, deficiente dos membros inferiores, é mãe de 12 filhos e foi desalojada há dois meses da localidade de Mayombe, sobrevivendo em condições extremas, por carecer de abrigo condigno, roupa, água e bens alimentares, constatou, nesta semana, o Factual.

Avítima, que sustenta 12 filhos, foi abandonada pelo marido quando ainda se encontrava grávida do último filho, numa residência de chapa na província do Bengo, e pela falta de abrigo encontrou uma parcela de terra no Mayombe, e de lá viu-se a ser esforçadamente retirada por ocupação ilegal de terreno, pela administração de Cacuaco. Rosa Campos afirmou ao Factual que necessita de ajuda para sobreviver, pois nada consegue fazer além de mendigar às pessoas que passam próximo à sua precária residência, desfeita em consequência da última chuva que se abateu sobre a província de Luanda. "Estou a suportar os mosquitos durante a noite, com os meus filhos debaixo destas chapas. Não tenho mosquiteiro, tão-pouco lençóis para cobrir-lhes. Vivo às escuras e, muitas vezes, sou invadida por serpentes e insectos perigosos", chamou a atenção. Rosa Campos acrescentou: "Os meus filhos estão doentes de paludismo e não tenho condições de comprar alguns fármacos para os poder socorrer destas enfermidades que nos assolam constantemente, por falta de condições de abrigo". Filhos de Dona Rosa não estudam por alta de possibilidades financeiras. Dona Rosa contou que os seus filhos não se encontram a frequentar nenhuma instituição escolar, por falta de possibilidades financeiras e documentação pessoal dos mesmos, e, por essa razão, pede aos cidadãos que se mostrarem solidários a ajudá-la na segurança escolar dos petizes, pelo facto da mesma não possuir familiares próximos na cidade de Luanda, a quem possa recorrer com os filhos nesta fase crítica. Os filhos contaram ao Factual que, antes da morte do pai, tinham sido abandonados várias vezes, situação que chegou a desestabilizá-los ao ponto de não conseguirem tratar todos os documentos necessários como cédula, Bilhete de Identidade, certidão narrativa e outros. Joana, uma das filhas mais velhas, contou que várias vezes passaram as noites na rua, e quando conseguiram uma cabana de chapas no bairro Mayombe foram constantemente assaltadas e quase violadas por homens armados e desconhecidos. "] á demos queixa à Polícia e eles disseram que no local onde vivemos não é para pessoas como nós, e que

necessitávamos de encontrar um novo espaço onde pudéssemos ficar sãos e salvos dos malfeitores. Eles nem sequer se interessaram em perguntar as circunstâncias pelas quais fomos vítimas dos algozes", referiu.

A filha concluiu que durante a época chuvosa as coisas tornam-se mais difíceis, porque são arrastados pelas correntezas da chuva, e nem sempre regressam ao mesmo espaço de abrigos, logo, têm de mudar devido à queda de terra que, com frequência, desmorona nas encostas da montanha, no Mayombe, onde estão localizados. Os vizinhos contaram ser uma história dolorosa a que Dona Rosa está a viver, pois é obrigada a assumir 12 filhos dos quais seis são órfãos de pai, e os restantes foram abandonados pelos seus progenitores. Na mesma família há quatro adultos, que, segundo ela, não conseguem emprego, por falta de habilitações profissionais, e o álcool tem sido o enterro das suas frustrações. Mayombe é uma nova área geográfica que nasceu no município de Cacuaco, dadas às ocupações ilegais de terra, e mais de duas mil casas de chapa já foram erguidas desde o princípio de 2012. O Factual ouviu alguns fiéis da igreja Santo António e jovens solidários, que se manifestaram interessados em ajudar com bens não perecíveis e outros utensílios domésticos, para minimizar a carência crónica em que se encontra Dona Rosa, de 50 anos de idade.

7.10 Executivo resolve problema dos desalojados das reservas fundiárias

Semanário Factual

De 18 a 25 de Maio de 2013

O executivo de Luanda está a proceder a infra-estruturação de uma área nas proximidades do Zango III, onde serão acolhidas as famílias desalojadas das áreas de interesse do Estado. De acordo com o vice-governador de Luanda para área técnica e infra-estruturas, António Resende, nesta área as habitações serão de construção dirigida. "Estamos a fazer os loteamentos, vamos fazer a cedência dos espaços. É uma área que está a ser preparada para ser infra-estruturada, criar todas as condições, de forma que quando essa população começar a construir, ter todas as infra-estruturas existentes. Isso está próximo ao Zango III, essa população vai receber esses lotes para fazerem as suas casas", disse.

7.11 Nasce a esperança nos antigos campos de guerra

Jornal de Angola

19 De Maio De 2013

Nos campos até há pouco minados do Bengo surgem, aos poucos e poucos, sinais de uma vida nova fruto da actividade diária do departamento provincial do Instituto Nacional de Desminagem, de que são exemplos as casas que se constroem de uma ponta a outra da província. Nas sedes de todos os municípios são construídos complexos habitacionais, cada um dos quais com 200 casas, e nas comunas grupos de 25 casas evolutivas. O coordenador da Comissão Provincial Intersectorial de Desminagem e Assistência Técnica (CPIDAT) afirmou ao Jornal de Angola que "o objectivo é limpar as áreas minadas para permitir o desenvolvimento socioeconómico das comunidades e incentivar os empresários a investir no meio rural". O nosso trabalho, referiu José Major, destina-se a tornar as vias de acesso acessíveis à circulação de pessoas e bens, permitir o desenvolvimento da agricultura e criar fontes de água. Apenas no ano passado, revelou com orgulho, duas brigadas públicas, uma ONG estrangeira e uma empresa de prestação de serviço removeram 28.626 engenhos explosivos do Dande, Bela Vista, Mabubas e no troço Ambriz Soyo e Kicabo. José Major disse no mesmo tom que grande parte das reservas fundiárias do Ambriz, Dande, Bula Atumba e Nambuanguongo, bem como as bermas das estradas secundárias e terciárias dos municípios "estão quase limpas" de minas.

A luta continua

Apesar de não ser possível quantificar os engenhos explosivos que sobraram da guerra, declarou, a situação é preocupante, até pelo grande número de efectivos militares que estiveram na província, o que torna perigosa a circulação de pessoas e a agricultura impraticável em determinadas zonas. Por esse motivo, apesar dos progressos registados, garantiu, prosseguem as operações para acabar em definitivo com campos minados na província, bem como as acções de sensibilização junto das comunidades, promovidas pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) e parceiros, sobre as precauções a ter em relação aos engenhos explosivos. Estas acções, afirmou o coordenador da Comissão Provincial Intersectorial de Desminagem e Assistência Técnica, contemplam também apoio às vítimas e a sua reinserção na vida activa. No fundo, referiu José Major, estão a ser desenvolvidos esforços para nos próximos tempos aqueles que têm na agricultura o principal meio subsistência poderem

cultivar a terra em segurança, sem fazer de cada cova que fazem um desafio à própria vida. Todas as operações de desminagem realizar este ano, anunciou, são objecto de um processo de controlo para se poder ter a certeza que zonas desminadas estão efectivamente fora de perigo e preparadas para semear, construir casas e ruas e Instalar indústrias, que permitam que o progresso que a província começou a viver continue. Dande, Ambriz, Dembos e Bula Atumba, disse, são as zonas que causam maiores preocupações devido ao crescimento socioeconómico que registam nos últimos tempos.

Prioridades

José Major anunciou que a CPIDAT vai este ano continuar a desminar estradas, campos agrícolas e fazendas inactivas devido à presença de engenhos explosivos. A prioridade, disse, vai para as áreas do Tabi, município do Ambriz, com 533 mil metros quadrados, Vila do Mangumbo-Quiage e Gombe do Bula, comuna de Quissala. No município do Dande, afirmou, as atenções da CPIDAT centram-se na reserva fundiária do Lembeca, Terra Nova-Quicabo, e Mabubas Porto Quipiri, Quibaxe, incluindo os arredores do bairro Sant' Ana, Coxe-Vista Alegre, Quipaulo 20, bem como nas fazendas Elizabeth e Alamade, Nambuanguongo, Muaxialuando. O mesmo programa, referiu, contempla também algumas estradas secundárias e terciárias, sobretudo as que podem vir a facilitar o acesso às zonas de produção agrícola e o escoamento do que elas dão para os principais centros de consumo da província. As operações de desminagem, lembrou, permitem devolver a tranquilidade aos habitantes das zonas mais afectadas pela guerra que devastou praticamente todo o país, permitir o desenvolvimento económico da província e restaurar o ambiente. As acções de esclarecimento sobre o risco de minas e formas de as evitar, a assistência às vítimas, que inclui a sua reabilitação e reinserção na vida activa, e a destruição dos engenhos explosivos, insistiu o coordenador, constituem pilares básicos do processo de desenvolvimento da província. "Temos aconselhado a população sobre o perigo das minas", disse.

Dificuldades

Apesar do êxito registado na remoção de minas e de outros engenhos explosivos não detonados, disse, há dificuldades quase intransponíveis que os efectivos encontram, como a chuva forte e quase ininterrupta que nos últimos meses caiu na província. O coordenador da Comissão de Desminagem lamentou a falta de transportes, o que dificulta principalmente a realização de campanhas de sensibilização e de esclarecimento nas zonas de mais difícil acesso. A província do Bengo, com 25 139 quilómetros

quadrados tem aproximadamente 373 mil habitantes, na maioria agricultores e caçadores, mas também pescadores.

7.12 Famílias em zonas de risco são realojadas

Jornal de Angola

21 De Maio De 2013

O Governo Provincial de Cabinda vai alojar, nos próximos dias, as primeiras 60 das 500 famílias que se encontram a viverem zonas de risco e abrangidas no perímetro da requalificação da cidade. A governadora provincial, Aldina da Lomba, efectuou, no passado sábado, uma visita ao local para constatar a preparação do processo de transferência. As famílias vão ser alojadas num novo bairro, em construção, na localidade de Zongolo, arredores da cidade de Cabinda. Neste espaço, o Governo está a construir 200 casas sociais do tipo T3. De momento, estão edificadas 101 casas, das quais 60 já concluídas e 41 em fase de acabamentos. No local, está ainda em curso a construção das infra-estruturas básicas, como arruamentos e rede pública de energia eléctrica. A água potável já existe, sendo que as populações, quando se instalarem, vão ser abastecidas por um sistema sustentado por um furo artesiano com 200 metros de profundidade. A governadora Aldina da Lomba manifestou-se satisfeita tanto pela qualidade, quanto pelo andamento das obras, tendo solicitado aos técnicos e operários para envidarem mais esforços, de modo a terminem as obras na data prevista. Desta forma, disse a governadora, as autoridades provinciais vão poder cumprir as suas responsabilidades que têm com a população. Apesar de encantada com a obra, Aldina da Lomba sugeriu a ampliação da escola primária e do posto médico já existentes na localidade, para que possam corresponder ao número de famílias a serem transferidas para o Zongolo.

Requalificação

A requalificação da cidade de Cabinda, prevista no plano de desenvolvimento da província, aprovado pela Comissão Económica do Conselho de Ministros, também já teve início. No âmbito do programa, já arrancaram as obras de requalificação do Cemitério dos Nobres, da zona do Tratado do Simulambuco e das rotundas de Cabassango e Buco Ngoio. Os três projectos vão ser inaugurados a 28 do corrente, por ocasião dos 57 anos da cidade de Cabinda. Em função de tais empreendimentos, a governadora acredita que a imagem de Cabinda vai mudar de forma considerável. Quanto ao Cemitério dos Nobres e à zona do Tratado do Simulambuco, Aldina

da Lomba disse que é oportuna a requalificação das mesmas, por serem dois importantes marcos da cultura angolana, daí a necessidade de serem conservados. "Desta forma, a juventude, os estudantes e turistas que visitarem esses locais, vão poder saber um pouco mais sobre a realidade e história da nossa província, de modo particular, e do país em geral", referiu.

7.13 População de Caluquembe recebeu parcelas de terra

Jornal de Angola

21 De Maio De 2013

A administração Municipal de Caluquembe distribuiu à população local, até Março do corrente ano, 283 parcelas de terra de 900 e 1000 metros quadrados, no quadro do programa de autoconstrução dirigida. O responsável da secção de urbanismo, cadastramento e ambiente da Administração Municipal, Eduardo Cambinda, disse ao Jornal de Angola que os terrenos distribuídos estão localizados nas reservas fundiárias do Estado, localizadas na área do Kuando Sacalessa, Caissasa e Santiago. Além da distribuição de parcelas, a comissão fez a marcação de 392 lotes, dos quais 49 com 112 parcelas de 1000 metros quadrados e 35 lotes com 280 parcelas de 900 metros quadrados. As reservas fundiárias do Estado no município incluem zonas para fins distintos, incluindo o desenvolvimento industrial, perímetro urbano, zona residencial e mista. A área dispõe ainda de uma área concebida para a construção de hospitais, serviços médicos, zona verde, mercado popular e de tratamento de água e energia. As reservas fundiárias correspondem a 14.738.800 metros quadrados, repartidos em 8.451 lotes, que incluem 16 espaços para zonas verdes e três para a instalação de sistemas de água e distribuição de energia eléctrica.

7.14 Terrenos urbanizados garantem crescimento

Economia

24 De Maio de 2013

Especialista defende uma maior harmonização dos vários componentes com realce às infra-estruturas de transporte instrumentos importantes

A regulamentação e os investimentos em infra-estruturas desempenham um papel preponderante no crescimento e organização das cidades. Esta posição foi defendida, recentemente, em Luanda, pela especialista em mercados urbanísticos e habitação, Sofia Franco. Ao discursar numa palestra promovida

pela Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto, a prelectora abordou o tema "O papel da regulamentação no desenvolvimento urbano em economias de transição", tendo destacado questões relacionadas à oferta de terrenos urbanizados. Na sua visão, as regulamentações devem ser revistas e actualizadas periodicamente, de forma a terem em conta as necessidades do mercado e o contexto socioeconómico de cada país. Sofia Franco entende que, desta forma, uma análise de equilíbrio geral é necessária para uma melhor antecipação dos efeitos das políticas urbanas. Segundo avançou, as regulamentações bem como a tributação urbana afectam a procura e a oferta de solo urbano e como tal, o preço do solo tem implicações directas no custo da habitação a ser desenvolvida num determinado projecto público ou privado. Para ela, a regulamentação visa melhorar a qualidade de vida da população residente e corrigir externalidades espaciais, afecta a operação das forças de mercado e "como tal, a alocação e o uso do solo urbano, assim como também tem efeitos directos e indirectos, visto que a economia urbana resulta da interligação de vários mercados".

Harmonização

A especialista disse que as iniciativas de cada governo, na sua política habitacional, devem ser harmonizadas com as experiências internacionais. Por outro lado, a perita destaca que as alterações no preço do solo podem desencadear alterações eficientes no uso do solo urbano e na distribuição espacial da população e empresas. Quanto aos investimentos, a especialista é de opinião de que as infra-estruturas no sector dos transportes devem merecer atenção especial nos planos de urbanização. "A experiência internacional mostra que uma boa conexão entre os investimentos em infra-estruturas de transportes e as políticas de uso do solo pode tornar o espaço urbano mais compacto, mais produtivo e eficiente", sublinhou. Com benefício à abertura de novas áreas do espaço urbano para o seu desenvolvimento; a estrutura espacial afecta o tipo do meio de transporte privilegiado na mobilidade inter e intra-urbana (carro e transportes públicos). A especialista não tem dúvida que em países como Angola, onde o desenvolvimento urbano é feito de forma acelerada; a problemática da regulamentação deve ser um assunto de interesse geral, pois apresenta inúmeras vantagens sociais e económicas.

7.15 Os das tendas da maná

A Capital

25 De Maio de 2013

Enquanto isso, uma realidade arrasadora se eterniza com muita carga de desolação. Há mais de sete anos, cerca de 400 famílias, provenientes dos bairros Malangino, Anangola, Catinton e da vala de drenagem do bairro Popular, residem nas mais precárias condições de vida num acampamento próximo da extinta Igreja Maná. Há sete anos, lá estava um acampamento de tendas. O tempo foi passando e, com ele, as tendas se desfizeram com as chuvas e os ventos. Hoje, aqueles populares, postos lá para, depois de algum tempo, serem transferidos para sítios melhores, estão à deriva nas mais inóspitas condições de habitabilidade. Moram em casebres de chapas, os tristemente célebres, "bate chapa" e em mosquiteiros, próximo da extinta Igreja Maná, actual josafat, ao Golfe. Sobrevivem assim durante sete anos e mais alguns meses, aturando chuvas, mosquitos e falta de água. Dividem o mesmo espaço com um amontoado de lixo que os separa dos bairros adjacentes. Lágrimas. Foi tudo quanto Teresa André conseguiu mostrar quando nos dirigimos a, ela para falar da vida que leva há anos, no local. Por mais que custe acreditar, ela reside numa estrutura de redes, com menos de 50 centímetros de altura e 100 centímetros de largura. Na condição dela, estão outras dezenas de pessoas. Servindo-se da oportunidade em que nossa reportagem passou por aquele ermo lugar, falaram à nossa reportagem como que suplicando para que a mensagem chegasse às instâncias superiores. "Defecamos em sacos. As crianças têm sarna, diarreia e malária. Ninguém nos ajuda? Também somos angolanos ajudem-nos, por favor!", à esta súplica só resiste quem não lá esteve. Se para uns, viver num casebre de chapa, reflecte o que é viver com menos de um dólar por dia, imaginem aqueles que vivem, com crianças de tenra idade, debaixo de um mosquiteiro do tamanho de uma alcofa? "Estamos mal", simplesmente lamentam estes populares como Domingos Francisco, morador, para quem é graças a Deus que as pessoas ainda respiram alguma saúde. "Viver aqui é como que no inferno. Defecamos nos sacos e atiramos há menos de 10 metros das nossas casas. Não temos, absolutamente, nada", explicou. Por via disso já constituíram uma Comissão de moradores para negociar com a Administração local, na pessoa do novo administrador comunal, senhor Correia. "A resposta que recebemos é que tudo está em pratos limpos", disseram os sinistrados, acrescentando que graças ao director da escola Arpa, que está mesmo ao lado dos casebres, as senhoras em estado de gestação

conseguem um sítio de acolhimento, para que não passem a noite ao relento.

7.16 Para o Zango com força

A Capital

25 De Maio de 2013

CERCA DE 400 Famílias das três mil e 700, que viviam nas tendas no Zango 1 desalojadas da Ilha de Luanda, já lá vão quatro anos começaram a ser alojadas em casas evolutivas no Zango 3 e 4.

A operação teve início no sábado, 18 de Maio, quando as máquinas pesadas da Administração local e de algumas empresas de construção começaram a derrubar as 400 tendas que compunham o acampamento. E para não variar, a azáfama era grande, pois, todos pretendiam constar da lista de transferência, situação que deu azo a oportunistas que tentavam, a todo o custo, infiltrar-se no processo. João Severino morador das tendas há cerca de quatro anos, contou ao A Capital que no dia da transferência viu muita agitação e caras desconhecidas. Contudo, foi possível desmascarar alguns deles, graças a boa organização dos moradores. "Está a aparecer muita gente que nunca vimos durante os quatro anos que sofremos aqui", denunciou, acrescentado que a criação de coordenadores pelos moradores em conjunto com o Programa de Habitação Social, está a possibilitar denunciar os oportunistas. Bom, mas se alguns esfregam as mãos de contente, outros, ainda precisam de rezar para que o Governo Provincial de Luanda se lembre deles, no mais curto espaço de tempo, possível. "Esperamos que venhamos a merecer o mesmo tratamento que os nossos vizinhos estão a ter, embora não saibamos se é que vão voltar", lamentaram 05 que ficaram. Sob clima tenso, dezenas de famílias perfilavam-se para embarcar nos caminhões que as transportaria para as novas residências. Outras, andavam atrás dos responsáveis da Fiscalização a reclamar pela ausência dos seus nomes na lista. Tal era a tristeza dos que ficavam que, se iam consolando uns aos outros. Depois de testemunhado momento do fim do calvário de várias pessoas que ao longo de anos ficaram em tendas e concomitantemente embarque das mesmas em carros que os levariam para novas moradas, fomos, também, até à zona do Zango 3, onde estão alojadas algumas famílias beneficiadas.

Chegamos ao primeiro fogo habitacional. Aqui estão cerca de 100 famílias. As casas são de dois quartos e uma casa de banho. E como são evolutivas, no quintal vêem-se divisões que dão ao morador a possibilidade de construir mais uma sala, um quarto e uma cozinha. Joaquina Damião é uma contemplada.

Disse à nossa reportagem que está feliz por receber a casa, embora não tenha espaço bastante para albergar a família toda. "As casas são uma realidade, mas, estamos tristes, porque ainda ficaram muitas pessoas nas tendas", solidarizou-se, por isso, pedem às autoridades que continuem com o processo de formas a que os que ficaram, também mereçam casas. Juliana Sebastião foi a próxima interlocutora, para quem, apesar do alívio que sente ao beneficiar de uma residência, o Governo devia ter em conta o tamanho das casas. Uma das coisas que ela notou é que na sua nova casa, não só os cadeirões não cabem, como muitas coisas terão que ficar fora de casa "Temos casas, mas, são muito pequenas. Temos instalação eléctrica, mas, não temos energia nem água, para não falar da falta de transporte para as crianças irem à escola", lamentou. Escalamos o segundo bloco, onde estão alojadas mais famílias. A realidade é diferente. As casas têm os mesmos compartimentos em relação às outras, mas, permitem uma maior mobilidade dos moradores. "Estamos felizes, falta apenas água e energia o resto faremos nós", regozijou-se um morador.

Haverá mais casas

O arquitecto Luís Manuel, responsável pela transferência dos sinistrados, confirmou, ao A Capital que até perto das 14h00 tinham sido entregues perto de 400 termos de casa à igual número de famílias. "De uma previsão de 400, que a princípio é o limite que definimos para cada quarteirão, no caso, 100 para cada, o número ultrapassou as expectativas", frisou, ao notar que dada a existência de aparente excesso dos números previstos, teve-se que pedir maior seriedade da parte da Comissão de moradores. "Apresentaram excesso de 20 à 15 famílias. Porém, para não haver problemas, acabamos por contemplar, também, esta gente", explicou o técnico, que não põe de parte qualquer hipótese de aparecimento de aproveitadores.

De acordo com o arquitecto, existem muitas individualidades a reclamar por casas, mas nem sequer vivem nas tendas. "Eles pagam a determinadas pessoas e, na hora da entrega, estas pessoas não as recebem. São estes indivíduos promotores desta acção maléfica que depois tomam as casas para fazerem as vendas", entretanto, "como estamos a trabalhar com a Polícia Nacional, uma vez identificados, serão levados às barras do tribunal", asseverou. "Seja como for, o que destinamos para o Zango é um número ao qual não podemos crescer mais, até à próxima oferta", reforçou. "Temos programada a construção de muito mais casas para acabarmos com o sofrimento das pessoas que aqui se encontram. É um programa que está a desenvolver-se", tranquilizou, quando informava que do ponto de

vista do alojamento, há duas semanas fez-se a entrega de vários lotes à comunidade do Bagdá. "Isso requer vários custos, pois, somos obrigados a negociar com vários camponeses de diferentes locais para cederem as parcelas, em função da dimensão das suas lavras", adiantou o responsável.

7.17 Sonangol e GPL dividem responsabilidades

Agora

25 De Maio De 2013

Após o incidente que ceifou a vida dos menores Constantino Dinis, Lucas Tomás, Adilson André, Batista Wakupupa, e Marcolino Sebastião no tubo de drenagem das instalações de enchimento de gás da Sonangol E.P, - ICPN, no Bairro da Paz, no distrito do Sambizanga, em Luanda, as autoridades angolanas possivelmente terão um assomo de responsabilidade. O vaivém nas ocupações ilegais de terrenos para a construção de habitações e posteriormente as suas demolições denuncia uma novela sem fim. Em Luanda, sem que esteja envolvida a petrolífera nacional, as invasões de áreas reservadas e/ou ao longo das valas de drenagem prosseguem com fiscalizações amorfas e autorizações de construção questionáveis. Quantas vezes os órgãos de comunicação anunciaram demolições num ou noutro ponto da capital do país? Não estaremos em presença de um *déjà vu*? No caso concreto daquela circunscrição, cujos populares têm conhecimento tratar-se duma zona de risco, os moradores dizem ter as autorizações da comissão de moradores para construir e acenam com os seus documentos em riste. Mais. A escola comparticipada Nahembela Nr.º 4.016 foi construída à boca do dreno "apocalíptico". A inércia atingiu alguns gestores públicos que não conseguem dar explicações plausíveis sobre como este ou aquele terreno foi ocupado, como aquela zona ora reserva fundiária foi ocupada, quem manda construir, quem orienta as demolições nesta ou naquela área. Resultado: cinco crianças mortas. O Agora foi informado de que a Sonangol E.P, em busca de uma forma de "remediar" a situação, negociou com o Governo da Província de Luanda (GPL) a fim de demolir as casas à volta das instalações de enchimento de gás. Para o efeito, uma centena de casas foram numeradas, brevemente aqueles populares serão realojados numa zona segura e um perímetro de 50 metros será estabelecido por questões de segurança. Neste sentido, as despesas ficarão repartidas a 50% entre a petrolífera e o órgão de administração da província. Este facto significa que o GPL deu a mão à palmatória, dada a letargia e a impunidade que se verifica. Alguém de lá de dentro

encheu os bolsos vendendo metros e metros de terra que devia permanecer desabitada para evitar tragédias como a que sucedeu no princípio deste mês. Mudando o foco da nossa abordagem: à semelhança do que aconteceu na Boavista, em que os cidadãos desalojados e postos em tendas resolveram à revelia voltar à procedência porque viviam em situações de habitabilidade piores, sobretudo na época chuvosa. Os moradores daquela circunscrição esfregam as mãos de contente, sem sombra de dúvida que vão viver para um local melhor, sem os fantasmas da morte dos cinco meninos. A expectativa gerada é grande, os problemas são sobejamente conhecidos. "Aguardar é o melhor remédio" disseram os moradores menos pessimistas ao nosso semanário.

7.18 Lunda-Norte combate construções anárquicas

Jornal de Angola

28 De Maio De 2013

O Instituto Nacional do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (INOTO), na Lunda-Norte, vai reforçar as acções de fiscalização e diagnóstico dos planos de urbanização, de modo a pôr fim às construções anárquicas. O chefe de departamento do INOTO, Diogo Manito, que falava sexta-feira última no Dundo, disse que a falta de acompanhamento rigoroso, aliada à morosidade das administrações municipais na divulgação dos planos de urbanização e loteamento dos terrenos localizados nas reservas fundiárias da região, tem estado na base da proliferação de bairros desordenados. As actividades de fiscalização, defendeu, devem ser feitas por uma comissão multisectorial, composta pelas administrações municipais, autoridades tradicionais, serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Obras Públicas e direcção provincial da Indústria, Geologia e Minas. Essa comissão fica encarregada de negociar com as comissões de moradores dos bairros e concertar com estas as medidas para combater as construções anárquicas. " O município de Chitato regista o maior número de construções anárquicas, muitas das quais em zonas de risco, à margem das normas do processo de requalificação e expansão ordenada do sistema urbano e habitacional. Em Chitato, foram desmatados terrenos que resultaram na criação de duas reservas fundiárias, com um total de 2.662 lotes, para o exercício do programa de autoconstrução dirigida, onde até ao momento estão erguidas 38 casas. O responsável do INaTO acrescentou que existem também 428 lotes de terreno para a construção de residências de cooperativas e 560 outros reservados à construção de habitações para

quadros da Administração Pública. Prevê-se que, nas reservas fundiárias localizadas na sede da província, sejam construídas 4.172 casas, para alojar cerca de 24 mil pessoas, no âmbito dos programas do Governo para redução do défice habitacional. Diogo Manito defendeu uma maior divulgação das acções do Governo no plano habitacional. "Todos os bairros localizados na periferia do município do Chitato são desordenados, porque, na época em que o país estava em guerra, as pessoas começaram a deixar as aldeias com destino aos grandes centros urbanos", lembrou. Hoje, as administrações municipais podem inverter essa realidade, divulgando os projectos que existem. Os bairros mais afectados pelas construções anárquicas são os de Camaquenzo e Camantudo, dos mais antigos da cidade do Dundo, que no passado estavam ordenados.

Novas áreas habitacionais

O chefe de departamento do INOTO assegurou que a primeira fase da construção de 200 casas sociais em cada município da província decorre sem sobressaltos. Acrescentou que o programa, além de permitir o acesso a casa própria, visa, contribuir no combate ao fenómeno das construções anárquicas, através do surgimento de novos bairros, construídos de acordo com os modernos padrões de construção civil. Diogo Manito disse que, no quadro do Programa Nacional de Fomento Habitacional na Lunda-Norte, estão construídas 278 casas. Os municípios de Cambulo e Lucapa estão mais avançados, tendo já concluídas 50 residências cada, do tipo T-3. O município do Caungula é o único em que as obras ainda não arrancaram, mas já decorrem os trabalhos de desmatação dos terrenos. A entrega das primeiras 100 habitações, em cada um dos municípios em que as obras estão em curso, está prevista para o final do ano. Além de ruas e passeios, os futuros residentes dos novos bairros vão dispor de espaços verdes. Os serviços essenciais básicos, como instalação de redes eléctricas, iluminação domiciliária e pública e sistema de abastecimento de água potável estão também garantidos.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Água e luz falham na cidade do Huambo

Jornal de Angola
02 Maio 2013

As constantes falhas de energia eléctrica que se registam nas últimas semanas na cidade do Huambo devem-se aos testes de manutenção da barragem do Gove, garantindo ao Jornal de Angola o director da Empresa Nacional de Electricidade (ENE) na província.

Gilberto Pessoa explicou que estes testes de manutenção deviam ter sido feitos antes, mas sublinhou que, na altura, não houve condições para tal, por ser necessário haver grandes consumos para carregar as máquinas a cem por cento.

"Na altura, a ENE estava a fazer as ligações domiciliárias e não tinha maneira de testar os equipamentos. Agora, o sistema começou a entrar em regime de estabilidade, daí a necessidade destes testes," frisou.

Neste momento, de acordo com o responsável, estão a ser feitos testes em duas máquinas, o que tem originado os cortes constantes nas últimas semanas, sem, contudo, adiantar datas para a reposição da energia.

O processo da primeira fase da instalação de contadores de energia pré-pago está a decorrer sem qualquer obstrução e já foram instalados, na cidade do Huambo, cerca de 15 mil contadores, e no município da Caála três mil.

O director da ENE esclareceu que, após esta fase, vai haver uma outra complementar para a montagem de dezenas de contadores. O objectivo é fazer com que todos os consumidores domésticos tenham o sistema de pré-pagamento em sua casa.

"Este momento, contamos apenas com a barragem do Gove em funcionamento, mas há outros projectos em vista, em função da procura. Por enquanto, não registamos qualquer deficiência, mas isso pode vir a fazer com que tenhamos alguma dificuldade no capítulo da produção", disse.

Gilberto Pessoa pediu a compreensão dos consumidores pelo facto da energia não ter ainda atingido um ponto crítico.

Dificuldade da água

A directora em exercício da empresa provincial das Águas no Huambo, Elsa Pinto, disse que os cortes constantes que se registam na cidade tem a ver com a falha de energia e dos problemas técnicos que a empresa atravessa nas centrais de captação e distribuição do rio Kulimahala e a da Rua do Comércio funcionam com energia eléctrica e quando há falhas deixam de funcionar. A central da zona alta da cidade dispõe de um grupo de geradores, razão pela qual não tem sofrido grandes cortes na distribuição de água.

Nesse momento, a direcção da empresa está a enviar esforços no sentido de arranjar também um grupo de geradores para a zona central da Rua do Comércio, para acabar com os problemas que tem havido naquela central.

As zonas mais críticas são os bairros Kaquereua, São Pedro, Calundo, Benfica, São João e Cidade Baixa. A central intermédia do bairro São José deixou de funcionar por problemas técnicos.

Na cidade, a água está a ser distribuída por fases, por funcionar apenas uma central de captação. A outra duas são velhas e precisam de reabilitação.

Uma das prioridades do Governo é conseguir uma distribuição na ordem dos 60 por cento.

Elsa Pinto disse que neste momento o sector das Águas tem cerca de 10.531 consumidores registados, mas só 5.713 pagam o que consomem.

8.2 Garimpo de água lesa EPAL em 9 milhões de kwanzas diários

Agora
04 De Maio De 2013

Com o tema do garimpo da água sobre a mesa, a administradora da EPAL para a área de redes e distribuição, Juliana Lizete Pascoal, alertou para os custos desta prática, medidos não apenas pelo rombo nas contas da empresa mas também pela ruptura no abastecimento da cidade. Segundo a responsável, os bairros Fubu e Nova Vida, ambos no distrito do Kilamba Kiaxi, surgem como as áreas de maior incidência das ligações ilegais, a que se juntam alguns pontos do município da Samba, zonas do bairro Mártires do Kifangondo e ainda as proximidades do Eixo Viário. O diagnóstico foi apresentado no passado fim-de-semana, durante um almoço-conferência realizado no Kilamba Kiaxi e centrado no tema "O garimpo de água nos municípios de Luanda. Causas, efeitos e propostas de soluções".

Além de calcular os prejuízos da acção dos 'garimpeiros' estimados numa perda diária de nove milhões de kwanzas, aplicando-se uma taxa média de nove kwanzas por cada litro -, Juliana Pascoal chamou a atenção para a venda ilegal de água em cisternas e tanques de cimento.

Voluntários contra o tráfico de água

Para inverter esta realidade, a administradora lembrou que, no âmbito do alargamento da rede domiciliária, a EPAL está a concluir 700 mil ligações para residências e novos centros de distribuição. A este processo junta-se a disponibilização de fontenários em áreas não urbanizadas, a construção de infra-estruturas para girafas nos antigos focos de garimpo, bem como a abertura de um concurso para a realização de dois mega-projectos para reforço da capacidade dos actuais e novos Centros de Distribuição nas áreas do Bita, Camama, Cabolombo, Ramíro, Benfica e Bom Jesus. Juliana Pascoal destacou ainda a necessidade de implementação de iniciativas concertadas entre os sectores público, privado e sociedade de civil, visando desencorajar o garimpo de água na província. Por sua vez, o administrador do distrito do Kilamba Kiaxi, José Francisco Correia, louvou a iniciativa, adiantando que existe um interesse de âmbito geral na busca de soluções para os problemas já identificados. Para José Correia, a problemática só será resolvida com o apoio de toda a sociedade, nomeadamente através da denúncia às autoridades dos autores das ligações ilegais. Neste sentido, a União das Associações Municipais de Angola (Amangola), que promoveu o debate, vai lançar um programa de desenvolvimento de corpos de voluntários sociais, que, em parceria com as administrações locais e com a EPAL, dêem o seu contributo nas campanhas públicas de sensibilização da população.

8.3 Moradores da Chicala consomem água subterrânea

Semanário Factual

04 A 11 de Maio de 2013

Mais de cinco mil moradores do bairro Chicala, no distrito da Ingombota, em Luanda, consomem água subterrânea há sete dias, situação provocada pelas demolições que estão a acontecer no bairro Flamingo, adjacente à entrada dos Coqueiros.

Moradores ouvidos pelo Factual contam que as máquinas que estão a efectuar as demolições no bairro Flamingo estão por detrás da rotura criada no sistema de distribuição de água para os moradores durante os últimos dias, facto que os obriga a

consumirem água subterrânea, concretamente as da cacimba, que servia anteriormente para lavagens de utensílios domésticos. As residências do bairro Flamingo possuem um sistema sincronizado de água canalizada, e quando este sistema é interrompido acaba por privar a água potável aos mais de cinco mil moradores. Esta situação acontece na medida em que as demolições afectaram o sistema de distribuição, obrigando assim os moradores a socorrerem-se de alternativas arriscadas. Moradores arriscam a saúde no consumo de água subterrânea, purulenta e salgada, e contam que a mesma está a provocar doenças epidérmicas e diarreia. Ermelinda Figueiredo, de 40 anos de idade, lamentou o facto dos agentes da EPAL privarem o precioso líquido dos moradores, sem um aviso pré-V10, pois poucos conseguiram fazer reservas. A moradora considera falta de humanismo e respeito pelo povo, pois é das cobranças financeiras que a empresa tem as suas receitas financeiras mensalmente. "A EPAL e os seus responsáveis perderam a cabeça, perderam a responsabilidade para com o povo que eles são obrigados a servir, porque sempre cobraram antecipadamente os seus valores financeiros, mas quando necessitam de privar a água dos moradores nem se quer conseguem enviar uma mensagem instantânea. Esperamos que este problema seja resolvido o mais rapidamente possível", replicou. O Factual constatou que alguns moradores estão a vender os seus reservatórios de água, ao preço de 100 Kwanzas o recipiente de 25 litros, enquanto nas cacimbas o balde de cinco litros custa 70 Kwanzas. A EPAL informou ao Factual que a causa da falta de água se deve a uma obstrução criada pelas máquinas escavadoras, que estão a efectuar demolições no bairro Flamingo, mas que a situação será reposta dentro dos próximos dias.

Falta de luz eléctrica retrai progresso e apodrece os frescos

A falta de luz eléctrica assemelha-se ao problema da água, e a situação está a provocar transtornos graves aos moradores da Chicala, que se sentem retraídos ao progresso, com os frescos em estado de putrefacção. A situação caminha para a segunda semana e está a obrigar os moradores a sobreviverem da luz das velas e de geradores, mas, em contrapartida, estes meios subiram de preços no mercado paralelo. Moradores ouvidos pelo Factual dizem sentir-se agoniados, pois a falta de água e de luz é um problema que corrói e desestabiliza inúmeras famílias em Luanda, principalmente nas condições em que muitas se encontram no bairro Chicala, sem emprego e com mais de sete filhos. Gervásio Nkama, de 32 anos de idade, revelou ao Factual que durante os últimos cinco dias que usaram os geradores, três residências escaparam de um incêndio, provocado pelo uso

inadequado do combustível, enquanto outras famílias quase morriam de asfixia, quando tentaram passar a noite com o gerador dentro de uma residência. O Factual constatou, que mais de 500 geradores funcionam durante a noite, e somente são desligados no dia seguinte por volta das 9 horas da manhã, situação que pode provocar surdez às crianças, tidas como as mais vulneráveis.

8.4 Serviços básicos

Jornal de Angola
06 De Maio de 2013

Hora de recolha

Era bom que se evitasse a acumulação de lixo nos bairros. As operadoras de limpeza da cidade de Luanda deviam fazer um esforço para evitar que o lixo se espalhe pelas ruas. Devo afirmar que a limpeza da cidade capital melhorou muito, mas por vezes assistimos a acumulações de lixo, que podem causar muitas doenças. Sei que a cidade capital produz muito lixo, mas é preciso, sabendo-se dessa realidade, que haja capacidade para realizar a limpeza de toda a cidade com celeridade e eficácia. Vivo no Bairro Prenda e, por vezes, o lixo acumula-se dificultando a circulação rodoviária.

Outro assunto que gostava de abordar tem a ver com a hora da recolha do lixo. As operadoras de limpeza devem, quanto a mim, recolher a toda a hora, porque o lixo está sempre a aparecer. Mas se o fizerem de madrugada, isso evita engarrafamentos na via pública.

Compreendo a razão porque se faz a recolha do lixo ao meio-dia, uma hora em que há grande circulação de viaturas e motociclos, mas é preciso arranjar maneira de a recolha ser compatível com o trânsito. Isso é possível e penso que as operadoras de limpeza deviam coordenar esta questão do horário de recolha do lixo com a Polícia acional e a entidade reguladora do trânsito.

Dominar as matérias

Hoje temos no país muitos estudantes universitários. Aconselho aos que puderam chegar ao ensino superior que prestem muita atenção ao estudo científico e não tenham apenas a preocupação em obter um diploma. De nada nos vale termos um diploma sem dominarmos o conhecimento científico. Os jovens estudantes que estão nas nossas escolas superiores devem dedicar muitas horas aos estudos das diferentes disciplinas.

Um professor universitário lamentava o facto de o aproveitamento dos seus alunos ser muito baixo,

porque não estudavam, tendo admitido que ele próprio havia de abandonar o ensino. Muitos alunos querem terminar os cursos superiores mesmo sem saber. O professor lamentou a obsessão que há pela obtenção de diplomas, sem haver grande aplicação na procura do conhecimento académico. Os nossos estudantes universitários devem saber que a sociedade espera deles o domínio de elevados conhecimentos filosóficos e científicos. Os problemas da sociedade resolvem-se com o conhecimento avançado. Os professores universitários devem preocupar-se em melhorar os seus métodos de ensino e exigir aos estudantes bons níveis de conhecimento. Todos, professores e alunos, devem estudar permanentemente. Têm todos de melhorar o seu desempenho.

Reabilitação de pontes

Tomei conhecimento de que vão ser reabilitadas mais de mil pontes em todo o território nacional. Isso é bom para o crescimento e desenvolvimento do país.

Deve haver circulação de pessoas e bens por todo O país, para que haja um número maior de negócios que façam desenvolver a economia.

As infra-estruturas rodoviárias incentivam os empresários a investir. Acredito que a reabilitação desse número elevado de pontes faz expandir a produção em várias áreas do nosso território.

Se tivermos boas e estradas pontes, o país desenvolve-se mais rapidamente. Sabemos que há empresários ou potenciais empresários que querem investir em diferentes pontos do país.

A reabilitação das pontes é bem vinda. Com base infra-estrutural, podemos pensar em muitos projectos produtivos. E são os projectos produtivo que permitem o crescimento da economia real (de bens e serviços).

Que haja muitas estradas e pontes no país para que possamos ter muitas empresas e muitos angolanos a fazer negócios, a fim de que muitos cidadãos vivam bem. Temos de ter empresários prósperos para que o país avance.

8.5 Secretário de Estado avalia os projectos

Jornal de Angola
08 De Maio 2013

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, conclui hoje a avaliação dos programas do sector no Kwanza-Norte. Desde ontem em

Ndalatando, Luís Filipe da Silva discute com as autoridades locais as perspectivas para melhorar o fornecimento de água à população local.

Em Ndalatando, Luís Filipe da Silva foi recebido pelo governador provincial, Henrique André Júnior, e manteve encontros com os administradores municipais e a direcção do sector na província, para analisar o progresso das acções do programa "Água para todos".

Durante a sua estada no Kwanza-Norte, Luís Filipe da Silva inspecciona a estação de tratamento e fornecimento de água a Ndalatando, na localidade de Cauabe, para se inteirar do funcionamento do empreendimento.

O programa da visita do secretário de Estado inscreve ainda a inauguração, no município de Cambambe, do sistema de captação e distribuição de água à localidade do Alto Dondo.

O secretário de Estado das Águas constata os projectos do sector na província pela segunda vez, depois de já ter estado em Fevereiro do ano passado, para anunciar a adopção de um plano de desconcentração do programa do Executivo "Água para todos" a nível municipal, a partir deste ano. Na ocasião, Luís Filipe da Silva garantiu a inclusão do orçamento do projecto

"Água para todos" nos programas de combate à pobreza e de desenvolvimento rural executados pelas administrações locais.

Luís Filipe da Silva na altura garantiu que a referida acção insere-se na apostas do Ministério de tutela destinada a garantir a desconcentração do Programa "Água para todos". O secretário de Estado manifestou preocupação com a gestão e sustentabilidade dos sistemas a serem construídos, para que possam corresponder com os objectivos da sua projecção. A solução para esta situação, segundo Luís Filipe da Silva, passa a ser da competência das administrações municipais. O Ministério da Energia e Águas anunciou que vai colocar, em breve, à disposição das administrações municipais uma dotação orçamental para financiar projectos do programa "Água para todos".

A decisão se destina fundamentalmente a fazer chegar rapidamente água potável a todas as pessoas, mesmo às que vivem em zonas de difícil acesso.

8.6 Governo reforça abastecimento de água

Jornal de Angola

11 De Maio de 2013

o governador da província do Kwanza-Norte, Henrique André Júnior, reafirmou quarta-feira, no Dondo, município de Kambambe, que o Executivo continua a apostar na melhoria das condições de acesso das populações locais à água potável e a outros bens sociais.

Henrique André Júnior, que falava à população no acto de inauguração do novo sistema de abastecimento do produto, no bairro do Alto-Dondo, destacou a grandeza do programa "Água para Todos", pelo impacto directo que tem tido na vida das populações.

Com este programa, disse, o Executivo está a fazer tudo para que a população tenha o mínimo necessário para viver com dignidade. Por este facto, o Governo do Kwanza-Norte vai continuar a trabalhar no sentido de levar a água às localidades mais recônditas.

A infra-estrutura inaugurada vai atender 16.500 beneficiários do Alto-Dondo e compreende um reservatório com capacidade para armazenar 500 metros cúbico de água, duas electrobombas de reenvio capazes de bombear 100 metros cúbicos/dia de água, de segunda a sexta-feira, subindo para 300 metros cúbicos aos fins-de-semana.

O sistema de abastecimento está acoplado à conduta que abastece a empresa cervejeira EKA, detentora da estação de captação e tratamento de água, no âmbito das acções sociais desta unidade fabril. As obras, que duraram 12 meses, foram financiadas pelo Governo do Kwanza-Norte, no âmbito do programa "Água para Todos", que integra ainda uma conduta adutora de 17 quilómetros e uma rede de distribuição de oito quilómetros, com 12 chafarizes e 400 ligações domiciliárias. Mais de 200 mil cidadãos de várias localidades da província do Kwanza-Norte beneficiam já de água potável, mercê da implementação de diversos projectos, entre pontos de água e sistemas de abastecimento, no quadro do programa do Governo "Água para Todos", em curso desde 2009.

A província tem uma população estimada em 400 mil habitantes e quase 68 por cento já beneficiam do projecto "Água para Todos", segundo dados do departamento provincial de águas da Direcção provincial de Energia e Águas.

8.7 Água canalizada jorranas torneiras das zonas periféricas

Jornal de Angola

12 De Maio de 2013

Vários sistemas de captação e distribuição de água foram construídos em todos os municípios da província do Bié com o objetivo de diminuir as doenças provenientes da má qualidade do líquido, anunciou o diretor provincial da Energia e Água.

Abel Guerra Paulo referiu que os bairros periféricos do Cuito já possuem canalização de água potável e lembrou que as residências que atualmente não possuem canalização são aquelas cujos contratos não foram estabelecidos junto do sector das Águas.

No entanto, informou que consta dos planos do Governo Provincial, a instalação de grupos geradores em diversos pontos da província, para manter a iluminação pública, assim como domiciliar nas sedes municipais e comunais.

O governo da província vai igualmente investir na formação de quadros do sector para que possam prestar um serviço mais condigno e lidar com as novas tecnologias.

Abel Guerra Paulo admitiu que, em muitos casos, registam-se avarias no sistema de água e energia devido ao mau manuseamento dos equipamentos por parte de operadores sem formação, razão pela qual considera bem-vindos os cursos. De especialização.

"O sector investe na compra de equipamentos que custam valores avultados aos cofres do Estado, daí a necessidade de se apostar na formação de quadros", disse.

8.8 Autoridades sanitárias continuam a trabalhar para resolver a situação

Jornal de Angola

16 De Maio de 2013

o ministro da Saúde reconheceu, em Luanda, que o surgimento de novos casos de cólera no país se deve aos problemas que ainda existem no fornecimento de água potável à população.

O titular da pasta da Saúde José Van-Duném, que falava segunda-feira à Angop, apelou à população para redobrar as medidas de higiene, entre as quais a

fervera da água ou desinfectá-la com hipoclorito de cálcio, que é distribuído pelas unidades sanitárias e administrações.

O titular da pasta da Saúde disse, a título de exemplo, que a seca ocorrida na província do Cunene, onde foi registado um óbito na semana passada, faz com que a população consuma água disponível sem qualidade, provocando casos de cólera.

Em Cabinda, com 51 casos notificados, as autoridades sanitárias continuam a trabalhar para inverter a situação, com a melhoria das condições de saneamento básico e a oferta de água. Quanto às províncias da Lunda-Norte e Luanda; cada uma com dois casos na semana passada, o ministro informou que a cólera é também decorrente do fluxo migratório.

Apesar de ainda haver casos de cólera, o ministro da Saúde declarou que estão a diminuir de forma significativa, se comparados os dados das semanas antepassada e passada. Na semana antepassada, o Ministério da Saúde registou 258 doentes contra 82 atendidos entre 5 e 12 deste mês. Desde o início da epidemia, a 31 de Dezembro de 2012, até 12 de Abril, foram notificados 1.791 casos, com 51 óbitos. Deste número, 177 foram registados em Luanda.

O ministro da Saúde garantiu à Angop que Angola desde que a dengue surgiu em Março no país não registou até segunda-feira qualquer morte causada pela doença e que a situação não é alarmante.

José Van-Dúnem afirmou que entre 12 de Março e 9 de Abril foram confirmados no país 197 dos 275 casos suspeitos de dengue. Destes casos, que levaram ao internamento de 33 pessoas, a maioria registou-se em Luanda e apenas dois na província de Malange. O ministro da Saúde referiu que a preocupação da população se deve ao facto de se tratar de uma doença a que não estava habituada.

José Van-Dúnem, que mencionou estatísticas mundiais, declarou que a mortalidade devido à doença é de cerca 5 por cento e que se verificam fundamentalmente em zonas onde há circulação de casos de dengue hemorrágico. O ministro da Saúde José Van-Dúnem realçou a importância da pulverização do interior das casas na luta contra o vector da doença e advertiu que o mosquito da dengue se aloja em água limpa conservada em reservatórios em casa, em garrafas e pneus depois da chuva.

Em caso de sintomas como febre, mal-estar, dores articulares, musculares, abdominais e nos olhos, o

ministro da Saúde aconselhou, deve procurar-se uma unidade sanitária o mais rápido possível.

8.9 Ministério da Energia e Águas prevê investir 2,7 biliões kz

Expansão

17 De Maio De 2013

O Ministério de Energia e Águas prevê investir, dentro do Plano de Acção dos Sectores de Energia e Águas, cerca 2,7 biliões Kz (29 mil milhões USD) para o quinquénio 2013-2017 em todo País, segundo revelou, há dias, responsável do pelouro, João Baptista Borges. Para o governante, o plano de acção joga um papel preponderante na prossecução dos objectivos globais definidos na estratégia Angola 2025, na medida em que abarca dois subsectores de infra-estruturas básicas, que condicionam o desenvolvimento do País. A nível da energia, por exemplo, uma das grandes preocupações do Executivo prende-se com a universalização da energia eléctrica, pois apenas 30% da população angolana tem acesso à electricidade, e outros 70% utiliza outras fontes de energia. De acordo com João Baptista Borges, a supressão desses problemas passa por projectos de investimentos de grande porte, como aqueles que estão ser desenvolvidos na produção de energia hídrica em todo o País. Falando à margem da apresentação formal da primeira edição da Feira Internacional de Energia e Águas, que decorreu em Luanda nesta segunda-feira,13, o responsável notou que outro programa que visa aumentar o acesso da população à energia eléctrica tem que ver com a electrificação das áreas rurais do País, tendo em conta que grande parte da população desprovida desse meio reside nesses locais. "O Executivo vem fazendo uma aposta muito forte na reorganização dos serviços de produção e distribuição de energia e na gestão de recursos hídricos e serviços de abastecimento de água às populações, bem como saneamento de águas residuais", disse.

Mais água para a população

No que diz respeito às águas, João Baptista Borges salientou que cerca de 53% da população rural tem acesso à água potável fruto da execução do Programa Água para Todos. As obras ligadas à reabilitação e construção de sistemas de abastecimentos de água, a nível das capitais provinciais, para além da abertura de furos em algumas comunidades, são outros dos projectos que deverão ser materializados até ao fim da presente década, segundo o titular da pasta da Energia e Água. João Baptista Borges informou que o Plano Nacional Emergencial da Água e o Programa Água para Todos, destinados a promover o

abastecimento do "preciosos líquido" à população em todo o País, estão neste momento a ser implementados, ao mesmo tempo que estão a ser lançados os planos de gestão de bacias hidrográficas e os planos provinciais de saneamento de águas residuais. Fruto desses investimentos, a fonte assinalou que o Governo decidiu promover esta primeira feira internacional, que será realizada em simultâneo, entre os dias 25 e 27 de Setembro próximo, em Luanda, com uma conferência internacional sobre energia e águas promovida pelo Ministério da Energia e Águas, denominada ACEEW – Angolan Conference on Energy Engineering and Water. Sob o lema "Água, Energia e Saneamento - Os Factores de Desenvolvimento de Angola no Futuro", a ACEEW surge com o objectivo de se dar a conhecer o que vem sendo desenvolvido em Angola em matéria de energia e água e ao mesmo tempo recolher, das organizações internacionais e parceiros, as melhores práticas e temas relativos aos dois sectores. É também objectivo do Executivo, conforme afirmou Baptista Borges, tornar a conferência reconhecida nos meios científicos e tecnológicos internacionais.

Sobre a conferência

Nesta primeira edição serão convidados especialistas internacionais "de renome" nos sectores de energia e águas, que com a sua experiência e reconhecida qualidade ajudarão a tornar a conferência numa referência no panorama nacional e internacional. "É intenção deste ministério transformar essa conferência numa referência regional com uma periodicidade bienal, assumindo no futuro uma competente mais técnica e científica", fez saber o ministro angolano da Energia e Águas, que acredita que a conferência ajudará a atrair mais investimentos e novas propostas para o sector. O público-alvo da conferência, que pretende reunir 80 expositores, conforme sublinhou o governante, são os quadros angolanos do sector, quer da administração central, quer dos governos provinciais. Fazem ainda parte os quadros das empresas angolanas e estrangeiras que operam em Angola, professores e alunos das universidades angolanas, investigadores das instituições científicas nacionais, quadros dos países da SADC e outros convidados. "É importante realçar que esta conferência não pretende ter impacto apenas ao nível dos sectores de energia e águas. Com efeito, a vinda de especialistas de renome, na sua maioria académicos de prestígio, terá também um impacto a nível da investigação científica em Angola", garantiu. Na primeira edição, a ACEEW contará com apresentações de assuntos relevantes da agenda científica de ambas as áreas, o que será uma motivação extra, segundo o entrevistado, para uma

troca de experiência entre os investigadores nacionais e estrangeiros. João Baptista Borges pretende que, nas edições futuras, investigadores angolanos submetam os seus trabalhos à ACEEW para serem avaliados de acordo com as normas científicas em vigor nas conferências mais importantes de energia e águas. Do ponto de vista organizacional, as secções dos dois sectores na conferência do próximo mês de Setembro serão realizadas em simultâneo no sentido de se mostrar uma coerência global nos sectores de energia e das águas.

8.10 Agua potavel começa a jorrar em Setembro

Jornal de Angola
20 De Maio 2013

o vice-governador do Cunene para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Cristino Ndeitunga, anunciou no sábado, em Ondjiva, que o abastecimento de água potável à cidade capital e a outras localidades da província, através da conduta Xangongo/Ondjiva, começa em Setembro.

Cristino Ndeitunga disse Angop que as obras estão numa fase bastante avançada, sobretudo as que têm a ver com a extensão da rede de distribuição de água a vários pontos da cidade de Ondjiva.

Os trabalhos de alvenaria da ; Estação de Tratamento de Água (ETA) no Xangongo, junto ao Rio Cunene, estão em fase de acabamento, assim como os da subestação elevadora da comuna da Môngua. A conduta vai distribuir água às localidades de Xangongo, Humbe, Môngua, Missão da Môngua, Mbulunganga, Ondjiva, Oihole, Hungo, Chiedi e Anhangá.

A construção da conduta de água Xangongo/Ondjiva, numa extensão de cerca de 90 quilómetros, começou em Novembro de 2008 e está orçada em 22 mil milhões de kwanzas.

8.11 Uma família inseparável...

Semanário Factual
De 18 a 25 de Maio de 2013

É difícil em Angola alguém afirmar, categoricamente, que nunca foi vítima de paludismo, particularmente a população habitante em Luanda. E assim se afirma que a malária já afectou milhares de lares na capital, ao longo dos anos, devido ao péssimo saneamento do meio. Veja-se que desde a independência do país a palavra paludismo ou malária, faz parte dos dicionários dos angolanos, dado que são vítimas do

lixo espalhado pelos diversos bairros, sem recolha atempada, levando semanas, quiçá meses, exposto ao ar livre ou em contentores abertos, o covil de reprodução de mosquitos. E parece que as empresas de limpeza pouca importância dão ao saneamento, tanto por falta de pagamento dos serviços, como por avaria das viaturas de recolha. Ora, é impossível, nestas condições, prestar um serviço de relevo à população, que, constantemente, está exposta ao ataque de mosquitos, familiares directos do degradante saneamento.

A falta de um programa sazonal de poda de árvores por Luanda é outro motivo para a reprodução de mosquitos, à margem de lagoas com água podre, em zonas nobres, como a Maianga e o Alvalade, onde fossas entupidas despejam para a rua dejectos de toda a natureza. Às vezes se nota, também, a falta de interesse da EPAL, quando tubagens sofrem rupturas, inundando ruas, sem a pronta intervenção da empresa responsável. A verdade é que, enquanto o Ministério da Saúde se empenha em criar condições para combater as endemias, outros operadores adormecem na modorra e somente vêm a caravana a passar. Claro que, neste quadro, de desinteresse geral, os hospitais enchem-se de enfermos, cuja doença é o paludismo que não tratado a tempo é fatal. E depois, a periferia da capital é mais sofrida, pois é aí onde os casos de malária são os mais frequentes. E não se pode falar de paludismo sem evocar o péssimo saneamento, porque o fim de um é o fim do outro. Ademais, sabese que os gastos com o tratamento do paludismo orçam milhões de dólares, mas um orçamento para um saneamento saudável seria assaz mais barato, afinal recolher lixo, pôr fim a lagoas, a charcos pútridos e a fossas entupidas, não é muito oneroso, basta vontade, empenho e dedicação. Naturalmente que o aumento do índice demográfico de Luanda vem contribuindo para o aumento do lixo, mas é preciso que as empresas de limpeza e recolha da cidade estejam à altura das suas responsabilidades!

Várias operadoras actuaram no trabalho de saneamento sem um serviço de qualidade

O interessante é notar que diversas operadoras já entrevistaram no trabalho de saneamento, mas, até hoje, poucas prestaram um serviço de qualidade, que fosse aplaudido pela população luandense, que afirma ser apenas o dinheiro o motivo da sua participação. No entanto, acredita-se que, pela dimensão territorial de Luanda, mais empresas poderiam ser chamadas para cobrirem somente a periferia, enquanto outras o casco urbano. Está provado que a divisão do trabalho facilita as tarefas e cria maior entrosamento entre os intervenientes. E o trabalho de recolha nunca deveria ser durante o dia, mas sim, durante a noite, evitando, desse modo, interrupções do tráfego automóvel,

principalmente em vias rápidas, E óbvia a relação entre paludismo e o mau saneamento, o que se reflecte nos milhares de casos de malária, que resultam, na sua maioria, em milhares de mortos, todos os anos. A própria água consumida pela população nem sempre é potável, tendo os moradores de recorrer à desinfeção para que ela possa ser usada. Portanto, criar infra-estruturas para garantir a dignidade dos habitantes de Luanda é a única saída plausível, pois o lixo é um inimigo a que não se pode dar trégua, sob pena de sermos vítimas da sua expansão, sem recolha a tempo e horas. E neste caso, as maiores vítimas são as crianças, que inocentemente, chafurdam em "montanhas" de lixo, onde quer que seja...

8.12 Só em 2017 ou em 2025

Angolense

24 De Maio De 2013

Quando se lhe colocam a questão sobre quando a energia vai chegar as casas de todos cidadãos eleitores e contribuintes do Estado, ou seja, de todos angolanos, o próprio ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, vacila em responder, pois, não sabe ao certo se será em 2017, no âmbito do plano estratégico de desenvolvimento do sector, 2012-2017, ou em 2025, no quadro do programa do Governo do MPLA, Angola 2025. João Baptista Borges assumiu o cargo num momento crítico, reiteradas vezes referiu que "não há uma varinha mágica. O problema é complexo e tem de ser resolvido por etapa", a pñondade segundo o governante foi a recuperação das infra-estruturas destruídas pela guerra, o segundo passo consiste em levar a estabilidade do fornecimento a quem já é cliente da rede pública, e o terceiro será ampliar a rede de distribuição as outras áreas, principalmente para o meio rural. Para isso, João Baptista Borges, salienta que é preciso recursos e tempo. "Todos temos o interesse em que o problema fique resolvido o mais cedo possível, mas honestamente falando, só podemos garantir que isso sucederá em 2017". Para tal, o executivo vai investir 17 mil milhões até 2017 como assegurou, recentemente, na conferência promovida pela Empresa KPMG sobre o tema "Eficiência Energética e Desenvolvimento Sustentável", de modo a quintuplicar a produção. Também vai chamar para o desafio algumas empresas privadas, pois segundo disse, no caso da electricidade haverá apenas uma empresa de produção, outra para o transporte e uma -para distribuição, poderá ser mesmo ou não a EDEL. "Temos um plano ambicioso de investimento que nos permitirá quintuplicar a capacidade actual até 2017. Esse é o nosso compromisso. Passamos de 700 MW, Em 2002

para 1200 MW, em 2012 e queremos chegar a 2017 com 6200 MW", disse o governante.

Energia vai custar mais

Os subsídios do Estado para com a energia representam cerca de 80% dos preços, de acordo com o ministro, significa que o Estado suporta 800 milhões de dólares por ano. Por isso os consumidores têm de participar mais para reduzir os custos. Neste sentido e no âmbito da reestruturação do sector, será também redefinida a tarifa de pagamento da energia. O aumento do preço pode acorrer ainda no final deste ano.

8.13 Governo constrói dezenas de pontos de agua

Jornal de Angola

25 De Maio de 2013

O Governo Provincial da Huíla vai constituir, em breve, 20 pontos de água no município dos Gambos, para acudir as populações afectadas pela seca, anunciou o vice-governadora para a área política e social, Maria João Tchihalavela.

A responsável, que falava durante a entrega de um donativo pela Associação de Jovens Angolanos Provenientes da República da Zâmbia (AJAPRZ), disse que, por a situação de seca na região não ser nova, as autoridades provinciais estão a projectar medidas proactivas.

Essas medidas incluem a antecipação das sementeiras e o aproveitamento racional das chuvas.

O administrador municipal dos Gambos, Elias Souva, disse que foi já realizado, por uma empresa contratada pelo Governo Provincial, um estudo das reservas de água na região, com vista à execução do projecto. Maria João Tchihalavela e Elias Souva respondiam assim à preocupação apresentada pelo ancião José Muilipo, da localidade de Chiange Velho.

Depois de agradecer o gesto da AJAPRZ, cujo donativo, em bens alimentares e outros artigos diversos, vai atenuar em grande medida a fome, durante os próximos dias, referiu que a falta de chuvas provocou a diminuição do caudal do rio Caculuvali, que passa pelo município, baixando de modo consideráveis os níveis nas cacimbas, chimpacas, represas e outras reservas de água. Em função disso, as pessoas e o gado começaram a passar sede e fome, disse José Muilipo.

A estiagem no ano passado prejudicou as culturas de milho, massango, massambala, feijão e outros

produtos agrícolas, o que afectou as reservas alimentares da população.

Acção da AJAPRZ

O seculo pediu às autoridades governamentais e parceiros sociais do Governo apoio para as populações, com bens alimentares, mas também em instrumentos de trabalho e sementes e na abertura de novos pontos de água.

Depois de acudir as vítimas da seca no Cunene, a AJAPRZ direccionou a ajuda para as populações das localidades da Taca, Tchipio, Wyeombue e Chiange Velho, no município dos Gambos, onde a situação da seca é mais crítica na província da Huíla. Na terça-feira, aquela associação entregou 40 toneladas de bens alimentares e outros artigos diversos, incluindo fuba de milho, arroz, açúcar, massa alimentar, óleo vegetal, conservas de peixe, cadeiras de rodas, canadianas, peças de pano e alguidares.

O assistente logístico da AJAPRZ, Daniel Pio, disse que a organização vai continuar atenta aos problemas que a população enfrenta, procurando auxiliar os esforços do Governo na busca de soluções para os mesmos.

Garantiu que mais apoios vão chegar à Huíla, uma vez que o município dos Gambos não é a única parcela da província afectada pela seca. "Vamos mobilizar meios e levá-los a outras localidades", afirmou.

Transumância antecipada

Os criadores tradicionais de gado no município dos Gambos estão a antecipar a transumância para localidades onde existe pasto e água, de modos a salvar as manadas das consequências da estiagem que assola a região.

O administrador municipal dos Gambos, Elias Souva, que adiantou o facto, esclareceu que, para facilitar o processo de transumância, foram definidas rotas para evitar conflitos, com destaque para a Tunda dos Gambos, que dista 70 quilómetros da sede municipal.

Nesta perspectiva, o responsável referiu que estão a acolher também criadores tradicionais do município de Virei, província do Namibe. O administrador municipal dos Gambos disse que, neste momento, já instalaram 37 currais na comuna da Taca. Neste momento, está a decorrer uma campanha de vacinação do gado bovino contra a peripneumonia contagiosa, carbúnculo hemático, sintomático e dermatite nodular. O administrador municipal dos Dembos anunciou que as autoridades prevê em

imunizar mais de um milhão de cabeças durante a campanha.

Elias Souva sublinhou que, quando se fala de recursos pecuários na Huíla, tem de se referir o município dos Gambos, que possui um dos maiores efectivos ganadeiros, estimado em mais de 1,2 milhões de cabeças.

O responsável salientou que a criação de circuitos de comercialização do gado, carne e leite seria uma das saídas para resolver o propprietários de gado devem recorrer à venda para resolver alguns problemas e que as ajudas que surgem das autoridades devem ser direccionadas para os cidadãos que não têm posses.

Vários apoios desde Outubro

As vítimas da estiagem no município dos Gambos começaram a receber apoios alimentares das autoridades governamentais desde Outubro de 20 12. A directora provincial da Assistência e Reinscrção Social na Huíla (MINARS), Catarina Manuel, disse que, antes do apoio da AJAPRZ, a população já tinha recebido mais de 32 toneladas de bens alimentares diversos enviados pelo Governo central.

A responsável explicou que as 40 toneladas recebidas da associação juvenil vão abranger 4.658 pessoas, num total de 932 famílias, para o período de um mês, realçando que a prioridade recai para as localidades mais criticas. A directora disse que Gambos é o município da Huíla em que a seca afectou as populações na totalidade. Para reverter a situação, esta região necessita de 118 toneladas de produtos alimentares, para atender 11.519 pessoas, num período de sete meses.

Além dos Gambos, a seca afectou, com menos gravidade, os municípios do Lubango, Quilengues, Cacula, Chibia, Humpata, Quipun-quipungo, Matala, Chicomba, Jamba e Chipindo, segundo Catarina Manuel. No total, a directora do MINARS adiantou que a seca afectou 835.519 pessoas, para cujo socorro são necessárias 107.947 toneladas de bens alimentares para um período de oito meses.

8.14 Mais água na Maianga

Jornal de Angola

25 De Maio de 2013

o director-geral adjunto da Rede e Distribuição de Agua da EPAL, Domingos Agostinho, afirmou ontem, em Luanda, que milhares de residências dos distritos da Ingombota e Maianga vão passar a ser melhor abastecidos de água, ao fim de 20 anos, graças

ao projecto "Melhoramento do Serviço de Abastecimento de Água".

"A distribuição está a ser feita através de serviços de bombagem. Foram ligadas novas canalizações de água e contadores", garantiu Domingos Agostinho, no final de uma visita de campo aos distritos da Ingombota e Maianga.

"Os projectos em desenvolvimento nas zonas do Bita Tanque e Quilonga vão contribuir para melhorar o fornecimento de água a Luanda", assegurou, acrescentando que o bairro da Terra Nova, no distrito do Rangel, é o próximo a beneficiar.

8.15 Saneamento básico de Luanda vale 44,3 milhões de dólares

Semanário Factual

25 De Maio a 01 De Junho de 2013

Para manter a província de Luanda limpa até ao final do presente ano o Executivo disponibilizará 44,3 milhões de dólares.

A iniciativa faz parte de um conjunto de prioridades do Executivo com impacto económico e social imediato, que prevê o programa Luanda Limpa, orçado em 25,6 milhões de dólares, e outro programa de equipamentos sociais, avaliado em 18,7 milhões de dólares.

De acordo com o executivo de Luanda, estão a ser criados 25 pontos de transferências e brigadas de limpeza e distribuídos kits de recolha à população, bem como a criação de um microfinanciamento para apoio dos mesmos. O programa orienta que nos 25 pontos de transferência a serem criados estarão incluídos 50 pontos de recolha e distribuídos cerca de 600 motociclos, sem descurar luvas, máscaras, fatos, ferramentas de recolha e sacos apropriados.

Está prevista, igualmente, a criação de 100 balneários públicos, de 11 cozinhas comunitárias e a construção de 14 quadras polidesportivas, entre as quais duas para cada município, e a rede de balneários públicos a ser instalada, em todos os municípios, inclui fossa séptica e poço roto, com um custo de 70 mil dólares por balneário, num total de sete milhões de dólares. A presença de lixo, em quase todo o canto da província de Luanda, com principal realce às ruas que ligam a periferia ao centro da cidade, está a deixar desapontados os cidadãos e automobilistas que nela circulam diariamente, dado o surgimento e a propagação de várias doenças na época de cacimbo.

Moradores exigem mais meios e agentes de limpeza

De acordo com os estudantes da Universidade Agostinho Neto e Jean Piaget ouvidos pelo Factual, as ruas que ligam os municípios de Cacucaco, do Cazenga, de Viana e do Kilamba Kiaxi, apresentam-se, desde sempre, como as principais vias que registam maior aglomeração de lixo, pessoas e automóveis, com particular realce para as do Ngola Kiluange, da Estalagem, da Refinaria, da T' Avenida e a do Golfo 2.

O Factual constatou que estas ruas registaram melhorias significativas na sua reabilitação, porém, hoje estão perante um novo dilema, que pode comprometer a sua durabilidade e a saúde dos cidadãos que diariamente as frequentam. Trata-se da falta de saneamento básico verificável nos locais de maior aglomeração populacional. Segundo moradores da comuna do Hoji-ya-Henda, no Cazenga, que se mostram descontentes com a situação, a presença de lixo ao longo da via deve-se à falta de contentores e uma campanha de educação cívica para os moradores, e esta situação está a causar consequências negativas, como a contração do paludismo, conjuntivite e outras doenças tropicais no seio da família. Acrescenta-se aos descontentamentos o facto de o lixo estar a impedir a circulação dos peões e automobilistas, assim como atrair doenças às crianças e vendedoras ambulantes nesta fase do cacimbo, em que o surgimento de várias doenças e a sua propagação é frequente na periferia da cidade. Isabel Correia, estudante da Universidade Privada de Angola e moradora no Cazenga, afirmou que a falta de contentores está a obrigar os cidadãos da comuna do Hoji-ya-Henda, da Cuca e dos Kwanzas a depositarem o lixo nas bérmas das estradas e, conseqüentemente, a empecilhar a circularão do trânsito e de vendedores ambulantes, que fazem daquela zona o seu ganha-pão.

Na rua da Refinaria, na T: Avenida e no Golfo 2, a situação é similar, pois as vendedoras ambulantes, por falta de espaços seguros para o depósito de lixo, fazem-no nos locais de venda, e sem a devida remoção no final da tarde, e em algumas ocasiões o lixo permanece mais de duas semanas sem a recolha dos agentes de limpeza a nível de Luanda.

Luandenses reagem ao plano

O universitário Albano Marcial, morador no Kilamba Kiaxi fez saber que a solução do mau estado ambiental em Luanda uma questão político administrativa, pois ultrapassa competências de um ples administrador, muitas das vezes não consegue solucionar o problema da inundação de uma via alternativa para o centro da cidade. "Devemos salvaguardar a saúde dos cidadãos, porque são eles que contribuem para o desenvolvimento do país, caso contrário estaríamos

a criar um Estado ou uma capital doente e marginalizada", considerou. Maria de Lurdes, estudante da Universidade Gregório Semedo, considerou exorbitantes os valores a serem injectados para a limpeza da província de Luanda e sugere a retirada de agentes incompetentes que outrora não conseguiram cumprir satisfatoriamente com a limpeza da cidade, as empresas de recolha e os seus agentes. Luanda já foi tida por muitos como a cidade mais cara a nível de África, porém a sua qualidade ambiental nunca chegou a compensar o valor económico que possui. Assim, os cidadãos esperam por mais um investimento milionário.

8.16 Angola quer uso da água contra a pobreza

Jornal de Angola

31 De Maio de 2013

Executivo reafirma compromissos assumidos no quadro da cooperação regional

O ministro da Energia e Águas realçou ontem, em Luanda, a importância no combate à pobreza da promoção da integração regional entre Estados-membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral com maior cooperação no domínio dos recursos hídricos. João Baptista Borges, que falou na abertura da reunião dos ministros responsáveis pelo sector das Águas na SADC, garantiu que o Executivo vai cumprir os compromissos de combate à pobreza assumidos no quadro da comunidade regional. Angola, afirmou, acolhe a reunião dos ministros responsáveis pelos sectores das águas "numa altura em que o país está num grande processo de reabilitação que o leva ao desenvolvimento sustentável". Um dos grandes objectivos da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, referiu, é aliviar a pobreza e por isso a cooperação na área dos recursos hídricos é importante para Estados membros a eliminarem.

Plano estratégico

Freddie Montlathedi, do Secretariado da SADC, recordou que os ministros aprovaram em 2011 o Plano Estratégico para o sector das Águas, bem como as acções sobre os recursos hídricos, planeamento, desenvolvimento e gestão. A execução deste plano, que termina em 2015, disse, faz parte da agenda da SADC para a integração regional e para o combate à pobreza. A agenda da SADC, revelou, está a ser revista para facilitar as contribuições dos Estados, de forma a haver um documento que ajude o reforço do sector das águas. Os ministros responsáveis pelo sector das águas na SADC,

prosseguir, devem traçar estratégias que respondam às necessidades urgentes da região. O programa da SADC sobre infra-estruturas desenvolvimento das águas, acentuou, é prioritário para se atingirem os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. "Anualmente, realizamos fóruns com a participação de todos os intervenientes dos sectores da economia, com objectivo de desenvolver o programa das águas de forma transversal", disse. O membro do secretariado da SADC pediu aos Estados-membros que garantam a gestão das bacias hidrográficas para se poder fazer face às inundações e secas prolongadas. Na reunião, que terminou ontem mesmo, os ministros analisaram essencialmente questões do sector das águas, entre as quais o relatório sobre a execução do programa do sector.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 A paz em Cabinda

Jornal de Angola

02 De Maio de 2013

A FLEC de Nzita Tiago anunciou que vai abandonar as armas para negociar com o Executivo e pôr fim a "um conflito com quase 40 anos". Se este comunicado é verdadeiro e o seu conteúdo for para cumprir, está a ser dado mais um passo importante no processo de reconciliação nacional. A partir da declaração de Nzita Tiago, os "activistas" da sociedade civil, alguns implicados em gravíssimos actos de terrorismo, perdem o seu último argumento. Até aqui, alguns "notáveis" de Cabinda usavam a facção de Nzita Tiago para justificarem acções ilegais contra o Estado Democrático e de Direito. Partidos da oposição dão cobertura a essas actividades que visam exclusivamente satisfazer os interesses pessoais de uma minoria.

A realidade em Cabinda mudou muito desde que em 2006 o Fórum Cabindês para o Diálogo embarcou no comboio da paz e da reconciliação, assinando o Memorando de Entendimento para Paz e Reconciliação da Província de Cabinda. Desde então, altos dirigentes da FLEC, alguns antigos ministros e chefes militares, depuseram as armas e hoje fazem parte dos milhões de angolanos que estão empenhados na reconstrução nacional. De fora apenas ficou uma minoria que faz da "independência" da província de Cabinda um negócio, do qual colhem lucros chorudos e influência social e política. Todos sabemos quem são. Alguns até têm assento na Assembleia Nacional.

É verdade que não é a primeira vez que Nzita Tiago e companheiros demonstram por palavras ou por escrito que pretendem optar pelo diálogo. Depois desistem. Apesar de todos os recuos, continuam a ter direito ao benefício da dúvida. E se estão interessados em alimentar a paz e a reconciliação nacional, todos os angolanos lhes estendem os braços e, se quiserem, até uma passadeira vermelha. A paz é um valor que merece todos os sacrifícios.

Os contornos do anúncio feito a uma agência noticiosa estrangeira revelam pontos interessantes antes sobre o novo posicionamento de um dos movimentos que há sete anos preferiu manter-se à margem do processo de pacificação da província de Cabinda. Fez várias denúncias sobre os meandros em que decorria a efectivação do Memorando de

Entendimento para Paz e Reconciliação da Província de Cabinda, mas os factos demonstram quão certos, oportunos e honestos foram todos os que preferiram aderir à paz. Quem disparou contra o autocarro da selecção nacional de futebol do Togo, mwu e feriu, está seguramente errado.

Em todo o caso, Angola inteira encara com alegria e esperança o anúncio da FLEC de Nzita Tiago que, a ser verdadeiro, constitui um passo na direcção correcta. Trata-se de um comunicado que revela um dado simples: aqueles que se juntaram ao Executivo para fortalecer a paz, no âmbito do acordo assinado em 2006, tinham razão. É relevante o posicionamento de Nzita Tiago e companheiros, porque as portas do diálogo nunca foram fechadas pelo Executivo, que tem levantado bem alto a bandeira da concertação. Está provado que passados sete anos desde a assinatura do Memorando de Entendimento para Paz e Reconciliação da província de Cabinda, não há outro caminho a seguir senão o da paz.

Nzita Tiago e companheiros prometem que vão actuar em conformidade com as exigências do processo de paz e abandonar as opções erradas que tomaram e que o tempo se encarregou de as provar como inviáveis.

A FLEC de Nzita Tiago, finalmente, vê no Executivo um parceiro para a paz e reconhece a soberania do Estado no território. Aliás quem não o faz, usa argumentos fantasistas ou simplesmente inventados que nada têm a ver com a verdade da História. Há muito que os legítimos representantes do povo angolano, eleitos também pela maioria esmagadora dos eleitores de Cabinda, desenvolvem uma estratégia que se traduz no fomento do diálogo e concertação para manter e cultivar a paz em Cabinda. As portas do diálogo sempre estiveram abertas, mesmo com quem cometeu crimes de sangue, como foi o caso do ataque contra a caravana desportiva do Togo, no CAN Angola '2010. É importante e significativo que a facção de Nzita Tiago reconheça a soberania nacional de Cabinda ao Cunene.

Depois de várias vezes terem tomado publicamente as posições que constam do comunicado agora divulgado, defendendo o diálogo para a paz em Cabinda, a organização tem de passar das palavras aos actos concretos. O importante é que posição tomada por Nzita Tiago e companheiro sirva para iluminar elementos da sociedade civil, alguns com as mãos manchadas de sangue, para aderirem aos caminhos da paz e da reconciliação. Os angolanos ficam felizes com o comunicado divulgado pela FLEC de Nzita Tiago, sobretudo no ponto em que afirma que "Cabinda pode existir na

grande nação angolana sem renunciar à sua identidade".

Nunca isto esteve em causa, na medida em que Angola é um mosaico em que a bandeira do convívio na diversidade faz toda a diferença. Vamos então dar as mãos pelas Paz.

9.2 Tortura psicológica em escola missionária

Angolense

03 De Maio 2013

Nos tempos idos estudar em escolas missionárias católicas era mais desejável de todos, mas não é que se passa nos dias de hoje as notícias que nos chegam dos internatos católicos quer para formação de padres ou madres não são agradáveis, são de tortura psicológica e de trabalho forçado, de dureza extrema e, sobretudo, desaconselhável para instituições viradas para a fé, ao amor ao próximo e na instrução cristã. Hoje, estes valores caíram por terra, porque as escolhas missionárias, principalmente, os internatos, os seminários são descritos como piores que "campos de refugiados" ou de recrutas.

Existem exemplos bastantes para aferir a isto. Dia 26 de Abril deste ano será uma data marcante (na negativa) nas nossas

vidas por termos perdido uma irmã na flor da idade, 17. Bebian, ou simplesmente, "Yana", lançou-se ao tanque de água no Bispado de Ndalatando, no Kuanza Norte e, infelizmente, deixou-nos prematuramente. Que decisão dura, irmã, porquê? "Yana", irmã, a notícia sobre a sua morte encheu-me triste e em banhado em lágrimas onde te vamos buscar, jovem calma, tímida, sorridente e vaidosa, afinal, não é por acaso que já usavas os produtos de beleza, o teu batom e o posticho que te foi mandado tirar depois de chegares na "maldita casa" onde acabaste os seus últimos dias. Uma noite antes, Quinta-feira, 25, contada pela madre superiora da casa missionária do Bispado de Ndalatando, Bebian demonstrou um comportamento fora do comum entrava e saía do quarto, demonstrou problema de insónia, não conseguia dormir. Alegadamente interrogada pelas colegas, segundo a madre superiora da referida casa, Yana terá presumivelmente dito "estava a controlar a sua hora, que ia a casa de banho porque sentia-se mal. Para a nossa estranheza, a família não foi comunicada sobre o comportamento pouco comum apresentado pela menina. Na Sexta-feira, 26, o fatídico dia, coube a Yana a responsabilidade de limpar o chão, tratar do peixe e grelhá-lo. Ela começou pela primeira tarefa: tratar

da limpeza do chão, que teve de repetir porque no entender da madre superiora da casa, o chão não estava limpo. Fica, no entanto, por se saber se Yana foi tratada com sensatez, com carinho, ao ver-se obrigada a voltar a limpar o mesmo.

Contada por ela, a madre superiora, Bebian grelhava o peixe para o jantar, sendo que as duas outras colegas de Yana estavam a cumprir outras tarefas: uma a tratar de pôr a mesa do bispo, que acabara de chegar de uma missão pastoral num dos municípios do Kuanza Norte, a outra cuidava das panelas mas não se encontrava na cozinha e a madre no primeiro piso da referida casa. Aproveitando-se da ausência das demais colegas, Bebian terá alegadamente dirigido para o tanque que se situa

entre o bispado e a casa missionária. O tanque não tinha qualquer protecção, cadeado ou coras chinelas, talvez para permitir que rapidamente fosse encontrado o seu corpo. Tinha que morrer alguém para ser reparado o tanque do sábado como que isso devolvesse a vida da minha querida irmã, lá estavam os serralheiros a fixar o tanque e, quiçá, colocar um cadeado.

Despertada pelo cheiro do peixe que queimava, conta a madre superiora, desceu para se inteirar do que se passava, perguntou por Bebian e as outras colegas não souberam explicar o paradeiro desta, pelo que mandou procurá-la. De procura em procura, no recinto da casa, uma das meninas entrou as pedras removidas e o tanque aberto, sendo que as chinelas estavam por cima do tanque, pelo que chamou aflitiva pela madre. Depois de se lançar o olhar no tanque, Bebian estava morta, não havia nada mais a fazer.

O cadáver foi transferido para a sua terra natal, Samba Caju, onde foi a enterrar domingo último. Depois do enterro, a madre superiora, num comportamento pouco digno de uma religiosa, de gente de pouca fé, de uma pagã, porque diz a sagrada escritura: "nem todos que me dizem senhor senhor herdarão o reino dos céus" - a madre despediu-se da seguinte forma: "Mães fiquem bem porque a feiticeira já vai". A família mostrou estranheza pela forma como a madre se despediu, pois uma madre é uma mãe, não pode usar uma linguagem satânica, um comportamento que leva a questionar a atitude da mesma na casa missionária em que é chefe perante aquelas menores. A demonstração de força da madre revela peso de consciência?

Em boa verdade, estamos perante um caso de polícia, porque nem sequer as colegas foram permitidas

acompanhar a malograda até a sua última morada, porque a madre feiticeira, segundo ela própria, alegou que as mesmas estão muito traumatizadas e estavam a dormir, isto sábado, 27. Pretendeu esconder o que? Aí tem coisa ... A malograda não mais queria viver num internato, porque já experimentou a dura realidade na escola missionária de Malanje anos atrás e não quis repetir a proeza foi imposta ...

9.3 FLEC anuncia fim da luta armada em troca de autonomia

Angolense

03 De Maio 2013

De acordo com a notícia veiculada pela agência Lusa, a FLEC decidiu pôr termo às atrocidades militares no enclave de Cabinda, em troca de autonomia administrativa daquela parcela do território nacional. O porta-voz do grupo separatista FLEC, Osvaldo Franque Buela, disse que já está em curso o processo para que tal acordo seja do conhecimento das autoridades governamentais. Fonte

A principal organização independentista do enclave de Cabinda, formalizou na última sexta-feira, 26, a desistência da luta armada, apelando os rebeldes espalhados nas matas para as negociações para se alcançar um estatuto autonómico para o território, disse à Lusa fonte da organização. O porta-voz, Osvaldo Franque Suela, contactado via telefone pela Lusa, até altura da reportagem, disse que, a organização iria enviar às autoridades de Luanda um documento de nove páginas denominado "Esboço de uma Solução Concertada e Negociada".

No documento, que a Lusa teve acesso e que está assinado por Antoine Kitembo, vice-presidente da FLEC, os independentistas consideram ter chegado a hora de "fazer concessões" aos "inimigos de ontem, adversários de hoje". "Com esta nova visão, queremos privilegiar um diálogo dinâmico e racional, garantia de um clima de paz durável", lê-se no documento, em que se apela a Luanda para iniciar negociações para uma resolução pacífica do conflito.

Nesse sentido, a FLEC considera necessário "abrir uma nova etapa marcada pelo reconhecimento da identidade de Cabinda e a partilha de soberania com Angola, no sentido da soberania plena da gestão local".

Excluindo a "independência total", a partir do momento em que Luanda aceita o compromisso político constante do documento, a FLEC propõe que as negociações impliquem o debate de um estatuto administrativo que contempla três

denominações: Estado Soberano Associado, Território Autonómico e Estado Federal Autónomo. Na negociação que propõe, a FLEC defende que, além de representantes da organização e do Estado Angolano, deverão estar envolvidos representantes de Portugal, na qualidade de antiga potência colonial, da Igreja Católica, as autoridades tradicionais de Cabinda, da União Africana, da sociedade civil, do Parlamento Europeu e dos países que partilham fronteira com o enclave, como as repúblicas do Congo e Democrática do Congo.

Com esta proposta, a FLEC re-toma os apelos às negociações com as autoridades de Luanda. A diferença relativamente às iniciativas anteriores é que as autoridades de Angola parecem estar agora mais perto de aceitar o desafio proposto, pelo facto de o único diário angolano, o estatal Jornal de Angola, lhe conferir grande relevo, a toda a largura da primeira página da edição quarta-feira, 1 de Maio. O enclave de Cabinda é palco desde a independência de Angola, em novembro de 1975, de uma luta pela independência, desencadeada ao longo dos anos por diferentes facções cabindas, restando actualmente somente a FLEC de Nzita Tiago como a única que ainda mantinha uma resistência armada residual à administração por parte de Luanda.

Separada de Angola pelo rio Congo, Cabinda possui significativos recursos naturais, em que as reservas petrolíferas representam cerca de metade da produção diária de 1,8 milhões de barris de petróleo angolano.

9.4 FLEC anuncia fim da luta armada

Semanário Factual

04 A 11 de Maio de 2013

A Principal organização independentista do enclave angolano de Cabinda, a FLEC, formaliza na sexta-feira, 03, a desistência da luta armada, apelando a negociações para alcançar um estatuto autónomo para o território. Segundo Osvaldo Franque Buela, porta-voz da Frente de libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), a organização vai enviar às autoridades de Luanda um documento de nove páginas denominado "Esboço de uma Solução Concertada e Negociada". A FLEC é liderada pelo histórico Henriques zita Tiago, exilado em Paris. No documento, que está assinado por Antoine Kitembo, vice-presidente da FLEC, os independentistas consideram ser chegada a hora de "fazer concessões" aos "inimigos de ontem, adversários de hoje". "Com esta nova visão, queremos privilegiar um diálogo dinâmico e racional, garantia de um clima de paz durável", lê-se no documento, em que se apela a

Luanda para iniciar negociações para uma resolução pacífica do conflito. Nesse sentido, a FLEC considera necessário "abrir uma nova etapa marcada pelo reconhecimento da identidade de Cabinda e a partilha de soberania com Angola, no sentido da soberania plena de gestão local". Excluindo a "independência total", a partir do momento em que Luanda aceita o compromisso político constante do documento, a FLEC propõe que as negociações impliquem o debate de um estatuto administrativo que contempla três denominações: Estado Soberano Associado, Território Autónimo e Estado Federal Autónomo.

FLEC quer participação de Portugal, da Igreja Católica e do parlamento Europeu

Na negociação que propõe, a FLEC defende que, além de representantes da organização e do Estado angolano, deverão estar envolvidos representantes de Portugal, na qualidade de antiga potência colonial, da Igreja Católica, as autoridades tradicionais de Cabinda, da União Africana, da sociedade civil, do Parlamento Europeu e dos países que partilham fronteira com o enclave, como as repúblicas do Congo e Democrática do Congo. Com esta proposta, a FLEC retoma os apelos a negociações com as autoridades de Luanda. o enclave de Cabinda é palco, desde a independência de Angola, em Novembro de 1975, de uma luta pela independência, desencadeada ao longo dos anos por diferentes facções cabindas, restando actualmente somente a FLEC, de zita Tiago, como a única que ainda mantinha uma resistência armada residual à administração por parte de Luanda. Separada de Angola pelo rio Congo, Cabinda possui significativos recursos naturais, em que as reservas 'petrolíferas representam cerca de metade da produção diária de 1,8 milhões de barris de petróleo angolano.

9.5 Jurista propõe tipificação legal de três regimes económicos do casamento

Jornal de angola

11De Maio de 2013

A jurista Maria do Carmo Medina disse ontem, em Luanda, que as contribuições dos participantes no seminário realizado na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto "ajudam a melhorar a legislação angolana sobre a protecção dos direitos da criança na área do Direito de Família".

Maria do Carmo Medina, que falava no encerramento do seminário sobre perspectivas de actualização do Direito de Família angolano, propôs a tipificação legal de três regimes económicos do casamento, em

vez de apenas dois, com o acréscimo do "regime de participação de bens adquiridos".

A jurista, que dissertou o sobre a constituição da família, união de facto e o pacto de convivência, defendeu que cada cônjuge, durante a vigência do casamento, deve poder administrar livremente os seus direitos e bens móveis e imóveis.

A presidente da Associação Angolana de Mulheres de Carreiras Jurídicas, Solange Machado, referiu que durante o seminário foram colhidas contribuições importantes ara serem consideradas na actualização do Código de Família.

Solange Machado realçou, entre as propostas a remeter às entidades competentes para a alteração do Código de Família, o "pacto de convivência para regular as situações de conflitos futuros nas relações de união de facto registadas", a "mutabilidade do regime do casamento" e a "mediação como forma de resolução de conflitos nas famílias", um "método alternativo" que ajuda a ultrapassar a carga processual que se regista nos tribunais.

A representante da Associação das Mulheres Juristas considerou que Angola tem um Código de Família "aceitável", mas precisa de "acompanhar a dinâmica da vida e defender cada vez mais os direitos das famílias". O seminário decorreu no Auditório Maria do Carmo Medina, da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, e contou com a presença de representantes da Procuradoria-Geral da República, do Ministério da Justiça, membros de associações jurídicas e estudantes de Direito.

O Procurador-Geral Adjunto da República, André Baxe, defendeu a intervenção do Ministério Público na defesa dos direitos da criança nas relações familiares, mas alertou que a filiação e o reconhecimento da paternidade envolvem outras áreas de conhecimento. "Devemos considerar também a questão psicológica, médica e educacional das crianças", referiu André Baxe.

André Baxe afirmou que o Ministério Público intervém quando está em risco a segurança, saúde, formação moral e educacional da criança.

9.6 Guardas de fronteira violam mulheres

Folha 8

11 De Maio de 2013

Alguns agentes da Polícia da Guarda Fronteiriça têm sistematicamente praticado abusos sexuais as mulheres que tencionam migrar a Angola, a acusação

é da Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Navi Pillay. A Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos acusou os agentes fronteirios de violações a mulheres estrangeiras, quando discursava em conferência de imprensa que realizara, a 24 de Abril de 2013, no Hotel Epic Sana, na Província de Luanda. Numa conferência bastante concorrida por jornalistas, políticas e diplomatas, Navi Pillay alegou que queixas de abusos sexuais a mulheres emigrantes furto de "seus" haveres, continuam ao longo da fronteira e têm persistido após a guerra terminada há mais de 10 anos. "As pessoas devem ser humanas e não podem violar outras por serem estrangeiras, portanto, um estupro é um estupro, especialmente quando cometido por membros das forças de segurança que deve proteger os civis dos crimes. Eu acredito que uma investigação transfronteiriça plena e transparente já deveria ser realizada. É preciso haver maior esforço para sensibilizar os guardas e polícias da fronteira e deixar bem claro que tais crimes não serão mais tolerados", afirmou a mesma. Pillay não esqueceu Kamulungue e Kassule A Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Navi Pillay demonstrou estar atenta aos acontecimentos em Angola, a mesma disse ter questionado o ministro do interior, Ângelo de Veigas sobre o desaparecimento desde Maio de 2012, de dois cidadãos Isaiás Kassule e Alves Kamulungue, quando preparavam uma manifestação a favor dos ex-militares do país. "O ministro e o Gabinete do Procurador Geral da República asseguraram-me haver uma investigação que continua até agora e espero que em breve a mesma traga à luz os resultados sobre o que aconteceu com os dois homens e que todos os responsáveis por abusos, neste caso, sejam levados à justiça. É imperativo que sempre que haja denúncias de abusos por partes das autoridades sejam levadas a cabo investigações credíveis e transparentes e responsabilizados nos termos da lei", aconselhou a Alta Comissária das Nações Unidas.

9.7 Huambo uma província onde a polícia mata com a maior impunidade

Folha 8

11 De Maio de 2013

Os factos, "casos" e "faits divers", que vamos aqui adiante revelar, todos com nomes, datas e protagonistas reais, demonstram que de nada serve um aparatoso arsenal de instituições defensoras de um pretensão Estado de Direito, que se pretende em alta instância que seja o da nossa Angola, provido de uma justiça e Direitos Humanos defendidos por uma

Nova Constituição, pela Assembleia Nacional, pelo Tribunal Constitucional, pelo Ministério da Justiça e Direitos Humanos e pela Polícia Nacional, uma vez que esta magnífica Armada, que deveria estar, ao serviço da legalidade entre nós apenas serve para abençoar a sua violação desde que os seus autores sejam os próprios arquitectos dessa legalidade apenas virtual. Vamos aos factos. As 11 horas do dia 28 de Abril de 2013, uma briga envolveu dois moradores do bairro Tchivela, no São Pedro no Huambo, com contornos preocupantes, pois ambos, aos murros e pontapés acusavam-se mutuamente da prática de feitiçaria. Num de repente, já com a intervenção da autoridade tradicional, um deles, telefona a um parente agente da Polícia, que responde ao socorro, apoiado por uma equipa de colegas, visando resgatar da contenda o familiar. Ao aproximarem-se do local, cerca de 400 metros, mais precisamente, na casa do soba, vendo um aglomerado de pessoas, os agentes da polícia, sem se inteirarem da situação, começaram, inadvertidamente a disparar com balas reais para os populares. Face a esta bestialidade e encontrando-se no grupo dos presentes, um agente da Polícia de Investigação Criminal, que em desespero de causa e temendo pela sua vida e dos demais, munido que estava de uma arma de fogo, riposta com uma sucessão de tiros, aumentando a confusão entre populares e agentes da polícia. Daquela irracionalidade policial, resultou o ferimento grave de dois jovens que estavam num campo próximo a jogar futebol, socorridos, um dos dois não resistiu aos ferimentos, morrendo 40 minutos depois. Reacção da Polícia Nacional? Nenhuma, não se responsabilizou pelo sucedido não fez até agora qualquer pronunciamento e nem sequer foi publicada notícia a divulgar e lamentar o que se passou por exclusiva culpa deste grupo que agiu como meros marginais. Quer dizer, agentes da Polícia Nacional afectos à 4ª Esquadra do Comando Provincial da Polícia do Huambo, são inegavelmente responsáveis da morte do jovem André Tchinguãlulu Sawimbo, filho de Artur Sawimbo e de Emiliania Kassinda, de 21 anos de idade, que em vida frequentava a 9ª Classe e morava no Bairro da Tchivela-São Pedro junto à estrada que liga a cidade ao mercado da Quissala e nada se passa, ou melhor, tudo se passa como se não tivesse acontecido nada, não houve feitiçaria, nem tiros da polícia, nem mortos, nada Calmaria cúmplice e total de mais uma chacina nesse kimbo! Outro caso. Moisés Tchimu é um paradigma da rebaldaria reinante no exercício da justiça em Angola. Há uns 10 anos atrás ingressou na Polícia Nacional, como agente afecto à Direcção Provincial de Investigação Criminal no Huambo, como recompensa de bom-comportamento no cumprimento duma pena de cadeia por ter assassinado após espancamento a sua própria mãe. Dotado de habilidades como mecânico

e motorista, foi dando um jeito nos carros dos chefes e fazendo mesmo alguns trabalhos como motorista o que lhe garantiu uma prisão "dourada", com direito a fins de semana, uma vez ter sido empregue nos Serviços Prisionais. Daí a sua soltura, por cunha destes serviços, foi um passo

E já despidido das algemas, mantém a sua relação laboral com o ministério do Interior, exercendo funções de motorista. No passado mês de Março de 2011 deu-lhe uma veneta e invadiu o domicílio do senhor Tomás Kassule que se encontrava a dormir com a esposa, Melvis Jamba, no bairro Bom Pastor, zona A, casa sem número. O motivo dessa invasão, na cabeça de Moisés, era a do casal serem feiticeiros. E não esteve com meias medidas, subiu ao telhado, desmontou-o, disparando o casal que estava na cama a dormir. Para desgraça, dona Melvis Jamba não resistiu aos ferimentos de oito (8) tiros disparados pelo novel agente dos Serviços Prisionais e morreu no seu leito. Ante a acção tresloucada do assassino, o esposo, Tomás Kassule, após levar os primeiros tiros, fingiu-se morto e foi nessa condição que o conseguiu reconhecer, pois eram vizinhos há mais de 15 anos. Na manhã do dia seguinte, em estado ainda grave, entrevistado pela comunicação social denunciou o autor de tão infame acto: Moisés Tchimu, seu vizinho. É o principal suspeito dos assassinatos. Infelizmente, ante a gravidade das lesões, Kassule, viria a falecer dias depois. Reacção da Polícia Nacional? Nada de reacções, nada, na mente dos seus decisores o assassino era um dos seus homens e o motivo mais que suficiente para banalizar o seu gesto, portanto, nunca se interessou em investigar os feitos criminosos desse colega, que, com ar trocista circulava impunemente aos arredores da casa onde se estava a realizar o óbito de Tomás Kassule. Revoltada ante ao que consideram uma insensata provocação, a população tentou espancar o Moisés, que se esgueirou para local seguro, para ligar aos colegas da Polícia de Intervenção Rápida, que acorreram em seu socorro. Mas chegados ao Bairro Bom Pastor, no local onde decorria o óbito, prenderam 32 populares, que velavam o seu ente-querido, tendo permanecido nas masmorras, sem qualquer culpa formada, por mais de 72 horas, no Comando Municipal da Polícia do Huambo, no bairro São João. Saliente-se que os "Ninjas", no local do velório, fizeram disparos com balas reais, alvejando nessa acção a autóctone, Lauriana Mbaka, irmã mais nova do falecido Tomás Kassule, causando-lhe uma invalidez, por fractura dos membros inferiores. Outro insólito. Um ancião, mais conhecido por Lemos foi visto no Bairro da Tchiva (Huambo) no dia 25 de Outubro de 2011, a passear nas redondezas de sua casa com duas crianças de 2 e 4 anos de idade respectivamente, filhos de uma inquietina do ancião. Tempos depois as meninas são

dadas como desaparecidas. Na procura, um familiar descobriu que uma delas estava morta na casa do velho. Pressionado e espancado o velho acabou por confessar ter enterrado a outra menina e que as matavas por pensar que isso lhe traria uma segunda juventude. Os familiares apresentaram queixa à polícia mas esta descuroou o caso e aconselhou os queixosos a resolverem o imbróglio na base do direito tradicional. Houve algumas iniciativas nesse sentido, mas divergências também, obrigando a intervenção policial, que como sempre, cometeu o velho erro de começar aos tiros para acalmar e dispersar os populares furiosos que queriam matar o mais velho. Desses disparos feitos por agentes da Polícia da II Esquadra do São João, foi atingido mortalmente um menor de li anos, as balas trespassaram-no o crânio, a garganta e os tímpanos. O menor chamava-se Avelino Kossengue, filho de António Carlos e Maria Mandele, frequentava a 6ª classe. Para além dessa vítima mortal, dois jovens ficaram com invalidez nos membros inferiores. Como se não bastasse tanta asneira, os policiais arrastaram para a cadeia 18 jovens que permaneceram encarcerados por 3 dias. Da parte do Comando Provincial da Polícia do Huambo, não houve qualquer responsabilização criminal contra os agentes, que ainda ameaçaram António Carlos, pai do menor Avelino Kossengue de li anos de idade morto pelos mesmos agentes da IIª Esquadra do São João. Ficamos por estes exemplos que se repetem no dia-a-dia angolano milhares de vezes por mês. Os motivos da confusão e da violência que estão na origem destes excessos, têm certamente algo a ver com a complexidade do tecido social de Angola e as suas disparidades culturais, que estão muito longe de poderem ser ultrapassadas pelas inaptas e mesmo mentecaptas fórmulas de solução previstas pelo Executivo. Ângelo Kapwacha, activista Cívico e presidente do FORDU, organismo de defesa dos Direitos Humanos no Huambo disse a respeito seres estes: "apenas uma ínfima percentagem dos casos de violação de direitos humanos num universo de milhares de casos que têm vindo a ser compilados diariamente, referentes às províncias do Huambo, Bié, Cuando-Kubango, Namibe e Benguela e em breve faremos a publicação completa. E a pergunta que fica é: será que Angola ainda assim pode continuar a declamar a sua poesia narcisa de ser ESTADO DEMOCRÁTICO E DE DIREITOS?"

9.8 Duas centenas de detidos

A Capital

25 De Maio de 2013

A mega operação policial realizada entre sexta) 17, e sábado) 1a em Luanda) resultou numa autêntica

salada russa de detenções. Duzentas e onze pessoas foram presas no decurso da manobra desencadeada pelo Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional) acusadas de vários crimes) desde homicídio voluntário) violação sexual) assalto à mão armada) roubo e furto.

A operação que começou com a concentração das tropas por voltas das 18 horas de sexta-feira, 17, na Unidade Operativa de Luanda (UOL) terminou apenas às 12 horas de sábado, 18, com o saldo de 211 detidos aos quais se acresce mais uma dezena de estrangeiros encaminhados para o Serviço de Migração e Estrangeiro (SME) por terem a situação migratória irregular. Mais uma vez, o destaque da operação foi a comprovação do número cada vez maior de menores em conflito com a lei. Se a idade dos criminosos foi algo de destaque, o que dizer do número de armas em posse da população civil? Vejamos, por exemplo, o exemplo de Josimar Mujinga que, ainda na casa dos 20 anos, foi detido pela polícia quando passeava, na zona do Calemba 2, em posse de uma metralhadora do tipo mini uzi. Apanhado em flagrante, o cidadão disse, entretanto, à Polícia, que a arma não era sua. Referiu que, a dado momento da noite, foi rendido por um grupo de delinquentes que o agrediram, amarrando a anua à sua cintura. Não sabia do paradeiro da corda, tão pouco exibia sinais de que tivesse sofrido agressão. Dois casos de condução ilegal também alertaram as autoridades. Num deles, Samuel Massala, 30 anos, conduzia embriagado e em posse de uma carta de condução falsa, enquanto Francisco Bumba, 28 anos, seguia ao volante de um automóvel simplesmente sem ter habilitações para o efeito. A operação realizada entre sexta-feira, 17, e sábado, 18, varreu os distritos urbanos de Kilamba Kiaxi e Samba.

Mas foi apenas sequência de outras manobras similares realizadas dias antes noutros pontos da cidade. Na quinta-feira, 16, foram detidos no zango 2, em Viana, os jovens Sebastião Gaspar e Constantino Nunes, ambos com 21 anos de idade, acusados de roubo de motorizadas. A Polícia encontrou num saco térmico que ambos transportavam, uma metralhadora do tipo akm com o cano serrado. Nem sequer era noite, quando ambos cruzaram com os agentes. Em plena luz do dia, dirigiam-se ao local onde planeavam um assalto. Para a má sorte deles, a Polícia fazia um patrulhamento intensivo na área. Os marginais acabaram detidos pelos agentes depois de uma troca de tiros. "Fomos detidos depois de uma troca de tiros, justamente na altura em que estávamos prestes a assaltar uma motorizada na zona do zango 2", contou um dos indivíduos já detido pela Polícia. As autoridades revelaram que, ambos, são reincidentes. Sebastião Gaspar, por exemplo, já esteve detido por

roubo, enquanto Constantino está em liberdade desde que, há dois meses, saiu da Comarca Central de Luanda (CCL), onde esteve encarcerado por mais de um ano.

'Assalto' à Mamã Monique

Na madrugada de sábado, 18, a operação policial irrompeu pela conhecida discoteca Mamã Monique, frequentada maioritariamente por cidadãos provenientes da República Democrática do Congo (RDC). Dali, a polícia levou consigo pelo menos 28 estrangeiros ilegais achados naquela casa nocturna localizada no bairro Mártires do Kifangondo.

Entre os detidos figura a congoleza Nzelengi Mónica, 54 anos de idade, que atende também pelo nome de Mamã Monique. Outros nove congolezes, foram também arrestados pelas autoridades que se mostraram indiferentes às alegações dos mesmos, que se diziam músicos e contratados pelo conhecido empresário Santos Bikuku para actuar na província da Lunda Sul. Foi a própria Mamã Monique quem saiu em sua defesa. De acordo com a senhora, os músicos foram detidos sem os respectivos documentos, mas tinham sido, de facto, "contratados pelo empresário Santos Bikuku para um show já realizado nas Lundas no passado dia 01 de Maio". Contudo, explicou a permanência dos mesmos em Luanda como se devendo a um espectáculo que seria, por eles, abrilhantado no seu estabelecimento. "Por isso é que estão aqui", explicou. Em relação à ausência da documentação dos visados, ela disse que estava com a pessoa que os contratou, cativando-a para evitar uma possível fuga dos integrantes do grupo. Algumas senhoras, e jovens que ali se encontravam, foram também detidas, mesmo depois de umas quantas se terem escondidas no tecto da casa nocturna tão logo notaram a presença policial. Aqui, a proprietária limpou as mãos, dizendo que das 19 senhoras detidas em sua casa, apenas três pessoas eram parentes suas, nomeadamente, duas sobrinhas e uma cunhada. "As restantes são jovens que estavam na rua e quando se aperceberam da chegada da Polícia, com 'o medo, acabaram por se refugiar aqui dentro", explicou, para depois dizer avessa prostituição de muitas Jovens que fazem da parte frontal daquela casa nocturna o seu local de ganha pão.

O tio violador

Agostinho Domingos, de 33 anos, residente no bairro Malanjino acabou detido depois de acusado de violar a mulher do seu sobrinho, uma senhora de 40 anos. De acordo com a vítima, Maria Manuel Agostinho, o tio do seu esposo passou pela sua casa, como de costume, para saudar o casal, e perguntou pelo sobrinho, tendo se apercebido da ausência daquele.

"Pedi-lhe que me desse só algum dinheiro para comprar algo para comer, porque naquele dia não tinha mesmo nada e ele disse-me que não tinha, mas que depois traria", explicou a senhora. Ao aguardar pelo dinheiro, acabou por se ir deitar sem no entanto desconfiar das reais intenções de Agostinho. "Ele veio e entrou sem fazer barulho. Dei conta apenas quando ele me apertou a boca e disse que iria fazer sexo comigo e se não aceitasse me mataria", contou. Ela disse que, mesmo com medo, não parou de lutar e de gritar. Mas não teve sucesso. "Ele violou-me mesmo", dizendo que tal acto foi testemunhado por um vizinho que, ouvindo os gritos, correu para a casa e deparou-se com a situação. Desferiu, então, um golpe na cabeça do violador, com uma ripa que trazia consigo.

Os guardas ladrões

Nó decurso da operação, foram ainda detidos quatro agentes de segurança pertencentes à empresa Dinélia, que faziam guarda nas instalações do supermercado Alimenta Angola, no Ca- mama. Victor Miango, 45 anos, Zezito Bravo, 36 anos, Tiago Pedro, 31 anos, e Pascoal Femando, 26 anos, são acusados de terem roubado, das instalações cuja segurança deveriam garantir, vários electrodomésticos e pares de calçado. Victor José Miango, o mais velho da quadrilha, disse que se apercebeu apenas do assalto quando os colegas entregaram, para si, um televisor plasma, um aparelho de som e alguns pares de chinelas havaianas. "Estou na empresa há apenas 16 dias e iria receber um salário de quase 23 mil kwanzas", contou ao Auto ilibar-se de um envolvimento directo no assalto. "Não sabia da intenção dos meus colegas. No entanto, apercebi-me, alguns dias depois do assalto que, afinal, as câmaras de vigilância estavam ligadas e filmaram tudo o que eles tinham feito". Acabou envolvido, no entanto, por não ter denunciado os colegas e ter recebido, para benefício próprio, os bens roubados. "Estou muito arrependido, uma vez que sou chefe de família, tenho cinco filhos e mulher que agora ficarão desamparados. Não sei o que será de mim e acima de tudo deles", referiu. De referir que os comparsas de Victor assumem a autoria do roubo, sublinhando que é a primeira vez que cometem este crime, não obstante estarem há muito tempo na empresa.

O matricida de 25 anos

Das detenções efectuadas, o caso de Júlio Alberto, um jovem de 25 anos, que vivia com a mãe e os irmãos algures no Prenda, também chamou a nossa atenção. Sobre ele recaí a acusação de ter morto a própria mãe a golpe de faca. Com alguns sinais de perturbação mental, Alberto alega não recordar com exactidão o que se terá passado para golpear a mãe.

"Recordo-me apenas que desde algum tempo atrás fui obrigado a tomar alguns medicamentos da psiquiatria que me deixavam tonto", explicou.

Ele vendia droga

Entre os detidos um senhor de idade avançada despertou, igualmente, a atenção da imprensa. Além de algum cabelo branco e da sua perna postiça, a sua característica física não lhe deixava passar despercebido entre aquela fornada de jovens marginais. "Estou aqui detido por causa do meu negócio", foi assim que começou por explicar a sua presença naquele local. "Vendo mesmo liamba, porque é a única fonte de rendimento que tenho", acresceu o ex-militar, que tinha ~ como ponto de arrecadação de fundos o largo 1º de Maio, tal como outros deficientes de guerra que ainda de ambu Iam pela cidade. "Não recebo pensão como alguns ex-militares e já tentei de tudo. Mas agora, esta é a actividade que dá o sustento à mim e à minha família", sustentou, mostrando-se arrependido. Entretanto, o seu arrependimento esbarra naquilo a que chama de "falta de atenção do Estado em relação aos milhares de cidadãos que ainda vivem na indigência".

E as drogas sumiram

A operação policial abrangeu também nalgumas casas nocturnas da cidade capital, como as discotecas 'Zorba', 'Mamã Monique' e ainda o restaurante 'Jango Veleiro'. Com cães treinados e um aparato policial devidamente apetrechado, os agentes irromperam por aqueles estabelecimentos em busca de drogas que possivelmente estariam a ser comercializadas ou consumidas. Contudo, as buscas redundaram num fiasco, nem as drogas muito menos os consumidores ou passadores foram apreendidos, com excepção do botequim da 'Mamã Mo nique' onde foi encontrada alguma coisa, no caso, estupefaciente do tipo liamba.

9.9 Polícia desarma às "escuras"

Folha 8

25 De Maio De 2013

Segundo Comandante-Geral da Polícia Nacional, Comissário-Chefe Paulo de Almeida, informou que desde o início da operação de desarmamento dos cidadãos civis até a data actual já foram recolhidas oitenta e sete mil (87 mil) armas, mas garante que desconhecer-se a quantidade existente nas mãos dos civis o "Não sabemos quantas armas estão em posse dos cidadãos civis, por isso não temos meta para finalizar o trabalho de desarmamento", disse o Comissário-Chefe. Paulo de Almeida adiantou também que uma das razões de existir muitas armas

nas ruas é o silêncio cúmplice daqueles que conhecem os possuidores destes meios ilegalmente, por isso exorta aos cidadãos que denunciem estas pessoas, e aconselhem os mesmos a procederem a entrega da arma. Em nome da PN, o Comandante-Geral adjunto agradeceu aos pais que, com bravura e patriotismo, têm denunciado os filhos portadores de armas ilícitas. Porém, muitos cidadãos apresentaram propostas para que haja maior eficácia na retirada destes materiais da posse dos inabilitados para uso. Coimbra, residente no Cassequel, acredita que "a maneira mais enérgica para combater este mal cabe aos militares e polícias, pois estes são os maiores detentores destes meios". o mesmo cidadão denuncia a venda de munições perpetuada por polícias. "Certa vez admirei quando ouvi um polícia a cobrar dinheiro numa senhora pelas balas que entregou à mesma para vender", disse boquiaberto. O que muitos cidadãos reclamam, também, é o facto de muitas armas utilizadas por meliantes nos assaltos serem de "último grito", e demonstrarem assim que as adquirem de fonte institucional, isto por ser o único depósito de armas. Em plena manhã de quarta-feira, 22 de Maio, Jorge Mateus, funcionário público, foi surpreendido por dois jovens, aparentemente menores de vinte anos de idade, que bateram na viatura em que fazia-se transportar e ameaçaram-no com duas armas do tipo UZI, iguais ao que a Polícia de Intervenção Rápida (PIR) normalmente utiliza, "novinhas da silva", mas conseguiu escapar devido a celeridade empreendida face a ameaça. Levado pela euforia do momento, Jorge denuncia que "existe muitas armas nas ruas da capital do país porque os que deveriam primar pelo controle são os mesmos que colocam em circulação anárquica". Lito, estudante de ciências tecnológicas, propõe ao Ministério do Interior que "cadastre as armas numa base de dados informatizada, e desta forma haverá a possibilidade de reconhecer a proveniência das armas e quem as vendeu". Alguns "mwangolés" foram unânimes em apontar o relatório da Polícia Nacional como simples meio de "atirar areias aos olhos dos menos atentos". Segundo estes entrevistados, a entrada e saída das armas da arrecadação da polícia acontece conforme a vontade dos mesmos.

ASSALTOS AOS AGENTES DE SEGURANÇA

Em diversas artérias de Luanda, vários assaltos aos agentes de segurança privada têm ocorrido e, dentre os bens roubados, realça-se as armas recebidas, normalmente modelo AK-47, para a prossecução fácil dos actos criminosos dos meliantes. Os guardiões mais visados são os que protegessem os armazéns e cantinas pertencentes aos cidadãos oriundos de outras partes do continente berço da humanidade, dos quais destaca-se os malianos e

senegaleses. Segundo declarações de alguns detidos por essas práticas, os protectores dos armazéns e cantinas constituem alvos favoritos por não estarem dispostos a ripostar "fogo com fogo", isto porque os incumpridores das normas da sã convivência aparecem "fortemente armados".

9.10 Falta controlo das armas que entram no País

Semanário Factual

25 De Maio a 01 De Junho de 2013

A falta de controlo das armas que entram no país constitui uma das preocupações do comissário chefe da Comissão Nacional para o Desarmamento da População Civil, Paulo de Almeida.

Segundo o oficial da Polícia nacional, a falta de uma legislação para o controlo das armas que entram no território nacional tem dificultado muito o trabalho da comissão. Para Paulo de Almeida, no sentido de um maior controlo do armamento importado, as armas, para além do registo de fábrica, deviam conter uma marcação angolana, ou seja, das instituições que a recebem, como a Polícia e as F AA, e posteriormente serem remarcadas nos comandos provinciais e divisões municipais, no sentido de se saber quem utiliza uma determinada arma. O comissário chefe da C DPC falou, numa entrevista a uma emissora de rádio, que não se pode tomar qualquer medida sem que as instituições capazes criem e regulamentem uma lei sobre o controlo as armas que entram no país. Segundo fonte da polícia, as armas que estão a ser utilizadas pelos meliantes são novas, facto que leva a pensar que muitos dos armamentos utilizados pelos criminosos são vendidos por pessoas ligadas às Forças Armadas e à Polícia Nacional, bem como indivíduos pertencente às empresas de segurança. Este facto tem preocupado a sociedade, visto que no país nenhuma entidade privada ou particular pode importar armas. E o Estado que importa e as distribui, situação que leva a pensar que existe algum contrabando de armamento. Mas, com a proposta de lei feita pela Comissão Nacional para o Desarmamento da População Civil, vai se reduzir consideravelmente o contrabando de armamentos. Actualmente, as áreas periféricas, com destaque para os municípios do Cazenga, de Viana, de Cacucaco e do Kilamba Kiaxi, bem como o distrito do Rangel, são as zonas onde a proliferação de arma é assustadora, face ao número apreendido nas operações realizadas pela polícia nessas áreas. De recordar que o número de armas recolhidas no quadriénio 2008/2012 superou as expectativas programadas pela comissão de desarmamento, ultrapassando as cem mil armas previstas. Segundo

as Nações Unidas, quanto aos armamentos é necessária a remarcação e rasteio das armas, para que se identifique a origem da arma. Outra recomendação é a criação de uma base de dados. As instituições tutoras da gestão de armamento devem ter uma base de dados com o registo de todas as armas em sua posse, para controlo do armamento do país.

9.11 Um Rocha Pinto de mil crimes

A Capital

25 De Maio de 2013

ROUBOS, FURTOS, ASSALTOS E TIROTEIOS à luz do dia já fazem parte do quotidiano dos moradores do bairro Rocha Pinto, um subúrbio de Luanda, localizado no coração do Distrito Urbano da Maianga que regressa assim aos tempos negros de alto índice de criminalidade.

Na sequência das abordagens que aqui se fazem, sobre a segurança pública nos mais populosos subúrbios da capital angolana, chegou-se ao Rocha Pinto. A realidade, nesta circunscção, não difere daquelas que o semanário *A Capital* constatou nas semanas anteriores noutros pontos da cidade. É até pior, segundo o relato de populares ouvidos no decurso da presente reportagem. "Aqui é demais", foi com estas palavras que Teresa Kipaka, uma quitandeira de 60 anos de idade, detalhou vários factos, com os olhos a denunciar o trauma de quem testemunhou situações horripilantes. Mas ela não apenas testemunhou. Também foi vítima. Como exemplo, ela conta o episódio da sua filha que teve de abandonar um negócio dias antes de o ter aberto. Uma roulotte, que deveria ser um ponto de convívio da juventude local, transformou-se em alvo constante dos meliantes. A solução foi acabar com o negócio, segundo relato da senhora. "A roulotte está fechada por causa dos bandidos", contou.

Mas, na sua família, não foi apenas a roulotte alvo da acção dos meliantes. O pequeno negócio, desenvolvido por Teresa Kipaka, de venda de banana assada também o foi. Por várias vezes, jovens vândalos aparecem uma vez para ficar com o produto da venda, outras simplesmente para destruir a pequena barraca montada na esquina da rua da Encafé, onde a senhora reside. "Esses miúdos não têm pena de ninguém. É verdade. Até essas minhas bananas, que o senhor vê aqui na mesa, muitas vezes eles já levaram, outras eles deitavam mesmo aqui na rua", disse a senhora, apontando para a mesa onde expunha alguns frutos. "Eles são mesmo malvados", acrescentou, revoltada. Segundo Teresa, a ousadia dos meliantes é tanta que até à luz do dia eles cometem os seus crimes. Foi o que aconteceu, por

exemplo, há duas semanas, numa alfaiataria bem à frente da sua residência. "Meu filho, eles não querem saber se é dia ou noite, se tem pessoas na rua ou não, o importante para eles é levar o que precisam, nem que, para isso tenham que matar alguém". Semanas antes, um outro vizinho tinha sido assaltado e espancado mesmo na sua residência. Nesta acção, os meliantes levaram consigo uma pasta com dinheiro e outros pertences da vítima. A família ficou refém durante cinco horas. A Polícia, essa, nem sequer apareceu por lá. "Isso é mau, alguém tem de fazer alguma coisa", apelou a cidadã, enfatizando que "assim não dá para viver". Se Teresa, que testemunhou o assalto, diz-se horrorizada, o que dirá quem viveu na pele. O dono da alfaiataria assaltada é Soleyman Haydra, um cidadão senegalês há alguns anos radicado em Angola. Ele lembra que, por volta da uma hora da madrugada, encontrava-se a dormir quando ouviu algo forte a embater contra a porta do seu estabelecimento. "Quando acendi a lâmpada", contou, "reparei que a porta e a janela já estavam abertas". Foi então que viu quatro jovens armados dentro da alfaiataria que lhe serve, também, de residência. "Começaram a bater-me. Depois levaram quase tudo o que aqui havia", lamentou, dizendo que, afinal, não se tratou da primeira vez que foi assaltado na alfaiataria. "Da primeira vez, só levaram roupa dos clientes", lembrou. O cidadão estrangeiro lamentou o sucedido ao mesmo tempo que pediu a quem de direito que faça alguma coisa no sentido de persuadir a juventude de abster-se de tais práticas. "É triste: todos os dias vemos isso aqui". Paulino Coxé, outro morador, confirma as queixas dos seus vizinhos. Mas acrescenta que, no Rocha Pinto, em muitas áreas não é aconselhável circular depois das 22 horas. Vigora, segundo este cidadão, um recolher obrigatório não declarado que se estende até ao raiar do sol. "Aqui a criminalidade está mesmo muito elevada. O silêncio da noite é sempre interrompido pelo barulho de tiros, de arrombamento de portas e tectos das casas, das cantinas principalmente", afirmou Paulino. De acordo com esse cidadão, as pessoas vivem aterrorizadas. "Estamos com medo, a qualquer momento as coisas aqui podem aquecer", acrescentou.

Traumatizado, ele recorda angustiado os momentos de tensão por que passou quando, numa noite de domingo que se queria tranquila, ele e a sua família viveram os seus piores pesadelos. "Estávamos todos a dormir", disse. "Ouvi-;" mos um barulho no tecto e, em seguida, ouvimos dois disparos no quintal, só assim é que nos apercebemos estávamos a ser assaltados", recordou. Segundo se lembra, os meliantes arrombaram a porta e o tecto. Levaram alguns dos seus haveres, dentre os quais um computador portátil, um televisor plasma e dinheiro.

"Eram cerca de oito jovens todos armados". Já o ex-militar justinho Kamongua, 54 anos, mostra-se particularmente preocupado com a violência com que são praticados os crimes num bairro altamente perigoso como é para si o Rocha Pinto. Para ele, uma mudança de actuação da polícia ajudaria a minimizar a situação.

9.12 Violência contra a mulher: Programa de aconselhamento jurídico evaporou

Semanário Factual

25 De Maio a 01 De Junho de 2013

A Associação Angolana de Mulheres de Carreiras Jurídicas (AAMCJ) deu início, no ano de 2010, às jornadas de aconselhamento jurídico, no âmbito das comemorações do 08 de Março, dia internacional da mulher. Esta campanha visava informar as mulheres sobre os procedimentos a seguirem, quando confrontadas com problemas de fórum jurídico. Actualmente, três anos depois, o programa evaporou a ocasião, a jurista Isabel Maiato, entrevistada pelo *Semanário Factual*, mostrou-se satisfeita pela aderência das pessoas, visto que, em dois dias, mais de uma centena de mulheres foram auscultadas.

Segundo a jurista Isabel Maiato, entrevistada a 09 de Março de 2010 pelo *Factual*, o projecto tinha como objectivo a sua expansão para outras municipalidades e, posteriormente, a sua extensão a nível das dezoito províncias do país. Face ao aumento dos níveis de violência contra a mulher a nível nacional, e em particular na província de Luanda, as mulheres apelam ao retorno do Programa de Aconselhamento Jurídico desenvolvido pela Associação Angolana de Mulheres de Carreiras Jurídicas (AAMCJ).

Anacleta Januário, uma das mulheres que expôs os seus problemas na campanha de aconselhamento jurídico, falou que "é necessário que este programa volte, no sentido de ajudar as pessoas com menos capacidades financeiras, mas, por outro lado, importante aqui dizer é preciso uma maior seriedade no desenvolvimento destes trabalhos, visto que não houve uma resolução dos problemas apresentados", esclareceu a cidadã. Cláudia Dias, moradora no distrito do Rangel, referiu que o programa de aconselhamento jurídico realizado em 2010 serviu como ponto de partida para a resolução dos problemas que tinha no lar. "Eu tinha muitos problemas no lar com o meu marido, e a jurista que encontrei, aconselhou-me a contactar um advogado no sentido de dar um encaminhamento jurídico da situação em que me encontrava. Hoje, o problema foi

solucionado, graças ao Programa de Aconselhamento Jurídico desenvolvido pela "AAMCJ".

Segundo Isabel Maiato, na entrevista concedida ao *Factual* em 2010, foram recebidos casos como agressões físicas, psicológicas, abusos sexuais, fuga à paternidade e outros casos de violência.

Falta de regulamentação transtorna aplicação da Lei

A não regulamentação da lei contra a violência doméstica viola alguns dos procedimentos jurídicos legais que devem ser acautelados, o que causa constrangimentos na sua aplicação. As mulheres são as principais vítimas da violência doméstica em Angola. Actualmente, inexistem dados exactos sobre estes níveis, mas as autoridades alegam que os casos denunciados, junto de várias instituições, rondam os três mil. Para a "AAMCJ", a Lei da Violência Doméstica deve ser regulamentada e que sejam responsabilizados os prevaricadores destas acções.

Conselho de Ministros aprovou o Regulamento da Lei contra a Violência Doméstica

Embora a aprovação do regulamento da lei contra a violência doméstica, tivesse sido feita por Decreto Presidencial na 2ª sessão ordinária do Conselho de Ministros, realiza o no dia 3 de Abril, ainda falta a sua discussão e aprovação pela Assembleia Nacional. A nota indica que o regulamento estabelece os princípios que devem ser observados no atendimento às vítimas de violência doméstica, no intuito da salvaguarda da sua dignidade, bem como do sigilo profissional e celeridade na instrução dos processos.

O Plano Executivo, por seu lado, integra acções que visam combater a violência doméstica, moralizar a família e a sociedade, bem como apresenta o cronograma de actividades a serem executadas no período 2013/2017.

Cerca de 70 por cento das mulheres sofrem algum tipo de violência no Mundo

Segundo o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, a violência contra as mulheres assume muitas formas, física, sexual, psicológica e económica. Cerca de 70 por cento das mulheres sofrem algum tipo de violência no decorrer da sua vida.

Para o secretário-geral da ONU, alguns tipos de violência, como o tráfico de mulheres, ultrapassam as fronteiras, e todas que experimentam a violência sofrem uma série de problemas de saúde e a sua capacidade de participar na vida pública diminui. A fonte afirmou ainda que a violência contra as mulheres prejudica as famílias e comunidades de

todas as gerações e reforça outros tipos de violência predominantes na sociedade.

Ban Ki-moon alega que a violência contra as mulheres também empobrece as mulheres, as suas famílias, as suas comunidades e os seus países. A violência contra as mulheres não está confinada a uma cultura, uma região ou um país específicos, nem a grupos de mulheres em particular dentro de uma sociedade. As raízes da violência contra as mulheres decorrem da discriminação persistente contra as mulheres. Um estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS), realizado em 11 países, constatou que a percentagem de mulheres submetidas à violência sexual por um parceiro íntimo varia de seis por cento, no Japão, e 59 por cento, na Etiópia

10.AMBIENTE

10.1 Fome aperta no interior do Namibe

Angolense

03 De Maio de 2013

A população, no município do Namibe, mostra-se solidária e preocupada com a situação que se vive no interior da província, onde a fome graça e ameaça a vida a centena de cidadãos. A comunidade estudantil da sede da província, é a mais inquieta com os relatos que chegam dos municípios do interior, segundo os quais, as crianças estão a abandonar as escolas por conta da fome

Justo Joaquim, é estudante e defende que o governo tome posição imediata, para acudir aquelas populações, de forma particular as crianças, que têm o futuro ameaçado. "Pedimos ao nosso governo para ajudar aquelas crianças". Menina preparando fuba de forma tradicional na Comuna do Munhino Na visão do estudante Justino Brito, o momento de enormes quedas pluviométricas, fossem adoptadas medidas de conservação de água, para que na falta deste os reservatórios servissem de tábua de salvação. " Nós temos assistido em Luanda, Benguela e Huambo, as pessoas têm vindo a gritar porque a chuva está de mais. "Aqui no Namibe não temos e as pessoas vão morrer a fome. Nós dependemos do Lubango em termos de alimentação, se um dia acontecer a mesma coisa que vimos em 2011, as pontes foram-se embora pelas águas da chuva. Então seria bom enquanto cedo, o Estado adoptar políticas que posteriormente possam assegurar a questão da água", sugeriu. Refira-se que a província do Namibe debate-se, igualmente, com a falta de água o que faz com que animais e pessoas bebam da mesma fonte, perigando deste modo a saúde das populações. Thongololo Mati, do município do Virei, lamenta que o seu gado esteja a beira da morte por falta de pasto e água. "Este ano vou mesmo ficar sem nada, se o restante do gado que tenho morrer tal como o outro no ano passado, a riqueza da minha família vai acabar. Aqui as pessoas estão em perigo de morte por causa da fome. Se não houver intervenção rápida, pode acontecer danos piores. Para ter uma ideia, há pessoas que passam o dia sem provar um único alimento, imagine o que vivemos"! Nas zonas afectadas pela fome e falta de água, a população está a contar com a tuberculose, situação que preocupa as autoridades sanitárias.

A população no Namibe exige mais dos deputados do círculo Provincial no sentido de debaterem a questão da seca e da fome na Assembleia Nacional.

O Executivo através da sua Comissão de Protecção Civil, reuniu-se, recentemente, sob presidência do Vice-governador, António Correia e admitiu que a situação alimentar é preocupante no interior da província. A referida reunião concluiu que, o lençol freático da província baixou, o que faz escassear a água, quer para o consumo humano quer animal. Este jornal soube no fim do encontro que, nos próximos dias uma equipa do Executivo local, parte para as áreas afectadas para se constatar in loco o problema.

10.2 Populações da Boa Esperança em zonas críticas aguardam por melhores dias

Manchete

03 De Maio de 2013

Das 413 familiares que vivem em condições de risco, 200 já tiveram os seus espaços garantidos, faltando apenas as 213

A administradora municipal do Cacucaco garantiu, recentemente, que o seu pelouro está empenhado no processo que visa reassentar as populações do bairro Boa Esperança, nomeadamente, da zona do Balumuca 3, que viram as suas casas engolidas pelas ravinas. Rosa Janota, que falou em exclusivo para o Manchete, salientou que os habitantes deste bairro enfrentam, nos últimos tempos, imensas dificuldades, no que tange à insegurança, devido ao estado em que ficaram as suas residências. De acordo com a interlocutora, o primeiro passo feito pela sua administração, consistiu na identificação de um lugar seguro para a acomodação dos sinistrados, assim como o cadastramento das famílias afectadas, para de seguida dar-lhes terrenos que não irão apresentar, futuramente, os mesmos problemas que se verificam nas zonas anteriores. Acrescentou que o processo de entrega dos terrenos ainda está em curso, de forma a proporcionar o equilíbrio de vida dos cidadãos que irão se instalar aí. Frisou, igualmente, que o processo de loteamento dos terrenos possui duas grandes fases fundamentais, passando depois pela distribuição aos futuros beneficiários. Rosa Janota apelou aos populares no sentido de ajudarem as autoridades para a resolução dos problemas que os afligem.

"É necessário que os cidadãos façam chegar as autoridades aquelas questões do seu domínio para que se encontre solução", disse. Afirmou ainda que, das 413 familiares que vivem em condições de risco na localidade da Boa Esperança, 200 já tiveram os seus espaços garantidos, faltando apenas as 213 famílias, para a conclusão do respectivo processo de reassentamento das populações vítimas de ravinas.

Salientou que a situação das ravinas naquela localidade já dura muitos anos, sem no entanto, haver possibilidades de se ultrapassar este problema, mas, que agora foi encontrada uma saída. Rosa Janota ressaltou que, com a conclusão do processo que visa reassentar estas mais de 400 famílias em locais seguros, abre-se uma perspectiva diante das mesmas, no sentido de terem casa própria.

10.3 Obras de Santa Engrácia em Luanda

Acapital

04 De Maio de 2013

NUMA ALTURA em que o que mais se advoga é a busca de soluções para oferecer melhor fluidez do trânsito em Luanda) através do melhoramento de vias estruturantes) terciárias e secundárias, eis que) os panos de reabilitação de muitas delas, foram concebidos em 2006 e, até hoje, nada.

Os factos falam por si e, aliás, contra factos não há argumentos. Foi com esta convicção que o A Capital passeou durante dois dias por várias artérias de Luanda. Apesar de o carro que nos transportou ser à tracção e a todo terreno, em muitos pontos fomos, mesmo, obrigados a desviar de rota. O nosso ponto de partida foi no Distrito do Sambizanga, concretamente na Avenida Lueji-ya-Nkonda, Esta importante estrada, necessita de intervenção urgente, isto é, desde a Administração local até às imediações da refinaria de Luanda. O troço clama pela substituição completa do tapete asfáltico, alargamento da via e pela colocação de um sistema de drenagem capaz de escoar as águas pluviais e residuais, que muitas vezes estão na origem de erosões naquela zona. Entretanto, a referida Avenida, já está em obras, faz tempo e, foi adjudicada à construtora Odebrecht. Ao que se sabe, quando estiver concluída, vai ligar Sambizanga ao município de Cacuaco. A rua 12 de Julho é outra que sofre constantes reabilitações. Só que as respectivas intervenções são apenas para o inglês ver, a julgar pela fragilidade das obras, e encontra-se, igualmente, arruinada. Depois entramos para a rua Nguanhã, na comuna do Ngola Kiluanje. Do asfalto que a pavimentava nem sequer os vestígios se podem ver, o que obriga os utentes a utilizarem a Avenida Lueji-ya-Ngonda, quando esta serviria de alternativa para ligar, ao Cazenga e à zona do antigo mercado Roque Santeiro. A nossa reportagem seguiu para famoso bairro Uíge, passando pela estrada denominada Rua da Sonangol. Segundo os moradores apesar de ter merecido obras de reposição, ainda antes das eleições de 2008, o número de camiões que ali circula para o carregamento de gás butano e combustíveis, põe em

causa a durabilidade da mesma. Ainda no Sambizanga, passamos pela importante rua que sai da Mulemba à Siderurgia da Sucanor. Diz-se que em função do seu acentuado grau de destruição, terá, em Dezembro último originado o aumento do preço do gás de cozinha. Até agora só beneficiou de uma intervenção de tapa buracos.

Rangel

Neste distrito constatamos que decorrem obras de reabilitação do troço que sai do Senado da Câmara, passa pelo Centro de Formação Profissional do Cazenga, até ao zé Pirão. Percorrer esta via, é um verdadeiro caos. A obra a cargo da empresa Teixeira Duarte, não vislumbra no horizonte temporal qualquer sinal de conclusão, porque grande parte do troço que já havia sido asfaltado, voltou a degradar-se, exigindo, desta feita, uma retoma dos trabalhos desde a estaca zero. A Senado da Câmara em si, é outra das que volta e meia, está em reabilitação, sobretudo, a partir do prédio do livro, ao São Paulo, até à Cidadela Desportiva. Quando está boa, representa uma importante via quanto ao descongestionamento do trânsito. Porém, há muito deixou de exercer o seu real papel. Charcos e lixo passaram a ser o seu postal de visita, com o famoso Prédio Sujo a agudizar ainda mais a situação. Ainda no distrito do Rangel, constatamos que as obras de reabilitação das vias secundárias e terciárias, aprovadas pelo MINUC e GATEC, a exemplo do que está a ser feito no bairro Mártires do Kifangondo, estão paralisadas, sem qualquer explicação por parte do dono da obra.

Cazenga

O município descrito como o mais populoso da província de Luanda, parece ser o mais martirizado no que respeita à abundância de estradas desgastadas. A nossa reportagem, passou pelas Avenida Ngola Kiluanje, 5^a, 6^a e 7^a avenidas, bem como pelas ruas do Aviário, da Gamek e da Nocal. Uma realidade a todos os títulos lastimável. Algumas destas vias estão em desuso por causa do imensurável volume de águas, buracos e resíduos sólidos que neles se acumularam. Deu para verificar que decorrem obras a passos de camaleão na 5^a Avenida e na Ngola Kiluanje. Tais obras, como nos disse um encarregado da ZAGOP, que não se identificou, consistem na colocação do canteiro central, que vai drenar as águas todas e, só depois é que se vai atacar a estrada. Estas obras, reforçou a fonte, tiveram início em meados de 2006. "Em certos casos as empresas usam fundos próprios só para manter a obra, porque as verbas tardam a chegar, da parte do Instituto de Estradas de Angola (INEA), que é o dono das obras", deplorou, para refutar, com isso, o argumento da população que

imputa responsabilidades às empresas construtoras, quando a estas cabe apenas a implementação. "Sem verbas nada se pode fazer. Trabalhamos com máquinas e homens que se alimentam, todos os dias, que devem ganhar pelo que fazem. É óbvio que sem dinheiro não podemos trabalhar", observou.

Recordou que por via dessa aludida desarticulação entre construtores e dono das obras, a pressão da parte dos populares é enorme, tanto é que a Camargo Correia viu-se forçada a terceirizar a obra para os chineses, pois, irados, alguns moradores do bairro Canivete terão queimado as suas máquinas, supostamente, devido à morosidade da mesma.

Grande parte das estradas secundárias do Cazenga reabilitadas nas vésperas das eleições de 2008, tendo inclusive beneficiado de tapete asfáltico, hoje apenas restam crateras, infernizando, diariamente, os que por vários motivos servem-se dela. Uma das poucas ruas que está a beneficiar de obras é a antiga Manauto-5, ou seja, a que sai do Embondeiro da Mabor para o Popalá da Sonef.

Nesta lamenta-se o facto de a empresa Chinesa responsável pela obra estar a estreitar a via e as curvas o que tem causado vários transtornos aos automobilistas.

10.4 Governador do Cunene lança um apelo urgente

*Jornal de Angola,
07 De Maio 2013*

Mais de 300 mil pessoas estão em risco de fome por causa da seca que assola a província do Cunene, onde não chove há dois anos, disse ao Jornal de Angola, por telefone, governador António Didalelwa.

António Didalelwa referiu que o governo provincial já tomou as primeiras providências para acudir às populações em situações mais difíceis. "Estamos preocupados com a situação. Há falta de alimentos, água para as pessoas e para o gado. Estamos a trabalhar num plano para conseguirmos ultrapassar essas dificuldades", referiu o governador.

O governo provincial está a colher e armazenar grandes quantidades de cereais e alimentos e, com o apoio do Executivo, a trabalhar com uma Comissão Multisectorial coordenada pelo ministro da Agricultura, que se vai acudir às necessidades da população. "A Comissão Multisectorial já começou a trabalhar no sentido de criar condições alimentares para as nossas populações e para o gado que é o meio

de subsistência do povo", disse António Didalelwa ao Jornal de Angola.

Situação idêntica, segundo o governador, vivem as populações das comunas de Mucupe, Onepolo e Humbe, onde muitas pessoas já abandonaram as suas residências e estão acampadas na margem direita do rio Cunene, juntamente com os seus rebanhos.

"A população dessas localidades está a passar momentos muito difíceis, porque há dois anos que praticamente não chove nas suas regiões, facto que está a prejudicar a economia das famílias, cuja base de subsistência é a agricultura e a criação de gado", lamentou o governador. Na comuna de Ombala yo Mungu, município de Ombadja, os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros procederam, na quinta-feira passada, à distribuição de água potável à população afectada pela seca. Foram distribuídos 250 mil litros de água, transportada por camiões cisternas, que serviram para minimizar a carência na região.

O secretário de Estado do Interior para área de Serviços de Protecção Civil, Eugénio Laborinho, garantiu que os serviços de protecção, em paralelo com outros ministérios, "tudo estão a fazer para acudir às populações, com distribuição de água, alimentos e 'kits' de sobrevivência compostos por cobertores, utensílios de cozinha, moto-bombas e outros".

No próximos dias, acrescentou Eugénio Laborinho, vão ser enviados para a província do Cunene os alimentos que já estão nos armazéns. "O governo provincial já tomou as primeiras providências e a comissão composta pelos Ministérios da Assistência e Reinserção Social e Agricultura está a envidar esforços no sentido mandar alimentos para aquela população assolada pela seca", realçou.

Eugénio Laborinho informou ainda que, apesar do Cunene ser a província mais afectada neste momento, o problema da seca já afectou também as províncias do Namibe e parte de Benguela.

10.5 Exploração ilegal de inertes com dias contados

*Jornal de Angola
10 De Maio de 2013*

Os operadores dos minerais utilizados na construção civil que não cumprem as normas estabelecidas no Código Mineiro, que vigora desde 2011, têm os dias contados. O Ministério da Geologia e Minas anunciou, recentemente, que vai passar a exigir aos operadores desse subsector a obrigatoriedade de uma

licença e o pagamento de taxas para a exploração dos mesmos.

Todos os dias, nas zonas suburbanas de Luanda e das restantes províncias é possível avistarem-se homens, e muitas vezes crianças, a retirar do subsolo pedras, rochas, burgau, areia branca e vermelha. Na zona de Viana e Cacucaco, o Jornal de Angola constatou que alguns desses inertes são retirados com a ajuda de máquinas escavadoras e dinamite.

Estes materiais, depois de "garimpados", são colocados numa outra área, onde são triturados e peneirados, para serem posteriormente separados. Depois de postos na carroçaria do camião, são transportados para os estaleiros de algumas empresas de construção civil, onde são aguardados pelos clientes que estão a construir ou remodelar as suas casas. O preço do material,

dependendo do tipo, varia entre os seis e os 18 mil kwanzas.

As normas para o exercício desta actividade, que é fiscalizada por uma Comissão multisectorial, integrada pela Polícia Nacional, Forças Armadas Angolanas e Ministério do Ambiente, e coordenada pelo Ministério da Geologia e Minas, têm sido constantemente violadas por muitas empresas. "A violação da norma começa pelo incumprimento da segurança no transporte de inertes, ausência de equipamentos de protecção individual e colectiva, o que expõe os trabalhadores a enormes riscos. Existem empresas que não têm licenças de exploração", disse o inspector-chefe da Polícia Económica, Carlos Matano.

Das irregularidades registadas, "as que mais preocupam o Executivo é a falta de condições de segurança, higiene e saúde no trabalho, de estudo de impacto ambiental, áreas já exploradas sem restauro paisagístico e sem reflorescimento. Além disso, a maior parte das empresas, depois de cedido o espaço, realizam a introspecção e exploração, comercialização, obtêm lucros e não pagam quaisquer taxas nem impostos ao estado; referiu.

A Constituição da República de Angola e o Código Mineiro determinam que os recursos minerais são propriedade do Estado, que define as regras da exploração dos mesmos. "Se são do Estado, existindo um privado a explorar, ele tem de pagar os impostos e as taxas ao Estado, e desenvolver a actividade com base na Lei. Não pode agir como se de uma propriedade privada se tratasse", alertou Carlos Matano.

A directora-geral do Instituto Nacional de Gestão Ambiental, Julieta Condez, reconheceu que a exploração de recursos minerais é importante para o crescimento de qualquer país, mas, "como se viu, é necessário que haja trabalhos de recuperação paisagística seguidos de uma monitorização após a exploração, para que o mesmo local seja aproveitado como um ponto turístico ou para a agricultura".

A legislação ambiental obriga que todos os autores de projectos, antes de estes serem desenvolvidos, apresentem a documentação referente ao estudo de impacto ambiental. No entanto de maneira geral isso se verifica nas áreas de exploração de inertes. Muitos deles, na realidade, têm a licença de exploração mineira, mas não a licença ambiental, portanto, as consequências são graves, porque podemos encontrar o surgimento de ravinas, degradação do solo, devastação da vegetação e palmeiras", realçou Julieta Condez.

Construções anárquicas

A construção anárquica, sem o cumprimento das normas, resulta da grande procura de inertes por várias pessoas e empresas de construção civil. "O país está em reconstrução. Existe um processo de reconstrução muito profundo e as empresas de construção civil necessitam de grandes quantidades de inertes para serem utilizadas nas obras. Daí as empresas de exploração de inertes procurarem fazer tudo para atender as necessidades de todos os clientes, só que o fazem de forma desordenada", explicou o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz.

Devido à situação que vive o subsector, o Ministério da Geologia e Minas está a trabalhar para que, o mais breve possível, se consiga alterar esta situação, para um trabalho mais organizado, respeitando as normas e pagando as taxas. "Mas, por ser muito importante o processo de reconstrução do país, e para não impedir o avanço das obras em curso, o Ministério da Geologia e Minas traçou uma estratégia que visa salvaguardar as obras que estão em reconstrução e construção, mas ao mesmo tempo corrigir os erros, obrigando os mesmos a respeitar as normas. Para isso, temos uma estratégia de acção", explicou o ministro. O Ministério vai, numa primeira fase, fazer um trabalho de sensibilização, destinado a esclarecer que existe Lei para o exercício de exploração de inertes, a obrigação do pagamento de impostos e taxas, assim como o enquadramento daqueles que trabalham ilegalmente nessa actividade.

Para que todas as fases estratégicas a serem desenvolvidas terminem com êxito, o Ministério da Geologia e Minas realizou o primeiro encontro

nacional de operadores do subsector de minerais para a construção civil, em Luanda, onde foram dados esclarecimentos a 250 empresários, oriundos de todo o país, sobre os novos desafios e a estratégia a ser desenvolvida, ao mesmo tempo que foi incentivada a criação de uma associação dos operadores do subsector.

Tande, Funda, Calumbo, Bom Jesus, Cabala, Úcua, Cabire, Dande, Quicabo, Porto Quipiri, Maria Teresa e Cabo Ledo são zonas onde se exploram anarquicamente os inertes, assim como a via que liga Luanda ao Dondo, passando por Catete. Em Viana, mais exactamente na zona Tande, há várias empresas a laborar na exploração de inertes. O empresário Domingos Júnior referiu o seu descontentamento com a situação que se está a viver no sector e condenou a atitude dos empresários, que trabalham sem respeitar o que está determinado no Código Mineiro. "Embora alguns de nós ainda tenham algumas pequenas lacunas, temos sabido cumprir as recomendações dos fiscais quando nos visitam para inspeção", salientou.

Quanto às iniciativas tomadas pelo ministro da Geologia e Minas, em relação à obrigatoriedade de licenças e pagamento de taxas por parte dos operadores, Domingos Júnior disse que, "se assim for, o sector de Geologia e Minas pode ser um dos contribuintes mais valiosos para os cofres do Estado".

O Código Mineiro exige que apenas empresas nacionais, de direito angolano, realizem trabalho de exploração de inertes no país, mas "muitas dessas empresas de direito angolano, dominadas por cidadãos nacionais, não possuem capital financeiro suficiente para arcar com todas as despesas das empresas. Normalmente, recorrem ao investimento estrangeiro, como é o caso da Odebrecht e outras", concluiu o ministro.

10.6 Executivo esboça estratégia de emergência para o Cunene

O Independente

11 De Maio de 2013

A grave situação humanitária que se vive na província do Cunene, a braços com uma grave crise provocada pela seca (há mais de dois anos que não chove) levou a que o chefe do Executivo criasse uma comissão encarregue de criar um plano de emergência para acudir rapidamente a situação. Foi com base numa informação prestada pelo ministro Pedro Canga, durante a sétima sessão extraordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros que o

Executivo tomou contacto com os detalhes, da situação no terreno. A comissão, segundo um comunicado do órgão, será coordenada pelo Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Job Graça. O grupo de trabalho encarregue de pôr em marcha o plano, que visa garantir de imediato a assistência médica e medicamentosa, em bens alimentares e de distribuição de água potável às populações mais carenciadas, integra os ministérios da Administração do Território, Assistência e Reinserção Social, Agricultura, Saúde, Energia e Águas e pelo Governo da Província do Cunene. Para garantir uma intervenção consequente, a Comissão Económica orientou que no âmbito do Plano de Execução do Orçamento Geral do Estado e do Plano Nacional de Desenvolvimento a Médio Prazo sejam desenvolvidas acções de longo prazo de modo a garantir o controlo da situação e das consequências das calamidades naturais na província do Cunene. A comissão não inclui os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, que entretanto, adiantou-se a anunciar, na voz do secretário de Estado Eugénio Laborinho, a sua intervenção com a distribuição de 250 mil litros de água, transportados por camiões cisternas. Eugénio Laborinho terá garantido em declarações ao *Jornal de Angola*, que os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros «tudo está a fazer para acudir as populações com a distribuição de água, alimentos e kits de sobrevivência compostos por cobertores, utensílios de cozinha, motobombas e outros». A fome no Cunene ameaça mais 300 mil pessoas, segundo o governador da província, António Didalelwa. Segundo o responsável, foram tomadas, a nível local, algumas providências para acudir as populações em situação mais difícil.

10.7 Exploração da madeira e negocio prospero

Jornal de Angola

12 De Maio de 2013

exploração da madeira é uma das actividades que está a render na província do Bengo. As características geográficas, o relevo, o clima e os rios da região fazem dela uma zona apropriada ao desenvolvimento de árvores de grande porte, úteis para a indústria madeireira e outros fins. O município de Bula Atumba é dos que mais se evidencia. A savana que a circunda é rica em arbustos, árvores frondosas e vegetação diversa.

A exploração de madeira no Bengo está a ser feita de acordo com o regulamento florestal e os madeireiros têm cumprido os procedimentos. As áreas mais exploradas são o sector Lumbigi e a zona do Quiage.

A exploração, como constatou o Jornal de Angola, é um trabalho duro. A atividade requer equipamentos pesados, como tratores, para abrir acessos, camiões para transporte, motosserras e outros. Os homens que abatem árvores estão preparados para um "combate" que dura muitas horas e exige grande esforço, com um vegetal que há muitos anos produz oxigénio.

No campo da exploração madeireira, segundo dados obtidos junto da direção da Agricultura no Caxito e em Bula Atumba, as atividades desenvolvidas durante o ano passado ultrapassaram as expectativas em relação a 2011, tanto no volume de produção de madeira, como na aquisição de receitas.

Faustino Gongga, diretor provincial da Agricultura do Bengo, disse que em 2011 foram arrecadados cerca de dois milhões de kwanzas para os cofres do Estado, enquanto em 2012 o montante ultrapassou os 15 milhões, um valor significativo, resultante das taxas e multas aplicadas aos infratores.

No exercício das atividades florestais em 2011, o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Bengo emitiu 26 licenças de exploração de madeira. Em 2012 foram cadastrados 32 exploradores, das quais cinco em Bula Atumba.

O IDF, de acordo com o responsável provincial da Agricultura, tinha, para 2012, uma previsão de exploração de 24.500 metros cúbicos de madeira em toro. Do grosso, foram apenas explorados 12.310 metros cúbicos, quase metade do solicitado. As razões da quebra de produção prendem-se com as chuvas que afectaram a província. "No ano passado choveu muito e quando isso acontece há uma quebra em quase toda a produção, e afetou a atividade dos madeireiros", referiu.

Tratamento do toro

Dinis da Conceição tem 27 anos e é natural de Cabinda. Vive em Bula Atumba há dois anos e abate, em média, duas árvores por dia. A técnica de derrube é peculiar. Primeiro, serra um pouco de um lado, retira a serra e ataca o outro com profundidade. Depois do derrube, fazem-se tábuas com uma largura de 40 centímetros, quatro de espessura e o comprimento varia entre quatro e dez metros.

No processo de tratamento da madeira faz-se um esforço para o aproveitamento total das árvores. A meta, em regra, é obter 150 tábuas. As árvores mais concorridas são a moreira, munguba, dianuni, quitiba, e a qui baba.

O jovem madeireiro disse que o dono da fazenda contrata homens para abater as árvores. Depois, dá-

se o tratamento necessário ao produto e, no fim, repartem-se os valores, com o fazendeiro a ter maior percentagem, porque cobra pela árvore e pela motoserra. Na vila de Bula Atumba a tábua é comercializada a 3 .500 kwanzas. Em Luanda, nos mercados do Kicolo ou dos Kwanzas, o preço do produto pode ser de dez mil kwanzas ou mais, dependendo do tipo de madeira.

"Vivo desta actividade. Na falta de emprego, dá para ajudar a família, é um serviço que requer muito esforço e habilidade. Trabalhar nestas matas não é fácil, tem muitos animais e os acessos estão muito degradados", salientou Dinis da Conceição.

Outro jovem que presta serviço de madeireiro há mais de um ano é Francisco Miguel, 19 anos, natural de Pango Aluquem. Com humildade, disse que aprendeu a fazer o trabalho com o mestre Dinis e ganhou gosto pela profissão. Recebe 45 mil kwanzas por cada jornada de abate. Os valores, referiu, dão para o sustento da família, uma vez que tem filho e casa própria.

O jovem frisou que "o trabalho é muito difícil e requer bastante força de vontade. O abate começa logo cedo e terminamos ao final da tarde. Trabalhamos apenas três indivíduos". No decorrer trabalhos, os jovens utilizam motosserra, catana, corrente, gasolina, óleo queimado, óleo 30, fita métrica, bate linha e um guia para remover as tábuas.

Fernando António é responsável de uma marcenaria em Bula Atumba e um mestre excelente que faz varias peças de mobiliário. Uma mesa com seis cadeiras custa 45 mil kwanzas informa. Uma cama de casal varia segundo o modelo, entre 70 e 80 a cómoda fica por 25 mil kwanzas maior parte dos seus clientes e de Luanda, devido à boa qualidade madeira, que é invulnerável a insectos e outros invasores.

Repovoamento florestal

Faustino Gongga, diretor da agricultura do Bengo, adiantou que repovoamento florestal é um programa de âmbito nacional, vasto de grande dimensão, que já foi a aprovado pelo Conselho de Ministros

De acordo com ele, o passo seguinte é criar as condições necessárias para o arranque do programa de repovoamento florestal com a plantação de árvores, plantas das florestais ou ornamentais

produzidas, localmente em pequena escala. "Mediante a necessidade que foi solicitada, no ano passado tivemos cerca de 20 mil plantas. No entanto, comunicámos com algumas administrações e ONG no sentido de contactarem a nossa instituição,

de forma a adquirirem plantas para o repovoamento", adiantou.

"Tivemos pedidos de plantas para o município dos Dembos da Organização da Mulher Angolana (OMA) e da Casa da Juventude. O IDF produziu espécies de plantas como a Prosopys Juliflor, Neem e acacias Rubras, para aquelas instituições e organizações repovoarem", contou.

Falta de meios

A madeira está a ser explorada de forma normal no município de Bula Atumba. Segundo Faustino Gongga, a ilegalidade diminuiu, mas ainda há dificuldades na fiscalização, devido a problemas técnicos, como a inspeção móvel.

Os fiscais deslocam-se às áreas de corte e quando notam alguma ilegalidade aplicam multas. Outro problema que afecta a fiscalização são os troços degradados que ligam algumas comunas e bairros.

A fiscalização tem quatro postos fixos na província do Bengo, designadamente no Ucuu, Icuama, Barra do Dande e Libongos, com 31 efetivos a operar. "Pensamos montar mais um posto no desvio do Ambriz, onde já temos as condições criadas", realçou.

Faustino Gongga lamentou a falta de meios técnicos, como viaturas, porque a fiscalização no campo é muito penosa, principalmente na época chuvosa, dado as estradas terciárias não estarem em bom estado.

Exploração de carvão

A exploração de carvão em Angola é feita de forma artesanal. A inexistência de fornos melhorados provoca desperdícios. "Por exemplo, a produção de um quilo de carvão há muito desperdício de biomassa e em geral, 70 a 75 por cento não é aproveitada", realçou.

Com a criação de fornos melhorados o desperdício da biomassa vai diminuir e a maior parte da concentrada para a produção de carvão vai passar a ser aproveitada, garantiu.

10.8 Garimpo de inertes toma proporção alarmante

Jornal de Angola

12 De Maio de 2013

indiscriminada e ilegal de inertes por pessoas singulares e colectivas está a ganhar proporções

alarmantes no Huambo, constituindo motivo de preocupação para o Governo da Província.

O director provincial de Geologia e Minas e Indústria, Augusto Filipe, disse que a não observância da Lei de Ordenamento Minério está a contribuir para a degradação acelerada dos solos da província.

Todos os dias úteis, mulheres e homens, munidos de instrumentos rudimentares, exploram, de forma anárquica, areia, pedras, brita e burgau na zona do Casseque III, Lossambo, arredores da cidade do Huambo, e no corredor dos municípios do Ekunha e Chinjenje, onde chegam a abater árvores para limpar as áreas de garimpo e para o fabrico de carvão.

A actividade é exercida, sobre todo por pessoas de famílias de baixo rendimento, com o propósito de buscar auto-sustento. No local, o material explorado é vendido em montes, a preços discutíveis entre o cliente e o garimpeiro.

Um monte de brita de cerca de 250 quilos custa três mil kwanzas, enquanto o de areia, de cerca de 14 metros cúbicos, a 16 mil. A carrada de pedra fica por 25 mil kwanzas. Augusto Filipe considerou a exploração desregrada de inertes em locais impróprios como prática perigosa, que pode colocar em risco a vida humana, e apontou como consequências os deslizamentos de solos e desmoronamentos das margens dos rios, que terminam sempre em grandes ravinas.

"A nossa província está a ganhar níveis consideráveis de ravinas de difícil combate, desastres naturais, soterramentos de pessoas, devido à exploração desregrada de inertes", afirmou. Estas situações, de acordo

com o também ambientalista, chegam muitas vezes a colocar em risco vidas humanas.

Mais recursos

Augusto Filipe disse que, para reduzir os níveis de exploração, o sector vai privilegiar a acção pedagógica e a realização de campanhas de sensibilização sobre os perigos junto dos cidadãos envolvidos nesta prática, numa primeira fase, para, numa segunda fase, se aplicar a Lei. "Em caso de desobediência, vamos acionar outros mecanismos para contrapor a desordem", garantiu. A exploração de inertes em áreas impróprias, além de perigar a vida de seres humanos, pode sua gradual eliminação. A direcção provincial de Geologia e Minas e Indústria está a trabalhar num plano de ordenamento mineiro, com acções concretas, como a identificação de zonas com potencialidades de exploração deste tipo de inertes, que podem ser extraídos à escala industrial. Em toda

a província, foram apresentadas 12 empresas para esta actividade e destas candidaturas foram seleccionadas dez em concurso, para exercer a actividade de exploração de inertes no corredor Oeste, nos municípios do Ekunhae Chinjenje.

Observância da lei

Augusto Garcia afirmou que estão ainda em estudo outras áreas com o mesmo potencial de inertes para a actividade, cumprindo as normas estabelecidas no Código de Exploração Ambiental. Para a exploração de inertes foram exigidos das empresas todos os requisitos plasmados na Lei de Ordenamento Mineiro, mas os chamados garimpeiros fazem-nos sem qualquer autorização das autoridades.

Paulina Napoli, mãe de sete filhos, que exerce a actividade nas imediações do bairro periférico do Casseque III, confirmou à reportagem do Jornal de Angola que vende um monte de brita de quase 250 quilogramas a três mil kwanzas.

Como muitas outras, Paulina Napoli trabalhava nas hortas, na comuna da Calenga, na Caála, mas devido aos prejuízos, abandonou a terra para se dedicar ao garimpo de pedra, brita e areia, materiais que vende a algumas empresas construtoras e pessoas singulares. Como

os demais operadores, Paulina Napoli trabalha de forma árdua. Muitas mulheres fazem-no com crianças às costas, para, no final da jornada, levarem algum dinheiro para sustento da família.

"Não temos documentos, mas também não podemos parar porque é desta actividade que sai a comida, os cadernos, lápis e batas dos nossos filhos. Inclusive o dinheiro dos medicamentos, quando nós ficamos doentes, sai dessas vendas", disse Paulina Napoli.

Emprego

Na aldeia de Lossambo, Elias Bongue acendia a fogueira sobre uma pedra, para depois de aquecida, parti-la em fragmentos para as obras de construção. Ele trabalha para Inês Baça, que lhe paga 2.500 kwanzas pelo trabalho de duas semanas.

Elias Bongue considerou difícil trabalho por causa de muito tempo que se perde, mas acha que tem de trabalhar para aguentar a casa.

Maria Tchakussanga, ainda jovem, estava com uma marreta nas mãos pronta a partir a pedra. Contou que ela e os irmãos foram sustentados por aquele negócio. "Os nossos pais hoje já não vivem e nós não temos outra alternativa senão partir e preparar pedras para vender a pessoas que queiram construir", disse.

No Lossambo, o monte de pedra custa 25 mil kwanzas.

"Compramos lenha ou sacos de carvão para fazer fogueira sobre as pedras maiores, um método que tem facilitado o nosso trabalho, mas mesmo assim não deixa de ser um trabalho muito sacrificado. Eu e os meus irmãos exercemos essa actividade não só para conseguir dinheiro, mas também para comprar comida e custear as despesas da escola", afirmou Maria Tchakussanga.

10.9 Ombadja é o município mais afectado pela falta de chuvas que dura há dois anos

Jornal de Angola
12 De Maio de 2013

o governador provincial do Cunene, Antonio Dldalelwa, criou uma comissão para diagnosticar e resolver os problemas que enfrentam as populações e o gado local, em consequência da seca que perdura há dois anos.

Dados avançados pelo Governo Provincial referem que mais de 350 mil pessoas estão afectadas pela falta de chuvas nos Cuanhama, Curoca, Ombadja, Cahama, Namacunde e Cuvelai.

A comissão, coordenada pelo vice-governador para o sector político e social, José Veyeleinge, integra os directores da Assistência e Reinserção Social, Agricultura, Energia e Água, Justiça, Saúde, Educação, Cultura, Obras Públicas e os administradores municipais.

Comunas mais afectadas

As comunas do Mucupe, Humbe e Ombala-yo-Mungo, no município de Ombadja, são as mais afectadas pela seca, referiu o administrador municipal. Cerca de 120 mil pessoas estão directamente afectadas pela falta de chuva.

Manuel Taby disse que a seca originou a destruição das culturas agrícolas e a falta de água nas chimpacas (reservatórios de água das chuvas). O administrador salientou que "a situação é preocupante, mas não é alarmante nem de calamidade, embora mereça a devida atenção e um acompanhamento especial do Governo". A administração de Ombadja está a colocar nas aldeias e povoações afectadas reservatórios de 250 mil litros de água para ser distribuída por meio de camiões-cisternas.

O administrador municipal de Ombadja explicou que a situação é crítica também para os animais, devido à escassez de água e de pasto. Para resolver a situação, os Serviços de Protecção Civil do Cunene e a Administração Municipal de Ombadja vão continuar a abastecer a população com água, em três dias alternados, até que se resolva o problema. Fruto da seca, boa parte dos criadores de gado, na província do Cunene percorre todos os dias centenas de quilómetros para se instalar nas margens dos rios Cunene e Caculvale, em busca de pastos e água para os animais.

Manadas de gado, acompanhadas dos criadores das comunas de Chitado, Môngua, Humbe, Ombala-yo Mungo, Onepolo e das povoações de Caluque, Hoji-ya-Henda, Mahengue ya Mukulo, são vistas com frequência em busca de água e alimento para os animais.

A comuna de Canganda, no município de Ombadja, e a localidade de Chipelongo, na Cahama, são as mais procuradas pelos criadores de animais por se encontrarem nas margens dos rios Cunene e Caculvale.

Devido a grande procura, o administrador comunal da Canganda, Walter Fonseca, disse que o pasto está a ser insuficiente para atender as grandes manadas que aí chegam a diário.

Trabalho com parceiros

Para acautelar o agravamento da situação e evitar o surgimento de possíveis doenças do gado bovino, o administrador comunal anunciou uma série de encontros com os homólogos das comunas vizinhas, para estudarem estratégias de prevenção.

As autoridades da comuna de Canganda estão a preparar as mangas e postos de vacinação de gado, em coordenação com administração municipal e os serviços de Veterinária, para imunizar os animais. .11

Outras localidades com grande concentração de animais são as de Tchipelongo e Vime, no município da Cahama. Nestas, estão cerca de 25 criadores de gado acampados nas margens do rio Caculvale, para facilitar a abeberamento do gado, embora o pasto seja escasso.

10.10 Seca provoca antecipação da transumância

Jornal de Angola

16 De Maio de 2013

Os criadores de gado da província do Cunene estão a antecipar a transumância por causa da seca, com grandes manadas de animais a percorrerem longas distâncias à procura de pastos e água, constatou o Jornal de Angola.

As comunas de Kanganda, no município de Ombadja, Oshimolo, no Cuanhama, e as povoações de Otchipelongo e Vime, na Cahama, registam, nos últimos dias, grande afluência de criadores de gado oriundos de Chitado, Caiu e que, Ondjiva, Môngua, Nehone, Evale, Chiendi e outras localidades do Cunene.

Os criadores estão a deslocar-se para as poucas localidades que possuem represas ou estão situadas próximo das margens dos rios Caculvale e Cunene, o que prenuncia uma situação crítica devido à chegada de muito gado bovino e caprino.

Esta é a seca mais severa na província do Cunene desde há quatro décadas, quando populações inteiras tiveram de se movimentar à procura de água e pastos para o gado, chegando, em alguns casos, a percorrer mais de 300 quilómetros.

O soba de Otchipelongo, Paulo Katchilipa, disse ao Jornal de Angola que, nesta altura, se encontram na sua zona vários criadores de bovinos e caprinos provenientes de Chitado, no Curoca, e Caluque, em Ombadja, todos à procura de alimentação para os seus animais.

Os locais de pastos na sua área também já são escassos e a água tende a diminuir, já que o rio Caculvale não tem caudal suficiente, situação agravada pelas fracas chuvas.

"Este ano vai haver muita fome, não só para os animais mas também para a própria população, pois não há colheitas devido às poucas chuvas", referiu Paulo Katchilipa, pedindo poio "urgente" das autoridades em alimentação e a abertura de novos furos de água com profundidade.

Comuna da Kanganda

Outros criadores estão a fixar-se nas margens do rio Cunene, na comuna da Kanganda, município de Ombadja, que ainda possui pasto suficiente, mas o administrador local, Walter de Jesus Fonseca, mostra-se preocupado com o grande número de animais que

afluem diariamente à localidade, o que pode degenerar em conflitos.

"E verdade que na província existe seca e os locais que se situam nas margens dos rios são a salvação de grande parte do gado e Kanganda é preferência de muitos, mas temos de manter um maior controlo dos animais que entram na nossa comuna. Saber a sua proveniência e se foram vacinados contra diversas doenças", disse o administrador. Paulo Katchilipa indicou que, para prevenir o surgimento de doenças do gado bovino, têm sido realizados encontros com as autoridades das comunas do Humbe, Mukope e Xangongo sobre a vacinação urgente dos animais.

Ajuda alimentar

As famílias residentes na povoação de Mahenge-ya-Mukulu, comuna do Humbe, solicitaram apoio urgente das autoridades governamentais em bens alimentares, devido à fome que ameaça ceifar vidas.

O soba da povoação, Salomão Mutindi, referiu que a seca está a causar uma situação de fome já que, este ano agrícola, muitas famílias não puderam cultivar devido a falta de chuvas, enquanto o gado está ameaçado por escassez de pasto e água. Salomão Mutindi lançou um apelo às autoridades para uma intervenção urgente, sob pena de começarem a morrer pessoas por falta de comida e água.

"As lavras ficaram secas todo tempo, o massango não germinou, os furos de água secaram e o que resta à população é apenas a ajuda imediata do Governo", precisou.

O chefe tradicional agradeceu o apoio do Governo na distribuição de água à população com o recurso a um camião-cisterna.

"A população de Mahenge-ya-Mukulu dedica-se essencialmente à criação de gado e ao cultivo de massango, massambala e milho, mas este ano das lavras não se espera mesmo nada, porque não choveu", sublinhou o soba, notando que a fome venha a atingir o seu pico entre Setembro e Outubro. O governador do Cunene, António Didalelwa, garantiu a vacinação de todos os animais que se encontram nas áreas de transumância para combater as doenças bovinas e explicou que todas as condições técnicas e logísticas estão salvaguardadas para que os vacinadores possam trabalhar com os criadores nas zonas de concentração de animais.

Na província encontram-se cerca de 15 toneladas de medicamentos, sobretudo vacinas para imunizar os animais contra peripneumonia contagiosa bovina, carbúnculo hemático e sintomático.

Mais de 66 mil animais provenientes dos municípios do Curoca, Cuanhama e Cahama, encontram-se ao longo da margem do rio Cunene e no norte do município do Cuvelai.

10.11 Seca ameaça criação de gado em várias localidades do Cunene

Economia

17 De Maio de 2013

A situação é crítica uma vez que todos os dias os camponeses percorrem distâncias à procura de condições de pasto e água nas margens dos rios Cunene e Caculuvale

Os criadores de gado da província do Cunene estão a antecipar a ida às zonas de transumância, por causa da seca que se faz sentir na região, e que está a obrigar as manadas a percorrerem grandes distâncias, em busca de melhores condições de pastos e de água. As comunas de Kanganda, no município de Ombadja, Oshimolo, no Cuanhama, e as povoações de Otchipelongo e Vime, na Cahama, são as que estão registar a afluência massiva de criadores de gado oriundos de Chitado, Calueque, Ondjiva, Môngua, Nehone, Evale, Chiendi dentre outras localidades à procura de melhores condições de pasto, fase a situação da seca que a província enfrenta. A situação é considerada crítica uma vez que diariamente chegam populares com as suas manadas de bovino e caprino à procura de capim e água, por estas localidades possuírem represas e estarem localizados nas margens dos rios Cunene e Caculuvale. De acordo com fontes, situação idêntica foi registada há mais de quatro décadas, onde os criadores eram obrigados a percorrer mais de 300 quilómetros a pé, no sentido de salvaguardar a vida dos seus animais, também tidos como principal fonte de riqueza da população da província. Segundo o soba de Otchipelongo, Paulo Katchilipa, neste momento na sua zona se encontram vários criadores de gado proveniente de vários pontos da província que veem aquele local como de subsistência para os seus animais. O soba referiu que as manadas de bovino e caprino são provenientes de Chitado, município do Curoca, e de Calueque, em Ombadja, todos à procura somente de água e capim. Aquela autoridade tradicional sublinhou que os locais de pasto na sua área também já são escassos e a água também tende a escassear, tendo em conta que o rio Caculuvale não é de caudal permanente, agravado pelas fracas chuvas. "Tudo indica que este ano haverá muita fome, não só para os animais mas também para a própria população, pois não há colheita, devido as fracas chuvas que se registaram na localidade", sustentou o soba Paulo Katchilipa. O soba de

Otchipelongo disse que a intervenção das autoridades governamentais deve ser urgente para acudir a população, sendo que nos próximos tempo a situação será insustentável e pode haver gado a morrer por fome e por falta de água. Disse ser necessário e urgente, a abertura de novos furos de água com maior profundidade, sendo que os actuais começam a secar com actual grande procura que se verifica.

Situação em Kanganda

A comuna da Kanganda, município de Ombadja, é outra área escolhida pelos criadores de gado de vários pontos da província do Cunene, para fazer a transumância por se encontrar à margem do rio Cunene e por existir pasto suficiente para o gado. O administrador comunal de Kanganda, Walter de Jesus Fonseca mostrou-se preocupado com o grande número de animais que se deslocam diariamente na sua localidade e de forma desorganizada sem o mínimo controlo e sem se saber a sua proveniência. Para acautelar o agravamento da situação e evitar o surgimento de possíveis doenças de gado bovino, o administrador comunal efectuou uma série de encontros com os homólogos das comunas do Humbe, Mukope e Xangongo no município de Ombadja, para estudarem estratégias de prevenção que segundo ele, passam pela vacinação dos animais o mais rápido possível.

Vacinas garantidas

O governador provincial António Didalelwa garantiu vacinas para os animais que se encontram nas áreas de transumância, visando o combate as doenças bovinas. António Didalelwa adiantou que todas condições técnicas e logísticas estão salvaguardadas para que os técnicos possam trabalhar com criadores nos locais onde existe grande concentração de animais. Segundo disse, por causa da seca que se regista na província do Cunene, muitos criadores abandonaram as suas áreas e procuram condições noutras locais. António Didalelwa frisou que neste momento encontram-se na província cerca de 15 toneladas de medicamentos diversos dentre estas vacinas para imunizar os animais contra peripneumonia contagiosa bovina, carbúnculo hemático e sintomático. Fez saber que mais 66 mil animais oriundos dos municípios do Curoca, Cuanhama e Cahama encontram-se ao longo da margem do rio Cunene e no Norte do município do Cuvelai. Corpo do texto.

10.12 UNITA liga seca à situação de «crise»

CUNENE: A culpa é toda nossa

A Capital

18 De Maio de 2013

Corno que a adivinhar o corre-corre provocado pela seca na província do Cunene, onde esteve recentemente, o secretário-geral da UNITA, Eng. Victorino Nhany, descreveu o cenário como um de vários sinais de um «país em crise», com a esmagadora maioria da população a braços com problemas de base. Em Benguela, no seguimento de um périplo que o levou também à província da Huíla, há uma semana, Nhany advertira que o lado mais visível dos estragos decorrentes da falta de chuva estava no calvário dos criadores de gado. Segundo o político, o que mais espanta é que se trata de uma situação de há vários anos, ocorrendo, como se não bastasse, num país que se «dá ao luxo» de distribuir água à Namíbia, «Sentimos sobretudo pela situação dos criadores de gado», resumiu o político. Dados do Governo do Cunene apontam para mais de trezentas mil as pessoas afectadas, sendo que os municípios do kwanhama, Curoca, Ombadja, Cahama, Namacunde e Cuvelai são tidos como os mais críticos. A seca, reflexo da falta de chuva há já dois anos, deu lugar a perdas de culturas agrícolas, tal como noticia a ANGOP, citando o administrador de Ombadja; Manuel Domingos. «O quadro é preocupante. Não é alarmante nem de calamidade, embora mereça atenção e um acompanhamento especial do governo», afirmou. Refira-se que o governador provincial, António Didalelwa, procedeu à criação de uma comissão que tem a tarefa de identificar soluções para o problema.

Benguela tem o antídoto

Em Benguela, província que também tem enfrentado problemas decorrentes da falta de chuva, mas com consequências menos nefastas, o Governo tenciona investir na reserva de água para fins agrícolas, tirando proveito de períodos de abundância de cargas pluviométricas. Os indicadores para o quinquénio 2013/17 ilustram bem a aposta de um Executivo de olhos postos nos rios Coporolo, Cavaco, Balombo e Catumbela, assim como na existência de riachos intermitentes. De acordo com o director da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Abrantes Carlos Seques se que, as represas a instalar servirão para alimentar o gado e a agricultura. «Quando se fala em irregularidade, quer dizer que podemos ter um ano bom e três maus», justificou. Ciente de que o risco de estiagem está sempre à espreita, o Executivo vai investir na retenção de águas pluviais para a

construção de barragens e açudes. «O objectivo é armazenar e evitar que as águas tenham o mar como destino. Estas metas fazem parte do chamado 'projecto irriga', que será implementado pelo MINADER», ressaltou. Abrantes Seques se que revelou que os recursos financeiros deverão ser disponibilizados em 2014, esperando-se que a definição das localidades esteja concluída ainda este ano. Sabe-se já que os municípios da Ganda, do Chongoroi e do Cubal, detentores de potencialidades em termos de águas subterrâneas, deverão fazer parte das escolhas. «Precisamos de equipamentos para um trabalho de perfuração capaz de assegurar que os sistemas de irrigação funcionem durante todo o ano», concluiu

10.13 Técnicos pedem estudo sobre clima

Jornal de Angola
20 De Maio 2013

Os participantes no Conselho Consultivo do Ministério da Agricultura, que terminou no sábado no Kuando-Kubango, recomendaram um estudo profundo sobre as alterações climáticas e o seu impacto na agricultura, além da construção de pequenos diques, para desenvolver pequenas regas tradicionais e abrandar os efeitos da seca nas comunidades rurais.

A recomendação foi feita tendo em conta a estiagem verificada em 11 províncias do país, com maior destaque para a Huíla, Cunene, Namibe e Kuando-Kubango, e que culminou com a aprovação, pelo Executivo, do Programa de Assistência Alimentar e de Ajuda às Populações atingidas.

O ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural salientou que, para se evitar esta situação no futuro, o Executivo está a adotar um conjunto de medidas relacionadas com a construção de infra-estruturas de irrigação e de abastecimento de água às localidades mais afectadas.

Afonso Pedro Canga realçou, ainda, que é necessário ter em consideração que a seca é um fenómeno da natureza que acontece periodicamente e a única forma de o combater é tomar medidas para mitigar os seus efeitos.

"A entrega destes meios visa, sobretudo, suprir a carência que a população está a enfrentar, para que possa ter uma vida digna nesta fase da estiagem, que não permitiu o desenvolvimento das suas culturas e que está a viver uma situação de vulnerabilidade", disse.

Os participantes fizeram ainda uma avaliação dos resultados da campanha agrícola 2011/2012 e concluíram que houve uma diminuição da produção de cereais, leguminosas e, em menor dimensão, de raízes e tubérculos, em consequência da estiagem verificada em algumas províncias do país.

Para o êxito da campanha agrícola de 2013/2014, o Ministério da Agricultura está a realizar em todo o país ações de distribuição de instrumentos agrícolas, assistência técnica, investigação agrária, preparação mecanizada das terras, vacinação do gado e ações de fomento pecuário, florestal e do café. Outra recomendação vai no sentido de se reforçar as iniciativas em curso, para serem alcançados os objetivos e as metas estabelecidas, como é o caso da correção dos solos, tendo em vista o incremento da produção e da produtividade agrícola, sobretudo na região do planalto central (províncias do Huambo e do Bié).

O governador do Kuando-Kubango pediu mais investimentos para a sua província, por oferecer oportunidades ímpares para se desenvolverem projetos agropecuários. Os investidores vão poder contar com técnicos do Instituto Médio Agrário do Missombo, que começa a funcionar ainda este ano e vai lecionar cursos básicos e médios de agronomia.

10.14 Famílias em zonas de risco são realojadas

Jornal de Angola
21 De Maio De 2013

O Governo Provincial de Cabinda vai alojar, nos próximos dias, as primeiras 60 das 500 famílias que se encontram a viverem zonas de risco e abrangidas no perímetro da requalificação da cidade. A governadora provincial, Aldina da Lomba, efectuou, no passado sábado, uma visita ao local para constatar a preparação do processo de transferência. As famílias vão ser alojadas num novo bairro, em construção, na localidade de Zongolo, arredores da cidade de Cabinda. Neste espaço, o Governo está a construir 200 casas sociais do tipo T3. De momento, estão edificadas 101 casas, das quais 60 já concluídas e 41 em fase de acabamentos. No local, está ainda em curso a construção das infra-estruturas básicas, como arruamentos e rede pública de energia eléctrica. A água potável já existe, sendo que as populações, quando se instalarem, vão ser abastecidas por um sistema sustentado por um furo artesiano com 200 metros de profundidade. A governadora Aldina da Lomba manifestou-se satisfeita tanto pela qualidade, quanto pelo andamento das obras, tendo solicitado aos técnicos e operários para envidarem mais

esforços, de modo a terminem as obras na data prevista. Desta forma, disse a governadora, as autoridades provinciais vão poder cumprir as suas responsabilidades que têm com a população. Apesar de encantada com a obra, Aldina da Lomba sugeriu a ampliação da escola primária e do posto médico já existentes na localidade, para que possam corresponder ao número de famílias a serem transferidas para o Zongolo.

Requalificação

A requalificação da cidade de Cabinda, prevista no plano de desenvolvimento da província, aprovado pela Comissão Económica do Conselho de Ministros, também já teve início. No âmbito do programa, já arrancaram as obras de requalificação do Cemitério dos Nobres, da zona do Tratado do Simulambuco e das rotundas de Cabassango e Buco Ngoio. Os três projectos vão ser inaugurados a 28 do corrente, por ocasião dos 57 anos da cidade de Cabinda. Em função de tais empreendimentos, a governadora acredita que a imagem de Cabinda vai mudar de forma considerável. Quanto ao Cemitério dos Nobres e à zona do Tratado do Simulambuco, Aldina da Lomba disse que é oportuna a requalificação das mesmas, por serem dois importantes marcos da cultura angolana, daí a necessidade de serem conservados. "Desta forma, a juventude, os estudantes e turistas que visitarem esses locais, vão poder saber um pouco mais sobre a realidade e história da nossa província, de modo particular, e do país em geral", referiu.

10.15 Controlo ambiental no Cuvelai

Jornal de Angola
23 De Maio de 2013

O projecto para atenuar a vulnerabilidade da Bacia Hidrográfica do Cuvelai às alterações climáticas foi ontem apresentado em Luanda pelo Ministério do Ambiente, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Criado no âmbito do Plano de Acção Nacional de Adaptação (PANA), tem como componentes a transferência de tecnologias para a monitorização do clima e do ambiente, o reforço da capacidade de Angola nos serviços hidro-meteorológicos nacionais e locais, a monitorização das condições atmosféricas e das alterações climáticas na Bacia Hidrográfica do Cuvelai. "No âmbito da implementação deste plano, apresentámos o projecto ligado à redução da pobreza, seca e desertificação, e à necessidade de medidas de adaptação e mitigação às alterações climáticas, e às

suas implicações e desafios com o desenvolvimento sustentável", afirmou a ministra Fátima Jardim.

O projecto tem previsto esclarecer as comunidades de pequenos agricultores da Bacia sobre os riscos e vulnerabilidades, e reforçar o planeamento e adaptação ao clima local, atualizando o Plano director do Cunene com melhores praticas.

A representante das Nações Unidas em Angola, Maria Ribein realçou a importância das alterações climáticas em Angola e incentivou a criação de medidas e programas que permitam às populações adaptarem-se às novas realidades geográficas e climáticas e conseguir, cada vez mais, um desenvolvimento sustentável para bem-estar das populações.

Maria Ribeiro reconheceu o esforço do Executivo em dar resposta à seca no Cunene e noutras províncias do sul de Angola, e reiterou vontade e disponibilidade das Nações Unidas em acompanhar, apoiar e contribuir no plano nacional de resposta.

10.16 Vítimas da seca recebem alimento

Jornal de Angola
23 De Maio de 2013

Foram entregues vários produtos do campo à Protecção Civil do Cunene

Mais de 40 toneladas de vários produtos cultivados na província do Zaire foram entregues na terça-feira à comissão provincial de Protecção Civil do Cunene, para apoiar as vítimas da seca na região.

Os bens doados, com destaque para a banana, mandioca, feijão e sementes de abóbora, foram recolhidos nas cooperativas agro-pecuárias Nti-Lu, do município do Cuimba, e Magave, da sede da província do Zaire.

O mandatário do Governo Provincial do Zaire para coordenar o processo de entrega dos bens, Ntinti Lulendo, presidente da cooperativa Nti-Lu, sublinhou que a intenção é minimizar o sofrimento das pessoas afectadas pela seca, no Cunene.

A campanha de recolha de produtos do campo lançada pelo Governo da província do Zaire tem à cabeça o próprio governador Joanes André, que quer motivar outras forças da sociedade angolana a participarem nesta campanha a favor dos afectados pela seca no Cunene e noutras regiões do país.

Ntinti Lulendo garantiu que a acção de solidariedade por parte da população do Zaire para com os habitantes do Cunene pode continuar, se for necessário, uma vez que a primeira província produziu mais que a outra. O director executivo da comissão provincial de Protecção Civil do Cunene, Joaquim António, que agradeceu a solidariedade do Governo do Zaire, pediu que este tipo de acções continue, uma vez que a população está a enfrentar graves problemas de fome. Os estudos indicam, acrescentou, que nos próximos 11 meses a população vai necessitar de ajuda alimentar e outro tipo de bens, uma vez que as chuvas só voltam a cair normalmente entre Outubro e Dezembro.

Antigos combatentes

O Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria também se juntou às acções de solidariedade para com as vítimas da seca no Cunene, com a entrega de 15 toneladas de produtos diversos.

Entre os meios entregues constam sacos de arroz, feijão, fuba, óleo alimentar, sabão, recipientes de água e kits de reintegração, para reduzir as dificuldades de mais de 500 mil famílias afectadas pela seca, no Cunene.

10.17 Ministério a Energia e água anuncia medidas para conter a crise

Expansão

24 De Maio de 2013

Um dos projectos tem que ver com a conclusão das obras da barragem de Kalueque, no leito do rio Cunene, que vai permitir o aumento da superfície de irrigação no baixo Cunene em cerca de mais 10 000 hectares.

o ministério da Energia e Águas anunciou para Setembro próximo o conclusão de um grande projecto que vai assegurar o crescimento da capacidade de oferta de água potável às populações do Cunene, diminuindo os efeitos da seca que vem assolando a população local há dois anos. Segundo o titular da pasta, João Baptista Borges, o projecto visa transportar água do rio Cunene, na localidade de Changongo, município de Ombandja para a cidade de Ondjiva, capital da província O projecto, que tem a sua conclusão prevista para o próximo mês de Setembro, vai permitir que a população de Changongo e a de Ondjiva tenham água potável, segundo João Baptista Borges. Acurto prazo e por forma a minimizar igualmente os prejuízos da seca, o ministério da Energia e Aguas prevê a abertura de

mais furos de água No total, estão previstos mais de 60 furos em todas as regiões afectadas, uma vez que é possível abastecer a população por intermédio de furos artesianos. Nesta altura, de acordo com João Baptista Borges, com a seca que se assiste na região, parte dos furos de água está desactivado e assiste-se a um trabalho de reabilitação que se está a proceder com vista a providenciar mais água à população, A médio prazo, João Baptista Borges acentuou que está perspectivado, com a conclusão do estudo do Plano de Gestão Integrada do rio Kuvelai, o aproveitamento deste rio para o abastecimento de água igualmente à população.

Irrigação a partir de Kalueque

Por outro lado, com a conclusão das obras da barragem de Kalueque, no leito do rio Cunene, igualmente no município de Ombandja, que tiveram início no primeiro trimestre de 2012, está previsto o aumento da superfície de irrigação no baixo Cunene em mais de 10000 hectares para os agricultores. João Batista Borges acrescentou que o facto possibilitará que se proceda e se assegure a agricultura por regadio ao invés de sequeiro, como se vem procedendo que com a falta de chuvas periódicas tem causado carências alimentares à população. "Estes projectos estão bem encaminhados e pensamos que coma sua conclusão vamos poder reverter significativamente a situação de seca e penúria que se assiste actualmente no Cunene". Em relação ao garimpo de água e electricidade, o titular da pasta da Energia e Águas sublinhou que no caso da água a situação é pior, uma vez a água ser um recurso mais raro em Luanda do que a energia, sendo que os efeitos do garimpo mais devastadores. No caso da energia e dá água, o impacto económico do garimpo é significativo segundo o governante, na medida que as empresas vão perdendo capacidade de assegurar a operacionalidade dos sistemas devido as perdas financeiras. No seu entender, a solução para caso tem de envolver a sociedade de uma maneira geral. "Tem de haver denuncia, uma actuação firme dos órgãos do poder local e de quem observar esse tipo de vandalismo e atropelos", disse notando que o problema transcende o âmbito de responsabilidades do seu ministério.

Descentralização de serviços

Em relação às constantes avarias na rede de distribuição, João Baptista Borges acentuou que para se resolver esse tipo de problema há que se ter em conta as causas das principais avarias, sendo as ligações ilegais e o vandalismo uma delas .. Uma das soluções encontrada pelo seu pelouro foi descentralizar os serviços, recorrendo ao agenciamento de pequenas actividades à pequenas

empresas, que fazem cobranças de facturas e reparação de pequenas avarias. Explicou que nas zonas periurbanas há um grande número de agentes que trabalham em nome da EDEL. No toca à água potável, outro aspecto que o ministério da Energia e Água tem estado a acautelar tem que ver com a colocação de contadores pré pagos em Luanda e noutras regiões do País. João Baptista Borges asseverou que nas áreas onde já foram colocados contadores, nomeadamente na zona do Caputo, ao município do Rangel, e Mártires de Kifangondo, o número de avarias diminuíram drasticamente. "Se as avarias diminuem, aumenta também a capacidade de resposta da EDEL e da EPAL", garantiu o ministro reconhecendo a existência de alguma ineficiência na prestação de serviço dos órgãos sob sua tutela.

Novas ligações domiciliárias

No que toca ao programa de ligações domiciliárias que a EP AL tem estado a conduzir em Luanda desde finais de 2012, João Baptista Borges referiu que até ao momento já foram feitas 100 000 ligações a sul de Luanda e no município do Cazenga, das 700 000 previstas. O programa será executado em dois anos e está orçado em 90 milhões USD. "Neste momento estamos com menos de um ano de execução e o rítmico dos trabalhos é significativo. Com a execução da obra temos de ter água suficiente para colocar na canalização e a EP AL desenvolve, em paralelo, um programa de estabilização", afirmou. Conforme afirmou, o programa prevê a reabilitação, das Estações de Tratamento de Água, quer as duas de Kifangondo, quer as do sul de Luanda, na zona do Kilruxi. Isto permitirá acrescentar mais cerca de 150 000 metros cúbicos de água à Luanda, sendo que a capacidade bruta de produção é 350 mil.

10.18 Alterações climáticas põem em causa o bem-estar das populações de várias regiões

Jornal de Angola
25 De Maio de 2013

As alterações climáticas em algumas regiões do país comprometem a segurança alimentar, criando contingências e condições adversas às populações, afirmou a ministra do Ambiente, Fátima Jardim.

Falando quarta-feira, em Luanda, no seminário de apresentação do Plano de Acção Nacional de adaptação às Alterações Climáticas (PANA), a responsável referiu que em Angola a seca, sobretudo no sul do país, as ravinas e outros problemas naturais colocam em causa o bem-estar dos habitantes dessas regiões.

A ministra sublinhou que as questões relacionadas com as alterações climáticas ainda apresentam dificuldades no seio da sociedade angolana tendo em conta que a sobrevivência durante o conflito não permitiu a formação de uma consciência voltada para as questões do ambiente.

Para Fátima Jardim, o PANA surge como um instrumento que vai dar resposta às necessidades imediatas de adaptação do país.

O Executivo angolano ratificou a convenção sobre as alterações climáticas para os países menos avançados, visando reduzir a vulnerabilidade face ao fenómeno das alterações climáticas nesse quesito e desenvolveu o seu plano de adaptação, aprovado em 20 11.

"Como um dos resultados do compromisso do Executivo em relação à vulnerabilidade climática e das consequentes necessidades de adaptação, em 2011 concluímos a elaboração do Programa de Acção Nacional de Adaptação e o projecto que estamos hoje a abordar é resultado da componente de implementação deste programa", acentuou a ministra.

Fátima Jardim referiu ainda que as transformações que têm estado a acontecer no país continuam a determinar e a exigir processos de transição de carácter político, económico e social, exigindo de todos os actores da gestão ambiental respostas dinâmicas e flexíveis, que se adequem a situações concretas.

Fátima Jardim adiantou que as alterações climáticas, devido à sua imprevisibilidade, intensidade e impacto, exigem uma melhor preparação de modo a se darem respostas adequadas ao momento e ao contexto em que se inserem.

Bacia do Cuvelai

"Com esta iniciativa, estamos a procurar dar resposta concreta à situação da bacia do Cuvelai, mas a dinâmica do programa procura visualizar respostas a outros problemas em diversos pontos do país e, à medida das necessidades e disponibilidades, vamos aumentar a capacidade de resposta em toda a extensão do território nacional", afirmou Fátima Jardim. A ministra avançou que se devem conjugar esforços para gerar uma sociedade global sustentável, baseada no respeito pela natureza, pelos direitos humanos universais e promover a justiça económica e a cultura da paz. A titular da pasta do Ambiente defendeu acções concertadas entre as autoridades e as populações para impedir o abate indiscriminado da flora e da fauna, cujos efeitos são nefastos para o ambiente.

10.19 Governador quer diálogo com os sobas

Jornal de Angola

27 De Maio de 2013

O governador do Cunene, António Didalelwa, pediu, em Ondjiva aos administradores municipais comunais, mais diálogo com as autoridades tradicionais, de modo a facilitar a acção do Governo na resolução dos problemas das comunidades, resultantes da seca prolongada. António Didalelwa, que falava no encerramento da reunião com as autoridades tradicionais, disse que diálogo com os sobas deve ser permanente, pois estes têm maior domínio da realidade das comunas, aldeias e povoações. "A comunicação com os sobas deve ser melhorada para que se resolvam os problemas pontuais nas localidades. Só as preocupações que ultrapassam as competências da administração municipal devem seguir para o Governo Provincial", afirmou o governante. Além de sobas provenientes dos seis municípios da província, a reunião contou com a participação dos administradores municipais, comunais e membros do Governo Provincial. O soba grande de Ondjiva, Venâncio Kaytume, reconheceu o empenho do Executivo no apoio às vítimas da seca naquela região, desde o primeiro grito de socorro da população. Venâncio Kaytume disse que, desde o primeiro momento da calamidade, o Chefe de Estado orientou para que se prestasse o devido apoio às populações afectadas. "Apesar de a situação ser crítica, estamos animado porque é visível a preocupação do Executivo e do Governo local em acudir as populações afectadas pela seca, sobretudo em alimentos e água", disse.

10.20 Recomendada a drenagem de águas paradas

Jornal de Angola

28 De Maio De 2013

Os participantes ao nono Conselho Consultivo da Saúde, realizado de 22 a 24 do corrente mês, na vila de Calulo, província do Kwanza-Sul, recomendaram a drenagem de águas paradas e a luta anti-Iarval, para acabar com o paludismo. O Conselho Consultivo, que reuniu diversos responsáveis da super-estruturada provincial, considerou ser necessário incrementar a luta contra larvas, a drenagem de águas paradas e acabar com os focos de lixo nas zonas urbanas, suburbanas e rurais. Devido à fraca absorção dos técnicos de saúde já formados, os participantes querem que o governo da província adopte mecanismos junto das estruturas centrais para

colmatar a falta de técnicos nas unidades sanitárias, sobretudo no meio rural. O nono Conselho Consultivo alargado da saúde recomendou a elaboração de projectos que permitam a interacção com as autoridades tradicionais nas comunidades, como condição para reduzir a mortalidade infantil. Os participantes recomendaram ao governo da província a aprovação de medidas de atracção e retenção de quadros, num esforço conjunto com outras entidades, oferecendo mais oportunidades de condições de trabalho, formação e remuneração. A expansão da rede sanitária e a formação de técnicos na área de estatística nas unidades sanitárias dos municípios, através das propostas das administrações municipais, foram também recomendações saídas do nono Conselho Consultivo alargado da saúde. Na sessão de abertura, a vice-governadora do Kwanza-Sul para o sector político e social, Maria de Veiga, apelou à inspecção da saúde no sentido de reforçar os mecanismos de controlo junto das unidades hospitalares da província, como premissa para uma assistência médica que satisfaça as necessidades das populações. A vice-governadora para o sector político e social salientou que as prioridades do governo da província do Kwanza-Sul incidem ao sector social, com destaque para a saúde, pelo facto de ser o factor de desenvolvimento de qualquer sociedade.

10.21 Acabar com a fome e impedir que ela regresse

Jornal de Angola

30 De Maio de 2013

Mais de 11 mil camponeses do município dos Gambos fazem contas à vida depois de terem perdido quase toda a produção agrícola devido à seca prologada. O governador Marcelino Tyipinge visitou as áreas afectadas e garantiu o apoio às vítimas.

Tuehulilwa Kaita, 64 anos, cultivou no princípio da campanha agrícola 20 12/20 13 dois hectares na localidade de Catoho, a prever colher duas toneladas de massango e massambala. A falta de chuva secou-lhe a esperança e reduziu a produção a 20 quilos.

Situação semelhante vive Muekutile Watua, que viu os três hectares de terra cultivada serem dizimados pela seca.

"Perdi tudo e não sei o que vai ser de mim", repetiu com lágrimas nos olhos ao Jornal de Angola o que já disse vezes sem conta a companheiros de infortúnio e a si própria.

A estiagem prolongada prejudicou igualmente o milho semeado por João Camuti na localidade de Tyitongotongo.

A falta de chuva e de ter o que colher e comer junta-se a preocupação do reembolso da semente adquirida no âmbito do Programa de Crédito de Campanha.

Parte das localidades afectadas pela seca nos Gambos foram visitadas pelo governador Marcelino Tyipingé, vice-governadora Maria João Tchikalavela, administrador municipal, Elias Sova, e pelo director provincial da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Lutero Campos.

A soba da comuna da Chibemba, Teresa Joana, confirmou que "a situação é preocupante, pois os mantimentos dos camponeses foram destruídos pela seca", que afectou as localidades de Chiango, Tapu, Catoho, Luvata, Tyitongotongo, Tyipeio, Taka, Tyikm, Kefela, Nguelengue, Mapupu e Cahila. O administrador municipal referiu que a seca nos Gambos afectou 11.563 pessoas e que "os apoios recebidos têm sido insuficientes para acudir os que têm mais necessidades".

Elias Sova, apesar disso, agradeceu os apoios cedidos pelo Governo Provincial, por intermédio da Direcção Provincial do MINARS, pela Associação' dos Jovens Provenientes da Zâmbia (AJAPRAZ) e pelas Igrejas Além das 40 toneladas de bens diversos doadas pela AJAPRAZ, . salientou, a população dos Gambos recebeu da Igreja Evangélica Baptista de Angola (IEBA) 24 sacos de arroz, cinco de açúcar, outros tantos de sal, dez bidões de óleo e quatro atados de roupa usada. Elias Sova insistiu que mesmo assim é preciso promover iniciativas para se encontrarem soluções que minimizem os efeitos da seca no município.

A realização de estudos de aproveitamento da água do rio Caculuar, abertura de mais 20 furos, estudos para a concepção de um programa específico ou de emergência, conforme os casos, capazes de proporcionar soluções imediatas, como a criação de cozinhas comunitárias em todas as escolas para evitar que as crianças abandonem as aulas por causa da fome, são acções solicitadas pelo administrador municipal dos Gambos para minimizar os efeitos da seca.

Elias Sova também salientou a importância de se adquirirem atempadamente sementes diversas, principalmente de cereais, que se adaptam à região para, logo que a chuva comece a cair, as pessoas poderem começar a trabalhar a terra. A directora provincial da Assistência e Reinserção Social na Huíla revelou que desde Outubro até ao dia 20 a população

afectada pela seca no município recebeu mais de cem mil toneladas de bens alimentares, como milho, farinha de milho, feijão, açúcar, sal, massa alimentar e grandes quantidades de caixas de sabão, peixe seco, massa de tomate e vários utensílios.

Catarina Manuel elogiou a decisão da AJAPRAZ de se juntar à campanha de solidariedade e de ter oferecido 40 toneladas de produtos diversos que beneficiaram 4.658

peças de 932 famílias. A directora do MINARS referiu que a seca atingiu oito dos 14 municípios da Huíla e que há mais de 800 mil pessoas afectadas. Autoridades eclesásticas, que estiveram reunidas com o governador provincial, defenderam a distribuição de uma cesta básica mensal "a todas as famílias vulneráveis" e que se tenha em conta o número de elementos de cada uma delas.

A prospecção e exploração de água do subsolo para se continuar o projecto de expansão da agricultura alternativa com hortas familiares é outra estratégia sugerida pelos representantes das igrejas sedeadas no município.

Os religiosos pediram igualmente que se realizem estudos para a criação de chimpacas que permitam aumentar a quantidade de água para as pessoas e para o gado. O pároco da Igreja católica dos Gambos, Jacinto Wakussanga, disse, no encontro com o governador da Huíla, que a reabilitação da barragem da Tuatua, na localidade da Taka, pode ajudar a criar "uma fonte robusta de abastecimento de água".

A presença de cisternas para auxiliar no abastecimento pontual de água potável, a conjugação de acções para se obterem mais apoios a todos níveis para o fomento da agricultura familiar também foram sugeridas no encontro com o governador provincial.

Retenção de águas

Marcelino Tyipingé anunciou a abertura de 20 furos, e a criação de chimpacas e represas para guardar água para o abeberamento do gado.

O governador também revelou que nos próximos tempos vai fazer-se o desassoreamento do rio Caculuar e criar represas para poder haver "um aproveitamento adequado da água e minimizar os efeitos da seca nos Gambos".

Marcelino Tyipingé disse que o Governo Provincial vai trabalhar com os Ministérios do Planeamento, Agricultura e Finanças para a concretização destas acções e que uma empresa de consultoria já fez os estudos de viabilidade para a aptação de água a partir

do rio Cunene, cujo projecto vai fazer parte do Orçamento de 2014.

"A situação é crítica, a fome é patente na população e por isso temos de juntar esforços para salvar as pessoas mais vulneráveis e acabar com o problema da seca cíclica nos gambos", sublinhou.

10.22 Medidas para combater a seca

Nova Gazeta

30 De Maio de 2013

O governador do Cunene, António Didalelwa, defendeu a instalação de um sistema de alerta para possíveis calamidades naturais, o incentivo à agricultura mecanizada e a construção de celeiros como medidas para reduzir os efeitos da seca nos próximos tempos. António Didalelwa destacou também a necessidade de se capacitarem os fazendeiros e os pequenos agricultores com equipamentos de irrigação, tractores e sementes, para tornar a produção agrícola "mais dinâmica e produtiva". Outras medidas apontadas pelo governador foram a promoção do comércio rural, a reabilitação e construção de estradas secundárias e terciárias para facilitar o escoamento dos produtos e a construção de canais " para o abastecimento de "água. A seca, que se tem sentido desde 2008, afecta mais de 500 mil pessoas sobretudo no Cunene, mas também em algumas zonas da Huíla e do Kuando-Kubango.

10.23 Quando o céu lhes cai em cima

Nova Gazeta

30 De Maio de 2013

João Samuel, residente no sector dois do bairro Boa Esperança III, tem a casa em perigo por causa de uma racha que a divide em duas partes: Está assim há sete anos. Outras casas já desabaram, como se pode ver pelos escombros. O desabamento de casas na zona vem de 2009. Nesse ano, os responsáveis da administração do Cacucaco visitaram a zona e efectuaram o registo dos moradores com a promessa de os realojar no bairro Belo Monte. De lá para cá, continuam a "viver no perigo", desabafa João Samuel. Quando se realizou o processo de cadastramento, cada família pagou seis mil kwanzas e a última vez que se fez a actualização voltaram a pagar mais mil. Basta o céu pintar-se de preto para os moradores entrarem em estado de alerta e desespero: preparam enxadas, pás, picaretas e banheiras para abrirem caminho e evacuarem a água. O trabalho é exclusivo dos adultos, enquanto as crianças são escondidas em locais seguros. O medo do desabamento junta-se à tristeza quando se recordam dos vizinhos que ficaram sem casa. Vivem aqui cerca de 400 famílias, regista o coordenador da zona e morador António Domingos João. Esta tem sido a área mais atingida. Além das casas, também escolas e igrejas desabaram. Joana Fausto, moradora há 18 anos, recua no tempo recordando que o bairro foi sempre calmo, quando as casas estavam longe do mar. Nos últimos anos, o mar avançou, originando a destruição das casas.

ÁGUA PELA CINTURA

Já em Luanda, há outras situações. A vala que passa pelo interior do bairro Nguanhã encontra-se cheia de lixo e dista pouco menos de cinco metros das casas. O cheiro nauseabundo desperta a curiosidade de quem circula por aqueles becos. Quando chove, a água chega a infiltrar-se nas casas provocando inundações. Já no Porto Pesqueiro, a vala do Soroca, que divide o bairro em dois, foi construída para facilitar a circulação das águas, mas os moradores asseguram que, se chover, a água atinge as residências. Cristina Avelino, residente há três anos, não tem dúvidas de que se a casa for baixa, a água chega ao nível da cintura dos moradores, estragando os haveres. Joaquina Marta conta que "basta serenar" para despertarem e não dormirem. A água nas casas, além de entrar pela porta, nasce também do chão. O bairro está sobre um lençol de água. À semelhança do Cacucaco, a administração do Ngola Kiluanji, que gere o Porto Pesqueiro, também efectuou o cadastramento dos moradores. Ao mesmo cenário assiste-se nos bairros Teixeira, Cassequel e Samba. As valas encontram-se cheias de lixo. Os moradores têm

pedido às autoridades que sejam retirados dali. Serafim António, morador do Casseque, reconhece que corre "riscos" e lembra que os seus antigos vizinhos viram as casas desabadas e foram forçados a mudar de bairro. A vala que passa pelo bairro transporta águas residuais do Senado da Câmara, Cidadela e das residências da Vila Alice e vão parar às imediações daquelas residências, o que provoca as inundações e consequente desabamento de casas.

DESCONFIANÇA

Os moradores do bairro Boa Esperança III desconfiam que haja aproveitadores a beneficiarem do sofrimento deles. João Samuel recorda-se que, depois de efectuado o cadastro dos moradores, foi o único beneficiado com terrenos e que encontrou outras pesa soas a receber parcelas, sem que as reconhecesse como moradores do bairro. Ele e os vizinhos informaram a administração Cacucaco que garantiu a suspensão do processo e um novo registo. Dois meses depois, desconhecem o que se passa.

A administradora do Cacucaco, Rosa João Janota, reconhece que "não é fácil", nesta fase, reassentar as pessoas que vivem em zonas de risco, porque os terrenos foram ocupados. Mas promete que as mais de 400 famílias serão realojadas "brevemente".

II. MIGRAÇÃO

II.1 Imigrantes

O País

03 De Maio de 2013

Vou repetir-me, sei. Mas faço-o mais à vontade, agora que sinto que já não somos poucos a abordar o assunto. Há muitos angolanos a olhar com olhos de ver o que alguns preferiam esconder, ignorar. Mas fingir não é o melhor caminho, definitivamente, quando está em causa algo tão importante como alguém sentir-se bem no seu próprio país, com os outros que acolhe. A imigração ilegal em Angola atingiu proporções que tenho certas dúvidas que o Estado saiba a quantas andamos. Os africanos, depois de estarem cá dentro, passam perfeitamente por angolanos, a cor da pele ajuda, somada à nossa diversidade étnica, ou de tipo. É quase necessário um inquérito sobre coisas básicas para se descobrir quem é angolano. O pior é que assim ainda nos arriscamos a expulsar os miúdos que as empresas chinesas trazem do Sul do país e que também eles não falam português, são analfabetos e pouco ou nada sabem da história, da geografia, das entidades e da realidade angolana. Portanto, podemos bem-estar a expulsar, nos números que o SME apresenta quase todas as semanas, cidadãos angolanos. E a pergunta mantém-se: porquê que o SME anuncia sempre a expulsão de cidadãos africanos nas províncias fronteiriças e parece assobiar para o lado quando se trata de imigrantes europeus cuja acção pode bem ser mais prejudicial? É que se há africanos que vêm para exercer a actividade de garimpo de diamantes, alguns integrados em redes criminosas, e esses devem ser combatidos. Há também os imigrantes da fome, os que precisam de ajuda, embora poucos, de facto. Outra particularidade é que estes cidadãos não competem pelos mesmos postos de trabalho destinados aos angolanos da emergente classe média, a mais reivindicadora. Outra classe de imigrantes é composta por expatriados, que segundo a lei, deveria ser constituída por pessoas que viriam dar formação e que preencheriam postos de trabalho vagos por não haver angolanos para os preencher. E é aqui que o SME assobia kuduro. Milhares 'dos ditos expatriados exercem actividades com outros milhares de angolanos na fila à espera de uma oportunidade. Milhares destes expatriados estão cá nesta condição há mais de cinco anos, não formaram ninguém, ' portanto. Milhares de expatriados vivem cá e trabalham com vistos de turismo, o que transformam nosso turismo num caso particular, devemos ser o único país do mundo onde o turista, em vez de trazer dinheiro vem buscar, e não paga impostos. O

pronunciamento do ministro do Interior sobre a imigração ilegal, no Dia do SME, veio mostrar que há uma preocupação de Estado quanto à questão. E não é para menos, isso pode rebentar um dia, além dos outros perigos e sabotagens a que estamos sujeitos diariamente. Eu acho que andamos (como Estado) todos a assobiar. Já não é possível expulsar todos os imigrantes ilegais que cá temos, até porque muitos deles já têm filhos nascidos cá, com parceiros angolanos. Está de volta, e de que maneira, o fenómeno das marias e dos "filhos da tuba", que pode ser um estratagema bem pensado para ficar e para difundir culturas, hábitos e religiões que nada têm a ver connosco. Então, em vez de anunciar apenas os números de africanos expulsos, acho que o Estado deve iniciar um processo de legalização de estrangeiros, para lhes dar dignidades, oportunidades de emprego legal e para saber quem são, quantos são e onde estão. A imigração pode também ser um factor de desenvolvimento, se bem gerida e aproveitada. Mas deve-se terminar com a brincadeira do expatriado com visto de turismo que mais não é, muitas vezes, que urna licença para a boa vida sem nada fazer. E as contas a fazer', são simples: quantas universidades há em angola? Quantos licenciados são colocados no mercado todos aos anos? Quantos postos de trabalho há disponíveis? Como vai um mestre-sala angolano ter um espaço para evoluir se os lugares estão preenchidos por expatriados? O assobio do estado, neste caso, pode bem ser o pavio a arder.

II.2 Operações policiais detectam imigrantes sem documentos

Jornal de Angola

04 De Maio de 2013

A Polícia Nacional na província do Bengo continua a aperfeiçoar as formas de combater de maneira mais eficaz a imigração ilegal, que faz do Ambriz uma das principais portas de entrada de estrangeiros.

O comandante municipal do Ambriz disse ao Jornal de Angola que os efectivos não se têm poupado a esforços para alterar esta situação.

Dudu Garcia revelou que os violadores de fronteira utilizam diferentes mecanismos de actuação para enganar as forças de ordem, o que faz com que a Polícia Nacional incremente planos de contenção para a sua detenção, tanto por via terrestre como marítima.

Os esforços conjugados com a Marinha de Guerra e a Polícia de Guarda Fronteira têm sido eficazes para impedir que os ilegais cheguem à capital do país, através da província do Bengo. "A imigração

ilegal não é feita apenas por via marítima" indicou, sublinhando que eles adoptam formas radicais para passar as fronteiras do país, com a utilização de camiões contentorizados e cisternas de água.

O comandante apontou a utilização de camiões de transportes de inertes, com compartimentos camuflados, e a travessia a pé, havendo muitos que percorrem longas caminhadas, com a ajuda de um guia. "Nas operações de rotina, temos detido vários grupos acompanhados de pessoas que conhecem bem os nossos limites territoriais. Desta forma, atingem localidades desconhecidas. Esse apoio prejudica os nossos esforços", lamentou.

Os esforços da policia têm incidido as suas acções na defesa da retaguarda da província do Zaire, através da qual é realizada a contenção e captura de muitos imigrantes ilegais, que tanto por terra como por mar invadem o país.

A estratégia dos estrangeiros ilegais não se restringe apenas a interesses económicos, ou de procura de melhores condições de vida. Dudu Garcia garantiu que outro objectivo deles é obterem documentação angolana e casamento com mulheres angolanas.

11.3 Autoridades migratórias com movimento intenso

*Jornal de Angola,
09 De Maio 2013*

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) registou, no período de Abril de 2012 a Abril deste ano, 601.593 movimentos migratórios nos postos fronteiriços de Santa Clara, Calueque e Ruacaná, fronteira com a Namíbia.

De acordo com o balanço do SME na província do Cunene, dos emigrantes 389.873 são nacionais e 211.720 estrangeiros, dos quais 61.725 usaram passaportes, entre turistas, trabalhadores expatriados, residentes, bem como 149.995 namibianos, com passes de travessia.

Além dos namibianos, figuram na lista dos emigrantes sul-africanos, portugueses, moçambicanos, são tomenses, cubanos, zimbabueanos, espanhóis, franceses, chineses, congolese democráticos, canadianos, ugandeses, tailandeses, japoneses, alemãs, entre outros.

No mesmo período, foram impedidos de sair do território nacional 58 cidadãos nacionais por não apresentarem o certificado de autorização de saída emitido pelas autoridades migratórias, caducidade de passaportes, por pender sobre si interdição

da Procuradoria-Geral da República, mandado de captura, não apresentação de documento de viagem e por interdição de saída a pedido do SME e da Direcção Nacional de Investigação Criminal. De igual modo, foram ainda impedidos de entrar 13 estrangeiros, por pender sobre eles interdição de entrada a pedido do SME, falta do visto de entrada, por não apresentar documento de viagem e por falta de meios de subsistência.

O SME na província do Cunene recebeu, durante o período em referência, 2.818 processos de pedido de emissão de passaportes ordinários, dos quais 1.910 de emissão e 886 de reemissão, e fez a entrega de 2.840 passaportes aos respectivos requerentes.

11.4 Exército atento às ilegalidades

*Jornal de Angola
10 Maio de 2013*

O comandante do Exército disse ontem que aquele ramo das Forças Armadas Angolanas (FAA) está preocupado com a entrada ilegal de estrangeiros no país.

Lúcio do Amaral manifestou a opinião no final de um encontro com o secretário de Estado para a defesa nacional, Gaspar Rufino, que visitou o comando do Exército.

No encontro foram tratadas questões relacionadas com a segurança nacional e com o processo de reedificação das FAA.

O processo de reedificação das FAA, disse Lúcio do Amaral, decorre normalmente e estão a ser criadas condições de trabalho em tempo de paz "para que o homem no quartel se sinta como se estivesse na sua própria casa".

Migração no Cunene

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) no Cunene anunciou ter registado, de Abril do ano passado até ao mesmo mês deste ano, 221 casos de entradas e permanência ilegais de estrangeiros.

O relatório do SME refere que as infrações, registadas nos municípios de Namacunde, Ombadja, Kwanhama e Cahama, permitiram interpelar 157 indivíduos de várias nacionalidades.

No mesmo período foram detidos oito angolanos suspeitos de auxílio à imigração ilegal e sancionadas 41 empresas por acolherem estrangeiros sem o terem comunicado às autoridades.

O documento do Serviço de Migração e Estrangeiros refere que 97 angolanos foram repatriados da Namíbia por se encontrarem em situação ilegal.

O Serviço de Migração e Estrangeiros na província do Cunene tem o registo de 604 estrangeiros, 46 dos quais residentes, 516 com visto de trabalho, 18 com permanência temporária, oito refugiados, 15 condenados e dois detidos.

11.5 Denunciada existência de facilitadores

Jornal de Angola

11 De Maio de 2013

O combate cerrado às redes de promoção e auxílio da imigração ilegal em Cabinda é uma das prioridades do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), para garantir a segurança das populações e diminuir o fluxo de estrangeiros em situação irregular naquela província.

Em declarações à Angop, o inspector de migração e chefe de secção de Fronteiras do SME em Cabinda, Manuel Lino, falou da existência de redes de estrangeiros ilegais na cidade de Cabinda ligados a acções de promoção e auxílio à imigração ilegal.

"É uma situação preocupante porque este novo 'modus operandi' indica que há estrangeiros em situação migratória irregular envolvidos em redes de promoção e auxílio à imigração ilegal", revelou.

Manuel Lino informou que foram detidos seis estrangeiros ilegais numa residência sob tutela de um promotor e auxiliador de imigrantes ilegais da República Democrática do Congo, que pedia a cada imigrante quatro mil dólares para os transportar até à capital do país. Nesta operação foram detidos dois malianos, igual número de mauritanos, um camaronês e um somali.

De acordo com Manuel Lino, o cidadão da RDC vive em Cabinda em situação migratória irregular e recebia os imigrantes ilegais a partir de locais fora do controlo migratório, algures na fronteira de Massabi. Transportava os imigrantes numa viatura alugada até à cidade de Cabinda e alojava-os numa residência no bairro 10 de Maio, onde foram detidos.

"Temos hoje uma população que começa a compreender que a imigração ilegal é um perigo e denuncia os casos aos serviços de fiscalização do SME, para pronta intervenção", reconheceu. O oficial do SME sublinhou, ainda, que a vasta fronteira que a província tem com os dois Congos é aproveitada por estes cidadãos para atingirem as cidades de Cabinda e

Luanda. "Estamos apostados e empenhados no combate ao fenómeno na província de Cabinda", garantiu Manuel Lino, que disse contar com a colaboração da população e autoridades tradicionais na denúncia de todos aqueles que promovem e auxiliam a imigração ilegal.

o papel das FAA

O chefe da direcção dos Serviços de Inteligência Militar Operativa do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA) salientou, no Cuito, a importância dos efectivos participarem no combate à imigração ilegal.

Paulo Oliveira, que discursava na cerimónia de encerramento de um seminário destinado a especialistas dos Serviços de Geografia e Cartografia do Estado-Maior General das FAA, disse que se tem verificado "nos últimos anos a uma invasão demográfica" de estrangeiros, sobretudo dos que "procuram o lucro fácil", o que requer uma atenção especial. Os especialistas dos serviços de Geografia e Cartografia, sublinhou, são "elementos imprescindíveis das ciências militares" e constituem "a salvaguarda do espaço territorial da nação".

O nosso país, recordou, regista nos últimos anos um crescimento acelerado e nesse contexto devemos ter muito cuidado porque os inimigos também se vão preparando para perpetrar golpes contra nós.

Paulo Oliveira pediu aos formandos que melhorem a metodologia de trabalho com os conhecimentos adquiridos na acção da formação, principalmente na preservação das fronteiras e levantamentos e recolha de dados relativos aos limites geográficos do país.

O seminário, subordinado ao tema "Conhecer a Geografia para Conhecer Angola", destinou-se a analisar o estado actual da especialidade, avaliar o desempenho dos órgãos dos serviços de geografias e cartografia militar e a perspectivar "as linhas de força" a desenvolver no ano instrutivo 2013 e 2014.

11.6 Inteligência militar das FAA reconhece invasão a Angola por imigrantes ilegais

Semanário Factual

De 11 a 18 de Maio 2013

O chefe da direcção dos serviços de inteligência militar operativa do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA), tenente general Paulo de Oliveira, reconheceu haver em Angola uma invasão silenciosa de estrangeiros ilegais. "Têm-se verificado, nos últimos anos no país, uma invasão demográfica perpetuada por cidadãos estrangeiros de diversas nacionalidades, sobretudo, por aqueles que procuram lucro fácil, daí que uma atenção especial deve ser dada para conter este flagelo", afirmou o oficial, no acto de encerramento do seminário de capacitação metodológico dos especialistas dos Serviços de Geografia e Cartografia do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA), que decorreu sob o lema "Conhecer a Geografia, Conhecer Angola". Referiu que os especialistas dos serviços de Geografia e Cartografia devem ser elementos imprescindíveis das ciências militares, pelo facto de também serem a salvaguarda do espaço territorial da acção. "O nosso país tem registado, nos últimos anos, um nível de crescimento acelerado, neste contexto devemos ter muito cuidado, porque os nossos inimigos também se vão preparando para organizar golpes contra nós", alertou. Solicitou aos formandos a melhorar a metodologia de trabalho, com os conhecimentos adquiridos na acção formativa, principalmente na preservação das fronteiras, levantamento e recolha de dados relativos aos limites geográficos do país. O seminário teve como objectivo analisar o estado actual da especialidade, avaliar o desempenho dos órgãos dos serviços de geografias e cartografia militar e perspectivar as linhas de força a desenvolver no ano instrutivo 2013/2014. Durante dois dias, os participantes discutiram a influência dos factores geográficos no campo operacional, o estado actual da cartografia nacional, a hidrografia e os seus fundamentos, bem como a importância dos serviços meteorológicos nas Forças Armadas Angolanas. Analisaram igualmente Sistema de Informação Geográfico como ferramenta essencial para as Forças Armadas, assim como os fundamentos da geografia e cartografia militar nas forças de defesa e segurança. A gestão de carreiras, a apresentação da proposta do regulamento de uso e conservação de cartas militares, foram igualmente avaliados pelos presentes. Participam no certame especialistas dos ramos do Exército, Força Aérea e Marinha de Guerra e o mesmo foi ministrado por especialistas portugueses, cubanos e nacionais.

11.7 Novo comandante promete combate cerrado

Seminário Factual

De 11 a 18 de Maio 2013

O novo comandante da polícia de guarda fronteira, comissário chefe, António Pedro Candela, promete combate cerrado à imigração em Angola, que se tornou o novo eldorado para o qual tem vindo a debandar milhares de estrangeiros fugidos da crise que afecta os países de origem. "Tudo vamos fazer para que as indicações e as orientações superiores sejam cumpridas e que tenhamos uma fronteira mais estável. Essa vai ser a nossa missão, afirmou António Pedro Candela, quando instado sobre as suas linhas de força na cerimónia de tomada de posse, na última quarta-feira, 08.

O índice de imigração ilegal cresce no país e é alarmante. Os números de cidadãos que entram a partir da extensa fronteira angolana é incontrolável, e segundo informações, atinge já um milhão de estrangeiros. Todos eles chegam ao território nacional com o objectivo de atingir, principalmente, as zonas diamantíferas para afectarem negativamente a economia. E assim que o Executivo angolano tem orientado o Estado-Maior general das Forças Armadas Angolanas, em cooperação com a polícia nacional e outros órgãos afins, a realizar operações de limpeza com o objectivo de retirar as populações nacionais e estrangeiras das zonas de garimpo. Com o alcance da paz, em 2002, o índice de emigrantes cresceu de forma assustadora, maioritariamente cidadãos da RD Congo e do Oeste-Africano, em menor número, Face à vulnerabilidade das fronteiras angolanas, as autoridades vão melhorar os mecanismos de vigilância nos pontos ou eixos de penetração que estão situados ao longo da fronteira norte, nordeste, leste do país, tendo como ponto de partida a RD Congo. Este território também tem servido de trampolim para os cidadãos do Oeste Africano, ou seja, o mapa a que o jornal Factual teve acesso indica que esses cidadãos entram a partir da província mais a norte de Angola, Cabinda, Zaire, através da zona de Noqui, do Uige, a partir das zonas de Maquela do Zombo e Quimbele, e atingem a capital do país, Luanda. Em Malange, entram a partir da fronteira na zona 9 de Massango, na Lunda Norte passam pelo Cangula e por Cambulo, e na Lunda Sul a seta indica que os emigrantes, tal como em outras zonas, usam a via fluvial, propriamente o rio Cassai. No Moxico, a área de Lumbala Nguirnbo serve de transição, enquanto a zona de Cuangar, no Kuando Kubango, é o destino.

Situação mantém-se preocupante pesem as operações de limpeza

Não obstante os resultados obtidos nas operações de limpeza, a situação continua preocupante, com sinais de alargamento para outras áreas do país onde se localizam as reservas estratégicas. A afluência de emigrantes ilegais para as áreas potencialmente ricas

em minerais, com destaque para os diamantes, para além de ter agravado a concentração de estrangeiros na capital do país, deriva igualmente de factores como a existência de grupos de garimpeiros organizados e com estruturas de suporte logístico, presumivelmente no país e exterior de Angola, a partir dos países vizinhos. Um dos factores que está na base da imigração ilegal é a existência de redes destinadas à falsificação de documentos no interior e exterior do país e de fomento à imigração ilegal, com suposta direcção na capital e ramificações nas províncias potencialmente ricas em diamantes.

11.8 Cidadãos exortados a abdicarem-se da criação de estabelecimento ilegais

Semanário Factual

De 11 a 18 de Maio 2013

O chefe do Departamento Central da Polícia Económica, Francisco António, aconselhou a todos os cidadãos que tem quaisquer estabelecimento ou praticam comércio ilegal a abdicarem-se destes actos e a isentarem-se do auxílio à migração ilegal.

O responsável disse que quem comete este tipo de prática incorre a uma pena de 2 a 8 anos de prisão. Fez saber que cerca de 30 cidadãos estrangeiros, que estão em permanência irregular, são recolhidos por ano a nível dos estabelecimentos comerciais da cidade Luanda. Segundo o responsável, a Polícia Económica, na sua actividade diária, realiza acções de fiscalizações e enfrentamento operativo no sentido de procurar estancar a venda de medicamentos na rua. Acrescentou que estas acções são inseridas no campo da fiscalização e inspecções junto das farmácias e quando se trata de trabalhos operativos de enfrentamento a nível das vias públicas e outras áreas comerciais como os mercados e outros sectores comerciais. Disse que a sua área tem procurado fiscalizar e inspecionar e daí regularizar aquilo que é o exercício de venda de medicamentos e procurar inclusive revelar para que os farmacêuticos possam, de facto, vender produtos com qualidade aceitável a nível do país de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde. "Hoje verificamos que existe muita entrada de medicamentos e contrafeito a nível do país principalmente no corredor norte a partir da fronteira com a República Democrática do Congo", frisou. Admitiu serem medicamentos que são fabricados a nível de alguns laboratórios na própria RD Congo, assim como de proveniência de alguns países asiáticos como a China. Para si, é necessário que este não seja apenas uma actividade de Polícia, mas de todo o cidadão com o combate à venda de

medicamentos nas ruas. Salientou ainda que a Polícia efectua a sua actividade de acordo com esforço dos outros órgãos, por formas a realizar um trabalho exitoso.

11.9 A questão da fé e a segurança das fronteiras: Da mortalidade cristã ao contributo pela integridade e defesa da soberania

Angolense

17 De Maio 2013

É lícito reconhecer que o cristianismo no continente convive com a realidade cultural já estabelecida nos tempos dos nossos antepassados sob espectro duma palavra encontrada certa nos meandros da Igreja católica, isto é, inculturação, sendo certo que se irá manter sempre a questão do reconhecimento da escala dos valores africanos na sua confluência com o cristianismo. O fenómeno religioso deve catalogar tais aspectos ou realidades, discuti-las bem como aprofunda-las para dominar e propor as modalidades em favor de quem sabe, reconhecê-las, aliás, é com base nisso e para isso que o governo vem apostando numa Comissão Inter-ministerial para o Estudo, Tratamento e Implementação de Medidas tendentes ao Controlo e Acompanhamento do Fenómeno Religioso.

Dois factores, cumulativamente, estarão na base do mais premente diálogo entre o Executivo e os parceiros de ordem eclesial. Primeiro será a entrada em fluxo ilegal de imigrantes à pretexto de missão, e outro motivo ainda mais preocupante arrola-se à questão islâmica, sobre a qual decorre mais interesse das Igrejas Cristãs. Neste particular diz respeito mais a Igrejas que se aprofunde o dialogo de modo a que quer o Estado como a Igreja estejam mais à vontade no que se refere ao cumprimento das normas estabelecidas.

É linear concluir que a matriz cristã está muito preocupada com a descida progressiva do islamismo pelas zonas da África Austral, sem para tal haja alguma displicência estadual, só que as razões encontradas pelas Igrejas Cristãs são muito fundadas, no seu entender, de que o cristianismo seja uma das melhores fontes de moralidade e, como tal, de inspiração tendo a manter um melhor parceria com os estados modernos do mundo, quer dizer, isto, segundo a mundividência cristã. É que o sincretismo islâmico torna as suas actuações muito viscerais. Os muçulmanos encaram as suas incursões político-militares como uma questão de fé pelo que deriva o principal receio para quem doutro lado da fé

professa um Deus que se revela através de Jesus Cristo, manso e cheio de virtudes como não podia deixar de ser e que veio para remir a humanidade das trevas/morte/pecado transformando o Deus poderoso nas batalhas no factor de mansidão, maior signo de vitória. Este Deus revelado por Cristo Jesus no contexto da Palestina do Sul e que revelou ainda mais aos confins do mundo é Jesus que para acabar com o argumento da guerra ofereceu a sua face ao dobro para ser açoitado com vista na redenção total. O Mistério de Cristo diz, em outras palavras, que a melhor forma de erradicar a guerra é complementar a outra face. É por isso que os cristãos não conseguem entender aqueles que não aceitam estes preceitos. Com Jesus Cristo, acaba-se a linguagem de guerra ou morte como surge em determinadas interpretações do Antigo Testamento onde também se sustenta o Islão, aliás, é através do Antigo Testamento que se convergem alguns princípios entre as duas grandes religiões. Eles também falam nos pais da Igreja, como Abraão, Isaac e Jacob.

De resto, tudo resto que vem acontecendo na senda do islamismo é mesmo uma questão de fundamentalismo praticado em nome da fé. É o que acontece um pouco por vários pontos onde abunda o islão. Na Quarta-Feira, 8 de Maio do corrente ano um ataque islamita na Nigéria provocou 55 mortos. É a questão do fundamentalismo religioso islâmico, sua moral e quem sabe, movido pelas suas razões de existência. O fundamentalismo detém sempre uma peça que determina o estado de guerra quando se trata de atacar algum objectivo que ofenda a sua fé. Mas existem aspectos de moralidade islâmica que desafiam para um estudo muito minucioso da questão, acaso, capaz de desmentir tudo quanto se diz a ronda desta grande religião com uma população que ameaça tomar de assalto o mundo. Importante é frisar que em qualquer religião ou costume nem tudo é mau. Se perguntar a um islamita, certamente, que dirá que a sua legião é constituída de gente muito humana ou que se sacrifica em nome das suas convicções, obviamente. É a bravura da abominação que por vezes transforma o humanismo em extremo. Na verdade é bastante desafiador para os estudiosos do fenómeno religioso.

Por outro lado os cristãos apegam-se muito ao paradoxo do costume matrimonial no seio dos muçulmanos. Os seguidores de Cristo torcem o nariz ao facto de que os demais não jurem fidelidade a um só mulher. Ter muitas mulheres na cosmologia são muçulmana não repele a ninguém. Os cristãos defendem um parceiro apenas, na relação entre o homem e a mulher. Esta é mais uma pecha encontrada pelos cristãos. Perante o Código de Família

angolano os homens do alcorão encontrariam definitivamente um factor de desgaste a imagem daqueles que casam com mais de duas mulheres submetendo-as a uma condição de aceitação ou partilha múltipla da relação conjugal. Portanto, poderá haver um cortejo e contra-sensos cujo impacto sobre a espiritualidade e a família é aferida. Aqui se fundam as razões de ordem religiosa que muito, por seu lado, interessam o Estado. Por isso é que a Igreja é parceira privilegiada. A moralidade cristã ajuda a resolver algumas preocupações da parte Estado enquanto ente cujas leis se consolidam numa prática ou costume de matriz cristã. Quando se discutia o ante-projecto para a Constituição hoje em vigor no país havia uma discussão muito interessante quando foi a vez de a Igreja dar o seu contributo. E a fratura vinha justamente da parte que fala do Estado laico. Algumas Igrejas Cristãs em Angola não gostam muito da expressão laico. Elas gostariam que o Estado até fosse laico mas a isso acrescentando alguma coisa, e, assim seria: Estado laico de matriz cristã. E alguns pastores tinham se empolgado quanto a isso, mas os advogados na pele de legislador constituinte quase que ou senão mantiveram "in teta" a redacção anterior sobre a laicidade do Estado angolano, mas ainda assim o Islamismo não colhe, quer dizer não entra. Pode dizer-se sem alguma maldade que mesmo não havendo uma redacção que satisficard radicalmente alguns segmentos da Igreja Cristã em Angola, existe uma cumplicidade de boa relação entre o Estado e a Igreja. Agora abrir precedentes no sentido de surgirem tendências para as Igreja se reverterem em partidos políticos de tendência cristã é que nem ficaria bem.

Seja como for, é importante frisar alguns receios em matéria de política migratória pelo que a própria Igreja é chamada a colaborar. Ainda bem que as Igrejas cristãs, primeiramente, reconhecidas não vem ameaça migratória apenas no surgimento ou êxodo islâmico. As Igrejas pretendem ainda que não se faça nenhum reconhecimento de novas igrejas cristãs sem olhar, primeiro, nas Igrejas pré-existentes. Muitas Igrejas surgem de cisões entre si movidas por pastor em disciplina o que só aprofunda a proliferação. Para alguma doutrina ou tese, o surgimento de muitas igrejas é obra do Espírito Santo, para outras doutrinas poderá ser apenas por uma questão sociológica ou de interesse financeiro. Por isso é que de modo a evitar a fé sociológica, o Grupo Técnico da Comissão Interministerial para o Estudo, Tratamento e Implementação das Medidas Tendentes ao Controlo e Acompanhamento do Fenómeno Religioso pediu ao Executivo que preste maior atenção às instituições e currículos de formação dos ministros religiosos.

O fenómeno da missiões vai sendo complexo, porquanto se torna uma porta aberta para os estrangeiros entrarem. É preciso, de acordo com a vontade do Executivo, que se controle a situação, em outras palavras, é necessário que as Igrejas colaborem neste sentido, procurando regularizar a vinda dos missionários que chegam em nome das suas congregações. A missiões é uma actividade atípica na medida em que leva as pessoas a estarem dum momento para outro em qualquer parte no mundo. E um bom missionário é aquele que vê a terra da sua missiões como sua pátria. Mas isso deve processar-se de modo controlado, já que sendo, o missionário o cristão um cidadão do mundo é acima de tudo um cidadão de alguma nação, ele nasceu num determinado país e por isso submete-se à legislação em vigor e no país de trabalho homenageando as leis dos outros países tal como gostaria de ver as leis do seu país bem preservadas em nome da ordem e integridade das suas defesas.

Mas existe o outro lado da moeda que se prende com a própria responsabilidade administrativa do Estado em face dos pedidos para o reconhecimento que são submetidos junto dos órgãos competentes. Urge alguma celeridade no procedimento administrativo, os processos não devem morrer nas mãos dos órgãos administrativos sob pena de estarem a denegar o direito e a legítimas expectativas dos requerentes no que se refere ao pedido de reconhecimento de Igrejas. Segundo os estudos do INAR muitas Igrejas estão na lista de espera, e enquanto isso, a profecia, a obra do Pai não pode parar. O Espírito Santo de Deus não pode se envergonhar ou parar. E como aferir que o espírito que opera é, verdadeiramente, de Deus? Aqui então é importante apelar a um conjunto de elementos que ainda carece, no

caso, o conselho de teólogos. E quem é o verdadeiro teólogo, aquele que estudou a teologia na universidade ou aquele que recebeu o poder, a unção directamente de Deus? Outra mais ... Aqui reside a complexidade de tratar com os preceitos do Senhor. Mas seja como for, o importante é encontrar soluções para estancar e regular o crescimento desordenado de Igrejas, seitas e confissões religiosas conforme vem no comunicado dos líderes religiosos do dia 11 de Maio de 2013. É mister referir que o critério para distinguir a seita da Igreja não é falar-se língala numa dada congregação cristã, seria um falso problema.

É importante sublinhar que o estado de prontidão, não é negação oportunidade aos estrangeiros de encontrar oportunidade no país dos outros de vida tal como aconteceu com os angolanos nos anos idos em que em consequência da instabilidade eram obrigados refugiarem-se aos países vizinhos. Trata-se

duma questão cíclica da história. A história é feita desses factos que vão ocorrendo aqui e ali. Desde os anos sessenta que muitos cidadãos iniciaram em êxodo o refúgio pelo Congo Democrático, Congo Brazzaville e até Gabão, isto quanto aos cidadãos nacionais da parte norte do país, porém, a parte sul saiu em direcção a Namíbia enquanto os de leste foram para Zâmbia e outra parte do Congo. Também a realidade dos povos permite a deslocação dum lado para outro. Afinal, trata-se dum mesmo povo que se circunscreveu com base na repartição à régua da Conferência de Berlim. Os hábitos e costumes são os mesmos. Os anos setenta representam a década em que muitos angolanos também saíram da parte norte do país para o actual Congo Democrático em consequência do conflito armado. Os angolanos criaram grandes centros de refugiados no país vizinho, nomeadamente, nas localidades do Tshe-la, Kimbianga e Lundu Matende, só para citar. Quando alguns padres angolanos se haviam exilado para o Zaíre tinham criado por lá uma comunidade designada por diáspora que passou a ser muito famosa pelas terras do Mobutu. A diáspora dos padres da província mais ao norte, por exemplo era conhecida como comunidade que cantava muito latim. Os congoleses democráticos tinham uma forte admiração nesse sentido e distinguiam tais os na diáspora, normalmente, pelo gosto de entoar cantos gregorianos. Para os congoleses, estes ou os utentes de óculos, eram sempre padres ou um passo de serem. Existia muita diáspora angolana no Congo até que um dia se criou a diocese de Cabinda com o seu primeiro Bispo Dom Paulino Fernandes Madeca que por uma deliberação da CEAST orientou que se encerrasse a Igreja na diáspora por terem sido criadas as condições de trabalho dentro do país. Foi em 1983/84 que se fundou a Diocese de Cabinda, nesta altura, recorda-se como se fosse hoje, Dom Filomeno ainda por completar um ano de sacerdócio tinha ido reforçar o clero local, mas ele mesmo também tinha parentes província, nomeadamente, a família Eduardo Fernandes e a família Mingas. A ida deste bispo à Cabinda agora como prelado governador da diocese não é senão o regresso a uma terra que também lhe acolheu como Padre.

Voltando ao cerne da questão, é preciso notar que os acontecimentos no mundo é cíclico. Cada povo precisa de outro numa determinada época da história. No Congo ou nos Congos restam apenas as saudades dos sobolos rios que nem cânticos hebreus cantados em virtude do exílio que o povo bíblico experimentou no Egipto. Portanto,

a questão migratória é muito sensível por envolver os aspectos de segurança e soberania dos povos. A

soberania é um rito sagrado e ninguém pode torná-la algo vulnerável nem à pretexto da missionação. E nisso, pelo menos nisso é importante que a agenda política e religiosa do país se harmonize devendo manter a tranquilidade e paz e respeito das leis em vigor por isso é que vale sempre concertar as Acções multi-sectoriais de modo lograr sempre éxitos nos objectivos numa altura em que estão à prova um conjunto de factores ligados ao fenómeno religioso. Recentemente algumas Igrejas viram suas actividades suspensas por não estarem em conformidade com a lei vigente no país. Mas essa medida iria mesmo acontecer independentemente do fenómeno por causalidade que teria estado na base aparente da situação. Porém é importante reconhecer que o caso iniciou a ser tratado à contento das partes. Em a Angola é visível todo um esforço tendente a um clima aprimorável no relacionamento Estado Igrejas.

Falando ainda da inviolabilidade das nossas fronteiras, é bom referir que recentemente no acto de empossamento de altas patentes da Polícia Nacional, numa altura em que se relançam novos desafios contra a criminalidade, isto é, o Ministério do Interior reforça Acções contra imigração ilegal no território nacional, o titular da pasta, Ângelo Veiga indicou ao novo comandante da Polícia de Guarda Fronteira é um oficial muito bem inserido em matéria policial e não terá dificuldades de empreitar-se no seu novo cargo a julgar pela experiencia de anos de serviço pela província de Cabinda, uma passagem que exige muita ponderação profissional pela forma como se fabricam questões. Muitas carreiras se afundam por lá mas não é o caso do Comandante Kandela, o mesmo se advinha não venha a ser o caso do actual Comandante Provincial que vem revelando bastante competente, aliás todo o sector de defesa e segurança local está imbuído de responsáveis de reconhecida competência.

A política local é muito bem alavancada por estes quadros do sector forense, verdade seja dita, porquanto estes dois ramos têm pautado pela política de proximidade. Agora, resta saber se os demais segmentos locais saberão compensar os Esforços destes.

11.10 Imigrantes ilegais expulsos do Zaire

Jornal de Angola
17 De Maio De 2013

O Serviço de Migração e Estrangeiro (SME) anunciou ontem e comunicado ter expulso na semana

passada 155 indivíduos da República Democrática do Congo (RD) que viviam ilegalmente no Zaire. O documento refere que 137 foram expulsos por decisão judicial 18 administrativamente por terem infringido a Lei que regula a entrada, saída e permanência de estrangeiros em território nacional. O comunicado também anuncia ter sido recusada a entrada em Angola de 40 cidadãos do mesmo país por não terem meios de subsistência, nem "documentos de viagem válidos". Estas pessoas foram interceptadas nos postos fronteiriços de Quimbumba (Soyo), Mínga, no Cuimba, e Luvo, Mbanza Congo. Nos municípios de Mbanza Congo e Soyo foram detidos 127 congolese democráticos, três norte americanos, um britânico e um nigeriano por se encontrarem clandestinamente no país, além de oito angolanos suspeitos de auxiliarem a imigração ilegal. A Polícia de Guarda Fronteira na província do Zaire frustrou nos últimos sete dias três tentativas de violação na fronteira norte com a RDC. De acordo com o comando provincial do Zaire da Polícia Nacional, na sequência dessas infracções foram detidos seis cidadãos da RDC, todos do sexo masculino. Após o registo operativo, os imigrantes foram encaminhados para a direcção provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) para o seu repatriamento. As violações ocorreram nas localidades: fronteiriças de Mpala e Luvo, município de Mbanza Congo. O comando provincial do Zaire da Polícia Nacional promoveu, em Mbanza Congo, um seminário sobre trabalho operativo dos efectivos.

11.11 Mais de 50 mil congolese-democráticos abandonam livremente a Lunda-norte

O País
17 De Maio de 2013

Fruto de um forte trabalho de sensibilização e cooperação com governos provinciais da RDC, 56.113 imigrantes ilegais deixaram o país na esperança de regressarem um dia com outro estatuto Cinquenta e seis mil e 113 imigrantes ilegais originários da República Democrática do Congo abandonaram a Lunda-Norte até ao dia 15 do corrente mês, de acordo com informações prestadas a este jornal pelo comissário Gil Famoso, delegado provincial do Ministério do Interior e comandante provincial da Polícia Nacional desta província. De acordo com o oficial da Polícia Nacional, os cidadãos em causa saíram de forma voluntária após um longo trabalho de sensibilização realizado junto destas comunidades nas últimas semanas. O PAÍS apurou que a maioria destes imigrantes saíram pelos postos fronteiriços de Chissanda, Furtuna, Txumo, Nachir,

Chemia, Marco-lê e Lupemba (no município de Chitato), assim como Furi -3, Muaquesse, Itanda, Nordeste, Muanhambulo, Tumba, Muacanlica, Cambamba (no município de Cambulo). Outros saíram igualmente pelos municípios de Caungula e Cuango. Do Chitato saíram 43.022, sendo 33.522 homens, 5.407 mulheres e 4.091 crianças, ao passo que do Cambulo 5952 homens, 1.802 mulheres e 1.302 crianças, perfazendo um total de 9.056. De acordo ainda com dados fornecidos ao Ministério do Interior sobre a saída de imigrantes ilegais da República Democrática do Congo de forma voluntária, abandonaram o país pelo município de Caungula 2.543 homens, 475 mulheres e 448 crianças, assim como outros 382 homens, 95 mulheres e 94 crianças que utilizaram vias a partir do município do Cuango. O comissário explicou que houve uma maior saída de imigrantes nos municípios do Chitato e Cambulo por serem zonas diamantíferas. Mas, segundo ele, cerca de 60 por cento dos que utilizaram as áreas fronteiriças do Chitato para regressarem às suas zonas de origem no Congo Democrático saíram do Lucapa. "O Lucapa é o município com maior número de imigrantes ilegais. Depois vêm os municípios do Chitato e Cambulo", garantiu o oficial, realçando que "muitos dos imigrantes tiveram de utilizar pontos de saídas em outros municípios da província da Lunda-Norte. Nos últimos tempos, segundo informações apuradas por este jornal, têm sido realizadas palestras com as organizações da sociedade civil sediadas na Lunda-Norte e entidades tradicionais. Nestes encontros tem sido apelado aos populares que denunciem os cidadãos que se encontrem em situação ilegal no país.

Tem sido apelado até àqueles que arrendaram os seus imóveis para que façam o mesmo e rescindam os contratos com estes cidadãos para força-los a abandonar o país. Aqueles que se recusarem a abandonar de forma voluntária poderão confrontar-se, nos próximos dias, com medidas mais rígidas que serão tomadas pela Polícia Nacional, segundo o comandante provincial da Polícia Nacional daquela província diamantífera. "Há três semanas fomos ao Kassai Ocidental e reunimos com o Governo local. Analisámos questões económicas, sociais e outras comuns como a livre circulação de pessoas e bens. Vimos a abertura de postos fronteiriços e passámos a informação de que aqueles que saírem agora poderão regressar no futuro de forma oficial. Viram-se sensibilizados e preferiram sair", explicou o nosso interlocutor.

Durante a saída não houve quaisquer indícios de repressão dos efectivos da Polícia Nacional ou da população local. Além de garantir a protecção dos bens dos imigrantes ilegais, a corporação tem apoiado

também com transporte, comida e roupa. Actualmente, não existem dados concretos sobre o número de imigrantes ilegais em toda a Lunda-Norte. Há sim estatísticas sobre cidadãos que se encontram em situação supostamente legal. Em relação aos que se encontram em situação legal, o comissário Gil Famoso anunciou que os efectivos da Polícia Nacional vão analisar a situação destes nos termos da lei, analisando os documentos na sua posse, dado que muitos podem ter sido adquiridos de forma fraudulenta. Nesta situação podem estar alguns estrangeiros residentes, exilados ou refugiados.

II.12 50% ANGOLANOS Factores Historicos

A capital

18 De Maio de 2013

A demarcação de alguns países africanos é apontada como um dos factores da aludida fragilidade de fronteiras, que, além disso repercutiu-se também na divisão de famílias, o que faz com que os residentes fronteiriços não reconheçam as fronteiras administrativamente estabelecidas; o que na visão do comissário, cria, "por si só", uma grande contradição. Referindo-se concretamente à República do Congo Democrático, disse que o seu retrato é de extrema pobreza, do lado de Angola a vulnerabilidade começa nas famílias. Explicou ainda que ao nível das nossas fronteiras dos dois países não existem serviços administrativos à altura. "Não temos escolas, não temos absolutamente nada que propicie as nossas populações a proteger a fronteira como um património", identificou, afirmando que, fruto disso os habitantes locais, vêm na fronteira como um empecilho que perturba o desenvolvimento. Segundo uma fonte contactada por este Semanário, ao longo da fronteira com a RDC, a fronteira continua a ser considerada uma linha imaginária, em nada influencia na vida das populações, apesar de, nalgumas localidades as autoridades policiais não saberem gerir tal situação. "Existem aldeias do lado de cá e do lado de lá, sujeitas à mesma autoridade tradicional", ilustrou, acrescentando que mesmo no capítulo da agricultura, "desde os primórdios", é normal um cidadão que vive em Angola ter lavras ou explorar o óleo de palma na RDC, e vice-versa. "A fronteira, para eles, praticamente não existe", enfatizou. Quando confrontados com as autoridades policiais, que no desenvolvimento do seu trabalho procuram saber da nacionalidade dos cidadãos, argumentam que são 50 por cento de nacionalidade angolana e outros 50 de nacionalidade congoleza. A fonte adianta ainda que no passado as autoridades angolanas tiveram problemas de compreender esta "realidade

secular", mas hoje a situação parece estar controlada. Outro factor que se coloca são as vias de acesso aos principais pontos de travessia. Existem postos fronteiriços oficialmente criados, mas as populações têm os seus pontos de travessia, cuja presença policial não se faz sentir; sendo que talvez, por razões que o comissário jojó enumerou.

11.13 Cidadãos chineses fazem "trinta por uma linha"

Semanário Factual

De 18 a 25 de Maio de 2013

A multiplicação da comunidade chinesa em Angola está a preocupar a sociedade, tendo em conta a presença das redes chinesas de malfeitores que se dedicam a vários tipos de acções ilícitas e que constituem crime à luz do direito penal da República de Angola.

Os chineses constituem a maioria estrangeira a residir no país; hoje, com este crescimento, começaram a verificar-se as consequências do aumento de expatriados no território angolano.

Actualmente grandes redes de malfeitores chineses operam em Angola, e se destacam em rapto de compatriotas, falsificação de moedas e documentos, prostituição, assalto de viaturas, bem como tráfico de drogas. Muito embora as Repúblicas de Angola e a Popular da China assinaram um acordo de cooperação bilateral, que estabelece as directrizes para o combate à criminalidade organizada, o facto é que as acções ilícitas continuam a decorrer, fazendo recurso às tecnologias de ponta que ostentam. De realçar que o referido protocolo, antes apreciado e discutido pelos peritos dos dois Estados, abarca áreas de combate ao narcotráfico, tráfico de seres humanos, tráfico ilícito de armas, crimes transnacionais e migração. O acordo dá igualmente uma especial atenção à cooperação policial, visando a formação de quadros angolanos na República Popular da China, bem como a presença de especialistas chineses em Angola para avaliações sobre a evolução do crime e a resposta que deve ser dada a esta complexa actuação que alguns grupos chineses vão tendo em Angola na área criminal. Numa ronda efectuada pelo *Semanário Factual*, foi constatado que a falsificação de documentos é desenvolvida em estúdios fotográficos espalhados por toda a província de Luanda, com grande destaque para as cartas de condução vermelha, modelos da aviação e trânsito para pedido de troca de carta chinesa para angolana e outros documentos. Importa aqui mencionar que as operações realizadas pela Polícia Nacional têm culminado, sempre, na detenção

de muitos cidadãos chineses, envolvidos, dentre outras acções, na falsificação de documentos. Em 2012, o comando provincial de Luanda, no âmbito das suas operações, apresentou um cidadão chinês que efectuava a falsificação de documentos. A polícia encontrou em sua posse formulários falsos da viação e trânsito que continham dados de cidadãos chineses e com as impressões digitais do falsificador. Por seu turno, o cidadão chinês afirmou que realizava a falsificação, cobrando aos seus compatriotas o valor de 250 dólares. O falsificador falou ainda que conseguia os formulários a partir de um amigo angolano que trabalha na viação e trânsito, que também fazia a entrega dos processos junto daquela instituição.

Raptadores chineses foram expulsos do país

De lembrar que, em Agosto de 2012, mais de trinta chineses suspeitos de envolvimento em crimes violentos contra compatriotas em Angola foram repatriados, culminando a primeira grande operação conjunta realizada pelas polícias dos dois países. Os 37 suspeitos foram indiciados por raptos, assaltos, chantagem, tráfico de pessoas e prostituição. O grupo desenvolvia as suas actividades no bairro Benfica, onde detinha residências para o efeito. As residências onde eram feitas estas práticas eram reforçadas com portas de alta segurança e com um aparato apropriado para cárcere, esconderijos para meros como armas de fogo e uma vasta logística proveniente da China para os reféns. A comunidade chinesa está ainda envolvida em práticas de assassinatos, tanto de seus compatriotas como de angolanos.

De recordar que, em 2011, o comando da Polícia acional na província de Benguela deteve um cidadão chinês, acusado ser o presumível autor da morte do jovem angolano Kinguila, que foi assassinado à facada no mês de Novembro de 2010.

Cidadã chinesa mata mais de três mil fetos por ano

Residente no condomínio da Samba, a cidadã que responde pelo nome de doutora Can, desempenha a função de obstetra numa das unidades hospitalares de Luanda.

11.14 Mais de 50 mil estrangeiros ilegais foram expulsos do país

Semanário Factual

De 18 a 25 de Maio de 2013

Os Serviços de Migração e Estrangeiros (SME) expulsaram, nos últimos 15 dias, mais de 50 mil

estrangeiros que viviam ilegalmente em Angola. O porta-voz dos serviços de Migração e Estrangeiros, Simão Milagres, afirmou terça-feira, 14, que entre os cidadãos expulsos se destacam os congoleses democráticos. "Nos últimos 15 dias, isso é no período de 04 de Abril a 12 de Maio de 2013, registou-se a expulsão de um total de 53 mil e 758 indivíduos, que viviam em situação irregular na província da Lunda Norte. Essas pessoas são maioritariamente da República Democrática do Congo", esclareceu.

II.15 Repatriamento de estrangeiros custa mais de 1 milhão de dólares/mês

Agora

18 De Maio De 2013

O Estado angolano gasta por mês mais de um milhão de dólares para custear o repatriamento de cidadãos estrangeiros em situação ilegal, revelou o director do Serviço Nacional de Migração e Estrangeiros. Paulino da Silva disse em Luanda que cerca de um milhão de cidadãos estão a viver ilegalmente em Angola. De acordo com entra a do número excessivo de estrangeiros no país é facilitada por nacionais, funcionários migratórios e por empresas que mantêm nos seus serviços trabalhadores ilegais. Algumas seitas religiosas foram igualmente citadas como estando implicadas no esquema de recrutamento de estrangeiros. Entretanto, o advogado Pedra Caparacata diz que a entrada de estrangeiros no país tomou-se num negócio que envolve desde o cidadão comum a altos responsáveis do Governo, das Forças Armadas e da Polícia Nacional. "Eu vi deputados do MPLA, generais das FM e da Polícia a defender os seus parceiros comerciais", revelou Caparacata denunciando que até mesmo juristas e advogados passaram a fazer parte do negócio. "Quando nos aparece um estrangeiro nós defendemo-lo com unhas e dentes porque é momento de facturar", notou. As autoridades migratórias, que participaram da mesa redonda organizada pela RNA, admitiram que neste momento já existem povoações habitadas maioritariamente por estrangeiros que se dedicam ao garimpo dos diamantes, particularmente, na Lunda-Norte.

II.16 Segundo Belarmino Van-Dúnem é um problema global

A Capital

18 De Maio de 2013

No domínio das relações internacionais a situação não deixa de ser também preocupante. Embora a

imigração ilegal seja secular, as consequências advindas deste fenómeno são nefastas para a cultura, economia, política e segurança. De acordo com Belarmino Van-Dúnem, especialista em relações internacionais, uma das coisas que facilita também a entrada, em Angola, de cidadãos estrangeiros é a forma humana como os angolanos se relacionam, tanto com os seus compatriotas como os cidadãos forasteiros. "E esta faceta de abertura faz com que as pessoas de outros países aportem em Angola", demonstrou. As modalidades de identificação e controlo de cidadãos estrangeiros, defende o também docente universitário, deviam passar, em alguns casos, pela interpelação nas ruas, tal como se faz com os automobilistas, para saber se o cidadão está devidamente documentado. Não obstante nos levar a reviver alguns momentos vividos no tempo de guerra, em que as pessoas eram exigidas apresentar a sua documentação para se apurar a sua cidadania, para ele, é importante que, em alguns casos, isso seja feito, porque hoje toma-se difícil distinguir um cidadão nacional do estrangeiro. "A imigração também pode ser estancada através desse controlo", considerou. Essa faceta, acrescentou, também é necessária, porque o cidadão depois de entrar em território angolano, acaba por viver com uma companheira, a sua situação normaliza-se, casa-se e até estar em conflito com a lei, ou ter um interesse qualquer, ele vive livremente, os seus filhos vão à escola. Esclarece que a fragilidade das fronteiras angolanas é vivida em toda África e noutros países desenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos da América, onde a fronteira com o México, apesar das redes, aviões, cães e outros meios de controlo, as pessoas encontram sempre uma forma de furar e entrar nos EUA. Na sua óptica, a polícia, especificamente os Serviços de Migração e Estrangeiros têm feito tudo no sentido 'de travar este fenómeno, havendo neste momento, um controlo das fronteiras na ordem de 50 ou 60 por cento, "o que é positivo".

Líderes de cantinas

Que o estrangeiro ilegal pode ser não só aquele que entra, como também aquele que permanece, parece não ser assunto de discórdia. Agora referindo-se concretamente as vantagens da imigração, este tema nunca mereceu uma abordagem profunda, já que as atenções de pessoas singulares assim como de certas instituições do Estado estão viradas para as consequências negativas resultantes da entrada ilegal, relegando as positivas ao esquecimento. Em alguns países como Portugal, já se faz estudo profundo, por exemplo dos benefícios da imigração, ou dos imigrantes angolanos para o desenvolvimento de Portugal.

Aí, de acordo com Belarmino Van-Dúnem, já se fala de política de integração, embora esta integração, em alguns casos, em Angola, se faça com base em esquemas à margem da lei, por pessoas de má fé. "Se houver mecanismos de integração destas pessoas, ganha-se", esclarece. Os líderes das cantinas no país, são maioritariamente estrangeiros, mas estes não o fazem no sentido do mal. Se houver mecanismos de integração destas pessoas, explicou, ganha-se muito mais do ponto de vista económico, do ponto de vista da segurança, e do ponto de vista da política de integração de imigrantes. Até aí está tudo bem. Mas tudo clama por mais cuidado, quando estes estrangeiros de cantina, para desenvolverem as suas actividades comerciais contarem com auxílio de cidadãos nacionais; um dado provado tanto pelos Serviços de Migração e Estrangeiros, como pela Polícia Económica, através de alvarás comerciais encontrados em mãos destes, cujos titulares são angolanos. Deste modo, esses cidadãos nacionais cometem crimes que põem em causa a estabilidade, como são os casos de crimes conexos que se prendem com o tráfico de seres humanos, de drogas, a criminalidade organizada, exportação ilícita e branqueamento de capitais e a proliferação de ceitas religiosas, que algumas delas alteram os cruzamentos dos nossos hábitos e costumes; tudo isso acomodado no crescimento quase descontrolado das cidades angolanas.

11.17 Bairro dos Kwanzas acolhe diariamente estrangeiros ilegais

Manchete

24 De Maio De 2013

Os moradores do bairro dos Kwanzas, mais concretamente na zona da Petrangol, ao município do Cazenga, em Luanda, estão preocupados pelo facto de naquela zona diariamente chegarem cidadãos estrangeiros de nacionalidade congoleza. Segundo a denúncia, os mesmos são auxiliados pelos seus compatriotas, que já residem cá há algum tempo, também na condição de ilegais. Conforme contaram os referidos moradores ao Manchete, ao chegarem neste bairro os seus intercessores mantêm-nos dentro das suas casas durante vários dias, para não serem descobertos. Ensinam-lhes a língua portuguesa, começando pelas palavras principiantes como por exemplo "bom dia ou boa tarde" e a dizerem a naturalidade de uma das províncias como Zaire e Uíge, em caso de serem interpelados. Quanto aos seus verdadeiros nomes, por serem de difícil pronunciação por angolanos, optam por trocá-los pelos nomes português, como "João, Maria, Claudeth". Outro passo seguinte, consiste no aluguer

de uma casa e aos poucos vão se familiarizando com os seus vizinhos. Tempos depois dedicam-se ao comércio informal, preferencialmente no mercado dos Kwanzas e arredores. Em muitos casos, esses indivíduos usam negócios normais como "fachada", quando na realidade fazem outros obscuros, que se traduzem na lavagem de dinheiro. Um morador contou a este jornal que um vizinho seu, nesta condições, chegou ao bairro, alugando um dos seus anezos, apenas com a esposa e dois filhos, depois foram surgindo outras pessoas que ele apresentou como sendo seus familiares. "Desde então os movimentos dos mesmos pareciam-me estranho, até que um dia descobri que afinal os supostos familiares eram seus comparsas de tráfico de drogas", disse, adiantando que a descoberta aconteceu numa altura em que já o tinha retirado da sua residência, por razões de dívida. do arrendamento. O nosso interlocutor lamentou, por outro lado, a atitude de alguns cidadãos nacionais que têm estado a aliar-se no auxílio de estrangeiros ilegais, para obtenção de documentos pessoais de cidadania angolana, como certidão de nascimento, cédula pessoal e Bilhete de Identidade; a troca de compensações financeiras. o cenário das seitas religiosas No bairro Kamacong, também nas proximidades dos Kwanzas, segundo apurou a nossa reportagem, os cidadãos estrangeiros que aí vivem, muitos ergueram igrejas nos quintais de residências, onde realizam regularmente os seus cultos, cujos seguidores são todos compatriotas. As entidades reguladoras das actividades religiosas no país, lembra que muitos cidadãos estrangeiros entram no país ilegalmente em nome de professarem uma certa religião ou de serem pastor de igreja. De acordo com o seu coordenador adjunto técnico, João Fernandes, estes cidadãos procuram entrar no território e instalarem-se de maneira permanente. "Isso abre outras consequências que atinge o nosso país, que é a problemática da imigração ilegal", salientou, alegando que o seu pelouro está a trabalhar no sentido de regularizar a nova lei para actividades religiosas, visto que a lei em vigor se encontra demasiada desajustada da realidade actual.

11.18 Angolanos na RDCongo recebem um novo repatriamento forçado

Semanário Factual

25 De Maio a 01 De Junho de 2013

Os angolanos que vivem na República Democrática do Congo estão a receber um novo repatriamento forçado, à semelhança do que ocorreu em 2009.

Segundo informações provenientes de Kinshasa, face ao repatriamento sucessivo dos imigrantes ilegais que as autoridades angolanas levam a cabo nas províncias do Zaire, do Uíge e de Cabinda, é de se prever uma retaliação. "Quando as autoridades da RD Congo vêm os seus compatriotas impedidos de entrarem ilegalmente em Angola, a fúria abate-se contra os Angolanos ali residentes legalmente", relatam as fontes do Factual. Nas fronteiras destas províncias, diariamente são interditados mais de 300 pessoas que pretendem de uma forma ilegal entrar no território angolano. "Os angolanos que vivem na RD Congo já não conseguem acumular riquezas, receando os acontecimentos de 2009, onde mais de 50 mil pessoas foram escorraçadas daquele território e perderam os seus haveres", acrescentam as fontes.

Refira-se que o repatriamento forçado do Congo-Kinshasa teve início em 2009, após o parlamento congolês ter aprovado uma resolução para expulsar violentamente os angolanos residentes há mais de 40 anos. Esta decisão foi encarada pelas autoridades angolanas como uma resposta às operações de deportação de congolezes ilegais das regiões diamantíferas das Lundas Norte e Sul. A medida vinha expressa na circular n.º 1.554/VBBC das autoridades urbanas de Boma distribuída à comunidade angolana, de que a administração do Soyo tomou conhecimento por acaso. A administração do Soyo teve acesso ao documento depois de um encontro de emergência que teve na comuna de Pedra de Feitiço com o representante da comunidade angolana de Boma. Os angolanos mais atingidos na oportunidade estavam localizados na região do Baixo-Congo, conforme as indicações registadas na zona da cidade de Boma. Os angolanos estavam a enfrentar situações penosas, como ameaças de morte, roubos e pilhagem cometidos por cidadãos da RD Congo. "Muitos angolanos já vivem em situação legal no Congo Democrático há várias décadas e não vejo razões de os expulsarem", lamentaram as autoridades. De realçar que o Congo Democrático possui mais diamantes que Angola, mas nenhum cidadão desse país se atreve a pilhar as riquezas congolezas. Eles são atirados pelo seu governo a invadir as terras angolanas, a fim de roubarem os seus diamantes.

11.19 Angolanos VS Expatriados

A Capital

25 De Maio de 2013

Babel na "Zunga" de Luanda

PALMO-A-PALMO. A invasão} de cidadãos estrangeiros no comércio informal angolano deixou

de ser silenciosa Chineses} congolezes, malianos e toda a sorte de cidadãos do Norte de África} dedicam-se a negócio de todo o tipo e aos olhos de todos Os angolanos} estes} olham desconfiados para esta que é uma visível perda de espaço....

No princípio, os mercados informais assumiam-se como a única fonte de rendimento para grande parte dos estrangeiros que franqueiam as fronteiras angolanas, sobretudo na sua capital, Luanda. Actualmente, a moda tende para outros segmentos da actividade económica. Legais ou não, a verdade é que existem cada vez mais cidadãos expatriados não só a aportarern o país, mas também a exercerem actividades que até bem pouco tempo, eram apenas uma exclusividade dos nacionais. Por exemplo, a actividade de mototáxis, vulgo "kupapatas", e o serviço de táxis com viaturas do tipo Toyota hiace ou outras de menor porte, tem sido actualmente também desenvolvida por cidadãos estrangeiros, muitos dos quais sem qualquer habilitação para o exercício da referida actividade. Hoje por hoje, de forma legal ou não, são vistos em quase todas as ruas e avenidas da capital angolana, assim como em zonas onde se faz sentir a presença de um maior aglomerado populacional. Numa só palavra, todos os lugares acabam por significar uma excelente oportunidade de negócio. "Identificá-los nos dias que correm é muito fácil, bastando para tal ficar atento ao sotaque empregue à língua portuguesa, bem como a maneira como os mesmos se apresentam, muito diferente dos angolanos", afirmou uma zungueira, que já foi transportada por um desses taxistas. O que tem acontecido, segundo revelaram alguns taxistas nacionais, é que os mesmos decidiram fazer-se à estrada em serviço de táxi depois que passaram a registar uma série de desonestidade por parte dos motoristas angolanos com quem trabalhavam.

"Muitos deles eram patrões, hoje em dia os próprios estão na via e alguns fazem-no sem habilitações", denunciaram, para depois acrescentarem que, para escaparem das autoridades, elegeram como zonas preferenciais para circulação aquelas com pouca operação. Quando não muito, aumentaram, "andam com dinheiro para pagarem a gasosa aos agentes reguladores de trânsito". Na ronda realizada pela reportagem deste jornal em várias paragens de táxis permitiu testemunhar tal realidade. Por exemplo, no bairro Palanca, na chamada paragem do Sanatório, demos de cara com uma variedade de taxistas estrangeiros, com destaque para cidadãos congolezes democráticos, santomenses e senegaleses, geralmente ao volante de viaturas de pequeno porte, não raras vezes da família dos Toyotas, entre starlet e corolla, apenas para citar estes. Embora assustados com a nossa equipa de reportagem, temendo, talvez, uma

possível presença de agentes da fiscalização, ainda assim não se deixaram intimidar. Ao que disseram a este semanário, na condição de anonimato, que esta foi a forma encontrada para "driblar" as dificuldades com que se confrontam diariamente, mais a mais na condição de estrangeiros. "É a única maneira que encontramos para sustentar a nossa família que nos espera nos nossos países", disse um cidadão senegalês, que não se quis identificar, a viver no país há já seis anos. Antes de se iniciarem na actividade, revelou, averbam as cartas de condução que tratam nos seus respectivos países de origem e uma vez em Angola dão início ao trabalho, mesmo sem estarem legalizados, por clara ausência de maior rigor na fiscalização deste tipo de actividades. "Quando somos interpelados pela polícia", naqueles casos em que acabam enredados na teia montada pelos agentes reguladores de trânsito, "conversamos com eles, para o caso não ir distante e ficar complicado", revelou a fórmula. E quanto àqueles que têm dificuldades em comunicar-se com os passageiros ou com as autoridades policiais? A receita passa, pois, por juntarem-se a cobradores angolanos para facilitar o processo. "Eles (os cobradores angolanos) além de dominarem a língua, já conhecem bem o sistema. Assim, quando somos interpelados pela Polícia, mandamos o cobrador ter com o agente para pedir favor", explicou o senegalês num português arranhado, mas perceptível. O tal "favor" de que se refere não é mais do que "untar" as mãos com algum valor monetário que lhes permite "trabalhar em paz".

Stop! Muito cuidado...

Quem não vê com bons olhos esta "silenciosa invasão" ao seu habitat natural são os taxistas nacionais para quem os "colegas" expatriados "estão a praticar uma concorrência desleal". "Eles são os donos das viaturas. Antes eram obrigados a contratar um angolano para fazer o serviço, mas desde que aprenderam a dar gasosa (subornar), têm a vida facilitada", confirmaram. E depois apresentaram mais uma reclamação, tendo como alvo os agentes reguladores de trânsito. "Muitas vezes é mais fácil prenderem um angolano quando comete uma infracção do que um cidadão estrangeiro que comete a mesma infracção". O funcionário público João Ambrósio defende o redobrar do controlo da entrada de estrangeiros no país, ao mesmo tempo que sugere uma maior fiscalização da actividade que os mesmos desenvolvem no país de acolhimento, no caso Angola, de forma a evitar que o amanhã seja tarde e tenhamos que perder o controlo da situação. "Não nos assustemos se um dia os chineses, tomarem conta das roullotes ou barracas, onde muitos angolanos procuram o seu ganha-pão e, assim,

mandar muita gente para a prostituição ou mesmo para a delinquência", advertiu.

A cidadã angolana Ana Faria, por seu turno, entende que a política de concessão de vistos a trabalhadores estrangeiros deve merecer um tratamento mais rigoroso. "A validade dos vistos concedidos aos cidadãos orientais são tratados à margem da lei", denunciou, para depois acrescentar não entender como é possível ser emitido um visto de trabalho para estrangeiro e, posto cá o mesmo exerce uma profissão que deveria ser exercida por nacionais, como é caso da zungua, por exemplo. "Deve faltar profissionalismo nos órgãos competentes", adicionou. "Por que essas pessoas (estrangeiras), quando chegam em Angola, não vão trabalhar na instituição que os contratou, no âmbito dos tais acordos bilaterais. Se ele veio para construir, eu não sei como é que acaba no comércio informal ambulante. O que estará a acontecer de facto", interrogou-se a mesma cidadã angolana. Ana Faria estranha igualmente o facto de não serem apenas os congolezes, os únicos estrangeiros que aparecem a deambular pelas ruas de Luanda, mas sim um "exército" nada desprezível de outros cidadãos que de algum tempo para cá têm vindo a franquear as fronteiras angolanas das mais diversas vias (aérea, marítima e terrestre).

À conquista do alheio

Quando começaram a ser vistos no país, os olhos semicerrados dos cidadãos chineses apontavam, inicialmente, para o sector da construção civil, no quadro do acordo celebrado entre o governo angolano e aquele país do Oriente, visando a reconstrução de Angola.

Mas, hoje por hoje, tal foi sol de pouca até que os caminhos começaram a dar para bem distante dos estaleiros para circularem pelos becos e avenidas, onde disputam espaços com angolanos na venda de vestuários, calçados, medicamentos, telemóveis, aparelhos electrónicos e outros artigos de fabrico e qualidade duvidosa. O número de zungueiros chineses ou vietnamitas nas ruas de Luanda começa a ser assustador. A prática, porém, não é nova, tendo em conta que em bairros como Hoji-Ya-Henda, Mártires de Kifangondo, Cassenda e Palanca, há muito que este fenómeno cresce nas barbas até do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) e da polícia Nacional. No município do Cazenga, por exemplo, no bairro Hoji-Ya-Henda, algures na zona dos armazéns conhecidos por "Arreiou-Arreiou", a mistura de nacionalidades é tão grande que se confunde com uma qualquer rua de HongKong. Na miscelânea de línguas que vão anunciando os preços dos produtos comercializados, apenas se percebe o

valor dos mesmos. "Eles vendem de tudo um pouco. Desde roupa a produtos alimentares, muitos deles expirados", salientou um cliente quando abordado pela nossa reportagem.

Onde quer que se concentrem tornam as ruas intransitáveis, tal é o número de cidadãos orientais na venda ambulante. E, curiosamente, enquanto permanecemos naquele perímetro, não foi visto nenhum agente da ordem pública ou afecto à Polícia Fiscal. Os vendedores angolanos interrogam-se sobre o real serviço da Polícia Nacional, sobretudo ligados à Fiscalização, que, segundo disseram, limitam-se "a correr com as senhoras que vendem nos passeios e deixam os estrangeiros a passear à vontade pela cidade". "Os estrangeiros querem fazer tudo no nosso país e ninguém diz nada", reclamou uma comerciante. "Eles abrem lojas, 'zungam', são motoristas. Já só falta receberem as nossas casas", desabafou a mesma comerciante, visivelmente revoltada com a situação. No mesmo local, as cantinas e armazéns que vendem produtos a grosso estão legalizadas por alvarás em nome de nacionais que, segundo alguns trabalhadores dos estabelecimentos, servem também para legalizar outros três ou quatro armazéns.

Divisão do bolo

Angola tomou-se praticamente numa tábua de salvação para todos quantos nos seus países se veem em palpos de aranha para arrumarem as suas vidas. Se no calor do conflito armado eram os angolanos que procuravam abalar para fugir da guerra e de todos os males dela decorrente, os sentidos, nos dias que correm, inverteram-se radicalmente. O país é, hoje, o poiso predilecto para quem busca encontrar o que no seu país de origem está difícil, sobretudo no que é relacionado com emprego. Porém, uma prática que tem vindo a contrariar a política de boa receptividade por parte dos angolanos é aquilo que no país é visto como uma clara "invasão silenciosa" expatriada em domínios que deveriam merecer a exclusividade dos angolanos, como, aliás, acontece em latitudes para onde abalaram milhares de angolanos. Assiste-se em Angola ao que se pode designar de sectorização de algumas actividades, inclusive informais, por parte de cidadãos estrangeiros, que têm de alguma forma retirado certo protagonismo aos cidadãos nacionais. Se um pouco do que se pode chamar de actividade de grande dimensão, como é o caso da construção civil, está nas mãos de cidadãos e firmas portuguesas, brasileiras e alguma chinesa, algum 'sobejo', este, acaba por estar com cidadãos oeste-africanos, que disputam algum pedaço de chão com os angolanos. Portugueses e brasileiros, muito por culpa da língua (português), dominam, também, um não menos importante nicho

de mercado: o mercado da assessoria de imprensa e publicitário, assim como é o caso da restauração. Neste sector dos restaurantes, os lusos e brasileiros contam com uma pequena, mas não desprezível concorrência, que são os casos dos cidadãos libaneses, que têm vindo a adicionar outros condimentos aos hábitos alimentares dos angolanos. O mercado informal da construção civil, sobretudo nos novos bairros que nascem em Luanda, como é o Benfica, a venda de areia, de burgau, de água em camiões cisternas e outro material relacionado (cimento, bloco ...), é dominada, para além de alguns angolanos, por cidadãos chineses e cubanos.

As cantinas que se dedicam à venda de bens de primeira necessidade, entre perecíveis e não perecíveis, conta com a impressão digital de cidadãos oeste-africanos, geralmente malianos, senegaleses, marfinenses, gambianos e guineenses (Bissau e Conacry), muitos dos quais vão reclamando algum "monopólio" para o câmbio informal de moeda. Os congolese democráticos, embora mais próximos, dividem-se em vários ramos: barbearia, salões de beleza, câmbio de moeda. Estão também associados, geralmente, à prostituição e, nesses dias, têm os nomes associados também ao tráfico de droga, mas este é um assunto em que contam com a parceria de angolanos.

11.20 Expulsão no Zaire dos estrangeiros em situação ilegal

Jornal de Angola

27 De Maio De 2013

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) no Zaire anunciou em comunicado que entre os dias 15 e 21 expulsou 66 congolese democráticos que se encontravam ilegalmente em Angola. O comunicado refere que 65 deles foram expulsos por decisão administrativa e um judicialmente. No mesmo período foi recusada, nos postos de Nóqui e do Luvo, a entrada no país a 37 pessoas daquela mesma nacionalidade por não possuírem meios de subsistência e documentos de viagem válidos. Além disso, foram detidos 46 indivíduos igualmente da República Democrática do Congo e dois norte-americanos por permanência ilegal, bem como dois angolanos por auxílio à imigração clandestina. A Polícia de Guarda Fronteira na província do Zaire frustrou na primeira quinzena do mês em curso três tentativas de violação na fronteira norte com a República Democrática do Congo (RDC). De acordo com o comando provincial do Zaire da Polícia Nacional, na sequência dessas infracções foram detidos seis cidadãos da RDC, todos do sexo masculino. Após o registo operativo, os imigrantes

foram encaminhados para a direcção provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), para o seu repatriamento. As violações ocorreram nas localidades fronteiriças de Mpala e Luvo, município de Mbanza Congo.

11.21 Político no Zaire pede denúncias

Jornal de Angola
30 De Maio de 2013

O primeiro secretário do MPLA em Mbanza Congo, Pedro Augusto Bidi Jovelino, pediu à população residente nas zonas fronteiriças para denunciar a estadia ou trânsito de imigrantes ilegais.

Num acto político realizado na localidade do Nkoko, 47 quilómetros a norte de Mbanza Kongo, o político sublinhou que a entrada ilegal de cidadãos estrangeiros, particularmente através da fronteira com a República Democrática do Congo (RDC), ganhou, nos últimos tempos, proporções alarmantes, pelo que é preciso conjugar esforços para desencorajar esse fenómeno.

"O combate à imigração ilegal não é responsabilidade somente das autoridades policiais e dos efectivos do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), deve ser da população, em geral", disse o dirigente partidário.

"Sabemos que a comuna fronteiriça do Luvo é considerada uma das portas de entrada de estrangeiros no nosso país, tendo em conta a fronteira que partilha com a região do Baixo Congo. Pedimos à população que redobre as acções de vigilância contra aqueles que praticam ou auxiliam tais actos ilegais", apelou.

O político denunciou cidadãos que têm andado pelas aldeias e procuram, a todo custo, transmitir mensagens enganosas à população, dizendo que "o MPLA não está a fazer nada para o desenvolvimento do país. Esqueceram-se de que o que o MPLA está a fazer é reconstruir o que esses cidadãos destruíram em anos anteriores", frisou.

11.22 Travar os estrangeiros ilegais

Nova Gazeta
30 De Maio de 2013

A imigração ilegal constitui um dos principais problemas de que enferma a nossa sociedade, como já reportámos no JG. Quase diariamente, Serviço de

Migração Estrangeiros, através das suas estruturas provinciais, vem a público informar que milhares de imigrantes ilegais são expulsos para os países de origem. Estes africanos, chineses, vietnamitas, portugueses e de outras origens, segundo o SME, provocam problemas em todos os sectores da sociedade. Desrespeitam a lei, desestabilizam a economia, falsificam documentos, fazem lavagem de dinheiro, desenvolvem tráficos de droga, armas e até de seres humanos. Isso afecta directamente as nossas vidas, as nossas famílias até porque, nós, angolanos e Angola, ficamos numa situação de insegurança de Estado. Por isso, este não é apenas ao Governo ou ao SME. Esta é uma responsabilidade de todos os angolanos, independentemente da parte do mundo em que estiverem a viver, e independentemente da ideologia que defenderem ou em Há informações, do próprio SME, de que alguns angolanos ajudam os estrangeiros ilegais a entrarem em Angola. Os ilegais estão à nossa vista nos bairros, nos musseques, nas empresas e noutros lugares. Cabe a cada cidadão assumir a responsabilidade de travar a entrada de imigrantes. Primeiro, denunciando. E depois não fazer negócios com eles, seja de que tipo for. Quando perceber que está diante de um estrangeiro ilegal, vá a uma das agências do SME ou a um posto da polícia mais próximo. Para denunciar o estrangeiro ilegal, pode-se ainda recorrer às administrações municipais ou comunais.

11.23 Estrangeiros ilegais optam pelo regresso

Jornal de Angola
31 De Maio de 2013

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) em Cabinda anunciou ontem em comunicado que "nos últimos 15 dias" 107 congolese democráticos que se encontravam clandestinamente na província optaram por regressar ao seu país. O comunicado refere que a decisão daqueles congolese democráticos se deve à operação do SME iniciada no início do mês destinada à localização e registo de estrangeiros ilegais e de "desmascarar os nacionais que insistem no auxílio à imigração ilegal". O documento revela que no mesmo período foram expulsos de Angola 392 indivíduos do Congo Brazzaville e da República Democrática do Congo. O combate cerrado às redes de promoção e auxílio da imigração ilegal em Cabinda é uma das prioridades do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), para garantir a segurança das populações e diminuir o fluxo de estrangeiros em situação irregular naquela província. Em declarações à Angop, o inspector de migração e chefe de secção de Fronteiras do SME em Cabinda, Manuel Lino, falou da

existência de redes de estrangeiros ilegais na cidade de Cabinda ligados a acções de promoção e auxílio à imigração ilegal. "É uma situação preocupante porque este novo 'modus operandi' indica que há estrangeiros em situação migratória irregular envolvidos em redes de promoção e auxílio à imigração ilegal", revelou o chefe de secção de Fronteiras do SME em Cabinda, Manuel Lino.

11.24 Imigração também é "negócio"

Economia

31 De Maio de 2013

Há quem defenda que, actualmente, as fronteiras nacionais dos países servem para gerar lucros financeiros e ideológicos. Referências, neste particular, são os exemplos da Europa Comunitária e dos EUA, entidades que levam muito a peito, quer as políticas de imigração, quer o combate à ilegalidade que lhe é decorrente, trazendo para a ribalta os respectivos sistemas de gestão dos fluxos migratórios. Contudo, apesar do esforço financeiro, tecnológico e em recursos humanos que mobilizam também nesses Estados, cada novo dispositivo de controlo implementado parece servir apenas para revelar as falhas e lacunas dos anteriores, como a finalidade de justificar os próximos. Percebe-se que seria interessante fazer um balanço à escala global dos impactos financeiros sobre o aprisionamento de estrangeiros que representa uma parte relevante da "economia de segurança". Além das infra-estruturas e da administração, seria necessário ter em conta o custo de assistência jurídica, médica e psicossocial, ou ainda o das escoltas que acompanham as pessoas expulsas, um mercado certamente lucrativo, para determinadas sociedades de segurança.

A experiência dos EUA dá motivos para países economicamente mais fracos ficarem reticentes. Um estudo de 2008 constatou que, naquele país, o controlo biométrico à entrada identificou então 1.300 visitantes indesejáveis. Porém, os seus custos atingiam cerca de 1.200 milhões de dólares, questionando-se, à partida, a rentabilidade do sistema de detecção. A 'SBI' sigla inglesa para 'iniciativa para fronteiras seguras' voltada para a vigilância contínua das fronteiras, com o México e o Canadá, havia consumido, então, perto de 3.700 milhões de dólares. Os fundos foram cortados em 2010 porque a instância do congresso responsável pela auditoria das despesas públicas concluiu que o sistema era tecnicamente complicado demais e não era rentável. Com a crise económica internacional, as características da imigração contemporânea assumiram contornos cada vez mais perigosos, com reflexos negativos para o desempenho económico e

social dos países hospedeiros. A África e, em particular, os países em acelerado crescimento económico enfrentam um verdadeiro calvário; procuram implementar políticas sociais em benefício dos respectivos cidadãos, mas, simultaneamente, confrontam-se com elevados custos desse "parasitismo oportunista", agravado, amiúde, pela ausência de políticas de combate concertado entre os estados. O controlo local das fronteiras é feito sob uma lógica de situação formal. Porém, o verdadeiro problema reside na informalidade que caracteriza os fluxos migratórios. Quando uma pessoa entra legalmente num país, é escrutinada para que o sistema possa determinar caso aí permaneça ilegalmente. Mas não se comunicam informações em caso de morte, nem o que se faz se a pessoa, simplesmente, não sai. Patrulhas costeiras, controlos fluviais ou terrestres não têm utilidade alguma dada a ausência até de sistemas funcionais simples e de cadastro estatístico. "Fronteiras inteligentes" parecem configurar uma solução feliz. Mas, apenas a nível tático porque hoje se pode escolher entre "fronteiras inteligentes" ou "burras". O nosso desejo inclina-se, obviamente, para as "inteligentes" mas, ainda assim, temos algumas reservas quanto à funcionalidade dos seus sistemas, 'porque são baseados na denúncia ou porque têm ignorado o desencorajamento coercivo com a aplicação de medidas punitivas. A tecnologia poderá até definir o rumo a tomar ou o controlo de fronteiras, tornar-se numa máquina omnipresente e indomável e separar constantemente as pessoas em desejáveis e indesejáveis. Mas, a lógica tecnológica vigente no controlo fronteiriço sacrifica a economicidade pela emergência de uma 'sociedade de vigilância' cujos benefícios não se ajustam ao custo.

